



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E MUSEOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

Ana Carolina Silva Cordeiro

**Gênero, corpo, saúde e direitos:**  
experiências e narrativas de homens (trans) e homens (*boys*) em  
espaços públicos

RECIFE  
2016

Ana Carolina Silva Cordeiro

**Gênero, corpo, saúde e direitos:**  
experiências e narrativas de homens (trans) e homens (*boys*) em  
espaços públicos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Antropologia.

Orientador: Prof. Dr. Russell Parry Scott

RECIFE  
2016

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

C794g Cordeiro, Ana Carolina Silva.  
Gênero, corpo, saúde e direitos : experiência e narrativas de homens (trans) e homens (boys) em espaços públicos / Ana Carolina Silva Cordeiro. – 2016.  
214 f. : il. ; 30 cm.

Orientador : Prof. Dr. Russel Parry Scott.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.  
Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Recife, 2016.  
Inclui Referências, apêndices e anexos.

1. Antropologia. 2. Transexualismo. 3. Pessoas transgênero – Identidade. 4. Transição de gênero. 5. Transmasculinidade. 6. Transexualidade. 7. Reconhecimento. 8. Relações afetivo-sexuais. 9. Capital cultural. I. Scott, Russel Parry (Orientador). II. Título.

301 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2017-145)

ANA CAROLINA SILVA CORDEIRO

**GÊNERO, CORPO, SAÚDE E DIREITOS:  
experiências e narrativas de homens (trans) e homens (*boys*) em espaços  
públicos**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Antropologia.

Aprovada em: \_\_02\_\_/\_08\_\_/\_2016\_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Russel Parry Scott (Orientador)  
Programa de Pós-graduação em Antropologia- UFPE

---

Prof. Dr. Luís Felipe Rios (Examinador Titular Interno)  
Programa de Pós-graduação em Antropologia- UFPE

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Regina Facchini (Examinadora Titular Externa)  
Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP

A todos os interlocutores da pesquisa que narraram  
suas experiências, trajetórias e sonhos  
repletos de desafios, coragem e ousadia.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas e todos que contribuíram, pontual ou intensamente, para as minhas conquistas, aprendizados e realizações durante a minha trajetória acadêmica, desde a graduação até o curso de mestrado e outras formações realizadas nesse caminho.

Gostaria de agradecer especialmente por cada experiência que tive durante o curso de mestrado proporcionada por pessoas queridas sem as quais eu não teria construído o presente trabalho e concluído esse curso. Sobretudo aos(às) todos(as) professores(as) que tive nessa trajetória no Departamento de Ciências Sociais e no Programa de Pós-graduação em Antropologia.

Agradeço especialmente ao Prof. Dr. Luís Felipe Rios e a Profa. Dra. Regina Facchini que aceitaram compor a banca examinadora do mestrado e foram grandes referências para o meu trabalho. Assim como à Profa. Dra. Luciana Vieira e a Profa. Dra. Marion Teodósio Quadros, que estão como suplentes nessa banca, e a última esteve junto com a Profa. Dra. Dayse Amâncio na banca de qualificação do projeto desta pesquisa e contribuíram bastante para o desenvolvimento desta.

Agradeço aos meus interlocutores, homens (trans), (*boys*), profissionais e militantes que se disponibilizaram a dar entrevistas, estabelecer diálogos e manter contato. Gratidão especial a Társio de Assis e Eduardo Furtado por apresentarem uma rede de amigos e companheiros de militância que contribuíram muito com a construção do trabalho e Pietro Franco por compartilhar suas experiências para a pesquisa.

Obrigada a todos do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades, sobretudo aos que estiveram presente e em constante diálogo comigo no processo de realização da pesquisa, inclusive militantes de outros estados, como Luciano Palhano.

Agradeço ao Centro Estadual de Combate a Homofobia por ter acreditado no meu trabalho quando eu tinha apenas o projeto desta pesquisa e por ter disponibilizado contatos de usuários que previamente aceitaram participar das entrevistas. Agradeço também ao Centro Municipal de Referência em Cidadania LGBT que também me ajudou nesse processo e aos profissionais e usuários do “Espaço Trans”, em sendo Leonardo Tenório que intermediou a relação com essa instituição.

Um agradecimento especial a Genivaldo, coordenador do Consultório de Rua, e outros profissionais da instituição pela disponibilidade em cooperar e dialogar, assim como agradeço aos profissionais e estudantes do Centro da Juventude que foram meus interlocutores, gratidão imensa a Paulo e a Fábio.

Obrigada a todas(os) do FAGES, Núcleo de Pesquisas em Família, Gênero e Sexualidade que integro desde meu terceiro período na graduação, e realizei pesquisa de Iniciação Científica/PIBIC, por dois anos, orientada pelo Prof. Dr. Russell Parry Scott. Professor Scott, obrigada pelas orientações, oportunidades, conversas, trocas de experiências... E a todas(os) do PPGA, Programa de Pós Graduação em Antropologia, por facilitar minhas idas e vindas e tantas questões a resolver, obrigada, Carla e Ademilda, pela atenção, o cuidado, e o profissionalismo.

Um agradecimento especial a algumas instituições que contribuíram muito para a minha formação e minha militância feminista, ao Coletivo Mulher Vida, ao SOS Corpo, obrigada Carmen e Mércia. Às jovens feministas do Feminismo Agora, ao Centro das Mulheres do Cabo, ao Papai, obrigada, Jorge e Benedito e ao Núcleo de Pesquisa em Gênero e Masculinidades- GEMA, e a todas(os) que o compõe.

Não posso deixar de agradecer aos militantes LGBTs, aos enudigianos(as), aos versusianos(as) e aos tantos encontros estudantis e acadêmicos que participei, as conversas, reflexões que fizemos, como eu estaria sem essas experiências e aprendizados...

Agradeço as minhas(meus) amigas(os): Gabi Oliveira, Marija, Mariane, Jéssica, Letícia, Larissa, Neidinha, Rafa Silva, Lucinha e outras(os), e a minha família que sempre esteve comigo e a qual sempre me dediquei, meu pai, minha irmã querida, Gabriela Regina, meu irmão e minha mãe, Jadinha (*in memoriam*), que não está fisicamente conosco, mas onde quer que se encontre, está sempre presente em nossas vidas.

Finalmente, agradeço a CAPES que ao financiar esta pesquisa possibilitou a sua realização.

## RESUMO

Este trabalho tem como foco pessoas que tiveram seus corpos assignados ao nascer como femininos, mas se identificam como homens e que estão presentes em espaços públicos na Região Metropolitana de Recife- RMR. Possui como interlocutores indivíduos com uma diversidade de classe, raça, vivência de gênero e sexualidade. Para ter acesso a esses foram estabelecidas parcerias com várias instituições de direitos, saúde e educação. Foi realizada uma análise dos sentidos e significados construídos sobre saúde, corpo, gênero e direitos, focando nos desafios para o reconhecimento como homens na sociedade a partir das narrativas dos interlocutores. Além dos interlocutores que se identificam como (trans), há, na pesquisa, interlocutores que se identificam como homens, mas utilizam outros termos, como (*boys*). Os diferentes espaços de interlocução indicam inserção em grupos sociais diferentes. Os interlocutores homens (*boys*) se identificam como pertencentes às classes populares, enquanto entre os homens(trans), a maioria se identifica como pertencentes às classes médias. Nas estratégias metodológicas para desenvolver os objetivos e as questões apresentadas, utilizaram-se: revisão de literatura, análise de documentos, e procedimentos etnográficos que incluíram entrevistas semi-estruturadas, história oral, observação participante, tudo registrado no Diário de campo. Foram realizadas entrevistas formais com 15 homens (trans), 6 homens (*boys*), 3 militantes transativistas e 5 profissionais. Há experiências comuns entre os interlocutores em se tratando da transição do gênero: o processo de auto-identificação e auto-definição como homens, geradas a partir da inadequação com as imposições atribuídas sócio-culturalmente ao gênero feminino; os relacionamentos afetivo-sexuais e conjugalidades são importantes nesse processo, sobretudo, a presença do sentimento de ser homem; a experimentação do estigma de diferentes formas; a maneira de significar o corpo e o desejo de masculinização do corpo. É quase unânime a vontade de realizar mastectomia; e a inserção em espaços em que é possível, em graus diferentes, desenvolver e construir corpos e subjetividades e assegurar direitos. Apesar das experiências em comum, foram percebidas diferenciações que são cruciais para a concretização ou não de seus projetos de vida. Essas se relacionam com o contexto sócio-econômico-cultural em que esses indivíduos costumam circular. As informações sobre a transexualidade masculina ainda têm pouca visibilidade e ficam mais restritas a ambientes universitários, de pesquisas na área de gênero e sexualidade, na militância LGBT e (trans), entre outros espaços limitados. O conhecimento das transmasculinidades e de questões relacionadas, como direitos à saúde, nome social, podem ser facilitados por um determinado capital cultural, referente a classes médias e altas. Muitos

homens (*boys*) ficam à margem desses direitos, e isso contribui para que esses interlocutores criem outras formas de alcançarem o reconhecimento e busca por direitos. Para ambos os grupos, há vários desafios para esse reconhecimento social e legal: patologização das identidades (trans), o cissexismo/transfobia/misoginia que esses sofrem, quando não acompanhados por racismo/homofobia, e outras opressões. Além do mais, o atual cenário político-social violento é nocivo às pessoas que transicionam o gênero.

**Palavras-Chave:** Transição de gênero. Transmasculinidades. Reconhecimento. Relações afetivo-sexuais. Capital cultural.

## ABSTRACT

The present research focuses on people who had their bodies assigned as females at birth, but who see themselves as having male gender identity, and are present in public spaces in the Metropolitan Region of Recife- RMR. It deals with a range of individuals with a diversity of class, race, gender experience and sexuality/ class, race, gender experience and diverse sexualities. To interact with these people, partnerships were made with human rights, health and educational institutions. An analysis of the senses and meanings constructed on health, body, gender and rights, focusing on challenges for recognition as men in society, was carried out using the base of narratives of participants in the research.. Some participants in the research identify themselves as transsexual males (trans), and others who use other terms, like (boys). These terms indicate roughly an insertion in different social groups: *homens(boys)* are identified as belonging to popular classes, and most *homens(trans)* identify themselves as belonging to middle classes. The methodological strategy to attain the objectives and address the issues presented in this study were: literature review, document analysis, as well as ethnographic procedures including semi-structured interviews, oral history, participant observation, all registered in field diaries. The formal interviews were done with 15 (trans) men, 6 (boys) men, 3 transactivists militants and 5 professionals. There are common experiences between the two profiles of participants concerning the gender transition: the processes of self-identification and self-definition as men, resulting from their inadequacy with the socio-cultural markers for females. Affective-sexual relationships and conjugalities are important in this process, and above all, the feeling of being a man; and having faced different types of stigma; and the ways to signify their body and their desire to 'masculinize' it. Almost all wish to perform a mastectomy and, when possible, in different degrees, wish to develop and build their bodies and subjectivities and ensure the recognition of their rights. Despite the common experiences, differences crucial to the achievement of their life projects were perceived, especially with respect to the socio-economic and cultural context in which these individuals frequent. Information about male transsexuality still has poor visibility, generally being restricted to university environments, to research in the area of gender and sexuality, to LGBT and (trans)activism, among other limited spaces. Knowledge about male transsexuality and related issues, such as rights to health and social name, can be facilitated by a certain cultural capital, referring to middle and upper classes. Many *homens(boys)* remain on the fringe of these rights, and this contributes to the creation of other ways to achieve recognition and to search for rights by them. Of course, for both groups, there are several

challenges to achieve this social and legal recognition: pathologization of (trans) identities; cissexism / transphobia / misogyny that they suffer, that often can be accompanied by racism / homophobia and other oppressions. Furthermore the current political and social scene is violent and harmful to people who are transitioning gender.

**Key words:** Gender transition. Transmasculinities. Recognition. Sexual and Affective Relations. Cultural Capital.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS - *Acquired Immune Deficiency Syndrome*

AMOTRANS- PE - Articulação e Movimento para Travestis e Transexuais- Pernambuco

ANTRA - Articulação Nacional de Travestis e Transexuais

APA- *American Psychiatric Association*

CAPSad- Centro de Atenção Psicossocial álcool e drogas

CECH- Centro Estadual de Combate a Homofobia

CID - Classificação Internacional de Doenças

CJ- Centro da Juventude

CMRC LGBT- Centro Municipal de Referência em Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

CR- Consultório de Rua

CRAS- Centros de Referência de Assistência Social

CREAS- Centros de Referência Especializados de Assistência Social

DSM - Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais

ENUDSG- Encontro Nacional em Universidades de Diversidade Sexual e de Gênero

FAGES- Núcleo de Pesquisas em Família, Gênero e Sexualidade

FUNASE- Fundação de Atendimento Socieducativo

GEMA - Núcleo de Pesquisa em Gênero e Masculinidade

HIV- *Human Immunodeficiency Virus*

IBRAT- Instituto Brasileiro de Transmasculinidades

LGBT- Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

ONG - Organização Não Governamental

PTSUS- Processo Transexualizador do Sistema Único de Saúde

RMR- Região Metropolitana de Recife

SOC- *Standards of Care*

SUS - Sistema Único de Saúde

SUAS- Sistema Único de Assistência Social-

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TGEU - *Transgender Europe*

TMM - *Trans Murder Monitoring*

UFPE- Universidade Federal de Pernambuco

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>2</b>	<b>HOMENS EM DIFERENTES ESPAÇOS DE INTERLOCUÇÃO</b> .....	22
<b>2.1</b>	<b>Parte 1- De onde Eu Parto</b> .....	22
2.1.1	Dialogando com outras Produções.....	22
2.1.2	Trajetórias Inspiradoras.....	26
2.1.3	Estudos sobre Interseccionalidades.....	35
<b>2.2</b>	<b>Parte 2- Contextualizando</b> .....	43
2.2.1	Breve Histórico das (Trans)sexualidades após as <i>Scientias Sexualis</i> .....	43
2.2.2	Sobre o Processo Transexualizador no Brasil.....	47
2.2.3	Despatologização das Identidades (Trans).....	50
2.2.4	Cotidiano no Campo.....	55
<b>3</b>	<b>(TRANS)EXPERIÊNCIAS E A CONSTRUÇÃO DE SI</b> .....	66
<b>3.1</b>	<b>Aproximações e Distanciamentos: Análise de Narrativas sobre Gênero, Corpo e Saúde de Homens (Trans)</b> .....	66
<b>3.2</b>	<b>Narrativas sobre Gênero</b> .....	68
3.2.1	Auto-identificação.....	68
3.2.2	Auto-definição como Homens (Trans): “Estalo”.....	71
3.2.3	Sexualidades.....	73
3.2.4	(Trans)masculinidades.....	83
<b>3.3</b>	<b>Narrativas sobre Corpo</b> .....	93
3.3.1	Masculinização do Corpo.....	93
3.3.2	Auto-percepção.....	96
<b>3.4</b>	<b>Narrativas sobre Saúde</b> .....	97
3.4.1	Processo Transexualizador.....	97
3.4.2	Acesso ao PTSUS.....	101
<b>4</b>	<b>TRAVESTIS, HOMENS “ESTRANHOS” OU SIMPLEMENTE HOMENS?</b> ...104	
<b>4.1</b>	<b>Sobre Gênero, Corpo e Saúde no contexto dos Homens (Boys)</b> .....	104
<b>4.2</b>	<b>Narrativas Realizadas por Paulo</b> .....	107
<b>4.3</b>	<b>Narrativas sobre Gênero</b> .....	118
4.3.1	Auto-identificação e a Auto-definição como Homens.....	118
4.3.2	Sexualidades.....	123
<b>4.4</b>	<b>Narrativas sobre Corpo e Saúde</b> .....	124

4.4.1 Ser ( <i>Boy</i> ).....	128
4.4.2 Estratégias de Passabilidade Cis e Desafios Envolvidos.....	131
<b>5 DESAFIOS ATUAIS DE (TRANS)CENDER O GÊNERO .....</b>	<b>137</b>
<b>5.1 Homens (<i>Boys</i>) e a Busca pelo Reconhecimento.....</b>	<b>137</b>
5.1.2 “Eles dizem que são pobres, negros, noiados e ainda sapatão ou veado”- Entrevistas com Profissionais do C.J.....	144
<b>5.2 Homens (Trans) como Identidade Política.....</b>	<b>147</b>
5.2.1 Resistência Coletiva e a Auto-organização de Homens (Trans).....	154
5.2.2 Entrevistas com Homens (Trans) Militantes.....	160
5.2.3 Desafios Apointados por Interlocutores (Trans) sobre a Busca de Direitos.....	169
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>177</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>183</b>
<b>APÊNDICE A- Biografias Resumidas- Homens (Trans).....</b>	<b>197</b>
<b>APÊNDICE B- Biografias Resumidas- Homens (<i>Boys</i>).....</b>	<b>206</b>
<b>ANEXO A- Mapa das Entrevistas.....</b>	<b>210</b>
<b>ANEXO B- Roteiro de Entrevistas- Homens (Trans) e (<i>Boys</i>).....</b>	<b>211</b>
<b>ANEXO C- Roteiro de Entrevista- Entrevista com profissionais C.J.....</b>	<b>212</b>
<b>ANEXO D- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....</b>	<b>213</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como foco pessoas que tiveram seus corpos assignados ao nascer como femininos, mas que em algum momento da vida se identificam como homens e que estão presentes em espaços públicos na Região Metropolitana de Recife - RMR. Ela tem como interlocutores, indivíduos com uma diversidade de classe, raça, vivência de gênero, sexualidade, pertencentes a grupos sociais diferentes, que são usuários de diferentes instituições da Rede de Atendimento em Recife e alguns que participam de movimentos sociais.

E para ter acesso a essa diversidade de perfis, foram estabelecidas parcerias com várias instituições, como o Centro Estadual de Combate à Homofobia - CECH, o Centro Municipal de Referência em Cidadania LGBT - CMRC LGBT, o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades – IBRAT, além do Consultório de Rua - C.R.

Foi feita uma análise dos sentidos e significados construídos sobre saúde, corpo, gênero e direitos, com ênfase nos desafios para o reconhecimento como homens na sociedade, a partir das narrativas dos interlocutores e de alguns profissionais das instituições citadas. Esta pesquisa focaliza em homens que podem se identificar a partir de várias nomenclaturas; homem (trans) é o termo mais utilizado por eles. No entanto é, na verdade, um termo “guarda-chuva”, que abarca vários outros, como *transmen*, transexuais masculinos, transhomens, entre mais alguns, e representa um segmento social e político.

O termo utilizado para se referir à maioria dos interlocutores - homens (trans) - está com parênteses presente para explicitar a instabilidade do termo e, ao mesmo tempo, porque este pode não ser o principal termo de identificação para todos os interlocutores. O termo pessoas (trans)<sup>1</sup> é muitas vezes utilizado neste texto para englobar os transexuais, transgêneros, intersexos, travestis, *queers*, e nem sempre se referindo às divisões internas entre os termos. A palavra (trans) não é simplesmente um sinônimo de transexual, é uma proposta do movimento (trans) para sair do paradigma medicalizante, nesse caso, (trans) significa toda pessoa que vive um gênero distinto do que foi assignado ao nascer com base no seu sexo, independentemente se fez alguma modificação corporal ou teve algum diagnóstico (COLL-PLANAS e MISSÉ, 2010).

Além dos interlocutores que se identificam como (trans), ou a partir dos outros termos

---

<sup>1</sup> Teixeira (2013 p.37) afirma que as pessoas (trans) reivindicam seu reconhecimento como pessoas *a priori*, o termo (trans) ou (transexual) não se sobrepõe ao gênero reivindicado por elas. A autora propõe também o uso de parênteses por causa da origem do termo (transexual), derivada do discurso médico. Ao concordar com a autora, o presente trabalho faz uso de parênteses também por essas questões colocadas por ela.

acima citados, há na pesquisa alguns interlocutores que não se identificam com nenhuma dessas nomenclaturas. Identificam-se como homens, mas utilizam também outros, como (*boys*) e ativo. O termo (*boys*) é uma categoria êmica desse grupo específico e está entre parênteses basicamente pelos mesmos motivos da palavra (*trans*), porque apesar de ser usado pelos interlocutores, pode não ser o principal termo com o qual se auto-definem. Esses interlocutores se diferenciam bastante dos primeiros citados e se encontram em outros espaços de interlocução. Enquanto os homens (*trans*) são usuários do Processo Transexualizador do SUS - PTSUS, e frequentam as primeiras instituições citadas - CECH, CMRC LGBT, IBRAT - os homens (*boys*), que são interlocutores, frequentam o Consultório de Rua e o Centro da Juventude.

O Consultório de Rua - C.R., é um projeto vinculado à Secretaria de Saúde e à Ação Integrada de Atenção ao Crack e Outras Drogas. É um dispositivo clínico comunitário da rede do “Programa Mais Vida”, onde o objetivo é encaminhar os usuários às redes do Sistema Único de Saúde - SUS e Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Os seis dispositivos do Consultório de Rua atuam de forma intra e inter-setorial com os Centro de Atenção Psicossocial álcool e drogas - CAPSad, os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, os Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS, as Equipes de Saúde da Família - ESF e os Núcleos de Apoio ao Saúde da Família – NASF, nos territórios das seis Regiões Político-Administrativas - RPAs ou Distritos Sanitários. A atuação das equipes nesses territórios se dá através do mapeamento de áreas onde há cenas de uso e/ou indicação de locais de abordagem por alguns serviços (CONSULTÓRIO DE RUA, 2012 p. 5).

As equipes são formadas com profissionais concursados e contratados, com perfil definidos por eles para lidar com as especificidades dos territórios e da população assistida. Cada equipe do Projeto Consultório de Rua é composta por três agentes chamados de “reduzores de danos”, um agente redutor hífen e um técnico de referência (nível superior), desenvolvendo atividades *in loco* no campo e na articulação com a rede psicossocial para acolhida destes usuários nos serviços. Além de acionar e atuar em conjunto com os serviços de Assistência Social, quando necessário. Compõem o Projeto, também, a equipe itinerante de teatro e a equipe de oficinairos. A equipe de teatro é composta por quatro agentes reduzores de danos. O principal objetivo desta modalidade de equipe é favorecer a abertura de campo de maneira lúdica para facilitar a ação no território (CONSULTÓRIO DE RUA, 2012 p. 7).

Um dos locais que está em constante diálogo com o C.R., é o Centro da Juventude- C.J. Desta instituição, vários interlocutores da pesquisa são usuários. O Centro da Juventude é uma escola que atende com o intuito de oferecer proteção social às pessoas em situações de

risco pessoal e/ou social, prioritariamente aos que se encontram em situação de rua. O C.J. não é uma escola de educação formal; oferece atividades e ações socioassistenciais e socioeducativas, que objetivam o fortalecimento ou resgate dos vínculos familiares, comunitários e sociais, e a qualificação social e profissional para inserção no mercado de trabalho, além de estar articulado ao programa estadual Vida Nova, que passou a ser denominado de Pernambuco Acolhendo a População em Situação de Risco e Rua<sup>2</sup>.

O C.J. tem como usuários, estudantes de 14 a 30 anos, jovens que fazem principalmente cursos profissionalizantes nessa escola e recebem uma bolsa de ajuda de custo de R\$ 200,00. Muitos têm essa bolsa como única fonte de renda. Todos os estudantes são oriundos de classe popular e, segundo os profissionais, a maioria deles é analfabeta e/ou não concluiu o ensino básico<sup>3</sup>.

O coordenador do C.R. está à frente de um grupo de teatro que tem o C.J. como espaço físico para os ensaios, o conteúdo das peças normalmente tem temas políticos que abordam uso de drogas e redução de danos, LGBTfobia e machismo, e combate às diferentes formas de opressão. Eu tive oportunidade de estar presente em ensaios do grupo, assim como pude ver algumas apresentações e um dos meus interlocutores faz parte do grupo. Foi essa relação entre as instituições que me possibilitou chegar aos interlocutores do Centro da Juventude, a partir da minha relação já antes estabelecida com o C.R..

Sobre as outras instituições citadas, o Centro Estadual de Combate à Homofobia – CECH foi uma grande parceira; indicou usuários que se disponibilizaram a participar da pesquisa. Assim como o Centro Municipal de Referência LGBT, que também foi um importante parceiro, além da indicação de usuários, houve ainda diálogo com profissionais destes locais.

O CECH tem por objetivo combater a discriminação e a violência contra LGBT<sup>4</sup>s e promover a cidadania desta população em Pernambuco, integrando o Sistema Estadual de Proteção a Pessoas. No CECH é oferecido apoio especializado, com profissionais de Direito, Serviço Social e Psicologia, que orientam e acolhem o público LGBT e familiares, por

---

<sup>2</sup> Dados obtidos pelo endereço: [http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2013/12/22/interna\\_vidaurbana,481100/centro-da-juventude-forma-500-alunos.shtml](http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2013/12/22/interna_vidaurbana,481100/centro-da-juventude-forma-500-alunos.shtml). Acesso em: 23/04/2014.

<sup>3</sup> Dados retirados do Diário de Campo, 12/05/2015.

<sup>4</sup> LGBT- Acrônimo de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Usa-se também sigla GLBT, ou mesmo LGBTTT, incluindo as pessoas transgênero/*queer*. Utiliza-se também TLGB, no Chile e em Portugal se tem utilizado a sigla LGBTTQI, incluindo pessoas *queer* e intersexuais. Nos Estados Unidos também se encontram referências a LGBTTTQIA (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Travestis, Transexuais, *Queer*, Intersexuais e Assexuais) (JESUS, 2012). No presente trabalho, optou-se por utilizar a sigla “LGBT”, por ser mais comum de ser utilizada no Brasil, inclusive para nomear instituições, grupos de militância, entre outros, e para uniformizar no texto o termo, utiliza-se aqui também “LGBT”.

diversas questões e que apresentam diferentes demandas<sup>5</sup>.

Já o CMRC LGBT é um órgão municipal, especializado no atendimento ao público LGBT e que presta serviços de atendimento jurídico, psicológico, assistencial e de orientação e acompanhamento às famílias e vítimas de LGBTfobia, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos. A primeira cidade de Pernambuco a contar com serviços e atendimento especializados para vítimas de discriminação foi Recife. A instituição tem a equipe de profissionais composta por psicólogos, advogados, assistentes sociais e agentes de direitos humanos<sup>6</sup>.

Além dessas instituições, alguns interlocutores que se identificam como (trans) participam da militância LGBT e da militância de homens (trans) de Pernambuco; alguns são vinculados ao Instituto Brasileiro de Transmasculinidades - IBRAT, que é uma rede nacional de homens transativistas e que tem três principais eixos de atuação: a) formação política e incentivo à militância; b) desenvolvimento e incentivo à pesquisas sobre transmasculinidades; c) controle social e ativismo pelos direitos e políticas públicas. A missão da articulação é promover qualidade de vida para os homens (trans) do Brasil, buscando entender a diversidade e multiplicidade do segmento (IBRAT, 2013).

O IBRAT também foi um grande parceiro do presente trabalho. Facilitando o acesso aos membros da instituição, fez com que eu ampliasse minha rede de contatos a partir da minha inserção em redes sociais - como em grupos de *whatsapp*<sup>7</sup> - e isso estreitou minha comunicação com os meninos e facilitou o trabalho de observação participante, fazendo com que eu estivesse presente com eles em alguns eventos - como a Parada da Diversidade de Recife - e em seminários sobre Gênero e Sexualidade, no lançamento da política LGBT da UFPE, no Encontro Nacional em Universidades de Diversidade Sexual e de Gênero - ENUDSG, entre outros que serão posteriormente relatados. Esses interlocutores foram indicando amigos para participar da pesquisa, formando uma rede ainda maior de contatos.

Vê-se que os diferentes espaços de interlocução indicam inserção em grupos sociais diferentes. Além das instituições que frequentam, há outras diferenças que se tornaram evidentes ao longo da pesquisa; os homens (*boys*) são todos oriundos de classes populares, pode-se perceber a partir do nível de escolaridade, vínculos empregatícios, acesso à

---

<sup>5</sup> Dados obtidos a partir de observação participante realizada e visita a *sites*, como esse: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2014/05/17/campanha-de-combate-a-homofobia-e-lancada-em-pernambuco-128315.php>. Acesso em: 08/09/2014.

<sup>6</sup> Dados retirados do *site*: <http://www2.recife.pe.gov.br/servico/centro-de-referencia-em-cidadania-lgbt>. Acesso em: 08/09/2014.

<sup>7</sup> É um *software* para *smartphones* que funciona *online*, para troca instantânea de mensagens, vídeos, fotos etc. É considerado um aplicativo para celulares multiplataforma.

informação e garantia de direitos, moradia e, principalmente, pela autoidentificação desses como pertencentes às classes populares. Já a maior parte dos homens (trans), se apresenta como oriunda da classe média.

Apesar de a pesquisa buscar experiências de homens em processo de transição do gênero, não há uma ilusão de que a vivência é una. Buscou-se traços gerais dessas experiências, pois são levadas em consideração as diferenças que outros marcadores sociais produzem na experiência e construção do indivíduo. A pesquisa buscou ser realizada a partir da interseccionalidade (BRAH, 1996; FACCHINI, 2009; STOLCKE, 2006). São levados em conta na análise, principalmente, os seguintes marcadores sociais de diferença: identidade de gênero, classe social, raça/cor e sexualidade. Alguns interlocutores, por exemplo, são oriundos de classes populares, isso faz com que tenham oportunidades diferentes das de indivíduos de classe média, assim como pode influenciar no desenvolvimento de masculinidades distintas.

Ao analisar as narrativas que são construídas para expressar a experiência dos sujeitos e também para trabalhar com “experiência”, é necessário abordar processos de produção de identidade, insistindo na natureza discursiva da experiência e na política de sua construção, como Joan Scott (1991) afirmou, “O que conta como experiência não é auto-evidente nem direto; é sempre contestado, portanto, sempre político” (SCOTT, 1991 p. 13).

E ao adotar a perspectiva feminista, compreende-se a pesquisa como uma prática social, o conhecimento produzido como conhecimento situado (HARAWAY, 1991) e as relações entre academia e políticas públicas como uma estratégia política, que ao analisar e dialogar com projetos sociais e instituições, também pode contribuir para o desenvolvimento destes.

O presente trabalho parte da crítica à patologização da transexualidade, compreendendo a importância da autodeterminação de gênero e principalmente reconhecendo a diversidade de formas de subjetivação na transexualidade. Porém, como afirmou Judith Butler, a autonomia trans não será alcançada sem a assistência e o suporte de uma comunidade, principalmente por se tratar de uma escolha corajosa e difícil, tal como é a escolha pela transformação corporal (BUTLER, 2010). Mas o diagnóstico continua sendo valorizado por alguns por facilitar um percurso economicamente viável para a transição. Por outro lado, a firme oposição ao diagnóstico se dá porque este continua a patologizar como doença mental o que deveria ser, ao contrário, entendido como uma possibilidade, entre outras, de determinar o próprio gênero (BUTLER, 2010). Assim, o grande desafio é a construção da possibilidade da despatologização da transexualidade no Brasil, sem, contudo, prescindir da consolidação de uma rede assistencial no SUS que tenha como objetivo a qualidade da assistência e a

promoção da autonomia trans (ÁRAN 2009, p. 98; BUTLER, 2010).

Vê-se que as temáticas da transexualidade masculina ainda foram pouco estudadas e esta pesquisa visa contribuir com essa área, trazendo novas questões a serem analisadas. Assim como faz um paralelo entre as experiências dos homens (trans) e as experiências dos homens (*boys*), a partir de suas narrativas. Os interlocutores dessa pesquisa têm profissões e ocupações diferentes: engenheiro, estudantes, auxiliares de pedreiro, atendentes de telemarketing, psicólogo, transativistas e feministas, entre outras, transitam por diferentes áreas de Recife, ocupando diferentes espaços, inseridos em classes sociais diferentes e tendo acesso e oportunidades desiguais.

Mas antes de apresentar um pouco mais a pesquisa, torna-se mister explicar como cheguei até eles e a este tema de pesquisa. Na minha trajetória acadêmica, na formação no curso de bacharelado em Ciências Sociais, na UFPE, sempre estive envolvida com pesquisas sobre gênero e sexualidades, nos núcleos de pesquisa em que fiz e faço parte, no Núcleo de Pesquisa em Família, Gênero e Sexualidade - FAGES e Núcleo de Pesquisa em Gênero e Masculinidades - GEMA, ambos da UFPE, além de estar envolvida há anos com a militância feminista e a militância LGBT, integrando diferentes grupos<sup>8</sup>.

Então, em 2012, tive a oportunidade de participar do VERSUS - Vivência, Estágio e Realidade do SUS, e um dos locais visitados por mim a partir desse estágio organizado por várias instituições - entre elas o Ministério da Saúde - foi o Consultório de Rua, e o que mais me chamou atenção foi o público de transexuais e travestis desse projeto e como os profissionais lidavam com essas usuárias, foi a partir desse momento que meu diálogo com o projeto se iniciou, assim como cresceu o interesse da temática sobre transgeneridade, fazendo com que facilitasse o desenvolvimento da minha pesquisa. No trabalho do C.R., muitos profissionais entendem a transexualidade como sinônimo de transexualidade feminina, e isso fez com que eu buscasse mais informações sobre a transexualidade masculina - este segmento ainda tão invisibilizado.

Nas conversas iniciais que tive com profissionais das instituições citadas, quando eu explicava o meu interesse em pesquisar com/sobre os homens (trans) de Recife, e informava-os da busca por interlocutores com uma diversidade de perfil, inclusive, oriundos de diferentes classes sociais, aconselhavam-me a mudar o foco da pesquisa, porque no contexto de classes populares não existiam homens (trans) ou esses nunca procuraram essas instituições. Segundo eles, os homens (trans) usuários eram de classes médias e lá me

---

<sup>8</sup> Fiz parte de alguns coletivos feministas, como: Coletivo de Jovens Feministas e o Feminismo Agora, e LGBT, como o Coletivo Além do Arco-íris.

informavam da condição de vida que muitos tinham e sobre a diferença com as mulheres (trans) e travestis, nesse segmento social a maioria que busca as instituições são de classes populares, de acordo com esses profissionais.

No entanto, essas informações chocavam com as que eu já tinha a partir do acompanhamento do trabalho do Consultório de Rua - única instituição que afirmava conhecer possíveis interlocutores para mim com esse perfil. Segundo esses profissionais, existiam usuários que adotavam nomes masculinos, mas que tinham corpos designados como femininos, e eram oriundos de classes populares. Então, a minha questão passou a ser como chegar a esses interlocutores. A partir daí, conheci o trabalho do Centro da Juventude e fui aumentando minha rede de contatos através das entrevistas que tinha feito com estudantes do C.J. e com profissionais que foram me indicando outros interlocutores - todos esses - homens (*boys*). O mesmo ocorreu com os interlocutores indicados pelo CECH e CMRC LGBT, que logo me levou a ter acesso aos usuários do “Espaço Trans” e militantes do IBRAT – estes, homens (trans).

Contudo, aquelas instituições de fato afirmaram o que eu também encontrei em minha pesquisa: é muito mais fácil ter homens (trans) em classes médias, até porque muitos homens (*boys*) de classes populares não conhecem a 'transexualidade masculina' e, se conhecem, têm poucas informações e referências, ou não se identificam com essa terminologia ou com outras, usadas pelos movimentos de busca de direitos que se relacionam com gênero e sexualidade. E os poucos interlocutores que são usuários das instituições ligadas à conquista de direitos LGBTs e se identificam como oriundos de classes populares, têm trajetórias diferenciadas: têm graduação completa ou em andamento, acesso à informação e/ou já eram militantes antes de se identificarem como transexuais.

Ou seja, uma das questões observadas na pesquisa é que o termo “homens (trans)” e outros correlacionados, ainda não são de fácil acesso às classes populares, apesar de alguns interlocutores (*boys*) conhecerem a categoria transexualidade, ela é usada como sinônimo das transexualidades femininas, não se conhece, ou raramente se conhece, a possibilidade das transmasculinidades.

E o objetivo principal que norteou a pesquisa foi analisar os desafios atuais para ser reconhecido como homem na sociedade, focando nos sentidos e significados construídos sobre saúde, corpo, gênero e direitos, a partir das narrativas dos homens (trans) e homens (*boys*) presentes em espaços públicos em Recife. Buscou-se também, compreender o processo de identificação como homens e a autodefinição como homens e como homens (trans) dos interlocutores; compreender a construção da masculinização do corpo e masculinidades;

analisar a visibilidade social desejada pelos interlocutores, ou seja, o posicionamento social, a incidência política e a reivindicação por direitos desses segmentos sociais; realizar uma análise sobre como a Rede de Atendimento na RMR pode contribuir em relação às informações e garantias de direitos.

Nesta pesquisa, os entrevistados foram divididos em dois grandes grupos, a partir dos termos usados por eles para a identidade de gênero. O primeiro grupo apresentado é composto por sujeitos que se identificam como homens (trans) e outros termos relacionados e o segundo é composto por interlocutores que também se identificam como homens e outros termos, sendo utilizado o termo homens (*boys*), também, para facilitar a diferenciação dos dois grupos.

O presente trabalho está dividido da seguinte forma, o capítulo inicial contém em sua primeira parte a revisão de literatura e o quadro teórico utilizado, com análises e citações de autores e autoras que foram referências para esta pesquisa; na segunda parte, foi realizada uma contextualização sobre as transexualidades após as *Scientia Sexualis*, sobre o Processo Transexualizador do SUS- PTSUS, no Brasil e uma crítica à patologização das identidades (trans); ao final foi realizada uma descrição sobre o processo de pesquisa em campo.

O segundo capítulo se refere ao grupo de interlocutores homens (trans), no qual a partir de tópicos sobre gênero, corpo e saúde, e de subtópicos que destrincham as temáticas, são apresentadas narrativas e análises sobre essas e o diálogo com autores(as) sobre cada uma.

Já o terceiro capítulo, focaliza na análise de narrativas dos homens (*boys*). O capítulo começa com os relatos de um interlocutor, Paulo, em que se pretende problematizar temas de interesse da presente pesquisa - gênero, reconhecimento, sexualidade, classe, entre outros - a partir das narrativas desse interlocutor. O capítulo segue com o relatos dos outros interlocutores, desenvolvendo temas que se referem à temáticas de gênero, corpo e saúde.

O quarto capítulo discute direitos e desafios para o reconhecimento como homem na sociedade e traz outras vozes. Na primeira parte, é trazida uma reflexão sobre direitos no contexto dos homens (*boys*), também com análise de relatos de profissionais do C.J.. A segunda parte é dedicada aos homens (trans) e traz uma contextualização sobre o movimento LGBT e de homens (trans), e relatos de lideranças do movimento de homens (trans), assim como análises feitas por mim, a partir de observação participante realizada em alguns eventos sobre gênero e sexualidade. Após isso, vêm as “Considerações Finais”, etapa que pretende apresentar algumas (in)conclusões sobre a pesquisa realizada.

## 2 HOMENS EM DIFERENTES ESPAÇOS DE INTERLOCUÇÃO

“Homens trans [...] sempre foi uma categoria social e política invisível e inexistente. Tal situação vem sendo modificada [...]. Consideramos também a invisibilidade uma expressão da transfobia, da homofobia e do machismo, que nos obriga a permanecermos invisíveis como uma medida de proteção contra violências as mais diversas e negação de direitos.”<sup>9</sup>

### 2.1 Parte 1 - De onde Eu Parto

#### 2.1.1 Diálogo com outras Produções

A transexualidade comumente remete a experiências de sujeitos que nascem com seus corpos tendo designação masculina e que se submetem a mudanças físicas para serem reconhecidos socialmente como pertencentes ao gênero feminino, ou seja, a mulheres transexuais. Isso se deve a invisibilidade das vivências dos “homens trans”, assim como, também, pela falta de estudos que abordam essa temática, como afirmam Ávila e Grossi (2010):

[...] são praticamente inexistentes no Brasil, estudos sobre transmasculinidades e que os transexuais masculinos, parecem ter menos visibilidade que as transexuais femininas tendo em vista a ampla variedade de estudos sobre travestilidades femininas como os de Marcos Benedetti (2005), Don Kulick (1996, 1997, 1998), Roger Lancaster (1998) e Fernanda de Albuquerque e Maurício Janelli (1995), e transexualidade feminina como os de Berenice Bento (2006), em comparação com a quase inexistência de similares sobre a transexualidade masculina (2010, p. 1).

Apesar da escassez de trabalhos que abordem essa temática, apresentarei algumas pesquisas sobre esse tema, especificamente. Nesse texto, citado acima, as autoras também abordam os discursos patologizantes que envolvem a questão da transmasculinidades e que ainda perduram. Elas apontam para a emergência de uma “nova” identidade (trans) no Brasil e enfatizam as reivindicações de transexuais quanto à autodeterminação, livre de intervenções médicas, psiquiátricas e jurídicas (BUTLER, 2004).

O texto citado acima foi escrito a partir da tese de doutorado de Ávila (2014), que tem

---

<sup>9</sup> Trecho da página 2, do Relatório do I Encontro de Homens Trans do Norte E Nordeste 14, 15 E 16 de Junho, de 2013, João Pessoa, Paraíba.

como foco de pesquisa 'transhomem' - termo utilizado por ela para se referir aos que na presente pesquisa são identificados como homens (trans). Ávila, em sua tese, tem como principal objetivo entender as transmasculinidades brasileiras. Sua amostra foi composta majoritariamente por 'transhomens' que pertencem às classes média e alta, brancos, moradores de regiões urbanas do sudeste e sul do país. Ávila desenvolveu uma etnografia em que foram utilizadas mídias digitais, tais como e-mail e redes sociais, e a criação de um site próprio, portanto, a maioria das entrevistas foi realizada em espaços virtuais. A autora conclui que as transmasculinidades podem ser marginalizadas pela masculinidade hegemônica, assim como esta pode ser desestabilizada por causa das masculinidades produzidas, diferentes da dominante. Ela entende que não há um modelo universal de transmasculinidades, podem ser construídos diversos modelos de masculinidades, mesmo estando inseridos em práticas de dominação, subordinação e marginalização.

Para chegar ao entendimento das transmasculinidades brasileiras, ela começou pela busca da auto-identificação enquanto 'transhomens' e viu que esse pode ser um processo longo e marcado por diversas questões que relacionam a esfera privada e pública, e envolvem medo, violências e fantasias. Ávila (2014) em sua tese também faz uma importante investigação sobre a emergência do movimento de 'transhomens' no movimento LGBT e faz um apanhado sobre os grupos existentes, compostos por esses sujeitos que cada vez mais lutam por espaço e visibilidade no cenário político atual. Ao iniciar minha pesquisa, eu não tinha informação e acesso ao trabalho de Ávila, imaginei que a presente pesquisa seria de caráter exploratório, inicial no campo. Entretanto, ter acesso ao trabalho dela foi muito proveitoso para uma orientação dos meus objetivos e o foco de pesquisa, e para estabelecer diálogos e, quando possível, comparações com esse trabalho - já finalizado.

Outro trabalho que também dá voz às reivindicações do reconhecimento dos homens (trans), é o texto intitulado “Homens Trans: novas matizes na aquarela das masculinidades”, de Almeida (2012), que a partir de sua experiência com homens (trans) no Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde – (SUS), traz novas contribuições aos “estudos trans”. Ele, entre outras questões, problematiza a autodeterminação, indiferenciação e visibilidade. Em se tratando da primeira, este diz que é comum os homens (trans) estarem, quando inclusos inicialmente em grupos LGBTs, subsumidos em espaços lésbicos, muitas vezes pela dificuldade de se encontrar pares. Comumente, a autodeterminação se dá em espaços virtuais, a partir da veiculação midiática, em ambientes hospitalares, universitários ou em espaços do movimento LGBT.

Em relação à indiferenciação e visibilidade, o autor problematiza a questão da falta de

estudos sobre transmasculinidades e aponta para a ignorância da sociedade sobre a condição dos homens (trans); muitos não consideram a possibilidade de transição do gênero feminino ao masculino. Uma explicação possível para o autor seria o falocentrismo, outra, seria pelo fato de que a construção dos corpos masculinos nos homens (trans) se dá de forma que atenda às expectativas da sociedade de como deve ser um homem. Quando há o uso de testosterona e, principalmente, a mastectomia, vê-se uma transformação eficaz, em outras palavras, os homens (trans) ficam muito 'passáveis'. Isso contribui para a invisibilidade das experiências deles, e muitos, se sentem confortáveis com essa indiferença.

Outro texto que aborda a temática da auto-identificação, ao analisar as múltiplas experiências corporais e subjetivas dos interlocutores, é a tese de doutorado de Duque (2013), em que ele pesquisa a experiência de *se passar por homem e/ou se passar por mulher*, como performances contemporâneas de feminilidades e masculinidades que revelariam normas e dimensões constitutivas de um regime de visibilidade/reconhecimento. O autor, a partir de diversos métodos, trabalha com lésbicas, gays, mulheres transexuais, homens transexuais, *drag king*, *drag queen*, andróginos e travestis; ele também considerou outros marcadores sociais da diferença, além de gênero e sexualidade.

Nesse trabalho, Duque (2013) traz que a constituição do “se passar por” se dá via agência dos interlocutores diante de uma diversidade de elementos, como: materialidade do corpo, a localidade em que eles se encontram, a forma como se reveste o corpo, a legitimidade de documentos legais, mas, principalmente, a interação com as outras pessoas e o reconhecimento. É problematizado também o contexto atual de valorização das diferenças ao mesmo tempo em que os que desafiam normas e convenções estão expostos a inúmeros tipos de violência em seu cotidiano.

Um outro estudo que destaca a transgressão, sobretudo das experiências de transmasculinidades, é o “*Female Masculinity*”, de Judith Halberstam (1998). A autora também enfatiza a positividade e a importância de se encarar a masculinidade como não pertencendo aos homens (HALBERSTAM, 1998). A autora problematiza a questão das masculinidades produzidas por mulheres - as ditas *butches*, ou lésbicas ultra-masculinas - e levanta reflexões importantes sobre a desestabilização que isso acarreta, em se tratando do gênero tão associado ao sexo biológico. O trabalho dessa autora foi muito importante para pensar as masculinidades produzidas e construídas por corpos que não são biologicamente masculinos, e isto ajudou a dar visibilidade a subgrupos que antes eram vistos de forma reducionista e/ou patologizada, assim como trabalhos de outras autoras (FACCHINI, 2009; LACOMBE, 2007; MEINERZ, 2008; NOGUEIRA, 2011) que também têm os trabalhos de

Halberstan (1998) como referência.

O trabalho de Nogueira (2011), traz a experiência de quatro mulheres - pobres, negras, domésticas e cozinheiras - que se travestiam, como recurso performático para circularem por espaços públicos de cidades grandes, nos anos de 1920 até 1960. Essas experiências de travestimento, representam categorias performativas que não podem ser reduzidas às questões de gênero e sexualidade, visto que estão relacionadas a vários eixos de diferenciação social como classe, raça e de relações de poder. Além de categoria performativa, em um dos casos relatados pela autora, havia um que se identificava como homem e que vivia em tempo integral de tal forma. A pesquisa dialoga com o presente trabalho, pois a autora leva em consideração a origem das(os) interlocutoras(es) para analisar o fato de estarem à margem de direitos e mais expostas(os) à violência, principalmente diante dos oficiais de governo e da medicina legal, naquela época.

Vê-se que o presente trabalho se diferencia dos demais apresentados em vários aspectos. Primeiro, porque este buscou uma diversidade nos homens - interlocutores da pesquisa. Nem todos, como já mencionado, se identificam como transexuais. Eles estão inseridos em espaços de interlocução diferentes, são oriundos de classes médias ou classes populares, fazendo com que criem diferentes estratégias. Por exemplo, para a masculinização do corpo e para aumentar sua passabilidade cis<sup>10</sup>, uma vez que os homens (*boys*) não estão inseridos no Processo Transexualizador do SUS-PTSUS, há lógicas, valores e estratégias; diferente dos homens (trans), por exemplo, já que todos os entrevistados nesta pesquisa, inseridos neste último contexto, estão no PTSUS e a maioria é envolvida com a militância de homens (trans). Além de outras diferenças que se relacionam com outros marcadores sociais: raça/cor, sexualidade, entre outros.

Segundo, porque a presente pesquisa utilizou entrevistas como principal método, além de entrevistar pessoalmente todos os interlocutores e também profissionais que trabalham nas instituições que os interlocutores são usuários, para entender as ideias que norteiam o trabalho daqueles. O terceiro ponto é que além das entrevistas realizadas, se fez um esforço etnográfico para realizar observação participante nos espaços públicos dos diferentes contextos sócio-econômico-cultural dos entrevistados - no Centro da Juventude, em eventos LGBTs, participação em redes sociais de mídias digitais, como em grupos de *whatsapp*, entre outros que serão apresentados, principalmente, no último capítulo.

A maioria dos trabalhos acima apresentados são influenciados e inspirados em “estudos

---

<sup>10</sup> Uma pessoa que tem passabilidade cis é que consegue “se passar por” mulher ou homem cisgênero, em sendo esse gênero que ela se auto-identifica oposto ao sexo em que foi assignado ao nascer.

de gênero”, “estudos feministas”, “estudos trans”, “estudos *queer*”, “estudos de masculinidades”, entre outros. E o presente trabalho também pretende estar articulado com a produção teórica desses estudos.

### 2.1.2 Trajetórias Inspiradoras

O presente texto utiliza a categoria gênero a partir da ideia de que esta categoria está social, cultural e historicamente em construção. Scott (1988 p. 14), afirmou que o gênero não é somente algo historicamente determinado a partir da diferença dos sexos, mas é algo que dá sentido a essa diferença, “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”. Abaixo, a definição da autora.

Por ‘gênero’, eu me refiro ao discurso sobre a diferença dos sexos. Ele não remete apenas a ideias, mas também a instituições, a estruturas, a práticas cotidianas e a rituais, ou seja, a tudo aquilo que constitui as relações sociais. O discurso é um instrumento de organização do mundo, mesmo se ele não é anterior à organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primária, mas ele constrói o sentido desta realidade. (Scott 1998, p. 15).<sup>11</sup>

Butler (2010a), em sua definição, acrescenta que a "performatividade" do gênero é um efeito discursivo e o sexo é um efeito do gênero (BUTLER, 2010a). Nesse sentido, o discurso habita o corpo, de certo modo, molda o corpo e se confunde com este. Ou seja, o “sexo” não seria somente um dado material do corpo, sendo que também não é simplesmente causado por um discurso, o sexo seria materializado por práticas regulatórias reiterativas através do tempo, seria um ideal regulatório que se materializa através da repetição ritualizada das normas de gênero, essa materialização é imposta e é através dessa, que a pessoa se torna viável na sociedade.

A autora propõe um “retorno ao conceito de matéria, não como local ou superfície, mas como um processo de materialização que se estabiliza através do tempo para produzir o efeito de fronteira, de fixidez e de superfície daquilo que nós chamamos matéria” (BUTLER, 1999, p. 154). Para a autora:

Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente

---

<sup>11</sup> Tradução minha (Scott 1998, p. 15).

concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “o sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura (BUTLER, 2010, p.25).

Butler (2006), afirma que o gênero é performativo, considerando a performatividade como uma prática reiterativa e referencial, mediante a qual o discurso produz os efeitos que nomeia (BUTLER, 2006). Para Butler (2006), o gênero, como norma, é uma forma de poder social que produz o campo de inteligibilidade dos sujeitos e funciona como um dispositivo pelo qual se institui a binaridade do gênero, nesse sentido, o masculino e o feminino são produzidos e naturalizados, e como norma reguladora, pode punir aqueles que se desviam. Porém, as experiências de transgêneros<sup>12</sup>, transexuais, travestis, entre outras, mostram que o gênero pode se deslocar dos binarismos naturalizados, desestabilizando-os.

Para Butler, não há uma ideia estática da identidade de gênero, sendo essa um permanente processo de construção e as categorias analíticas de sexo e gênero sendo instáveis por causa das ambivalências e multiplicidades que emergem da formação de subjetividades e das práticas (STOLCKE, 2004). Para a autora (BUTLER, 2010a), a matriz heterossexual conceitua gênero e desejo a partir da binaridade homens-mulheres. A heterossexualidade compulsória exige a coerência e a continuidade entre sexo-gênero-prática sexual-desejo, para constituir gêneros inteligíveis; quem não corresponde a essa lógica, se constituiriam em seres 'abjetos', são “identidades” que não poderiam existir, para essa matriz.

As sociedades inventam formas de materializar o sexo nos sujeitos e também "normas regulatórias" que necessitam ser sempre citadas, repetidas e reiteradas. Porém os corpos não se conformam diretamente às regras que os regulam, nunca aderem completamente às normas impostas às suas materializações. As ideias de Butler (2010) ajudam a analisar como as pessoas vivenciam a sexualidade e como concebem sua identidade de gênero, ajudando a compreender a multiplicidade de sujeitos e experiências que existem e sempre existiram na sociedade, mas que em algumas épocas foram silenciadas.

A partir do que se produziu e naturalizou em relação à diferença entre os sexos, se

---

<sup>12</sup> Segundo Jaqueline Gomes de Jesus (2012), as pessoas transgênero, ou como muitos chamam 'pessoas transgêneras', são as que não se identificam com o gênero que lhes foi determinado ao nascer, como transgênero, ou trans. Ainda não há consenso sobre o uso desse termo, algumas pessoas consideram transgênero como uma categoria diferentes das de travestis e transexuais. Há pessoas que não se identificam com qualquer gênero, essas também são chamadas de transgênero por alguns, se usa o termo *queer*, ou até mesmo, “andrógino” (JESUS, 2012).

institucionalizou a definição das características que compõe a identidade do masculino e do feminino, nas diferentes épocas e culturas. Para Butler, é impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que ela é produzida e mantida (BUTLER, 2010a, p. 20). Tanto as mulheres quanto os homens são controlados e vigiados, em se tratando da manutenção dos atributos e características aprendidas como naturais de cada sexo/gênero.

Sobre masculinidades, adota-se aqui uma visão de que para os homens manterem seu domínio socialmente, existe uma masculinidade hegemônica, que varia nos diferentes contextos, que embora não afirme que essa seja adotada pela maioria dos homens, acredita-se que esse modelo é um padrão de práticas - não apenas uma série de expectativas de papéis ou uma identidade - que possibilita que a dominação dos homens sobre as mulheres continue, que legitima a subordinação das mulheres (CONNEL, 2013). Seria uma forma normativa de se pensar a masculinidade, em que os homens deveriam se posicionar em relação àquela. A hegemonia não significa violência, mas se reconhece que essa pode ser sustentada pela força, significa ascendência alcançada através da cultura, das instituições e da persuasão (CONNEL; MESSERSCHMIDT, 2013). “O modelo hegemônico, ‘normal’, de masculinidade é tão predominante que muitos creem que as características e condutas associadas ao mesmo sejam “naturais” (CONNELL, 1995, p. 27).

As masculinidades são configurações de práticas que são realizadas na ação social e, dessa forma, podem se diferenciar de acordo com as relações de gênero em um cenário social particular. Além das masculinidades consideradas hegemônicas, existem as masculinidades alternativas a esse modelo, que seriam subordinadas. O presente trabalho evitou utilizar a categoria “masculinidades subalternas” para se referir as masculinidades produzidas que são diferentes da hegemônica, por acreditar que esse termo traz um viés negativo às diferentes masculinidades produzidas (GROSSI, 2004), outrossim, utiliza o termo masculinidades alternativas, para se referir as masculinidades não hegemônicas (ÁVILA, 2010). Porém, se reconhece o quanto de exclusão, força e violência, que muitas vezes são necessárias para se manter o poder das masculinidades hegemônicas, na hierarquia entre masculinidades - como será percebido a partir das narrativas dos interlocutores e na hierarquia entre os gêneros.

Em sua reformulação do conceito de masculinidades hegemônicas, o autor, a partir das pesquisas e críticas realizadas em torno do conceito e das produções que o utilizaram, modificou o conceito em quatro grandes áreas: a) a natureza das hierarquias de gênero; b) a geografia das configurações de masculinidade; c) o peso do social no processo de incorporação da masculinidade e d) a dinâmica das masculinidades. Mas a característica fundamental do conceito continua sendo a combinação da pluralidade das masculinidades e a

hierarquia entre masculinidades.

Na primeira área acima citada, o autor entende que a masculinidade hegemônica deve ser compreendida a partir de uma visão mais holística da hierarquia de gênero: reconhecendo a agência dos grupos subordinados, o poder dos grupos dominantes e o condicionamento mútuo das dinâmicas de gênero e outras dinâmicas sociais, pois se reconhece que a motivação para uma versão hegemônica específica varia de acordo com o contexto local e essas versões locais de masculinidade diferem entre si. A segunda área, sobre a geografia das configurações de masculinidade, se relaciona com a primeira, e propõe três níveis para se pensar a masculinidade: o local, o regional e o global. Considera-se que os níveis se relacionam entre si, havendo uma interseccionalidade entre eles, que são importantes nas políticas de gênero. Além de o autor considerar que as masculinidades hegemônicas são constituídas também nas interações entre homens e mulheres.

As áreas seguintes repensadas pelo autor, referem-se à incorporação social, que entende que a masculinidade hegemônica está relacionada com formas particulares de representação e uso dos corpos dos homens, em que se pensa também os entrelaçamentos das incorporações com os contextos sociais e as práticas corporais ligadas às estruturas sociais. Em relação à dinâmica das masculinidades, o autor vai afirmar que:

“Colocada de outra maneira, a conceitualização da masculinidade hegemônica deveria explicitamente reconhecer a possibilidade da democratização das relações de gênero e da abolição de desigualdades de poder, e não apenas a reprodução da hierarquia. Um movimento transicional nessa direção requer uma tentativa de estabelecer como hegemônica dentre os homens uma versão da masculinidade aberta à igualdade com as mulheres. Nesse sentido, é possível definir uma masculinidade hegemônica completamente “positiva”. A história recente mostrou a dificuldade de se atingir essa prática. Uma hegemonia positiva permanece, todavia, como uma estratégia-chave para os esforços contemporâneos de reforma”. (CONNEL; MESSERSCHMIDT, 2013).

Connel e Messerschmidt (2013), vão enfatizar nessa reformulação a transformação social, também por causa das críticas que seu conceito teve a partir das produções que se basearam nesse conceito e muitas, inclusive, não utilizaram “gênero” como categoria analítica e/ou não problematizaram a construção social que mantém e reforça o poder dos homens sobre as mulheres (MEDRADO, LYRA, 1998; 2008).

Outro teórico que muito ajuda a pensar sobre a construção de masculinidades, feminilidades e a vivência da sexualidade, é Foucault. Esse autor já afirmava, em Vigiar e Punir (1986) e em História da Sexualidade (2007), que “nossos corpos são treinados, moldados e marcados pelo cunho das formas históricas predominantemente de individualidade, desejo, masculinidade e feminilidade” (BORDO, 2000, p. 17). O autor

(2007) destacou que o poder existente nas relações humanas se dá a partir do corpo, em sendo este objeto de dominação e de submissão. Ele analisou as múltiplas relações de poder que existem em nossa sociedade a partir das relações existentes nas instituições e entre essas e as pessoas. Foucault (1996), nomeia essas relações de ‘micropoderes’ que são construídos também por meio da disciplina dos corpos.

Numa sociedade disciplinar, o sexo social tinha que coincidir com o sexo anatômico e com o sexo jurídico, e isso formava uma das bases na sociedade (FOUCAULT, 2005). O autor trabalha com dois conceitos fundamentais para se pensar o sexo-poder, o dispositivo da sexualidade e a *scientia sexualis*.

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e poder (FOUCAULT, 2005 p. 67).

Foucault afirma que o dispositivo da sexualidade seria o conjunto de conhecimentos, práticas e instituições que trouxeram para sexualidade uma coerência e uma centralidade na vida das pessoas. Já a *scientia sexualis* seria o conjunto de regras que disciplinavam os saberes sobre sexo e prazer, as quais levavam em conta uma biologia da reprodução humana ao lado de uma medicina do sexo (FOUCAULT, 2007; LÉON, 2009). Essas ideias tinham o poder de afirmar o que era certo e errado, em se tratando de sexualidade, e controlar o que poderia ou não ser dito. A partir desses saberes que tinham a ideia de normatizar a sociedade, que se desenvolveram principalmente a partir do século XVIII e que se começou a marginalizar indivíduos - na época considerados criminosos ou loucos - que hoje são homossexuais e lésbicas, transexuais, travestis, entre outros.

Foucault queria desnaturalizar a sexualidade e os comportamentos relacionados. Para ele, a sexualidade era algo socialmente construído, o sexo foi abordado por ele como discurso, significação, história. O dispositivo da sexualidade e a *scientia sexualis* vão se fixar também na relação do sujeito consigo mesmo e vai conseguir ocupar uma centralidade, ligando socialmente as pessoas através de uma identidade sexual, sendo de fundamental importância para a individualidade e identidade das pessoas. Foi também através do cristianismo que os indivíduos foram se reconhecendo como sujeitos de prazer, de desejo, de tentação e por vários meios (exames de si, reconhecimento de culpa, exercícios espirituais, confissão) que os sujeitos desenvolveram em relação a eles mesmos o mais individual de suas subjetividades, o

jogo do verdadeiro e do falso (FOUCAULT, 2007). Ou seja, o sexo-poder constrói normatividades (por causa das formas de saber), normatizações (por causa do poder), disciplinamento e subjetividades (FOUCAULT, 2007; LÉON, 2009).

Muitos teóricos dos “estudos *queer*” se baseiam em Foucault e em Derrida, utilizam seus métodos e alguns conceitos que são de fundamental importância, como os conceitos de complementaridade - que afirma que a sociedade opera em binarismos e que o hegemônico se constrói a partir de um oposto inferiorizado - de Derrida (2004) e também a desconstrução como procedimento metodológico - com a ideia de desestabilizar binarismos linguísticos e conceituais, e o já citado dispositivo da sexualidade, para pensar o sexo-poder - de Foucault (2007) (MIKOLCI, 2009).

A teoria *queer* foi desenvolvida nos anos 1980 por diversos teóricos. Nasceu do diálogo dos Estudos Culturais com o Pós-estruturalismo francês. Mikolci (2009), acrescenta que o rompimento com a concepção cartesiana do sujeito como base de uma ontologia e de uma epistemologia, foram de suma importância, assim como a problematização de categorias como sujeito, identidade, agência e identificação. Isso fez com que esses estudos *queer* focalizassem nos processos sociais que tem a função de normalizar e criar classificações que podem gerar a ilusão de sujeitos estáveis, identidades sociais e comportamentos coerentes e regulares. Hoje, emerge a ideia das intersecções de diferenças para se pensar as relações e processos sociais, para substituir a centralidade que a sexualidade adquiriu nos estudos *queer* (MIKOLCI, 2012).

Esse termo, “*queer*”, foi utilizado por Tereza de Lauretis pela primeira vez com a ideia de ressignificar, positivar e fortalecer os indivíduos que eram designados como *queer*, nos EUA, podendo “ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário”, diz Louro (2004, p. 38). No entanto, o termo “*queer*” hoje é muito utilizado para designar indivíduos que não correspondem à norma binária de gênero e/ou que vivenciam sexualidades alternativas. Os estudos *queer* podem ser vistos como “daqueles conhecimentos e daquelas práticas sociais que organizam a ‘sociedade’ como um todo, sexualizando – heterossexualizando ou homossexualizando – corpos, desejos, atos, identidades, relações sociais, conhecimentos, cultura e instituições sociais” (SEIDMAN, 1996, p.13).

Para Adriano de Léon<sup>13</sup> (2012), a teoria *queer* parte de cinco pontos centrais: a) as

---

<sup>13</sup> Participei na V Reunião Equatorial de Antropologia-REA/XIV e Reunião de Antropólogos Norte e Nordeste- ABANNE, a REA ABANNE, de 2015, de um minicurso sobre estudos *queer* com o Professor Adriano de Léon e as discussões feitas lá foram importantes para mim no desenvolvimento da pesquisa, sobre os estudos

identidades são sempre múltiplas, compostas por um número infinito de “componentes de identidade”- classe, orientação sexual, gênero, idade, nacionalidade, raça/etnia, etc. - que se articulam de várias formas; b) qualquer identidade construída é arbitrária, instável e excludente, já que silencia outras experiências de vida, a afirmação de uma identidade obedece a imperativos estruturais de disciplina e regulação que visam confinar comportamentos individuais, marginalizando outras formas de apresentar o “eu”, o corpo, as ações e as relações entre as pessoas; c) a teoria *queer* propõe que se reconheça a identidade como algo permanentemente aberto, fluído e passível de contestação, com o intuito de encorajar o surgimento de diferenças e a construção de uma cultura onde a diversidade é acolhida; d) postula também, que a teoria ou política de homossexualidade, centrada no “homossexual”, reforça a dicotomia hetero/homo e fortalece o atual regime sexual que estrutura e condiciona as relações sociais ocidentais; e) a teoria *queer* apresenta-se enquanto proposta de teorização geral sobre a sexualização de corpos, desejos, ações, identidades, relações sociais, conhecimentos, cultura e instituições sociais (LÉON, 2012, p. 8).

Essa visão de identidade para os estudos *queer*, acima apresentada, teve como influência o trabalho de um teórico *queer*, Steve Seidman (1996), que afirma que as identidades podem funcionar como “formas de controle social, uma vez que distinguem populações normais e desviantes, reprimem a diferença e impõem avaliações normalizantes relativamente aos desejos” (SEIDMAN, 1996 *apud* LÉON, 2012). Vê-se claramente a influência do pós-estruturalismo francês e dos seus postulados sobre sexualidade e do sexo-poder.

A visão de identidade apresentada por Léon (2012) em sua apresentação dos pontos presentes nos estudos *queer*, dialoga com outros autores que vão questionar o conceito de identidade, apresentando ideias que diferem dos critérios axiológicos tradicionais. Como a análise do autor pós-colonial Stuart Hall (2006, p. 7) sobre a identidade cultural na pós-modernidade, que destaca a fluidez e descentralização, pois o autor afirma que o indivíduo moderno é visto como um ser fragmentado, isso faz com que surjam novas identidades, diferente da visão antiga do sujeito unificado. O autor afirma que a “identidade torna-se uma “celebração móvel” formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente e não biologicamente” (HALL, 2006, p. 12).

Esse processo de formação identitária não se dá apenas individualmente, apesar de

acontecer na interioridade do indivíduo, só é possível a partir da exposição do indivíduo aos discursos e signos que estão presentes nas suas relações e práticas com o mundo.

[...] as identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela. Isso implica o reconhecimento radicalmente perturbador de que é apenas por meio da relação com o outro, da relação com aquilo que não é, com precisamente aquilo que falta, com aquilo que tem sido chamado de seu exterior constitutivo, que o significado “positivo” de qualquer termo – e assim, sua “identidade” – pode ser construído [...] A unidade, a homogeneidade interna, que o termo “identidade” assume como fundacional não é uma forma natural, mas uma forma construída de fechamento: toda identidade tem necessidade daquilo que lhe “falta” (HALL, 2009, p. 111).

Essa ideia da fixidez da identidade como uma ilusão, um mito, desagrada muitas pessoas que são partidárias de uma ideia estável, fixa e imutável do ser. Mas o fato é que não se pode desconsiderar as identidades que estão sendo construídas a partir desse novo contexto, que tem as diferenças como grande agregador. Sobretudo, as identidades que são trabalhadas na presente pesquisa, que vão além do fato de haver diferentes posicionamentos de gêneros e sexuais que escapam dos modelos binários e também atravessam as fronteiras. O lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira. E os estudos *queer* ajudam a compreender que uma política de identidade também pode vir a ser cúmplice do cis-tema<sup>14</sup> do qual ela é contrária, por isso alguns autores propõem uma política pós-identitária (LOURO, 2001).

Voltando aos estudos *queer*, Preciado (2008), uma importante autora dessa área, se baseia em Foucault ao desenvolver o conceito de sexo-política, que seria uma das formas dominantes da ação biopolítica, que emerge com o sistema capitalista e questiona a noção de política segundo a qual o biopoder só produz disciplinas de normalização e determina formas de subjetivação. A autora (2008) acrescenta que, principalmente a partir da Segunda Guerra Mundial, houve a emergência de várias formas de transformações das tecnologias de produção de corpos e de subjetividades. E isso possibilita um outro regime de subjetivação: o da sociedade de controle, a sociedade “farmacopornográfica”. A organização do social seria derivada desse controle biopolítico, baseado nos processos de governo da subjetividade sexual nos seus modos moleculares (fármaco) e semiotécnicos (pornô).

Preciado chama essas novas tecnologias de “tecnologias moles, leves, gelatinosas, injetáveis” e afirma que a fixidez das técnicas disciplinares dos séculos XIX e XX, tornam-se

---

<sup>14</sup> Indivíduos cisgênero ou de “cis” é um conceito “guarda-chuva” que abrange pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído quando ao nascimento. Quando se fala em cis-tema se refere ao contexto de domínio das pessoas cisgênero, em que se inclui, o cissexismo e a transfobia.

obsoletas em relação ao caráter técnico e plástico do gênero. A autora analisa a dimensão semiótico-técnica da produção performativa do gênero e afirma que deveríamos falar em tecnogênero “se quisermos dar conta de um conjunto de técnicas fotográficas, biotecnológicas, cirúrgicas, farmacológicas, cinematográficas, ou cibernéticas, que constituem performativamente a materialidade dos sexos” (PRECIADO, 2008, p. 86). Nessa sociedade “farmacopornográfica”: “as tecnologias fazem parte do corpo, se diluem no corpo, se convertem em corpo [...] se incorpora” (PRECIADO, 2008, p. 74). E isso difere da sociedade disciplinar, em que as tecnologias de subjetivação controlavam o corpo. Nessa sociedade o corpo não habita mais os lugares disciplinares.

Le Breton (2007) afirma que o corpo do indivíduo moderno assume diferentes contornos estéticos, afastando-se, cada vez mais, de sua configuração original. Assim, ao ressignificar o seu corpo, o indivíduo transforma seu sentimento de identidade, que se desdobra em novas modalidades de vida (LE BRETON, 2007). Para Le Breton (2007), o corpo transexual é um corpo modelado, constantemente, a fim de conquistar uma aparência sexual que esteja em sintonia com a vontade do indivíduo. “É ele próprio, e não um destino anatômico, que decide seu sexo de eleição” (2007, p. 32 *apud* ARAÚJO, 2010).

Estariam inclusos as marcas corporais, o *body building*, as cirurgias estéticas e a transexualidade, que são considerados exemplos das variadas criações corporais da modernidade, que conservam a maleabilidade do corpo como característica comum. Muitas pessoas transexuais preferem realizar modificações corporais, com cirurgias e hormonização, isso evidencia que o corpo não é mais “puramente natural” (COLL-PLANAS; MISSÉ, 2010). Outros exemplos são o uso de anabolizantes, esteroides, tão comuns atualmente, tanto por pessoas cisgênero ou transexuais.

Isso faz com que seja cada vez mais comum que as pessoas (trans) sejam muito “passáveis”, sendo reconhecidas facilmente pelo gênero que se identificam, e não, por aquele que foram designadas ao nascer. A “passabilidade” se refere à credibilidade que a pessoa tem ao ser reconhecida em seu gênero não ser questionada sobre o gênero que se expressa. O já citado Duque (2013), em sua tese, desenvolve bem esse conceito de “passabilidade” - que também é um conceito êmico - e pensa as experiências de se “passar por” homem e/ou “passar por” mulher como interessantes para se pensar a performatividade do gênero e da sexualidade, sem ter uma ideia de uma relação causal entre esses, e sim, estando aberto para entender a interação entre esses âmbitos (DUQUE, 2013).

Contudo, a presente pesquisa adota o termo 'passabilidade cis', porque acredita que o termo 'passabilidade', usado isoladamente, pode ser problemático. Pois, principalmente, as

peças (trans) não estão 'se passando' por homens, no caso de homens (trans) ou por mulheres, para as mulheres (trans); elas são de fato homens e mulheres. Então, utilizar o termo “passabilidade cis” ou “passabilidade cisgênero”, esclarece que a 'passabilidade' que é buscada é diante de uma sociedade que tem uma visão normativa e biologizante do gênero, e suprimir a palavra “cis” pode ajudar a reiterar essa ideia normativa.

### 2.1.3 Estudos sobre Interseccionalidades

Avtar Brah (2006) faz uma importante contribuição nesse aspecto. A autora propõe o estudo da interseccionalidade, pensando essa como uma interconexão entre raça, classe, gênero e sexualidade ou qualquer outro marcador de “diferença”, a partir de uma análise que estude as inter-relações das várias formas de diferenciação, mas sem derivar todas elas de uma só instância determinante. E propõe que se considere a diferença como categoria analítica. Para ela, a diferença pode ter atualmente quatro maneiras de conceituação: a) a diferença como experiência; para a autora, a experiência é uma construção cultural, não reflete uma realidade pré-determinada, a experiência seria o lugar da formação do sujeito. Nessa definição, inclusive, a autora cita Joan Scott que afirma que a “a experiência é sempre uma interpretação e, ao mesmo tempo, precisa de interpretação”.

Scott (1991) reforça que para trabalhar com “experiência”, é necessário abordar processos de produção de identidade, insistindo na natureza discursiva da experiência e na política de sua construção. Como Joan Scott (1991) afirmou: “O que conta como experiência não é auto-evidente nem direto; é sempre contestado, portanto, sempre político” (SCOTT, 1991 p. 13). Para a autora, não são os indivíduos que têm experiências, e sim, os sujeitos que são constituídos pela experiência:

“Experiência nessa definição torna-se, então, não a origem de nossa explanação, não a evidência legitimadora (porque vista ou sentida) que fundamenta o que é conhecido, mas sim o que procuramos explicar, sobre o que o conhecimento é apresentado. Pensar experiência desse modo é historicizá-la, bem como historicizar as identidades que ela produz” (SCOTT, 1991, p. 11).

Joan Scott, em 1980, já afirmou que a diferença resulta da “designação do outro, que distingue categorias de pessoas a partir de uma norma presumida (muitas vezes não explicitada).” (SCOTT 1998, p. 297). Não é algo estabelecido e facilmente reconhecível, não pode ser tomada como algo dado, e sim, tem que se entender os processos sociais que criam

as diferenças e entender as normas, a partir das quais as diferenças são criadas (*apud* MIKOLCI, 2012).

Voltando à construção analítica de Brah (2006) sobre a diferença, a autora diz também que essa pode ser conceituada em: b) diferença como relação social. Nessa, a autora explica a construção da identidade de grupo, em como “a diferença é constituída e organizada em relações sistemáticas através de discursos econômicos, culturais e políticos e práticas institucionais” (BRAH, 2006, P. 321); c) diferença como subjetividade. Nessa conceituação, ela afirma que os processos de formação de subjetividades são, ao mesmo tempo, sociais e subjetivos; e d) diferença como identidade. Essa está diretamente ligada às três primeiras conceituações, questões de experiências, relações sociais e subjetividades.

As identidades são marcadas pela multiplicidade de posições de sujeito que constituem o sujeito. Portanto, a identidade não é fixa nem singular; ela é uma multiplicidade relacional em constante mudança. Mas no curso desse fluxo, as identidades assumem padrões específicos, como num caleidoscópio, diante de conjuntos particulares de circunstâncias pessoais, sociais e históricas [...] De fato, a identidade pode ser entendida como o próprio processo pelo qual a multiplicidade, contradição e instabilidade da subjetividade é significada como tendo coerência, continuidade, estabilidade; como tendo um núcleo – um núcleo em constante mudança, mas de qualquer maneira um núcleo – que a qualquer momento é enunciado como o “eu” (BRAH, 2006, P. 322).

Avtar Brah conclui, reforçando a ideia de não se compartimentalizar opressões, e sim, fazer um esforço para que se formule estratégias para enfrentar todas elas na base de um entendimento de como se interconectam e articulam, não seria como uma soma de opressões, mas em como essas categorias que formam a identidade se relacionam e se determinam mutuamente.

Todavia, para se pensar como algumas categorias podem se determinar, classe, raça e gênero, por exemplo, é necessário apresentar como a presente pesquisa trabalha com algumas dessas categorias. Além das considerações de Brah (2006) sobre interseccionalidade, utilizaremos Bourdieu (2007) para analisar principalmente a situação sócio-cultural-econômica dos interlocutores. Em seu livro, “A Distinção” (2007), o autor vai retirar a centralidade das questões econômicas para se analisar a sociedade e vai apresentar uma estrutura relacional, dando grande ênfase ao aspecto cultural na formação e luta de classe. A posição social de algum agente em um campo dependerá dos capitais objetivados na prática, o capital econômico, social, cultural e simbólico, a incorporação desses capitais, o *habitus*, que determina a classe social.

Para o autor, condições diferentes de existência produzem *habitus* diferentes - o *habitus*

funciona como uma “inconsciência de classe” - e esse organiza as práticas, a percepção sobre o mundo, produz estilos de vida, apreciações e pode funcionar para a manutenção da divisão em classes sociais diferentes e a reprodução da desigualdade, pois a fração de classe com maior valor simbólico, a classe dominante, estabelece sua cultura como legítima, 'distinta', e usam diferentes instrumentos e estratégias para a manutenção do poder. Ele define a classe social a partir da estrutura das “relações entre todas as propriedades pertinentes que confere seu valor próprio a cada uma delas e aos efeitos que ela exerce sobre as práticas” (BOURDIEU, 2007, p. 101).

Bourdieu (2007) também vai sugerir que pelo capital cultural, que inclui o que é aprendido na escola e fora da escola, e/ou manipulação de capitais a partir de trajetória individual - esforço, luta, estratégias de um indivíduo - ou pela trajetória social de grupos - lutas de grupos novos ou em declínio - pode haver uma mobilidade social. Nessas situações, os diferentes tipos de capitais seriam acionados e reconvertidos. Além desses princípios de desigualdade, Bourdieu reconhece outros: gênero, raça, geração, etnia, entre outros. Esses princípios também geram classes com seus capitais culturais específicos, ou seja, há uma diferença de atuação de capital cultural para homens e mulheres, por exemplo, o gênero seria uma variável que interfere para a análise de classe. Também a partir dessas ideias, que envolvem questões de classes econômicas e o contexto sócio-cultural, que a presente pesquisa se desenvolverá.

Sobre raça, é importante apresentar análises de como a raça e o racismo se dão no Brasil. Rita Laura Segato (2005, p. 79), uma importante autora pós-colonial, afirma que existem quatro tipos de ações discriminatórias de cunho racista. Podem ser: a) racismo prático: seria um ato automático, irrefletido e naturalizado, algo estabelecido culturalmente, mas que não é um valor ou ideologia explícita; b) racismo axiológico: esse tipo pode se expressar por um conjunto de valores e crenças que considera fatores negativos ou positivos em função da cor da pessoa; c) racismo emotivo: expressa-se com rancor, medo ou ressentimento para com pessoas de outra raça/cor; e por fim, d) racismo político: que em alguns países é até partidário. Nesse, há grupos políticos que são abertamente antagônicos contra setores da população racialmente marcados.

A autora acrescenta que o racismo à brasileira seria principalmente o primeiro dos quatro tipos apresentados: o racismo automático, uma prática silenciosa. Esse racismo é menos consciente e deliberado e pode parecer o mais inofensivo, porém é o mais difícil do indivíduo se defender, pois não é fácil se detectar. É comum nessa expressão ter o racismo como uma prática costumeira e estabelecida na cultura. Esse racismo, segundo a autora só é

fácil de ver nas estatísticas. Por exemplo, a diferença na escolarização de brancos e negros, e na ausência dos últimos em profissões de prestígio e nos espaços de decisão.

Aníbal Quijano (2000), outro autor pós-colonial, afirma que a raça é uma invenção da modernidade que foi criada para justificar a exploração racial do trabalho, dos produtos e recursos. A ideia de raça ajudava na legitimação da exploração realizada desde o início da colonização das Américas, no século XV, período que começa a modernidade, para alguns autores do pensamento decolonial<sup>15</sup>. Mas mesmo sendo algo inventado, uma ficção, é um fato que a raça continua a legitimar explorações, preconceitos e subjuga muitas pessoas que são racialmente inferiorizadas, como os negros, índios, amarelos, entre outros. A raça, segundo essa teoria, se constituiu a partir da dicotomia branco-europeu-racional-civilizado e o subalterno-irracional-natural-não-civilizado-não-humano (QUIJANO, 2000). Há outras categorias complementares da colonialidade do poder: a colonialidade do saber, que se expressa sobre o conhecimento, a filosofia dos seres e a colonialidade do ser, que é a expressão da colonialidade vivenciada cotidianamente - a experiência dos seres subalternizados (MIGNOLO, 1998).

A partir daí, é que autora feminista decolonial Maria Lugones, filósofa argentina, radicada nos EUA, mostra a necessidade de se pensar o gênero também como uma forma de opressão colonial, a partir da problematização do eurocentrismo e a colonialidade do gênero nas experiências da América Latina (DIAS, 2013). A autora critica a pouca atenção que as questões de gênero têm nos estudos de colonialidade e afirma que existe um “sistema moderno e colonial eurocêntrico de gênero que ignora as categorias de raça e classe em sua constituição” (LUGONES, 2007, p. 193). Lugones critica as teorias do feminismo hegemônico, por serem generalizantes e por excluírem mulheres com especificidades que se referem à raça e classe. Isso é resultante da dominação colonial e para a superação disso é necessário questionar pontos que são omitidos, os não-ditos, da modernidade/colonialidade no que se refere a gênero, a partir do feminismo decolonial (LUGONES, 2008). Para Maria Lugones, o gênero é uma ficção que sustenta a colonialidade do poder e a dominação racial e de gênero. A partir também de outras autoras, Lugones apresenta o gênero como algo construído socialmente, sendo anterior a interpretação da constituição dos corpos (DIAS, 2013).

Uma interessante contribuição aos estudos que pensam a partir de categorias de

---

<sup>15</sup> A opção decolonial ou descolonial é epistêmica, essa procura se desvincular dos fundamentos dos conceitos e da acumulação de conhecimento ocidentais, envolve também o exercício de aprender a desaprender, a partir da desobediência epistêmica (MIGNOLO, 1998).

diferença, de interseccionalidade, é o texto de Verena Stolcke (2006), “O enigma das interseções: classe, “raça”, sexo, sexualidade. A formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX”, que analisa as interseções que se desenvolveram no império colonial espanhol entre relações de gênero, concepções de sexualidade feminina, honra familiar e a ordem do Estado. Esse contexto, da exploração do “Novo Mundo”, proporciona um exemplo das interseções dinâmicas sobre sexo/gênero, raça/etnicidade e classe social que se refletem nos novos sistemas de identificação, classificação e discriminação social que se forjaram na consolidação da sociedade colonial ibero-americana. A autora problematiza também a moralidade sexual e os estereótipos de gênero constituídos desde essa época e que ainda tem sérias consequências na vida dos corpos femininos e feminizados, sobretudo as latinas e negras. A autora aponta a falta de problematização, até bem pouco tempo, do controle da sexualidade das mulheres na construção da sociedade colonial, da Igreja, do Estado e o domínio dos homens, questões cruciais para se construir a ordem vigente. Para Stolcke (2006), o corpo sexuado foi de extrema importância para estruturar o tecido sócio-cultural e ético na conquista colonial e pela colonização do Novo Mundo.

As feministas decoloniais criticam o racismo, universalismo e eurocentrismo do feminismo hegemônico e situam o problema na forma eurocêntrica de pensar a realidade que ainda continua influenciando fortemente as pessoas a partir da colonialidade do ser, do poder, do saber e do gênero. Por isso, o feminismo decolonial é marcado pela interseccionalidade, pela experiência de mulheres que sofrem opressões conectadas. Lugones (2008) também chega a problematizar a situação das mulheres (trans) e travestis e a exclusão que sofrem no movimento feminista hegemônico e na sociedade, por não ser reconhecida sua “mulheridade”. Para a autora, a despatriarcalização só é possível com o rompimento da universalidade (*apud* DIAS, 2013).

O Feminismo Trans ou Transfeminismo, que também pode ser considerado um feminismo periférico, ou feminismo “outro”<sup>16</sup>, nasceu a partir da reivindicação de pessoas (trans) e travestis que criticaram o feminismo por não estar incluindo tais identidades em suas lutas e está baseado numa leitura cisgênero da 'realidade'. É uma corrente do feminismo que

---

<sup>16</sup> Rocío Medina Martín (2013) fez uma genealogia dos feminismos “outros”- que são alternativas ao feminismo hegemônico- que desde os anos 1960 e 1970 questionam o racismo, o classismo, o heterossexismo epistêmico que estão presentes no feminismo hegemônico ocidental e também questionam a interseccionalidade entre as variáveis de raça, gênero, classe e nacionalidade. A autora considera que os feminismos “outros” levaram a cabo inequivocamente análises feministas com objetivos decoloniais e que o pensamento decolonial deveria reconhecer essas experiências feministas assim como incorporar alguns de seus postulados, esses feminismos “outros” a que se refere, principalmente, a autora são: feminismo lésbico, feminismo negro, o feminismo das 'mulheres de cor' e o feminismo “chicano”.

tem a interseccionalidade como um dos seus principais nortes. Assim como em outro contexto histórico, as mulheres negras, lésbicas, com necessidades especiais, mulçumanas, entre outras, fizeram tais reivindicações ao feminismo, por não abarcarem essas diferentes realidades. O Feminismo Trans faz hoje novas críticas e tem como fonte inspiradora, o Feminismo Negro, o Feminismo Decolonial, o Feminismo Interseccional e, é claro, o Feminismo chamado de tradicional, ou *mainstream*, além dos estudos *queer*.

O Feminismo Trans nasceu nos EUA, como uma nova corrente feminista, há, aproximadamente, vinte anos, e está tomando grande espaço nos debates feministas e sobre gênero, também, na América Latina, sobretudo, por meio da *internet*, em redes sociais e espaços virtuais, no geral (KAAS, 2013). O Feminismo Trans é um movimento intelectual e político que tem como princípios: a) problematizar e redefinir a equiparação entre gênero e biologia; b) atuar a partir do entendimento do caráter interseccional das opressões; c) reconhecer a história de lutas das travestis, mulheres trans e da população transgênero; e d) ser aberto a contribuição de pessoas transgênero ou cisgênero.

O texto de Aline de Freitas (2005), é uma grande referência para o Feminismo Trans no Brasil, o trecho abaixo mostra as ideias dessa corrente em relação à auto-determinação de gênero, ao protagonismo das pessoas trans, à contribuição dessa corrente feminista para a luta contra a transfobia e cissexismo e também à ideia de que é necessário se unir as lutas com solidariedade, independente do gênero da pessoa.

Nosso papel histórico deve ser construído por nós mesmxs. O transfeminismo é a exigência ao direito universal pela auto-determinação, pela auto-definição, pela auto-identidade, pela livre orientação sexual e pela livre expressão de gênero. Não precisamos de autorizações ou concessões para sermos mulheres ou homens. Não precisamos de aprovações em assembleias para sermos feministas. O transfeminismo é a auto-expressão de homens e mulheres trans e cissexuais. O transfeminismo é a auto-expressão das pessoas andró-genas em seu legítimo direito de não serem nem homens nem mulheres. Propõe o fim da mutilação genital das pessoas intersexuais e luta pela autonomia corporal de todos os seres humanos (...) O transfeminismo é para todxs que acreditam e lutam por uma sociedade onde caibam todos os gêneros e todos os sexos (FREITAS, 2005, p. 1).

A partir dos quatro princípios apresentados do Feminismo Trans, em se tratando das reivindicações políticas e principais bandeiras na luta dessa corrente, Alves (2012) apresenta pontos da pauta de ação do Feminismo Trans, que são: o combate à violência cissexista/transfóbica, em todas as suas formas de expressão; os direitos reprodutivos para todas(os), que inclui o apoio à gestação e ao aborto seguros dos homens transexuais e ao enfrentamento à esterilização forçada de mulheres e homens trans; defende o poder de decisão

das pessoas trans sobre os seus corpos; desconstrução das identidades binárias, ou seja, o respeito às identidades de pessoas cisgênero ou transgênero que se enquadrem ou não no binarismo homem x mulher; emponderamento das pessoas trans para a valorização dos seus corpos trans, e um esforço para desestigmatizá-los; livre sexualidade; preocupação com a terminologia - evitar termos que essencializem ou invisibilizem as identidades trans - além de lutar também pela despatologização das identidades trans (ALVES, 2012).

O Feminismo Trans contribui bastante para os feminismos com sua análise da opressão baseada numa desigualdade de gênero, e não, de sexo, por apontar uma contradição no feminismo dito tradicional (ALVES, 2012; KAAS, 2013). Além de ampliar o sujeito político do feminismo, passando a incluir e dar visibilidade a outras mulheres invisibilizadas pelo sistema, como as mulheres negras, pobres, idosas, lésbicas, bissexuais e também mulheres histerectomizadas e/ou mastectomizadas (remoção do útero e das mamas) e homens orquiectomizados e/ou penectomizados (remoção dos testículos e pênis), e salienta que a opressão sexista está relacionada a outras formas de opressão, entendendo a identidade como interseccional, está intimamente relacionado a teoria de interseccionalidade (JESUS; ALVES, 2010).

Essa corrente critica o movimento LGBT, que por tanto tempo invisibilizou as pessoas trans e também o feminismo dito tradicional por reproduzir o cissexismo quando não reconhece mulheres trans ou travestis, por exemplo, como sujeitos legítimos do feminismo, muitas vezes não se é reconhecida a feminilidade e a “mulheridade” das mulheres transexuais, pelo movimento feminista - ou feministas nas constantes interlocuções. As mulheres trans sofrem o machismo na sociedade e também o cissexismo, que seria um sexismo de base biologizante que não reconhece como legítimo o sujeito a partir da identidade de gênero que a pessoa se identifica (JESUS; ALVES, 2010). O presente trabalho não pode deixar de ter essa corrente do feminismo como referência e como inspiração, uma vez que influencia o protagonismo e o posicionamento político de alguns interlocutores e também por sua pauta política estar de acordo com alguns posicionamentos adotados por este texto.

Larissa Pelúcio (2012) aborda contribuições das três vertentes teóricas mencionadas neste texto: os estudos *queer*, o pensamento pós-colonial e o feminismo, que desafiaram os saberes eurocêntricos. Ela afirma que para se trabalhar com temas como raça, sexualidade, classe, no país não podemos esquecer de nossas peculiaridades locais e cita Mikolci; “o ideal de nação que guiou políticas e práticas sociais” foi “moldado por fantasias elitistas sobre branquitude”, e passou por um regime de racialização do sexo, vinculados à classe e à cor. Esse autor destaca a importância dos estudos *queer*, que junto com os estudos pós-coloniais

nasceram a partir das pesquisas culturais, tendo os estudos *queer* muita influência do pós-estruturalismo francês. Os estudos subalternos problematizaram conceitos tidos como clássicos - ou até tido como verdades inquestionáveis - como sujeito, identidade, agência, identificação, e a partir dessas problematizações e das de movimentos feministas, negros, homossexuais, de imigrantes de ex-colônias, indígenas entre outros, questionaram as formas canônicas de compreender as desigualdades sociais. Segundo Beatriz Preciado:

A crítica pós-colonial e *queer* responde, em certo sentido, à impossibilidade do sujeito subalterno articular sua própria posição dentro da análise da história do marxismo clássico. O lócus da construção da subjetividade política parece ter se deslocado das categorias tradicionais de classe, trabalho e da divisão sexual do trabalho para outras constelações transversais como podem ser o corpo, a sexualidade, a raça, mas também a nacionalidade, a língua, o estilo ou, inclusive, a linguagem. (2007, p. 383) em outras palavras, como uma teoria que resiste à americanização branca, hetero-gay e colonial do mundo (PRECIADO, 2007, p. 400 *apud* PELÚCIO, 2012, p. 12).

É por essas questões, acima expostas, que para Pelúcio (2012), o feminismo, aliado a um pensamento pós-colonial e *queer*, pode nos ajudar a pensar nossa realidade no Brasil. Em que há uma diversidade indivíduos que se diferenciam por sua raça/cor, ancestralidade, línguas - entre outras questões - e sofrem o impacto da colonialidade em suas vidas.

O presente trabalho partiu das discussões aqui apresentadas para seu desenvolvimento. Foram operacionalizados os conceitos abordados, em que se destacam: a discussão sobre sexo, gênero e matriz heterossexual propostas por Butler (2010a); as reflexões de Foucault sobre a sexualidade humana como sendo regulada pelos processos de normatividades e normatizações ditados pela cultura e pela socialização das práticas no corpo (FOUCAULT, 2005); o desenvolvimento do conceito de sexo-política do autor referido para pensar a atual sociedade de controle, a sociedade “farmacopornográfica”, discussão realizada por Preciado (2008); o debate sobre masculinidades a partir de Connel (CONNEL; MESSERSCHMIDT, 2013); os estudos *queer* para pensar diversas questões, como identidade, principalmente, que inclusive dialoga com o proposto pelo autor pós-colonial Stuart Hall (2006; 2009).

Assim como, a interseccionalidade proposta por Avta Brah, que usa a diferença como categoria analítica; o conceito de experiência a partir de Joan Scott (1991); as contribuições de Bourdieu para pensar sobre o contexto socio-econômico-cultural, dos interlocutores desta pesquisa; as discussões realizadas por autores pós-colônias e decoloniais para pensar raça, classe social, e questões a partir da colonialidade do ser, saber, poder, do gênero e da natureza (LUGONES, 2008; MIGNOLO, 1998; 2008; SEGATO, 2005; 2011; QUIJANO, 2000); por fim, os postulados do Feminismo Trans para pensar várias questões que se relacionam às

transexualidades (ALVES, 2012; FREITAS, 2005; KAAS, 2013; JESUS E ALVES, 2013); além de outros textos já referenciados e outras discussões que aparecem no decorrer dos capítulos vindouros.

## **2.2 Parte 2 – Contextualizando...**

### 2.2.1 Breve Histórico das (Trans)sexualidades após as *Scientias Sexualis*<sup>17</sup>

Entre os séculos XVIII e XIX, houve um crescente aumento de poder dos saberes científicos, enquanto as ideias religiosas foram perdendo lugar para explicar sobre a vida e os fenômenos sociais - no entanto, não perderam sua influência (FOUCAULT, 2007). Isso fez com que esse período fosse marcado por inúmeras transformações sociais, culturais e políticas.

A ciência passou a estudar os corpos sexuais e definiram elementos fundamentais para estabelecer o que era considerado a normalidade ou uma patologia sexual. As relações afetivo-sexuais entre pessoas com sexo biológico e gênero diferentes, o que hoje entendemos como heterossexualidade, passou assim a ser vista como a única prática e vivência sexual "normal". As manifestações sexuais que “fugiam às leis naturais”, passaram a ser estudadas pela ciência e foram vistas como uma ameaça à saúde pública e também, é claro, uma ameaça à 'moral e aos bons costumes' (BRASIL, 2015).

Esses discursos sobre a sexualidade foram responsáveis pela constituição do saber psiquiátrico no século XIX, baseado no que era naturalizado sobre o sistema sexo-gênero, sustentando o modelo 'heteronormativo'. Algumas teorias consideraram a homossexualidade como doença ou perturbação resultante de disfunções psíquicas ou desequilíbrios hormonais, muitas vezes a homossexualidade apresentava também o que se entendia por “inversão sexual”. Acreditar que uma pessoa era “invertida” significava que por ela desejar sexualmente pessoas de seu mesmo sexo/gênero ela se identificava de alguma forma com o sexo/gênero oposto, isso fazia com que acreditassem que homossexuais desejavam ter o sexo oposto. O que hoje é considerado como homossexualidade e transexualidade, era visto antes como

---

<sup>17</sup> Para escrever essa parte do trabalho, além das leituras citadas durante os tópicos, foi importante a minha participação como aluna do Curso da Universidade Aberta do SUS- UNA SUS, “Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais”, produzido pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), um curso na categoria de qualificação profissional, com carga horária de 45 horas (BRASIL, 2015).

manifestações de um mesmo fenômeno (BRASIL, 2015).

Essa visão científica da época estimulou a descriminalização da homossexualidade em vários países ocidentais, pois existiam leis punitivas e de reprovação moral - como até hoje ainda existem em alguns países orientais. Porém esses saberes continuavam considerando a homossexualidade como algo que precisasse de tratamento ou correção. Os homossexuais saíram das prisões para os hospitais e hospícios. Esses procedimentos para tratar a homossexualidade incluíam a administração compulsória de hormônios, de medicamentos ou até mesmo choques elétricos (BRASIL, 2015).

As práticas sociais desempenham papel de organizar, regular e legitimar práticas sexuais, inclusive por meio da ciência, da medicina, da pedagogia e do direito. E essa legitimação na saúde se expressa nas práticas, nas ideias dos profissionais de saúde e na medicalização dos corpos. Parker (2000) enfatizou que as práticas de saúde têm sido um espaço de medicalização do cuidado a partir do saber médico e da visão do corpo biológico. Não reconhecendo práticas de cuidado inerentes ao cotidiano das pessoas, e isso reforça os modelos de assimetria de classe, gênero, raça/etnia numa perspectiva subordinadora e não emancipatória, não integrativa, faz com que esses saberes muitas vezes se tornem autoritários e prescritivos - como principalmente o eram nos séculos passados.

As primeiras experiências cirúrgicas com transexuais aconteceram na segunda metade do século XIX, após a descoberta dos hormônios sexuais. A partir disso, os cientistas passaram a pesquisar a essência do sexo, do gênero e da sexualidade. Houve, em 1910, as primeiras experiências de mudança de sexo, em animais, pelas pesquisas do fisiologista austríaco Eugen Steinach. Nesse mesmo ano, o professor de Steinach, Magnus Hirschfeld, inaugurou as publicações sobre o tema da mudança de sexo, em humanos, com o livro intitulado “*Die Transvestiten*”. Neste livro, ele separou as formas de homossexualidade e caracterizou o transvestismo como uma prática não homossexual. Já em 1923, ele utilizou a formação transexual-psíquico (CASTEL, 2001).

Antes dos anos 1920, as cirurgias experimentais, de modificações sexuais foram escassas e se concentraram principalmente na Europa. As cirurgias completas de transformação genital foram iniciadas entre as décadas de 1920 a 1930 e são atribuídas a Hirschfeld e à equipe do Instituto de Ciência Sexual, em Berlim (CASTEL, 2001).

No artigo intitulado “*Psychopatia Transexuallis*”, de David O. Cauldwell, de 1949, ele utilizou, pela primeira vez, uma referência à palavra transexual para identificar o indivíduo que demanda uma mudança de sexo. Ele acrescentou que a transexualidade seria caracterizada por um desejo mórbido-patológico de pertencer ao sexo oposto e pela necessidade de realizar

a cirurgia para modificação do sexo. Segundo o autor, esta condição era fruto da pobreza e de um ambiente desfavorável na infância. Em sua opinião, o desejo de ser membro do outro sexo deveria ser definido como uma doença mental. De acordo com Meyerowitz (2002), outra novidade de Cauldwell, é que esse entende a *psychopathia transexualis*, como uma categoria sexual independente da intersexualidade e de outras patologias glandulares (CASTEL, 2001).

Harry Benjamim, em 1953, herdeiro da tradição européia, iniciada por Hirschfeld e Steinach, volta a utilizar o termo “transexual”. Mas Benjamin diferencia o fenômeno transexual das perversões e psicoses, e afasta da possibilidade de esse ser um transtorno psíquico. Benjamin recomenda a cirurgia de redesignação transexual, que seria a saída terapêutica para o conflito entre corpo biológico e corpo psíquico. Ele cria uma definição para o transexual autêntico que, entre outras coisas, deveria incluir: “a vivência de uma inversão psicosexual total”, “ódio pelos órgãos masculinos”, “um intenso mal-estar de gênero”, e “uma urgência pela cirurgia” (BENTO, 2006, p. 152).

Berenice Bento (2006) apontou dois teóricos que apresentaram critérios para o diagnóstico do que seria o “transexual verdadeiro”, um que se fundamenta na estrutura biológica, o já citado, Harry Benjamin, que foi endocrinologista e psiquiatra, e outro, que se fundamenta na psicanálise, Robert Stoller.

Houve muito empenho científico em separar características sexuais primárias, caracteres biológicos, das características sexuais secundárias (roupas, maneirismos, diferenças de caráter). Na época, essa separação foi denominada como sexo anatômico e sexo funcional, que esteve por algum tempo em voga (ARAÚJO, 2010). Antes disso, práticas e desejos masculinos e femininos eram definidos pelo conceito de sexo e referidos ao processo anatomobiológico, que afirmava a lógica heteronormativa (BUTLER, 2004).

Nessa época, alguns estudos antropológicos estavam sendo realizados e questionavam essa suposta determinação da natureza, em se tratando do sexo biológico e da vivência da pessoa enquanto pertencente àquele sexo/gênero, como os estudos de Margaret Mead, em 'Sexo e Temperamento' (1935)<sup>18</sup>, 'Adolescência, Sexo, Cultura em Samoa' (1928)<sup>19</sup>, entre outros, como os relatórios Kinsey, 'Sexual Behavior in the Human Female' (1953, reeditado em 1998), ou mesmo, Simone de Beauvoir, com 'O Segundo Sexo' (1949), a ideias de “roteiros sexuais” e as críticas aos relatórios Kinsey, desde 1973, por Gagnon (SIMMON e GAGNON, 1984), entre outros. Alguns desses livros são marcos nos estudos de gênero e feminismo.

---

<sup>18</sup> Sexo e Temperamento. São Paulo, Perspectiva, 1969.

<sup>19</sup> *Adolescencia y Cultura en Samoa*. 2 ed. Buenos Ayres. Paidós, 1961.

Desde 1952, a Associação Americana de Psiquiatria (APA), publica o '*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*' (DSM). Na primeira versão, o DSM – I, de 1952, desvio sexual foi apresentado como um comportamento patológico, classificado em “transtorno de personalidade sociopática” do grupo dos “transtornos de personalidade”. O comportamento patológico é que definiria o desvio: a homossexualidade, o travestismo, a pedofilia, o fetichismo e o sadismo sexual. O DSM-I se orientava por uma vertente da psiquiatria inspirada na teoria psicanalítica (BRASIL, 2015). Já no DSM – II, de 1968, os “desvios sexuais” se dividem em quatro subgrupos: a desordem de personalidade; os desvios sexuais; o alcoolismo; e a dependência de drogas. A descrição do subgrupo “Desvios Sexuais” é explicitada de forma mais clara e tem a heterossexualidade como padrão de normalidade (SAMPAIO, 2012).

No DSM-III, em 1980, o termo ‘desvio sexual’ foi substituído por “transtornos psicosexuais”, subdivididos em: transtornos da identidade de gênero, parafilias, disfunções psicosexuais e outros transtornos psicosexuais. Já o DSM-IV, de 1994 e atualizado em 2000, continuou patologizando a transexualidade, classificando-as dentro do diagnóstico de “transtorno da identidade de gênero”, a homossexualidade não se inclui mais como doença (SAMPAIO, 2012).

No DSM-V, publicado em 2013, voltou a ser “Disforia de Gênero”, porém, nesta última versão, ressalta-se que “é importante notar que a não conformidade de gênero não é, em si, uma desordem mental. O elemento crítico de disforia de gênero é a presença de sofrimento clinicamente significativo associado à condição” (APA, 2013, p. 1). Mesmo com essa modificação para ter acesso à saúde, ainda hoje, são necessários laudos e um tratamento que não reconhece a autonomia dos sujeitos. Ou seja, não houve efetivamente a despatologização.

As categorias distintas - sexo, gênero e sexualidade - se apresentaram no final do século XX. O sexo biológico é constituído pelas características fenotípicas (órgãos genitais e órgãos reprodutores), fisiológicas (distribuição diferencial dos hormônios sexuais) e genotípicas (genes) presentes nos corpos, e a partir dessas características que esses são assignados como de homem ou mulher, ou macho ou fêmea; o gênero diz respeito à masculinidade, à feminilidade e aos comportamentos associados e construídos histórico, social e culturalmente e a sexualidade se refere mais à conotação erótica do sexo. Para Castel (2001), a visão atual tira da transexualidade o atributo patológico, uma vez que as condutas transexuais não podem ser consideradas anômalas ou patológicas, pois as pessoas transexuais têm consciência de sua condição.

Pode-se dizer que a fundamentação deste fenômeno na atualidade está baseada em dois dispositivos distintos. O primeiro diz respeito ao avanço da biomedicina na segunda metade do século passado - principalmente no que se refere ao aprimoramento das técnicas cirúrgicas e ao progresso da terapia hormonal - que faz do desejo de “adequação” sexual uma possibilidade concreta. O segundo concerne a forte influência da Sexologia na construção da noção de “identidade de gênero” como sendo uma “construção sócio-cultural”, independente do sexo natural ou biológico (ARÁN, 2006, p. 7).

Hoje, pode-se afirmar que transexuais e travestis são sujeitos que se constituem subjetivamente como indivíduos pertencentes a um gênero oposto àquele que foi asignado ao nascer, ou seja, tem o gênero diferente do que foi naturalizado para o seu sexo de nascimento. Considera-se sexo, gênero e sexualidade como construções históricas, que dependem de um determinado modelo de cultura e concordar que deve haver, como uma norma, a linearidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo, seria desconsiderar as condições históricas, culturais e políticas que produzem/produziram as patologias. E que com o tempo, além de concepções biomédicas, se transformam em opinião pública, sendo adotados por sistemas jurídicos, científicos e educativos no contexto ocidental.

A diferença fundamental - para alguns teóricos e militantes LGBTs - entre transexuais e travestis, reside no fato dessas últimas sustentarem uma ambiguidade ou duplicidade de gênero na própria afirmação identitária. Porém, pesquisas etnográficas com travestis apontam para o fato de que muitas optam por transformações nos caracteres sexuais secundários, de maneira permanente e se auto-identificam como pertencente ao gênero feminino, também de maneira permanente, podendo optar por realizar ou não cirurgias de transgenitalização<sup>20</sup>. O presente trabalho adota uma visão de que as experiências são singulares, e o mais importante é valorizar a autonomia e reconhecer a autodeterminação de gênero, seja nas instituições de saúde ou na sociedade de forma geral.

### 2.2.2 Sobre o Processo Transsexualizador no Brasil

As cirurgias de transgenitalização no Brasil ocorreram antes mesmo da sua

---

<sup>20</sup> Também chamada de cirurgia de redesignação genital/sexual, é o procedimento cirúrgico por meio do qual se altera o órgão genital da pessoa para criar uma neovagina ou um neofalo, que comumente vem acompanhada de procedimentos complementares sobre gônadas e caracteres sexuais secundários. De acordo com informações fornecidas pelo Ministério da Saúde (<http://www.portalsaude.saude.gov.br>), já foram feitos 6.724 procedimentos ambulatoriais e 243 procedimentos cirúrgicos nos serviços do PTSUS do Brasil. Há 5 centros que fazem o processo transsexualizador no país, além do Hospital das Clínicas- HC da Universidade Federal de Pernambuco, há no HC de Goiás, Porto Alegre, São Paulo e Rio Grande do Sul. A idade mínima para iniciar o processo é de 18 e para realizar a cirurgia de 21 anos.

normatização pelo Conselho Federal de Medicina -CFM, como cita, por exemplo, João W. Nery, homem (trans) brasileiro, em suas duas autobiografias, “Erro de Pessoa – Joana ou João”, publicada em 1984 e “Viagem Solitária – memórias de um transexual 30 anos depois”, publicada em 2013. A primeira cirurgia de transgenitalização do país foi realizada em 1971, em São Paulo, pelo médico Roberto Farina, que sofreu processo judicial, por ter cometido crime de 'lesão corporal'. O médico foi absolvido depois porque foi concluído que a cirurgia foi a única forma de aplacar o sofrimento da paciente (NERY, 2013).

Essa questão só deixou de constituir em um crime de mutilação ou lesão corporal grave em 1997. Através da Resolução CFM nº1.482, que foi autorizada “a realização de cirurgia de transgenitalização do tipo neocolpovulvoplastia<sup>21</sup> bem como do tipo neofaloplastia<sup>22</sup> e/ou “procedimentos complementares sobre gônadas e caracteres sexuais secundários, como tratamento dos casos de ‘transexualismo’”, a título experimental. Para isso, foi importante a instituição do Comitê Técnico de Saúde da População LGBTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), pela Portaria GM n. 2.227 de 2004, e a criação do Coletivo Nacional de Transexuais, em 2005 (LIONÇO, 2006).

Em 18 de agosto de 2008, o Ministério da Saúde formalizou diretrizes técnicas e éticas para a atenção ao Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS) - Portaria GM nº. 1.707. Essa norma estabeleceu estratégias assistenciais para transexuais que pretendem realizar modificações corporais do sexo, garantindo o direito à saúde de pessoas de forma mais integral (BRASIL, 2008).

No dia 3 de setembro de 2010, o CFM publicou no Diário Oficial da União uma nova resolução sobre a assistência a transexuais no Brasil (Resolução nº 1.955/2010). Este órgão considerou que os procedimentos de retiradas de mamas, ovários e útero, no caso de homens (trans), deixam de ser experimentais e podem ser feitos em qualquer hospital público e/ou privado que sigam as recomendações do CFM. Porém, o tratamento de neofaloplastia permanece em caráter experimental, tendo em vista as limitações funcionais do órgão construído cirurgicamente. E em novembro de 2013, o Ministério da Saúde publicou a Portaria nº 2.803, que redefine e amplia o Processo Transexualizador. Foram incluídas as travestis e os homens (trans) no texto e foram definidas as modalidades de atendimento ambulatorial e hospitalar (BRASIL, 2013).

As travestis eram excluídas do acesso aos serviços e aos recursos médicos em seus

---

<sup>21</sup> Constituição de uma neovagina.

<sup>22</sup> Uma das formas de construção de um pênis, que consiste na construção de um neofalo e de uma prótese testicular. Também há a metoidioplastia, que consiste no aumento do clitóris.

processos de transformação corporais, porque não demandavam a transgenitalização. Pois não se considerava - e ainda não se considera, principalmente o poder médico e jurídico - que as experiências transexuais comportam várias formas singulares de subjetivação (ÁRAN et al 2008; ÁRAN 2006; LIONÇO 2005; MURTA 2007). “Nesse sentido, identificações cruzadas, múltiplas ou mesmo a desidentificação, fazem parte da diversidade de gênero, a diferença precisa ser entendida como singularidade e o gênero seja apenas um devir” (ÁRAN, 2010, p. 7).

Para Bento (2006), o que essas pessoas buscam nos hospitais do processo transexualizador do SUS é o reconhecimento de seu pertencimento à humanidade, “a humanidade só existe em gêneros, e o gênero só é reconhecível, só ganha vida e adquire inteligibilidade, segundo as normas de gênero, em corpos-homens e corpos-mulheres. Ou seja, a reivindicação última dos/das transexuais é o reconhecimento social de sua condição humana” (BENTO, 2006, p. 230).

As pesquisas realizadas nos hospitais universitários vinculados ao processo transexualizador, apontam para uma diversidade de experiências assistenciais. Os serviços desenvolvem práticas clínicas e cirúrgicas distintas. Isso abrange a dificuldade de construção de um espaço de acolhimento e de cuidado - muitas vezes devido a preconceitos e dificuldades de aceitação de funcionários e outros usuários, além de dificuldades em relação à equidade do acesso ao tratamento público, já que a maioria dos hospitais estabelece outras prioridades de assistência. Vê-se que muitos(as) usuários(as) transexuais que chegam aos serviços de saúde encontram-se numa condição de 'vulnerabilidade' psíquica, física e social, e o tratamento iniciado é o que irá proporcionar reconhecimento e inclusão social para estas pessoas. Como condição de acesso à saúde, muitas vezes é necessário, ainda no atual contexto, diagnóstico de 'Transtorno de Identidade de Gênero' (ÁRAN, 2008).

É importante acrescentar que a transexualidade vem sendo incluída em ações e estratégias atuais na gestão federal do setor da saúde. As mulheres transexuais estão contempladas na atual Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, bem como no Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da AIDS<sup>23</sup> e outras DST<sup>24</sup>. Embora ainda não haja o total reconhecimento e a inclusão de questões relativas a especificidades da vivência da transexualidade masculina e feminina.

Algo que ainda se mostra um desafio para muitas pessoas é o acesso a esses serviços. Algumas vezes por falta de informação, a família, ao invés de acionar esses serviços, procura

---

<sup>23</sup> *Acquired Immune Deficiency Syndrome.*

<sup>24</sup> *Doenças Sexualmente Transmissíveis.*

outros, na tentativa de “cura”. Ocorre, também, que muitos profissionais não recomendam esses serviços por falta de conhecimento. Essas dificuldades se relacionam, para Almeida (2010), com três planos analíticos: o subjetivo-familiar, o econômico-profissional e o programático.

A partir de pesquisas realizadas, constata-se que a fila de espera no SUS, o protocolo pré-operatório de dois anos, o custo das cirurgias nas clínicas particulares e a falta de regulamentação jurídica para a mudança de documentação, são algumas das maiores dificuldades encontradas para a realização do processo transexualizador (SAMPAIO; COELHO, 2012).

Em relação a esse último, no Brasil, não há lei que trate especificamente dessa questão e a única possibilidade para a alteração do estado civil é a ação judicial individual. As demandas identificadas são, em geral, de pessoas que já se submeteram ao tratamento hormonal e cirúrgico, e as que realizaram transformações parciais, mas não desejam, ou ainda não realizaram a cirurgia. A necessidade de alteração da identidade é fundamental para superar constrangimentos sociais e pessoais, além de violações de direitos sofridos.

### 2.2.3 Despatologização das Identidades (Trans)

A inclusão no Processo Transexualizador no SUS, de forma geral, depende da definição na norma médica que considera um “transexual de verdade” somente aquele que corresponder à visão binária normativa: aquele que deseje ter uma genitália compatível com o gênero que se expressa e relacionar-se apenas com o gênero oposto, isto é, que seja capaz de ter um comportamento de fato “heterossexual” e que a anatomia seja a mais congruente possível com a nova condição. Qualquer desconformidade, pode não autorizar a pessoa transexual a realizar as modificações corporais e a alterar a identidade da maneira desejada (LIONÇO, 2006).

E muitas vezes, é levado em consideração representações de gênero estereotipadas que são importantes para aquele profissional, ou seja, se o profissional achar que o desejo de maternidade é crucial para a mulher, ou que o homem tem que ter desejo sexual por mulheres, então a “mulheridade” e a “masculinidade” desses, pode ser questionada e levando a desautorizar a transgenitalização ou qualquer outro procedimento cirúrgico. Outro exemplo, é o “teste da vida real”, em que o paciente transexual precisa se comportar (vestimentas, maneirismos, atitudes) com o gênero pelo o qual se identifica, para testar se trata-se de um

“transexual verdadeiro”. Gerard Coll-Planas e Miquel Missé (2010), criticam a adesão de paradigmas essencialistas e de concepções binários sobre homem-mulher nos atendimentos a transexuais, transgêneros e travestis em instituições públicas de saúde, já que isso não dá conta da complexidade, diversidades e processos vivenciados pelas pessoas (trans).

O presente trabalho parte da crítica à patologização das identidades consideradas desviantes, compreendendo a importância da autodeterminação de gênero e principalmente reconhecendo a diversidade de formas de subjetivação na transexualidade, travestilidade e transgeneridade (ÁRAN, 2008).

Nos três documentos (DSM-IV, CID-10 e SOC), as pessoas transexuais são construídas como portadoras de um conjunto de indicadores comuns que as posicionam como transtornadas, independentemente das variáveis culturais, sociais e econômicas. Há algumas diferenças entre estes documentos. Para o SOC, “o transexual de verdade”, tem como única alternativa, para resolver seus “transtornos” ou “disforias”, as cirurgias de transgenitalização. No DSM-IV, a questão da cirurgia é apenas tangenciada, sua preocupação principal está em apontar as manifestações do “transtorno” na infância, na adolescência e fase adulta. O CID-10 é o documento mais objetivo: apresenta as características gerais e o código que deve estar presente em todos os diagnósticos referentes ao 'transexualismo' (BENTO; PELÚCIO, 2012 p. 4).

Como expõe a citação acima, de Berenice Bento, a posição presente nos documentos oficiais é a de que os/as transexuais e travestis são "transtornados". Para a autora, isso é “uma ficção e desconstruí-la significa dar voz aos sujeitos que vivem a experiência e que, em última instância, foram os grandes silenciados” (BENTO, 2006, p. 26).

Pois a transexualidade pode expressar, em parte, a experiência de sujeitos que solicitam modificações corporais do sexo, em função de um sentimento de desacordo entre sexo e gênero, mas, no ponto de vista de muitos autores - sobretudo das ciências sociais, humanas e muitos da saúde coletiva - “ela não expressa um modo de funcionamento psíquico específico, nem mesmo uma estrutura clínica” (ÁRAN, 2010, p. 14).

Como afirmam alguns autores, homens e mulheres transexuais podem desejar a cirurgia de transgenitalização pela exclusiva necessidade de reconhecimento social mais amplo, o que nos faz pensar que a cirurgia não necessariamente seria indicada se vivêssemos num mundo onde a diversidade de gênero sem modificações corporais fosse possível e melhor aceita pela sociedade. Porém, outras pessoas consideram a realização de modificações corporais, inclusive a cirurgia de transgenitalização, um evento vital para a construção de si, sendo a possibilidade de modificação corporal fundamental para os projetos de vida (ÁRAN, 2010).

Contudo, o diagnóstico continua sendo valorizado por alguns por facilitar um

percurso economicamente viável para a transição. Por outro lado, a firme oposição ao diagnóstico se dá porque ele continua a patologizar como doença mental, o que deveria ser, ao contrário, entendido como uma possibilidade, entre outras, de determinar o próprio gênero (BUTLER, 2010). Como afirmou Judith Butler, a autonomia (trans) não será alcançada sem a assistência e o suporte de uma comunidade, principalmente por se tratar de uma escolha corajosa e difícil, tal como é a escolha pela transformação corporal. Assim, o grande desafio é a construção da possibilidade da despatologização da transexualidade no Brasil, sem, contudo, prescindir da consolidação de uma rede assistencial no SUS que tenha como objetivo a qualidade da assistência e a promoção da autonomia (trans) (BUTLER, 2009, p. 98; ÁRAN, 2010).

Gerard Coll-Planas e Miquel Missé (2010), apresentam demandas em relação à garantia de um atendimento gratuito nos serviços públicos de saúde, e, ao mesmo tempo, a despatologização das identidades (trans):

En primer lugar se trata de perfeccionar el tratamiento a las personas trans, desde la atención y el acompañamiento hasta la mejora del conocimiento médico (efectos secundarios de los tratamientos hormonales, perfeccionamiento de la técnica quirúrgica, etc.). En segundo lugar, promover la idea de que la modificación corporal de las personas trans es una cuestión de salud pública y debe de estar cubierta por la seguridad social en el sistema sanitario público. Y en tercer y último lugar, idear un sistema que permita la modificación corporal sin un diagnóstico de enfermedad. Actualmente, la idea sobre la cual parece que se está trabajando con mayor consenso es la de crear una nueva categoría o mención no patologizante en la clasificación de la OMS que no implique atribuir a las personas trans un diagnóstico de enfermedad y que a la vez garantice la cobertura medica de sus necesidades. (COLL-PLANAS; MISSÉ, 2010 p. 53).

Há uma resistência a nível global contra o diagnóstico de gênero. Atualmente, são mais de cem organizações e quatro redes internacionais na África, na Ásia, na Europa e na América do Norte e do Sul, que compõem a campanha pela retirada da transexualidade do DSM e do CID. São organizados com cinco metas: a) retirada do TIG (Transtorno de Identidade de Gênero) do DSM-V e CID-11; b) abolição livre da menção de sexo dos documentos oficiais; c) luta dos tratamentos de normalização binária para pessoas intersex; d) acesso aos tratamentos hormonais e às cirurgias (sem a tutela psiquiátrica); e) é contra a transfobia, propiciando a educação e a inserção - social e laboral - das pessoas transexuais (BENTO, 2010).

Como consequência das campanhas pela despatologização e do compromisso assumido pelo governo, na França, o “transexualismo” não é mais considerado uma patologia, sendo o primeiro país do mundo que retirou o “transexualismo” da lista de enfermidades

psiquiátricas, segundo decreto publicado pelo diário oficial (ADRIÁN, 2010).

Há o avanço, nesse sentido, em outros lugares também. Na Argentina, o Congresso Nacional Argentino aprovou a Lei 26.743 (ARGENTINA, 2012), uma legislação que garante direitos fundamentais a pessoas transexuais e travestis. Em relação à identidade de gênero, lá as pessoas (trans) podem retificar seus registros civis sem estarem condicionadas à realização de cirurgias ou sem entrarem com ações no judiciário. O mesmo acontece na Áustria. Nesses países, se reconhece esse direito à mudança no registro civil com respeito às identidades construídas nos sujeitos e auto-determinação de gênero. Não há uma lógica patologizante.

Já em outros países, como Portugal, Hungria, Reino Unido, Espanha e Alemanha, há a possibilidade de alteração de nome e sexo no registro civil, mas só com o diagnóstico de 'Transtorno de Identidade de Gênero', ou Disforia de Gênero, como atualmente se refere no DSM-V. No Brasil não existe uma lei específica a essas mudanças no registro civil, mas há um projeto de lei - "Lei de Identidade de Gênero" - também conhecida como "Lei João W. Nery", proposta pelo deputado Jean Wyllys e a deputada Érika Kokay, que dispõe sobre o direito à identidade de gênero e tem a lei da Argentina como grande influência (BRASIL, 2013).

No Brasil, a Portaria MS nº 1.820, de 13 de agosto de 2009, dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, entre eles, o direito do uso do nome social (BRASIL, 2009). As pessoas (trans) podem ser atendidas na rede de saúde pública com o nome que escolheram para serem identificadas. Outra medida recente foi tomada em 28 de abril de 2016, quando a presidenta Dilma Rousseff - pouco antes do afastamento para dar continuidade ao processo de *impeachment* - assinou o decreto nº 8.727, que dispõe sobre o uso do nome social no âmbito da administração federal, ou seja, os órgãos da administração pública federal deverão adotar o nome social das travestis e transexuais nos atos e procedimentos. A qualquer momento, a pessoa pode requerer a inclusão do nome social em documentos oficiais nos registros da administração pública federal. E isso representa uma grande conquista em meio a um cenário político em que os conservadores ganham cada vez mais espaços com projetos de lei anti-LGBT e uma aversão declarada às temáticas de gênero e sexualidade. Mas já em 18 de maio desse mesmo ano, quando o presidente Temer assume - em caráter temporário, por causa do processo de *impeachment* - foi protocolado o Projeto de Decreto Legislativo de Sustação de Atos Normativos do Poder Executivo, o PDC 395/2016, que pretende sustar o decreto nº 8.727, assinado pela presidenta Dilma Rousseff (BRASIL, 2016).

Apesar de alguns avanços no mundo e no Brasil em relação aos direitos da

população (trans) e travesti, sabe-se que o Brasil é o lugar no mundo onde mais se mata essa população. Dados do projeto de pesquisa quali-quantitativa "*Transrespect versus Transphobia Worldwidé*" (TvT), conduzido pela *TransGender Europe - TGEU*<sup>25</sup>, Organização Não-Governamental (ONG) com sede em Viena, na Áustria, indicam um total de 816 assassinatos de pessoas (trans) e travestis em 55 países, entre primeiro de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2011. Desses homicídios, a maioria ocorreu na região da América Latina (643 - 78,80% do total), e só no Brasil, ocorreram 325 assassinatos nesses três anos, ou seja, 39,8% dos assassinatos de pessoas (trans) registrados no mundo, nesse período, seguido da Ásia, com 59. Em 2011, conforme o TvT, 248 pessoas foram assassinadas. No Brasil, ocorreram 101, seguido do México, com 33 assassinatos, e da Colômbia, com 18. Entre janeiro de 2008 e abril de 2013, foram 486 mortes de (trans) e travestis no Brasil - quatro vezes mais que no México, segundo país com mais casos registrados (JESUS e ALVES, 2010).

Vale a pena destacar que o relatório é baseado no número de casos que foram reportados, o que mostra que esses números podem ser maiores, pois sabe-se que há uma subnotificação, e esses assassinatos - como crimes de ódio - são realizados quase sempre com muita crueldade. Contribui para as subnotificações, a falta de uma lei que criminalize a homofobia e assassinatos de pessoas LGBTs, pesando fortemente para esses altos índices de morte. E também, é claro, a transfobia<sup>26</sup> e o cissexismo<sup>27</sup> da sociedade não recebem problematização devida e muitas vezes são vistos de formas naturalizadas, com a convivência de muitos. Além de muitas vezes as mortes de (trans) e travestis serem tratadas com reducionismos e generalizações - outras manifestações de transfobia - como, por exemplo, justifica-se o número elevado de mortes, associando-as a rixas pessoais, brigas envolvendo a profissão de prostituição e dívidas com clientes, e ao uso de drogas; criminalizando e culpando as vítimas, sem provas suficientes.

Dessa forma, vê-se que ainda há muitos problemas e desafios que envolvem essas 'vidas precárias': estigmas diversos, patologização das identidades, alto risco de sofrer violências por transfobia, falta de acesso à saúde, falta de oportunidades de escolarização e

---

<sup>25</sup> Dados consultados em: [http://www.transrespect-transphobia.org/en\\_US/tvt-project/tmm-results/idahot-2015.htm](http://www.transrespect-transphobia.org/en_US/tvt-project/tmm-results/idahot-2015.htm)

<sup>26</sup> A transfobia se refere à intolerância e o preconceito a travestis e a transexuais. E o não reconhecimento e legitimação de suas identidades.

<sup>27</sup> "Ideologia resultante do binarismo ou dimorfismo sexual, que se fundamenta na crença estereotipada de que características biológicas relacionadas a sexo são correspondentes a características psicossociais relacionadas a gênero. O cissexismo, ao nível institucional, redundando em prejuízos ao direito à auto-expressão de gênero das pessoas, criando mecanismos legais e culturais de subordinação das pessoas cisgênero e transgênero ao gênero que lhes foi atribuído ao nascimento. Para as pessoas trans em particular, o cissexismo invisibiliza e estigmatiza suas práticas sociais." ( JESUS, 2012 p. 40).

profissionalização, entre outros.

#### 2.2.4 Cotidiano em Campo

Optou-se por realizar uma contextualização sobre a transexualidade e as vivências que contrariam a norma binária de gênero da sociedade após as *scientias sexualis* por causa do forte impacto que as representações médicas e psiquiátricas ganharam ao longo dos últimos séculos, assim como os discursos sobre sexualidade construídos, principalmente, desde o Império Romano e que ganhou fortalecimento com as técnicas utilizadas pelo cristianismo ocidental (FOUCAULT, 2005). Esse incômodo impacto persiste até hoje também influenciando pessoas (trans) em relação a vários aspectos, como pelas categorias médicas que são utilizadas para se referir às experiências de pessoas (trans), o discurso dessas pessoas em relação às próprias experiências e, em algumas vezes, a falta de problematização sobre a patologização das identidades (trans), entre outros.

Também por causa da importância que é para algumas pessoas (trans), a construção de seus corpos a partir das tecnologias biomédicas e outras possibilidades, alcançadas de forma gratuita com o PTSUS e as normas e leis que o regulamentam no Brasil. Porém, acredita-se que assim como houve uma desvinculação de discursos médicos e psiquiátricos para se referir às pessoas LGBTQs, com as pessoas (trans) ocorrerá situação similar, principalmente, quando a transexualidade for oficialmente despatologizada e com a problematização dessas questões, em sendo os movimentos sociais muito importantes nesse processo. Por isso, também, foi trazido o debate sobre a despatologização dessas identidades.

Muitos interlocutores, inclusive, foram contatados a partir de relações estabelecidas com instituições de saúde e de direitos. Como apresentado na introdução deste trabalho, isso explica também o porquê foi escolhido dar uma ênfase a essas questões, por causa da relação que têm com o processo de subjetivação, construção de identidades e corpos, busca de direitos e reconhecimento social e legal a partir da organização autônoma de homens (trans) em movimentos sociais, entre outras questões.

Como já apontado, na presente pesquisa são apresentados dois grupos de interlocutores, a partir dos termos utilizados por eles mesmos para a auto-identificação: o grupo de homens (trans) e o grupo de homens (*boys*). Apesar das aproximações que existem entre todos os 21 interlocutores da pesquisa, há uma pluralidade de experiências e o contexto sócio-econômico por onde transitam é um fator preponderante no que se refere a algumas diferenciações entre esses indivíduos, que englobam: as redes de sociabilidade, acesso a

diferentes instituições, acesso a categorias utilizadas na academia e em movimentos LGBTs e (trans), entre outras questões que foram melhor desenvolvidas nos capítulos que seguem.

No primeiro grupo de homens (trans)<sup>28</sup>, há 15 interlocutores, com a faixa etária de 18 a 40 anos. Destes, 6 se auto-identificam como brancos, 6 como pardos, 2 como negros e 1 declarou que estava em processo de descoberta de sua raça/cor. Em se tratando de nível de escolarização, 3 têm curso superior completo, 3 têm curso superior incompleto, 3, além de ensino médio completo, têm curso técnico profissionalizante, 6 têm o ensino médio completo. Havia 14 interlocutores desse contexto que estavam com emprego formal na época da entrevista e 1 estava estagiando em uma instituição. Em relação à religião, 4 declararam que são espíritas kardecistas, 2 que são evangélicos da Igreja do Sétimo Dia, 2 são do candomblé, 1 é católico não praticante, 1 é ateu, e os outros 5 não têm ou não declararam ter religião. Destes 15, 10 interlocutores estão envolvidos com a militância trans e/ou militantes do movimento LGBT. Todos os 15 estavam incluídos no Processo Transexualizador do SUS-PTSUS (Ver Apêndice 1, com as biografias resumidas sobre os interlocutores desse grupo).

Além de os homens (trans) serem usuários do PTSUS, eles frequentam principalmente as instituições, já citadas, Centro Estadual de Combate a Homofobia - CECH, o Centro Municipal de Referência em Cidadania LGBT - CMRC LGBT e o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades - IBRAT. Enquanto os homens (*boys*) que são interlocutores da pesquisa frequentam o Consultório de Rua - C.R e o Centro da Juventude - C.J.

O acesso aos interlocutores desse primeiro grupo se deu tanto a partir da mediação dessas instituições - algumas indicaram usuários - como a partir de indicações individuais. Com isso, foi se estabelecendo a minha rede de contatos (Ver mapa de entrevistas no Anexo 1). O CECH e CMRC LGBT, indicou o contato de usuários que foram consultados previamente, por telefone, dando informações sobre a pesquisa, inclusive para alguns eles enviaram resumo desta pesquisa por e-mail, ou por meio de redes sociais, como no IBRAT, onde me incluíram em um grupo de *whatsapp* e pude explicar sobre meu trabalho, responder questões, e com quem aceitasse eu estabelecia diálogos em conversas privadas para dar mais informações e marcar encontros. Como os interlocutores aceitaram com o passar do tempo, fica difícil diferenciar quando foi indicação do IBRAT ou quando foi indicação individual, por

---

<sup>28</sup> Optou-se neste trabalho por fazer essas perguntas de contextualização de forma livre, sem categorias pré-fixadas utilizadas por alguma instituição de pesquisa, como o IBGE. Inclusive, em se tratando de classes sociais, em que foi perguntado aos interlocutores sobre a classe social eles identificam que circulam e se sentem pertencentes e oriundos. Essas perguntas sobre questões sócio-econômicas apareciam geralmente no início da entrevista, mas algumas vezes, eram feitas durante ou ao final das entrevistas, dependia da dinâmica, interação e relação estabelecida com cada interlocutor.

isso prefiro pensar em relações que foram intermediadas por essa instituição.

Com isso também, fiquei mais próxima de alguns interlocutores em que mantive conversas frequentes, estabelecendo diálogos sobre diversos temas, inclusive sobre a dinâmica de grupos de redes sociais de homens (trans) que fazíamos parte, comentários que vinham após as entrevistas realizadas para complementar as informações ou por necessidade que tinham por causa do processo reflexivo gerado por esses encontros em que dialogamos sobre muitas temáticas de forma profunda.

Além do intermédio das instituições citadas, muitas entrevistas foram possibilitadas por causa da indicação de interlocutores que tinham sido entrevistados e indicavam amigos, companheiros de militância e colegas que frequentavam as mesmas instituições. Mas havia também o perfil de interlocutores (trans) que não tinham nenhum amigo próximo também homem (trans), apenas conhecidos com quem mantinham relações superficiais nos corredores das instituições que frequentavam. É importante destacar que nem todos os militantes a que eu me referi na entrevista participam do IBRAT, uma vez que também houve essa indicação individual de amigos, entrevistei militantes de coletivos mistos de pessoas (trans), ou militantes de grupos LGBTs, militantes “autônomos”, que não frequentavam nenhum grupo ou não se consideravam participantes de grupo algum.

De uma forma geral, senti que estava dentro de uma rede, principalmente quando havia várias referências nas entrevistas de pessoas que eu já tinha entrevistado. Vi que entrevistei pessoas que faziam parte, concomitantemente ou não, de grupo de amigos, grupos de militância, grupos de usuários de instituições, grupos de pacientes e de alunos de profissionais entrevistados. A partir da inter-relação dessas pessoas, pude ter acesso a uma riqueza de informações, versões diferentes de histórias narradas, as intenções das atitudes que nem sempre coincidiam com as impressões que essas deixavam ao serem concretizadas, enfim, me inseri em redes conectadas de indivíduos e durante o processo em campo, percebi a responsabilidade de atuar como pesquisadora e de uma maneira, às vezes, despretensiosa, intervir em tantas vidas e acontecimentos.

As relações estabelecidas com as instituições foram possibilitadas com a minha prévia apresentação e, muitas vezes, o fato de expressar que fui/sou integrante de grupos de pesquisas e de militância sobre gênero e sexualidade, facilitou bastante minha inserção, assim como a apresentação de um documento com o resumo de, aproximadamente, oito páginas da minha pesquisa, tendo como anexos, roteiro de entrevista e TCLE<sup>29</sup>.

---

<sup>29</sup> Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Os interlocutores do segundo grupo, já identificados como oriundos de classe popular (DUARTE, 1986, p. 126), têm um contexto bem diferente. Em relação à idade, os entrevistados desse contexto têm entre 18 e 29 anos; em relação à raça/cor, dos 6 interlocutores, 4 se identificaram como pardos, 1 como negro e 1 como branco. Em se tratando de nível de escolarização, 5 tem ensino fundamental incompletos, 1 tem o ensino médio incompleto. Nenhum interlocutor tem emprego formal, 3 têm empregos informais e 3 estão desempregados, mas recebem bolsa-auxílio. Em relação à religião, os 6 não têm ou não declararam ter religião no momento, mas 3 deles se identificaram como 'ex-evangélicos'. Desses 6 interlocutores, nenhum se considera militante e também nenhum está no Processo Transexualizador do SUS, apesar de todos expressarem o desejo de realizar modificações corporais, exceto um deles que abandonou essa ideia. Todos os 6 interlocutores ouviram falar no PTSUS pela primeira vez durante a entrevista, assim como a possibilidade de mudança do nome e sexo no registro civil, 5 deles ouviram pela primeira vez sobre a existência da testosterona sintética e a categoria 'transexualidade' se referindo a vivência masculina, no momento final da entrevista (Ver Apêndice 2, contém as biografias resumidas dos interlocutores desse contexto).

Apesar de falar sobre essas categorias e informações nas entrevistas, não se realizou em nenhum momento alguma designação ou identificação dessas categorias com os interlocutores. Apenas foram mencionados alguns termos desconhecidos pelos interlocutores quando necessários para a realização da entrevista e também ao final da pesquisa, para comentar sobre algumas informações, pois entendemos que faz parte do compromisso ético da pesquisadora 'corrigir' ou fornecer informações que alguns interlocutores não tinham acesso, a partir das próprias demandas deles, apresentadas durante as entrevistas (como exemplo, o fato de alguns terem a ideia errônea de as cirurgias de mastectomia só serem feitas se forem pagas e somente no sudeste do país ou no exterior). Mas apesar disso, evitou-se intervir na auto-identificação dos interlocutores, pelo contrário, adotou-se uma postura de positividade da 'cultura' das classes populares, de afirmação e reconhecimento das categorias êmicas, que muitas vezes têm sentidos e lógicas que são diferentes dos pressupostos referentes ao universo das classes médias, que geralmente coincidem com categorias políticas e científicas, adotadas também nesta pesquisa (HEIBORN, 1997; SCOTT, 2007; DUARTE, 1986; FONSECA, 2000, 2006; SARTI, 1989; LONGHI, 2008; FRÚGOLI JR; CAVALCANTI, 2013).

As entrevistas com os interlocutores desse grupo ocorreram ao mesmo período que com o primeiro grupo. Passei alguns meses transitando por diferentes espaços para realizar essas entrevistas. Porém, diferentemente das do primeiro grupo, pude realizar uma

observação participante no local frequentado por alguns homens (*boys*), no Centro da Juventude, com o apoio do Consultório de Rua, que estabeleceu e foi responsável pelo meu contato com essa instituição e com a ajuda de alguns profissionais do C.J.

Mantive contato presencial com os interlocutores, pois durante dois meses, estive pelo menos duas vezes por semana no C.J. Nessas idas, eu conversava com profissionais, com alunos e alunas, e, propriamente, com meus interlocutores. Metade das entrevistas ocorreu na escola e a outra metade no bairro em que moram, em suas casas e – como ocorreu uma vez - numa praça, próxima à residência do interlocutor. Fiz outras visitas a esses locais, para ser apresentada a possíveis interlocutores ou para entrevistas marcadas que não ocorriam, porque a pessoa que marcou comigo desmarcava de última hora ou não podia no momento que eu chegava. Aliás, esse era um comportamento muito comum nesse contexto. Além dos que desistiram no contato direto comigo, muitos foram os que aceitaram e logo após desistiram, a partir do intermédio de interlocutores, e a esses eu nem cheguei a ser apresentada. Apesar de ter esse maior contato presencial, não estabeleci com frequência contatos *online* com eles, pois muitos deles não tinham fácil acesso à internet ou a celulares que comportem aplicativos como o *whatsapp*, inclusive, alguns interlocutores desse contexto não tinham nem celulares ou dividiam um celular com os membros de sua família. Isso também explica o porquê dos desencontros que tive com os interlocutores (*boys*).

Minha experiência em campo na escola é tratada no último capítulo, porém adianto que minha primeira abordagem aos possíveis interlocutores era feita a partir dos profissionais ou alunos, muitas vezes estando com o/a profissional que indicou ao lado. Eu era apresentada por esse/essa ao aluno e explicava rapidamente a minha pesquisa: “sou estudante do mestrado em Antropologia, na UFPE e estou fazendo uma pesquisa com pessoas que nasceram com seus corpos identificados como de mulheres, mas se identificam como homens, você se enquadraria na pesquisa?”. Comumente, a resposta era: “sim, pois sou homem”, ou simplesmente concordavam. Dois interlocutores durante a entrevista expressaram grande surpresa ao conhecer detalhadamente a temática pesquisada, pois não sabiam que existiam pessoas que se interessavam por esse tema e nem que existiam pesquisas nessa área, ao final, mostraram gratidão pela entrevista e pela minha iniciativa em realizá-la. O fato de eu me apresentar com a pessoa que indicou ao lado foi uma opção minha para evitar uma abordagem realizada a partir de uma leitura superficial sobre a pessoa, e acabar agindo de forma invasiva ou até - inclusive - afastar possíveis interlocutores. Estar com alguém familiar a eles os deixava mais à vontade para aceitar ou não o meu convite a uma conversa.

Essa atitude de surpresa com a temática pesquisada foi importante para a minha

percepção sobre como esse grupo, de homens (*boys*), era fragmentado e o fato de desconhecerem que existiam pessoas além das do seu convívio que tinham experiências muito próximas às deles, facilitava para que ficassem à margem de informações sobre direitos. Não há entre eles o sentimento de grupo, a nível macro, como homens (*boys*), apenas a nível micro. Conhecem amigos que “são como eles”, mas desconhecem a existência de organizações de pessoas que também transcendem o gênero. Inclusive, um dos interlocutores desse grupo não sabia que existia alguma outra pessoa com uma experiência próxima à dele, nunca participou de nenhum grupo de amizade onde havia outros homens (*boys*), apenas de mulheres lésbicas. Mas apesar disso, esse interlocutor se identifica como homem e busca o reconhecimento como tal, inclusive a nível institucional, pedindo a todos, professores e alunos da escola que frequenta, C.J, para o chamarem pelo seu nome masculino, escolhido por ele, e não pelo seu nome de registro.

Nos dois contextos, a maioria dos interlocutores era jovem, entre 18 e 25 anos. Nesse caso, na presente pesquisa não pôde ser feita uma comparação em relação a gerações por causa da insuficiência de interlocutores ou inexistência, no caso de homens (*boys*) de interlocutores mais velhos. Mas a idade de cada interlocutor é explicitada após os trechos de falas citados, para marcar a questão geracional e acrescentar essa informação como um dado relevante para apresentar o lugar de fala do interlocutor, além de outros dados que são trazidos nas biografias resumidas e dos principais marcadores sociais de diferença trabalhados nesta pesquisa: gênero, raça, classe e sexualidade.

É importante frisar que todos os interlocutores receberam nomes fictícios na presente pesquisa, para assegurar o sigilo, e os nomes escolhidos foram inspirados em nomes de personagens do livro de João W. Nery (2013), “Viagem Solitária”, uma vez que esse livro foi referência para grande parte dos interlocutores. Assim como foram suprimidas informações em que seria fácil a identificação de algumas pessoas. Pois na presente pesquisa, se abordou muitos detalhes sobre a vida íntima de alguns, a depender da disponibilidade dos interlocutores, então, para evitar exposição, optou-se por suprimir algumas informações, tanto ao longo do texto quanto nas biografias resumidas sobre cada interlocutor. Inclusive, a não realização de uma tabela resumida contendo os dados dos interlocutores, se refere a essa mesma questão, por não ser possível se referir aos dados de todos os interlocutores igualmente, ou seja, é necessário para alguns, suprimir informações como cidade natal, profissão, curso de formação, e para outros não.

Além das entrevistas utilizadas como procedimento metodológico, para desenvolver os objetivos e as questões já apresentadas, foram utilizadas na pesquisa como estratégias

metodológicas: Revisão de Literatura, Análise de Documentos, Método Etnográfico, com um misto de Entrevistas Semiestruturadas e História Oral, Observação Participante e Diários de Campo.

A Revisão de Literatura ocorreu durante todo o período da pesquisa. Todo material coletado foi sistematicamente subsidiado por uma revisão de literatura sobre as temáticas que envolvem o projeto, sobretudo, em relação aos temas principais que esta pesquisa objetivou analisar. A análise de documentos aconteceu durante o período inicial da pesquisa, uma vez que foram disponibilizados vários relatórios e textos que no Consultório de Rua são usados como base, entre outros documentos, utilizou-se para buscar mais informações sobre o projeto.

A Observação Participante foi iniciada no final de março/2015 até setembro/2015. Foi realizada para conhecer o trabalho das instituições parceiras da pesquisa, com presença cotidiana e constante no Centro da Juventude (de junho a agosto, estive por volta de duas vezes por semana na escola, além de contatos frequentes com alunos e profissionais), com visitas à sede do Consultório de Rua, CECH e CMRC LGBT, além de participar de eventos dessas instituições e também eventos LGBTs, como em duas edições do Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual e Gênero - ENUDSG, protestos e manifestações públicas e seminários e eventos que discutiram gênero e sexualidades, que já foram mencionados e serão relatados nos capítulos que seguem.

As entrevistas foram o principal método adotado pelo presente trabalho. A entrevista é tida como uma construção dialógica da pesquisadora e dos(as) entrevistados(as), onde são vistas como discursos tridimensionais: texto, prática discursiva e prática social. Norman Fairclough (2001), em sua proposta de análise de discurso, indica o discurso como um texto que possibilita identificar processos de mudança social pela interdiscursividade e correlações de termos com outros textos (FAIRCLOUGH, 2001, p. 10). Nas análises são apresentados vários trechos de entrevistas, e alguns mais extensos, e também alguns trechos com a intervenção da pesquisadora, assim como serão apresentadas biografias resumidas, ou minibiografias. José Manuel Mendes (2003, p. 10) afirma que numa situação de entrevista além de o interlocutor comunicar e partilhar significados, ele:

[...] pode estar negociando suas identidades, arrastando nesse processo o entrevistador e obrigando esse negociar, alterar ou sublimar suas identidades. [...] E é nessa riqueza dialógica, nessa polifonia de vozes presentes e ausentes, que jaz toda a riqueza das entrevistas, mais do que numa busca distante e objetiva de fatos ocorridos (MENDES, 2003, p. 10).

Foram realizadas 21 entrevistas com homens de perfis diferenciados, ou seja, com geração, orientações sexuais, situações sócio-econômicas (que envolve moradia, oportunidades de vida e trabalho) diferentes e todos foram usuários ou vinculados às instituições já apresentadas. As entrevistas tiveram a duração mínima de 50 minutos e máxima de 2 horas e 30 minutos e todas elas foram transcritas na íntegra. As entrevistas foram semiestruturadas, seguindo um roteiro de questões abordadas (ver roteiro-guia de entrevista no Anexo 2), porém, com bastante flexibilidade em relação ao diferente contexto do interlocutor e à dinâmica da entrevista. Além de se fazer um esforço para ser realizada de forma mais livre, respeitando o processo reflexivo, também pretendido pela entrevista, que tentará resgatar momentos e relatos sobre a vida dos entrevistados, abordando os temas que norteiam a pesquisa e estimulando narrativas (BAUER e GASKELL, 2002).

Já as entrevistas com profissionais, duraram no mínimo 30 minutos e no máximo 1 hora. Foram realizadas cinco entrevistas formais com profissionais diferentes e várias entrevistas informais. Chamo de formal, a entrevista com a presença do gravador, assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE e pela presença de um roteiro-guia. Foi realizada entrevista semiestruturada com a intenção de obter mais informações sobre as ideias da instituição sobre as temáticas da pesquisa e também sobre o trabalho dos profissionais e como lidam com os temas pesquisados. Além dos profissionais, foi entrevistada 1 aluna do C.J., 3 lideranças da militância dos homens (trans), sendo 2 de Pernambuco e 1 da Bahia. Além disso, foram travadas conversas informais com vários profissionais, usuários das instituições envolvidas e militantes LGBTs. As 30 entrevistas foram gravadas com a autorização dos interlocutores e foram transcritas na íntegra por mim.

Todos esses métodos utilizados, suscitaram textos produzidos no diário de campo, com o objetivo de realizar relatos etnográficos a partir das impressões sobre os momentos em que estivemos presentes em campo.

Em relação ao tratamento do dado qualitativo coletado, foi escolhido para este trabalho a Análise de Discurso, pois essa reflete melhor o modelo de ciência adotado por esta pesquisa, assim como reconhece a importância da subjetividade. A Análise de Discurso propõe o entendimento de um plano discursivo que “articula linguagem e sociedade, entremeadas pelo contexto ideológico” e reconhece as implicações do pesquisador no desenvolvimento de suas atividades. Entende-se que o pesquisador, em um dado campo de análise, é co-construtor dos sentidos produzidos que alteram o lugar em que ele se situa e sua postura de interlocutor em uma determinada situação de pesquisa (DEUSDARÁ; ROCHA, 2005, p. 7).

As entrevistas ocorreram com a leitura do TCLE (ver Anexo 3), que ocorreu antes ou depois da entrevista e foi incluído na pesquisa, principalmente, para informar sobre os direitos do interlocutor, como exemplo, o de informação. O TCLE continha dados da pesquisa e dados pessoais da autora, orientador e instituição em que se realizou o trabalho, ficando uma via do documento com o interlocutor e outra com a autora. Sobre benefícios e possíveis desconfortos acarretados pela pesquisa - por incluir perguntas profundas que poderiam sensibilizar o interlocutor, entre outras informações que esse documento pode fornecer - além de ser respeitado o nome social dos interlocutores, eles estavam livres para assinarem e se identificarem como e quando quisessem. E por essas especificidades que envolvem a natureza da presente pesquisa, foi optado por não recorrer ao Comitê de Ética, uma vez que a pesquisa parte de outros fundamentos, e não a partir da lógica contratual que obriga um TCLE assinado sempre antes da entrevista ocorrer e por um roteiro estruturado de perguntas apresentado previamente, condições para a aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética. E muito menos, seria pedido aos interlocutores para que pusessem sua assinatura original do documento de registro civil, que contém nome/sexo com os quais eles não se identificam e não se reconhecem. Pedir isso seria mais do que uma atitude contraditória com a pesquisa, seria anti-ético.

Roberto Cardoso de Oliveira (2004), faz uma importante distinção entre as pesquisas *com* seres humanos e *em* seres humanos, nesta há uma relação de sujeito-objeto de estudo, em que o participante da pesquisa pode funcionar como “cobaia” de experimentações científicas e no primeiro tipo, os participantes são interlocutores e têm uma relação diferente com o pesquisador, dialógica e interativa. Neste caso, ao invés da lógica contratual estabelecida entre pesquisadores e interlocutores, é preciso uma relação de confiança, o desejo da escuta, cumplicidade política, a troca simbólica, identificação com a temática de estudo, entre outras coisas (DINIZ, 2010). Acreditamos que o sistema de revisão ética ainda vigente no país, normalmente por um olhar biomédico, muitas vezes não contempla as especificidades das pesquisas sociais, em ciências humanas e sociais, por algumas razões que foram expostas acima (DINIZ, 2010).

Sobre a postura em campo, uma questão importante a ser colocada, é o fato de esta pesquisa ter sido inspirada nas reflexões de Donna Haraway (1991) sobre o saber localizado, onde a autora afirma que a ciência construída com base no feminismo é sempre interpretativa, crítica e parcial. Foi a partir do saber localizado que desenvolvi e aprimorei meu lugar de pesquisadora implicada no processo, de pesquisadora feminista (LINTON, 1985).

O feminismo ama outra ciência: a ciência e a política da interpretação, da tradução, do gaguejar e do parcialmente compreendido. O feminismo tem a ver com as ciências dos sujeitos múltiplos com (pelo menos) visão dupla. O feminismo tem a ver com uma visão crítica, conseqüente com um posicionamento crítico num espaço social não homogêneo e marcado pelo gênero. A tradução é sempre interpretativa, crítica e parcial (HARAWAY, 1991, p. 31).

Outra influência aqui adotada para o fazer etnográfico é a da Antropologia Interpretativa de Geertz (1989), em que o autor reconhece a contribuição dos hermeneutas e do legado fenomenológico. O conceito de cultura, para o autor, é essencialmente semiótico, a cultura é pensada como um texto elaborado socialmente e o contexto seria a partir do qual os comportamentos adquirem inteligibilidade (GEERTZ, 1997). Nesse ínterim, a escrita torna-se o centro da produção antropológica, que está muito além dos métodos utilizados pelos antropólogos.

Os próprios textos antropológicos são interpretações, Geertz vai entender a escrita etnográfica como uma ficção, no sentido de algo fabricado, de artefato, em que a presença autoral tem grande importância no texto. E a metodologia e o esforço intelectual do autor são chamados de 'descrição densa', onde o antropólogo seria um intérprete das culturas, sendo essas, 'teias de significados'. A produção do autor estimula o diálogo interdisciplinar e a considerar os acúmulos teórico-metodológicos de outras áreas do conhecimento, assim como estimula uma reflexão e problematização sobre a autoridade do antropólogo em relação ao interlocutor (GEERTZ, 1997).

Nessas reflexões que fiz sobre a postura em campo, lembrei-me de Da Matta (1978) e do seu *anthropological blues*. Nesse texto, o autor aborda o fato de que a teoria só, não dá conta. É importante ter experiências, vivências. O cotidiano com o interlocutor é sempre mais difícil, é necessário estranhar o familiar e se familiarizar com o “outro” na experiência etnográfica. Por isso, ser uma pesquisadora implicada pode ser tão difícil, além da experiência de se permitir ser afetada pelo campo (FAVRET-SAADA, 2005), também se pretende 'afetar' o campo, ao mesmo tempo em que se pretende produzir conhecimento, e isso define a postura durante todo o processo de pesquisa.

Também, fui inspirada por Grosfoguel (2007), em sua crítica sobre a epistemologia eurocêntrica, que além de privilegiar o padrão de pensamento ocidental, estuda o “outro”, como objeto, e não como um sujeito que produz conhecimento, encobrindo a geopolítica e corpo-política do conhecimento. O autor problematiza o mito de que a academia é o discurso cientificista da “neutralidade” e “objetividade”, e que omite o “locus de enunciação”, afirmando que a epistemologia além de cor, tem sexualidade, gênero, classe, espiritualidade

cosmológica etc. Propõe não o estudo “sobre” os “outros”, e sim, o conhecimento produzido “a partir dos”, “com os” interlocutores, sobretudo, os sujeitos subalternizados e inferiorizados pela modernidade eurocentrada. E propõe uma abertura à diversidade epistêmica, ao oferecer a redefinição de perguntas/objetivos, a partir dos problemas e dilemas dos próprios grupos com que se realiza pesquisa.

A presente pesquisa buscou ser realizada levando em consideração essas questões expostas acima, a partir da problematização do meu lugar de enunciação - o *locus* de enunciação da autora - sendo sempre previamente apresentada a pesquisa aos interlocutores, com a leitura do termo de consentimento e informações detalhadas sobre os direitos deles na pesquisa<sup>30</sup>, assim como uma breve apresentação da pesquisadora. Além de o presente trabalho ter sido realizado a partir do constante diálogo com os interlocutores da pesquisa sobre categorias utilizadas, temáticas, abordagens e direcionamentos dados aos conteúdos. Sendo levado em consideração as categorias êmicas e a crítica às categorias científicas e políticas, realizadas por alguns interlocutores. Isso muitas vezes redefiniu os termos utilizados e temáticas abordadas. Ou seja, a pesquisa procurou estar produzindo sempre “com os” interlocutores, numa relação dialógica.

---

<sup>30</sup> Acordo de que as informações desta pesquisa são confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação; o direito de desistir durante ou depois de sua participação na entrevista ou sobre algum comentário feito; direito a não responder questões; direito a receber a devolutiva, com os resultados da pesquisa; direito a ter dados para contatar a pesquisadora, orientador e instituições responsáveis para entrar em contato se/quando achar oportuno; direito a ter ajuda de custo em relação a transporte ou alimentação ou outros gastos necessários para a realização da entrevista, entre outros.

### 3 (TRANS)EXPERIÊNCIAS E A CONSTRUÇÃO DE SI

“(Trans)cender, ir acima desse limite que te estipularam para a vivência humana, “é assim e não pode passar daí”, e a gente passa”.<sup>31</sup>

#### 3.1 Aproximações e Distanciamentos: Análise de Narrativas sobre Gênero, Corpo e Saúde de Homens (Trans)

As biografias resumidas, no apêndice 1, buscaram apresentar os interlocutores focando nas principais temáticas da pesquisa, ou seja, as histórias de vida brevemente relatadas giraram em torno de questões que também são os temas que norteiam o presente capítulo e o próximo, que são ser direcionados a: Narrativas sobre Gênero, Narrativas sobre Corpo, Narrativas sobre Saúde e o quarto capítulo aborda as Narrativas sobre Direitos, fazendo uma análise a partir das experiências e narrativas relatadas pelos interlocutores.

Esses temas foram construídos a partir de subtópicos que desenvolvem e problematizam as temáticas. Sobre gênero, são apresentadas seções em que se discute a auto-identificação como homem e autodefinição como homem (trans), sexualidades e a construção de masculinidades; sobre corpo, se desenvolvem temas sobre a masculinização do corpo e a auto-percepção durante esse processo; e por fim, sobre saúde<sup>32</sup>, analisa questões que envolvem o Processo Transexualizador do SUS e o acesso a esse. Vê-se que os homens (trans), por circularem em contextos sócio-econômicos-culturais de classes médias e altas, têm maior facilidade para acessarem instituições de saúde e direitos, do que os homens (*boys*) e têm maior acesso a categorias usadas pela ciência e movimentos de busca por direitos, assim como a informações, leis, produções acadêmicas, entre outras coisas.

As entrevistas ocorreram com os quinze interlocutores que foram inseridos nesse contexto, em que todos se identificam como homens (trans). São denominadas 'narrativas' por causa da intenção de tornar o momento de entrevista como uma conversa em que se trate da experiência de vida desses indivíduos, como uma história contada, ou pelo menos como uma versão contada de uma história. O ato de relatar a sua vida vem acompanhado de significados

<sup>31</sup> Trecho de narrativa realizada por um interlocutor (trans), Yuri, 18 anos.

<sup>32</sup> A ideia de saúde adotada no presente trabalho, se relaciona com o conceito ampliado de saúde adotado pelo SUS. Antes era entendida basicamente como a ausência de doenças, a partir do SUS, a noção ficou centrada na prevenção dos agravos e na promoção da saúde, para isso precisa estar relacionada com a qualidade de vida e o bem-estar da população, devendo englobar vários outros bens: alimentação, trabalho, moradia, renda, entre outros. Esta ideia se relaciona com a definição da Organização Mundial de Saúde- OMS, em que a saúde é entendida como “completo bem-estar físico, mental e social, e não a simples ausência de doença”. Dados obtidos em: [http://www.bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sus\\_principios.pdf](http://www.bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sus_principios.pdf).

sobre sua experiência. A narrativa pode ser entendida como testemunho de vida (D'ÁVILA NETO; BAPTISTA, 2007).

Havia um caráter informal e de conversação que se deu a entrevista, apesar de reconhecer que a presença do gravador, dos termos de consentimento assinados antes ou depois da entrevista e outros aspectos davam um tom formal ao encontro. Porém, estive presente num grupo de *whatsapp* - uma rede social *online* que funciona como um aplicativo em celulares - de militância (trans) que boa parte dos interlocutores desse contexto está inserida. Antes da entrevista, eu já tinha interagido virtualmente com todos os interlocutores nesse contexto, fosse no grupo de *whatsapp* ou em conversas particulares, então, compreendo essas entrevistas como práticas discursivas (PINHEIRO, 1999).

Ao abordar a entrevista inicial como prática discursiva estamos, antes de mais nada, entendendo-a como ação, ou, melhor dizendo, como interação. Esta interação se dá em um certo contexto, numa relação constantemente negociada. Numa conversa o locutor posiciona-se e posiciona o outro, ou seja, quando falamos, selecionamos o tom, as figuras, os trechos de histórias, os personagens que correspondem ao posicionamento assumido diante do outro que é posicionado por ele. As posições não são irrevogáveis, mas continuamente negociadas (PINHEIRO, 1999, p. 8).

Para análise desses dados qualitativos, como já mencionado, se optou pela Análise de Discurso, pois dialoga com a visão de ciência, valor das subjetividades por este trabalho adotado. Para a Análise do Discurso, a linguagem não é o reflexo de algo que lhe é exterior, toda produção de linguagem constitui-se como produto do encontro entre um eu e um outro. Segundo formas de interação situadas historicamente, “os caminhos pelos quais optamos em uma perspectiva discursiva têm indicado que o pesquisador não descobre nenhuma “dimensão oculta” do real (trate-se de um real quer sociológico, quer psicológico), mas participa de uma 'intervenção' sobre o social” (DEUSDARÁ; ROCHA, 2005 p.17).

As entrevistas realizadas foram semiestruturadas. Levei um roteiro com os pontos principais a serem conversados (ver Anexo 3), mas a entrevista se deu de forma livre e muitas perguntas apareciam conforme as narrativas dos interlocutores. Do mesmo modo, a partir das narrativas, algumas vezes não foi necessário fazer algumas perguntas, pois os temas já tinham sido abordados pelo interlocutor, inclusive, houve entrevistas em que não li nenhuma pergunta do roteiro-guia, pois a narrativa do interlocutor contemplava as temáticas esboçadas no roteiro.

Algo interessante a ser mencionado é o fato de todos os interlocutores, dos dois grupos, comentarem ao final da entrevista que gostaram muito da experiência de serem entrevistados. Uns viram como algo terapêutico, pois contaram que nem todos conversam

com eles sobre certos temas, querendo saber como eles se sentem sobre isso, quando querem ouvir, muitas vezes é com a intenção de convencê-los do contrário, de que não devem fazer cirurgias, de que não são (trans), por exemplo, ou se aproximam apenas por curiosidade. Outros, disseram-me que viram as entrevistas como algo que ajuda no fortalecimento e empoderamento dos sujeitos entrevistados, uma vez que se auto-afirmavam ao contar-se, ao compartilharem suas experiências sobre o processo transexualizador em que se encontram e muitas vezes a militância (trans) em que são envolvidos (D'ÁVILA NETO; BAPTISTA, 2007).

### 3.2 Narrativas sobre Gênero

#### 3.2.1 Autoidentificação

Nas experiências de vida relatadas nas biografias resumidas, foram apresentadas as diferentes maneiras com que os interlocutores tiveram o “estalo”, usado na presente pesquisa para se referir ao momento em que se identificam como homem (trans), mais especificamente quando se identificam com a categoria 'transexualidade' e se auto-definem a partir dessa.

Percebe-se que muitos homens (trans) - a maioria dos entrevistados - sempre se sentiram diferentes, não à vontade com o gênero feminino e com as características atribuídas socioculturalmente ao gênero feminino, assim como as expectativas em relação a questões que se referem à vivência afetivo-sexual, ou seja, não se identificavam como mulheres, desnaturalizavam essa condição, estranhando-a e vendo-a como algo imposto, algo que não correspondia ao “eu”, núcleo da subjetividade deles, e isso era sentido desde a infância (BRAH, 2006, p. 322). Antes da autodefinição como homens (trans) ou a identificação como homem, muitos interlocutores se viam como não-mulheres, ou seja, apesar de não conhecerem um termo ou situação que os definam, tinham a certeza de que não eram mulheres.

“Então, desde pequeno que eu tava sempre com os meninos e para mim era natural, comum assim, para mim era a lógica mais pura da vida que eventualmente eles iam crescer e eu também e a gente ia ter as mesmas características” (Yuri, 18 anos).

“É porque assim eu sempre tive esse lado, minha mãe nunca quis que aquela coisa, roupinha de menina, e tal essas coisas, e eu nunca fui ligado, minha mãe sentia a diferença porque eu tenho uma irmã mais velha e a gente foi criado junto e o que era para ela, era para mim e a minha irmã supermega se adaptava com as coisas, ela queria o quarto rosa, o meu era azul [...] Mas o meu pensamento era assim, se minha irmã gosta assim, minha irmã é menina, eu sou diferente, eu não gosto” (Murilo, 25 anos).

“Quando eu tinha 5 anos de idade minha mãe brigou comigo e naquele dia eu disse pra ela que eu ia pegar uma faca e enfiar nos meus testículos, eu não sabia o que era testículos, mas sabia que essa palavra existia, foi quando eu levei um tabefe dela, então, nesse tempo, eu já parecia um menininho, eu tinha cabelo curto, já me vestia como menino, mas sempre fui forçado a usar roupas de menina [...] e sabia que eu gostava de tudo que é o inverso do que eu enfim, eu nasci. Eh por exemplo, eu joguei futebol, lutei karatê e nunca gostei nada de menina, sempre foi uma guerra lá em casa porque eu tenho duas irmãs [...] E aí, eu lembro que eu tomava banho com as minhas irmãs e nunca quis ficar nu na frente delas, pra mim era errado, tu entende. E também me questionava muito “mas porque que elas tem isso e eu também tenho?”, tá errado, ficava me questionando muito” (Manuel, 29 anos).

“Não, desde antes... enquanto 'homem trans', esse nome, foi nesse momento né, até porque eu não sabia que existia esse nome para a pessoa que se sentia diferente assim, teria esse nome, 'homem trans', eu seria um 'homem trans'... Mas que eu já me sentia um menino, já homem, desde novo, desde uns 8 anos de idade, tanto é que quando eu escolhi o meu nome não foi nenhuma escolha difícil, porque com 8 anos de idade eu já fazia cartinhas pras meninas, já assinava Roberto [...] sempre foi desde pequeno assim, tanto é que não foi surpresa quando eu falei para a minha família que tava nesse processo e que realmente queria entrar de vez” (Roberto, 29 anos).

“[...] Desde criança, eu tinha uns 6, 5 anos, se você chegasse e perguntasse para mim, eu sempre dizia “eu vou me casar com uma mulher”, eu sempre falava isso, mas eu não me via como uma pessoa do sexo feminino que falava isso, eu falava aquilo porque eu me via como os meninos, só que eu não entendia que aquilo era uma identidade de gênero, eu não entendia e ninguém da minha família sabia. [...] A minha tinha dizia “isso é um sapatão”, era o que minha tia dizia... Aí ficou assim, quando eu tinha 4 anos, eu tinha mania de usar toalha no meio da cintura, eu nunca queria usar feito mamãe. Apesar que eu brincava, não vou mentir, com os sapatos de mãe, tal, essas coisas, mas eu gostava mais de me vestir de menino, eu pegava os smokings do meu pai, a calça dele, aí minha mãe diz que ria que só porque era meio mundo de calça e aquele toco de gente andando. Aí eu pegava aquele barbeador dela, aqueles barbeadores, ainda vende alguns, daqueles bem grandes que você botava a gilete dentro [...] aí eu usava para fazer a barba, eu via meu padrasto fazendo, aí queria fazer também. Aí sempre foi assim...” (Pedro, 33 anos).

E há também, apesar de ser uma pequena parte, os interlocutores que já se sentiam diferentes, mas, foram designados como transgêneros ou transexuais por outras pessoas, todas elas foram profissionais, professora e psicóloga(o):

“Assim, desde quando eu fui identificado como trans, eu tinha 5 anos de idade, eu tava na escola, foi uma besteira... eu tava numa fila, aí a professora fez, menina para um lado, menino para o outro, aí eu fui pra fila dos meninos, aí ela fez, chamou meu nome de registro e “você sente menino?”, aí eu falei “me sinto um menino”, beleza, aí me levaram para um psicólogo 'nanana', e há 30 anos atrás disso, e me identificaram como transgênero” (Matheus, 32 anos).

“Ela pediu para eu pesquisar porque viu assim que eu tinha muita atitude masculina e ela disse, veja isso, pesquisa, depois você me traz. Eu fui ver, aí eu disse “não, acho que eu sou uma lésbica, só que eu gosto de ser masculinizada, mas não sou caminhoneiro”, né que chama aquelas lésbicas que cortam o cabelo, que... mas aí eu fiquei assim, mas só quando meu amigo, que ficou muito curioso, quando viu Tereza Brant, começou a pesquisar mesmo a capacidade de mudança, aí como ele pesquisou a fundo, não fez uma pesquisa superficial, como eu fiz, foi que eu vi que realmente o negócio era aquele. Aí foi que eu fui entender” (Pedro, 33 anos).

Essa auto-percepção, enquanto diferente das mulheres, para muitos, contruía um sentimento de inadequação com o gênero feminino, ao mesmo tempo em que a maioria ainda não se reconhecia como homem por causa da visão biologizante dos gêneros, em que as mulheres tem vagina e homens tem pênis. Fazendo com que muitos interlocutores, nesse processo de auto-identificação, se reconhecessem como mulheres, apesar do sentimento de inadequação já apontado, mas por se atraírem afetivo-sexualmente por mulheres e terem um corpo designados desde o nascimento como feminino e identificado pela sociedade como tal, muitos se identificaram por anos como lésbicas.

“Desde criança eu sabia que eu era uma pessoa diferente, entendeu. Porque no interior<sup>33</sup>, as classificações são simples, homem, mulher, gay e lésbica. Eu sabia que não era uma mulher, sabia que tinha atração por outras mulheres então, teoricamente, eu seria lésbica. E eu não queria entrar no mundo lésbico, eu tinha medo, todo mundo falava que é errado, até a gente começa a achar errado também. Aí quando eu entrei no mundo lésbico, eu sabia que não era o meu mundo, eu fiquei estranho, sem saber o que fazer, eu não me achava no mundo normal, no mundo estranho, eu também não me encaixava, aí foi quando eu conheci a transexualidade, eu não conhecia esses termos” (Fernando, 20 anos).

“Na verdade, eu vim entender o que é transexualização há pouco tempo, muito pouco tempo, na verdade, eu vivia como mulher lésbica até os meus 38 anos [...] Eu comecei a me identificar como transexual, porque até então eu não, como mulher lésbica, eu não me sentia e não me sinto à vontade na companhia de, digo assim, nas relações, com mulheres lésbicas também. A maioria das minhas namoradas eram meninas 'hétero'<sup>34</sup> que namoravam comigo por me acharem parecida com um rapaz, então, a atração que tinha era muito por conta disso. E particularmente eu nunca gostei de namorar meninas lésbicas, então, elas se tornavam lésbicas” (Alberto, 39 anos).

Inclusive, a partir da relação com mulheres lésbicas que pelo contraste com o sentimento das companheiras frente à relação, como a realização, o prazer, é que alguns homens (trans) reconheceram que o gênero feminino não lhes representava e foram em busca de outras explicações que os fizessem entender melhor suas experiências, sentimentos e relação com o corpo.

Mas nem todos os interlocutores se consideraram antes como lésbicas, dois rapazes desse grupo, nunca se identificaram como tal, o primeiro, apesar de ter tido a designação como mulher desde o nascimento e a pressão da família, sobretudo da mãe, para que ele se conformasse numa condição feminina, utilizando imposições de roupas, comportamentos que ele deveria ter para se adequar como mulher, ele sempre se reconheceu como homem, mas,

<sup>33</sup> O interlocutor se refere à cidade onde cresceu, que se localiza no interior do estado.

<sup>34</sup> Na presente pesquisa esse termo é usado algumas vezes pelos interlocutores e é uma abreviação para heterossexual.

segundo ele, não conhecia um termo que resumisse e expressasse sua condição. O segundo, percebia que os outros o viam como andrógino. Ele não se sentia bem com as lésbicas, pois considerava que elas não aceitavam sua expressão de gênero masculina e isso não agradava também possíveis parceiras, fazendo com que ele se reconhecesse e se apresentasse por em média seis anos de sua vida como travesti.

“Não, na verdade eu me sentia estranho por não me encaixar em nada que o povo falava né, eu nunca me senti uma mulher, eu sempre me vi como homem, mas só que como eu era um homem se eu tinha corpo de mulher né, mas eu fui levando, até que quando eu fui embora, deixei de morar com minha mãe, aí eu fui embora para \*\*\*\*\*<sup>35</sup>, morar com uma tia e foi quando eu pude ser eu de verdade, namorar fazer as coisas que eu sempre quis, mas era meio retraído, entendeu. E aí hoje, eu conhecendo outras pessoas, outros trans aí é que dá mais vontade ainda de concretizar as coisas, entende” (Jorge, 30 anos).

“Eu sempre me identifiquei com o masculino. Nunca gostei desse gênero feminino não [...] Eu me dizia travesti porque eu me vestia com roupas de homem, não me encaixava como lésbica em nada, eu dizia que era travesti, pra não dizer que “sem tribo nenhuma” (Waldir, 40 anos).

No processo de auto-identificação como homem, os interlocutores em algum momento da vida passaram a se auto-definir como homem, travesti ou simplesmente como não-mulher. No entanto, o conhecimento do termo 'homem (trans)' foi algo narrado como de especial importância em suas trajetória, pois eles afirmaram que esse termo descrevia suas experiências em poucas palavras, além de descobrirem depois que o termo 'homem (trans)' já é conhecido por alguns em seu meio social, portanto, passaram a se auto-definir a partir desse.

### 3.2.2 Auto-definição<sup>36</sup> como Homens (Trans): “Estalo”

O “estalo” de muitos interlocutores da presente pesquisa, a identificação a partir do conhecimento do termo “homem (trans)” foi possibilitado, principalmente, por causa de veiculação midiática sobre os homens (trans). Mas, especificamente para a maioria dos interlocutores desse contexto, isso foi impulsionado por causa da repercussão da história João W. Nery - homem (trans) brasileiro - e a divulgação de seu segundo livro: “Viagem Solitária –

<sup>35</sup> Foi suprimido o nome da cidade que o interlocutor se referiu na entrevista, para preservar sua identidade.

<sup>36</sup> Optou-se por utilizar o termo 'auto-definição' ao invés de 'auto-determinação', que foi utilizado por Almeida (2012), para expressar o fato de que existe uma diversidade de maneiras de vivenciar o gênero e para indicar uma possibilidade mais fluida de vivência da identidade das pessoas (trans), principalmente ao levar em consideração as narrativas dos interlocutores (trans) e também dos (*boys*).

Memórias de um transexual trinta anos depois” (NERY, 2011). Também por causa de sua militância - sua participação no IBRAT - e sua presença constante em redes sociais, onde se mostra disponível para dialogar com muitos homens (trans) de todo o Brasil. A segunda maior forma de autodefinição como homens (trans) desse contexto foi possibilitada pelo acesso à internet e pela existência de blogs, vídeos no *youtube*, sites sobre transmasculinização e direitos de homens (trans) que possibilitaram o conhecimento dos termos que envolvem a transexualidade e principalmente para aprofundar informações sobre cirurgias, PTSUS militância (trans); nesse ínterim, se destaca também a forte influência de Leonardo Tenório<sup>37</sup> e Luciano Palhano<sup>38</sup>.

A identificação com o gênero masculino e, para alguns, a auto-identificação como homem, já existia, mas o “estalo” se deu a partir do conhecimento da transexualidade. A palavra “estalo” foi utilizada por um dos interlocutores (trans) e é usada como uma categoria na presente pesquisa, pois descreve bem o sentimento relatado pela maioria dos interlocutores desse grupo. No momento de descoberta como (trans), normalmente descrevem como uma mistura de sentimentos: uns ficaram imóveis, outros fascinados com a ideia, em êxtase, outros já queriam “gritar para o mundo” que eram (trans), entre outras reações. Além de que o conhecimento da ideia da identidade de gênero como algo que não dependia do fator biológico, culminou na descoberta de informações sobre possibilidades, como as mudanças corporais, o uso da Testosterona, as cirurgias - de transgenitalização, mastectomia, histerectomia, entre outras - os direitos garantidos pelo SUS, a existência e a possibilidade de se apresentar com o nome social, ou seja, várias questões que foram decisivas para muitos, modificando os seus projetos de vida.

“Aí depois eu descobri que era possível não ter, aí eu: “caramba, que massa”, um dos maiores alívios que eu já senti na minha vida, [...] acho que foi em 2012, quando eu tinha uns 15 anos, por aí... Aí eu “cara, isso vai mudar minha vida, tá ligado...”, eu finalmente vou passar pelas coisas que eu sempre queria ter, nessa época meu irmão estava passando pela puberdade, que ele é uns 4 anos mais novo que eu e eu ficava muito puto porque o que eu achava que devia tá acontecendo comigo, tava acontecendo com ele, e eu ficava. Aí foi quando tive a minha motivação de realmente correr atrás “não, eu preciso rápido, tá ligado, a voz dele já está começando a mudar, a minha vai mudar primeiro” e realmente estou bem mais avançado que ele, aí vitória, tá ligado, pela minha idade né, eu 18 e ele 14 está mais avançado do que eu... eu ia ficar muito puto (risos)” (Yuri, 18 anos).

<sup>37</sup> Militante homem (trans) que foi apontado como referência para muitos interlocutores, foi responsável pela construção de *sites*, participou de documentários, organizou eventos e esteve a frente de instituições como a Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT).

<sup>38</sup> Outro militante (trans) de grande referência para os interlocutores, além de suas participações em vídeos, *sites*, ele é atualmente o coordenador nacional do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades- IBRAT e do Fórum Nacional de Pessoas Trans Negras e Negros - FONATRAN.

“Na verdade, tudo se iniciou de uma entrevista que o João Nery deu no Jô e até então eu não sabia quem era João Nery, aí eu falei “caramba”, foi quando ele tava contando da vida dele, do livro, eu comprei o livro dele e comecei a ler, aí eu falei “porra, é a minha história”, na hora eu me identifiquei, aí foi quando eu comecei, realmente é isso, eu já tinha isso em mente, sendo que eu não sabia como e se era possível (...)” (Murilo, 25 anos).

“[...] Na televisão, uma entrevista dele, parece. Foi através de João Nery, isso né, o livro, quando eu li aquilo ali, eu vi que era eu ali, faz uns dois anos, ou um ano e meio, parece, nessa faixa. Foi de imediato, eu li e vi que era aquilo ali, eu sempre achava que não era só isso, ser homossexual, eu não me achava, não pode ser só isso, tem algo mais, e eu vi que era trans e me reconheci” (Lélio, 39 anos).

“Não, eu encontrei um amigo meu de \*\*\*\*\* que ele também, ele deu uma sumida, aí quando eu encontrei ele tava tomando, aí tava todo modificado, aí eu, “Marina”, aí ela, a pessoa virou né, e eu que era, aí ela, “oi tudo bom, Waldir”, porque me chama de Waldir há muito tempo, eu “você mudou hein”, ele “eu comecei o tratamento com a “T” e não sei o quê... procura saber sobre transexualidade, acho que você vai se encaixar nisso”, “ aí eu “eh pode ser né”, aí ele falou “acho que você é como eu”, aí foi aí que deu o 'estalo' né. Aí depois eu li o livro do João Nery” [...] Aí eu encontrei um menino aqui, aí ele me encaixou num grupo de trans do face, aí fui conhecendo os outros” (Waldir, 38 anos).

E nesse processo de autodefinição como homem (trans), além da importância do apoio de outros homens (trans) e de uma rede de atendimento em que o indivíduo possa ter acesso à informação e seus direitos garantidos - que será tratado mais adiante - o apoio dos familiares, das(os) companheiras(os) e amigos(as) dos interlocutores, se mostrou de fundamental importância para esses indivíduos, esse assunto será mais desenvolvido no último capítulo deste trabalho.

### 3.2.3 Sexualidades

Em se tratando da relação dos interlocutores com suas(seus) companheiras(os) - a maioria deles citou relações com mulheres, cis e (trans) - quase nunca essa se dá sempre de forma muito tranquila, principalmente durante o início do processo de transexualização, pois muitos relacionamentos antes eram vistos como lésbicos, ou seja, as companheiras se atrairiam afetivo-sexualmente por mulheres e o relacionamentos dos interlocutores com suas companheiras começaram antes da autodefinição deles como homens. Após o início da transição de gênero do companheiro, muda também a identidade sexual desse: de mulher cisgênera lésbica para homem (trans) (heterossexual)<sup>39</sup>, nesse sentido, entra em choque a

<sup>39</sup> A palavra heterossexual está em parênteses nesse caso porque está generalizando, porém todos os entrevistados desse contexto que se identificavam antes como mulheres cis lésbicas, após a autodefinição como homens passaram a se identificar como homem (trans) heterossexual.

identidade sexual dele e a identidade sexual da companheira, quando essa se identifica(va) como lésbica.

E isso pode gerar algumas tensões na relação, principalmente quando essa tensão é somada por desconhecimento da parceira, preconceitos ou até mesmo por transfobia e cissexismo dessas, mas a maioria das experiências relatadas felizmente apresentara um panorama de tensões que chegou a um entendimento por parte dos membros do casal. Ou por tensões que foram amenizadas por causa do apoio da companheira ao processo transexualizador do companheiro, mesmo que continuem com dúvidas em relação a sua própria identidade sexual. Muitas passam a se considerar bissexuais, por causa da relação com os parceiros ou algumas continuam a se considerar lésbicas, pensando o companheiro como uma exceção, mas passam a considerar a relação do casal como heterossexual, ou seja, reconhecem o companheiro como homem, a partir das narrativas dos interlocutores e de algumas companheiras.

“Olha, a minha relação com minha esposa é um pouco complicada porque como ela me conheceu desde o início, desde muito tempo, faz 4 anos, e ela é muito feminista. No começo ela foi contra, a minha mudança né, “ah isso vai te fazer mal”, e eu comecei falando para ela que era bomba, que eu tava malhando e que era bomba, aí foi quando ela foi percebendo as mudanças, aí ela “tu tá me enganando”. A gente teve um problema porque ela sempre quis mostrar que a gente nunca foi um casal hétero, hoje em dia a gente já se considera um casal hétero (Murilo, 25 anos).

“Como eu falei, a minha esposa era lésbica né, assim, até porque como eu disse, ela se atraiu pelas minhas formas também, pelo jeito, apesar que não mudou muito, e que muda depois da hormonização, quer queira ou quer não, tem gente que fala que não muda... (em relação ao jeito)<sup>40</sup> de pensar também” (Roberto, 29 anos).

“Ela se dizia lésbica, mas eu digo, “quando você diz isso, você tá me queimando totalmente”, “tu vai dizer, lésbica”, aí vão perguntar “e tás fazendo o que com ele?”, quem não sabe, pergunta” (Pedro, 33 anos).

“Eu acho que bi... Melhor pra mim né, porque senão ela não ia aceitar muito a transformação, porque lésbica, é complicado. Porque a lésbica vai querer uma mulher né... [...] Elas não entendem nem quando é lésbica masculina, ainda mais quando for trans” (Waldir, 39 anos).

“[...] eu acho assim que se você ficar com uma pessoa é porque você gosta dela, independente do sexo, então, toda vez que... eh uma pessoa chega em mim, eu digo 'ó assim e assim” (Jorge, 32 anos).

Há possíveis questões observadas que influenciam para que as companheiras lésbicas dos homens (trans) tenham dificuldades para passarem a não se reconhecer e nem se

---

<sup>40</sup> Algumas vezes, é apresentado por mim breves comentários em parênteses para facilitar o entendimento da citação, pois nesses casos o fato de não estar a par do contexto da conversa, ou por omissões do interlocutor e expressões a partir de gesticulação, pode ser difícil entender a citação sem o comentário.

apresentar mais como lésbica, como é pedido por alguns interlocutores, e também dificuldades para passarem a ver a relação como heterossexual: relacionamentos longos em que antes se relacionavam com o companheiro quando ele se identificava como mulher cis lésbica; a relação sexual praticada pelo casal vista por alguns e algumas como 'sexo lésbico'; o pensamento de que a homossexualidade é definida pela relação com sujeitos de mesmo sexo biológico que o seu, e não, de mesmo gênero, a relação deles seria heterossexual porque é com indivíduos de gênero oposto; a identidade sexual da companheira, ou seja, mesmo numa relação heterossexual, ela continua se identificando como lésbica e vendo essa relação como uma exceção, considerando a sua história de relações com mulheres e o seu desejo erótico.

“Não, isso aí, eu não gosto dessa coisa de sexo lésbico, porque certas coisas assim, eu não gosto, entendeu [...] é questões assim de alguns toques né, nas mamas também, que pega algumas coisa assim, é uma coisa que eu não gosto, eu detesto isso, e elas gostam né, geralmente, eu não gosto” (Lélio, 38 anos).

“Mas alguns homens trans fazem sexo lésbico, assim, eu não sei fazer [...] é com certeza, é o sexo lésbico. Eu conheço alguns meninos que namoram, assim, namoravam com as meninas na época que ainda não se hormonizavam e se identificavam como lésbicas, depois que foram se identificar como homens trans. E as meninas, as mulheres deles, a merda é que não vê eles como homem, por causa do sexo lésbico. E eles mesmo falam “não, eu acho que é a maneira que a gente faz sexo ou alguma coisa assim, que ela não consegue me ver como homem”, elas mesmos tem aquela visão que homem é aquele cara que dá pancada e faz não sei o quê, tas entendendo...” (Matheus, 35 anos).

“Eu nunca me senti, como é que eu posso dizer, à vontade, me sentia à vontade em parte porque eu estava com uma menina, mas por outro, em questão sexual, não, então, tinha uma coisa errada ali ainda [...] Só que aí quando foi aos 22 anos, eu me casei, com uma mulher, e com 22 anos, a convivência eu achei que iria me ajudar bastante também nessa parte sexual, mas sempre foi um fiasco, não dava certo, não dava certo. O companheirismo era bom, mas outras coisas não [...] Com o sexo lésbico, exatamente. Porque na minha cabeça, como eu sou homem, eu tinha que praticar algo que seja parecido, parecido não, que é da natureza do heterossexual, entendeu. Então, como desenvolver isso com uma lésbica, tudo bem, eu ainda fui seguindo, seguindo, seguindo [...] a minha última companheira ela é bi, então, como ela é bi, ela começou a aguçar algumas coisas que os homens fazem, naturalmente. Então, eu comecei a praticar com ela também. E eu vi que era aquilo, que eu tava no caminho certo, entendeu” (Manuel, 29 anos).

Mas é importante frisar que existe uma diversidade de experiências em se tratando de sexualidade dos homens (trans). Grande parte deles se sente à vontade em se relacionar com mulheres sem limitar algumas partes de seu corpo que poderiam ser consideradas como fazendo parte apenas do “sexo lésbico”. Na verdade, a presente pesquisa entende que se referir à “sexo lésbico”, quando se refere a uma relação com um homem (trans) e uma mulher cis, é algo preconceituoso em relação à vivência da sexualidade dos homens (trans) e também

porque o sexo lésbico acontece só entre lésbicas, assim como o termo não reconhece a diversidade de vivências e é um termo que quando se refere aos homens (trans), não respeita a identidade de gênero desses. É vista como uma idéia que tem a intenção de normatizar a vivência sexual dos homens (trans), criando um ideal, um modelo de homem (trans) (heterossexual) que reforçaria a idéia masculino-ativo e feminino-passivo, em que a relação sexual deveria ser pautada a partir de uma visão hegemônica de relação heterossexual. No presente trabalho, opta-se por considerar a diversidade de experiências: há homens (trans) que se sentem à vontade em incluir determinadas áreas do corpo nas relações sexuais e outros não, muitos gostam de se relacionar com penetração, penetrando as suas/seus companheiras(os) e/ou sendo penetrados, outros não, e assim por diante. Considerar isso deveria ser algo previsível quando se considera a complexidade e diversidade da sexualidade humana.

Em se tratando das entrevistas com os homens (trans), acompanhados por algumas companheiras deles, não houve nenhuma situação relatada em que ocorresse a dificuldade da companheira não vê-lo como homem ou deslegitimá-lo como homem, ao demonstrar a dificuldade de se ver como mulher heterossexual ou bissexual, pois a questão se relaciona mais a identidade sexual da companheira, mas é lógico que se relaciona com o processo de transição do seu parceiro. Uma das companheiras de interlocutores, que estava ao lado dele durante a entrevista, relatou que quando ela está presente na militância LGBT é deslegitimada em suas falas, pois ela não é mais considerada como lésbica, já que é casada com um homem agora. Ela afirmou que algumas companheiras de luta praticamente a impediram de estar nesses espaços de militância lésbica, que ela fazia parte antes da transição do marido. Ela acrescentou que seria interessante que no PTSUS se oferecesse acompanhamento psicológico também para os familiares e companheiros(as) das pessoas que estão transicionando, pois é um processo que envolve a todos, inclusive, influenciou na forma com que ela se identifica sexualmente, ela já frequentou um psicólogo e afirmou ter estado com um “transtorno de adaptação” por causa da transição do marido.

Mesmo os próprios homens (trans) afirmaram estar também no processo de se ver como homem e de reconhecer a sua relação como sendo heterossexual - quando se relacionam com mulheres - de se pronunciarem e se referenciam como homens, como foi dito por vários deles nas entrevistas. É claro que no decorrer da pesquisa houve pequenos 'erros' dos interlocutores quando se referiam no gênero masculino, às vezes se referindo no feminino, ou outros que pediram para tratá-los durante a entrevista no feminino ou masculino, inclusive utilizando seus nomes de registro, pois mesmo inseridos no PTSUS, esses estavam no processo de se reconhecer no seu nome social.

É claro que essas questões, de autoidentificação e como referenciar-se, se relacionam a muitas outras. Entretanto, foi dado esse exemplo para mostrar que a vivência (trans) não é una, está permeada por questões, que se for visto com um olhar normatizador, linear e rígido, pode ser apontada como ambiguidades, contradições e receios. Isso, na verdade, pode ser visto como questões naturais ao processo de transição da pessoa (trans) e dos indivíduos envolvidos, pois como costuma dizer uma transativista recifense, Maria Clara<sup>41</sup>, as pessoas (trans) não conseguem ficar no armário como alguns LGBs, no seu processo de identificação e processo de transição, elas (trans)formam a todos(as) à sua volta.

“Não, basicamente não, a gente continua fazendo as mesmas coisas basicamente, o que mudou foi a forma de sentir prazer mesmo, os locais de sentir prazer, que é interessante que mudou sim, os lugares que antes eu sentia prazer, hoje em dia se for fazer, eu não vou sentir tanto quanto antes. Já tem lugares que eu não sentia e que não era por falta de exploração, esses lugares também eram explorados e eu não sentia tanto prazer como hoje assim [...] e só sinto daquele jeito assim [...] mas a forma de ter a relação não mudou muito não assim, eu não sou um cara fechado, eu conheço muitos que são assim, “não, não vai tocar aqui, não vai fazer isso, isso aqui vai me fazer eu me sentir menos homem, isso aqui...” [...] isso é desde antes assim, eu nunca me senti à vontade com a penetração, eu não sinto assim... e não é por nada, não é por me sentir menos homem, é porque eu não sinto prazer realmente nisso, eu já tentei várias vezes “você quer, vamo, vamo se embora, vamo tentar tal...”, já tentei muito assim, mas é que eu não sinto mesmo prazer, mas também se a pessoa quiser, eu não fecho a porta, geralmente eu explico “olha, eu não sinto muito prazer nisso, mas se você quer tentar, bora” [...] eu não tenho esse negócio não, não tocar nos seios, não tocar...” (Roberto, 29 anos).<sup>42</sup>

Essa mesma questão da diversidade, também se refere à encontrada na identidade sexual das pessoas (trans), mais especificamente dos interlocutores. A maioria busca aceitar e reconhecer essa diversidade, mas alguns não entendem bem ou não aceitam também essa diversidade dos companheiros (trans), inclusive, se reconhecendo como homofóbicos, por exemplo, como mencionado nas minibiografias. As narrativas sobre como alguns homens (trans) lidam quando são alvo de homofobia - entre outras questões envolvidas - estarão presentes no último capítulo do trabalho, mais relacionado à temática de direitos.

---

<sup>41</sup> Afrotransfeminista, como ela se auto-intitula, Maria Clara é uma transativista pernambucana, muito conhecida principalmente pela sua atuação em redes sociais e atualmente ela é discente de Pedagogia na Universidade Federal de Pernambuco.

<sup>42</sup> O interlocutor se refere a alguns efeitos da hormonização, é válido ressaltar que muitos homens (trans) reagem de forma diferente, seja reações fisiológicas, que costumam ser mais parecidas- como as mudanças corporais que causam. O aumento do desejo sexual citado, ou efeitos de ordem psicológica, emocional, que são apontados por alguns e são sentidos de forma diferente, pois se relaciona também com a ideia que se constrói sobre “ser homem”. Mas é necessário acrescentar que um desses efeitos fisiológicos, como o aumento do clitóris, por exemplo, faz com que seja necessário mudar um pouco a forma com que se realiza certos movimentos na relação sexual, para ser mais prazeroso para o companheiro.

“Olha, hoje eu posso dizer que eu sou um heterossexual, mas eu não sei o dia de amanhã, é como eu falei, é uma mudança muito grande, mexe com o psicológico da gente, a gente passa a ter vontades e desejos que a gente não tinha antes, então, hoje, até agora, eu sou heterossexual, mas eu não sei daqui pra depois eu não sei o que vai acontecer” (Murilo, 25 anos).

“Eu sou hétero, homem não é minha praia não [...] cada um tem seu modo de agir, sua escolha, seu jeito de ser [...] imagina se o grupo se dividir em hétero, gay e bi... eu não tou nem aí, cada um bota a boca onde quiser” (Fernando, 20 anos).

“Como existe muitos meninos que são bi, que são pansexuais, tudo... E muitos acham que vão ser discriminados porque são gays ou alguma coisa assim, mas não... É porque todo mundo acha que a sociedade faz “pô, tu não queria virar homem, tu virou homem e agora tu tá bicha?”, tá entendendo, mas não é assim... [...] Ali naquele grupo tem tudo, tem pansexual, tem meninos que gostam de homens cis, tem meninos que curtem os dois... (sobre um pansexual) fez sombra, eles ficam, não, ficam com tudo, com pessoas, homem trans, mulher trans, homem cis, mulher cis, sapatão, bissexual, tudo, ele gosta de pessoas vivas que respiram, faz uma sombrinha assim, ele já tá... (risos) não interessa a identidade sexual e nem a identidade de gênero” (Matheus, 35 anos).

“Eu acho engraçado (risos) é uma coisa que eu realmente tenho que trabalhar, eu acho engraçado, eu digo, pô velho, é porque gênero não é a mesma coisa da sexualidade né, mas é porque eu acho engraçado, você ter o corpo de mulher, mudar pra homem pra ficar com homens, entendeu. É tipo um negócio meio que... Agora o \*\*\*\*\* , é um homem trans e está namorando uma mulher trans, é uma coisa meio engraçada né, porque pô [...] eu acho assim, você já nasceu num corpo errado, você já sente o preconceito da muleta por causa disso, imagina pra sua família te aceitar como um trans já é difícil, imagina te aceitar como um trans e namorando com um cara. Eu se eu fosse dizer pra minha mãe que eu tou namorando com fulano, ela ia dizer “mas pra quê você quer ser um homem se tu tas ficando com um homem, continuaria mulher”... Então, é complicado até pra família entender isso” (Jorge, 29 anos).

“Eu acho que você é trans e ainda vai passar por outras coisa, não entra muito em mim assim (sobre ser trans e gay) porque veja bem, o meu corpo é de mulher, a minha mente é como homem, contradição já ocorre aqui, aí eu vou atrás de outro homem, não se eu quisesse homem, eu ficaria como eu tou mesmo, então, não entra assim pra mim [...] mas é questão de comportamento, cada um decide o que é melhor né” (Lélio, 39 anos).

“Jam se admirar se eu aparecesse algum dia com um homem cis do lado, mas se eu aparecer com mulher trans, todo mundo sabe, sem estresse nenhum. Mas todo mundo acha que eu sou gay, eh, por causa dela... a irmã dela fez assim ninguém vai paquerar ele, porque ele tá namorando com você e ele é gay [...] Aí eu faço tá, eu não faço questão em ser visto como gay não, mas que não me vejam como sapatão, em nome do senhor (risos) eu não gosto (risos) eu tenho pavor, ser visto como sapatão é o \*\*\*\*\* . Não gosto não, não é a minha [...] É não... é 'sapatofobia' aqui. Não porque eu não gosto de sapatão não, porque eu me acho discriminado, pelas sapatão. Elas não gostam de jeito nenhum, e a tal da sapatão quer tomar a mulher da gente, ser mais macho que a gente, é uó... Não gosto não, gosto não [...] tens uns lésbicas que são massa...” (Matheus, 35 anos).

“Eu namoro atualmente uma mulher trans, então, pra gente tudo é muito novo, principalmente pra ela. Ela que é acostumada com um homem biologicamente falando e eu com uma mulher biologicamente falando. Então, a gente ainda não entrou na situação de relação sexual, a gente está se conhecendo, ainda não aprofundou, mas eu acredito que não vai ser fácil, mas tem aquela questão da descoberta, pode ser que aconteça, flui [...] eu também não estou ansioso pra que isso aconteça, tudo é no seu

tempo, não estou com pressa” (Manuel, 29 anos).

O sociólogo francês Daniel Welzer-Lang (2001), a partir do estudo das relações entre homens/mulheres e entre homens/homens, analisadas como relações sociais de sexo, que são para ele o produto de dois paradigmas naturalistas: que considera os homens têm uma natureza superior, com isso há a dominação masculina, o sexismo e as fronteiras rígidas e intransponíveis entre os gêneros masculino e feminino; e a visão heterossexuada em que a sexualidade vista como “normal” e “natural” seria as relações sexuais entre homens e mulheres (WELZER-LANG, 2000). A maior dificuldade entre os homens em se tratando da homossexualidade é no medo de serem identificados com o feminino, com o fato de ser dominado por outro homem como se fosse uma mulher, mais do que pelo desejo por outros homens. “O feminino se torna até o pólo de rejeição central, o inimigo interior que deve ser combatido sob pena de ser também assimilado a uma mulher e ser (mal) tratado como tal”. (WELZER-LANG, 2001, p. 465). Sendo o repúdio às mulheres a principal característica, a “essência” do preconceito vivenciado pelos homossexuais. É por isso que para ele, a sexualidade constitui as identidades de gênero, principalmente a dos homens (FLOETER, 2010; TORRÃO FILHO, 2005). Essa ideia é interessante para pensarmos sobre a homofobia que alguns homens (trans) declaram sentir, e um não entendimento e aceitação de alguns companheiros (trans) que são gays, bissexuais e não-binários<sup>43</sup>. Em que a vontade de se diferenciar, de se afastar do feminino, e não ser identificado como tal, pode explicar a atitude de alguns em não aceitar masculinidades alternativas e homens (trans) diferentes do modelo considerado ideal.

Sobre a relação dos homens (trans) interlocutores com mulheres (trans), como apresentado nos dois últimos trechos acima, não é facilmente entendida/aceita, inclusive por algumas pessoas (trans) entrevistadas e pela a sociedade em geral. Vejo como sendo interessante, como uma estratégia política, referenciar a relação heterossexual de um casal composto por pessoas (trans), ou travestis, como uma relação heterossexual (trans), pois isso visibiliza a diferença na vivência desses casais em relação aos casais heterossexuais cis. Pois a partir das narrativas e levando em consideração a transfobia e cissexismo presentes na sociedade, nas relações heterossexuais (trans), os sujeitos envolvidos não têm os mesmos privilégios, reconhecimento e segurança por não fazerem parte do que hegemonicamente é entendido como 'a forma ideal de se vivenciar a sexualidade', pois esses indivíduos são

---

<sup>43</sup> Termo “guarda-chuva” que se refere às pessoas que têm identidades de gênero fora do binarismo e cisnormatividade.

LGBTs, e esse é um fator que contraria a norma binária de sexo/gênero, ou seja, apesar de formar um casal heterossexual, sofrem 'LGBTfobia' – ou, mais precisamente, transfobia e cissexismo.

Outro ponto que se refere à relação de homens (trans) e mulheres (trans), foram os relatos de alguns interlocutores sobre o relacionamento sexual com companheiras. Um deles<sup>44</sup>, especialmente, entrou em detalhes sobre o fato de incluir ou não algumas formas de relação sexual, em sendo ele e ela heterossexuais, ele afirmou que tinham relações consideradas hegemonicamente como heterossexuais, em que ele penetrava a companheira, mas em se tratando de sexo oral, ele fazia em sua companheira, mas ela não fazia nele. Disse que mesmo sendo difícil inicialmente para ele desconstruir barreiras e o desejo que antes afirmara não sentir pelo sexo biológico da companheira e justificava o fato de não ter contato com o genital dela, ao problematizar essas questões de desejo, construção e naturalização desse na sociedade, passou a fazer sexo oral na companheira (trans) com a intenção de dar mais prazer a ela e desmistificando as interdições que teve durante toda a vida em relação a não ter contato sexual com pênis. Ele afirmou que isso se relaciona para ele também, com a legitimação da companheira como mulher e não seria por ter um pênis que a faria menos mulher, assim como não seria para ele fazer sexo oral na companheira que o faria menos heterossexual. Sendo assim, ele afirmou que se sente mais homem por proporcionar diversas formas de prazer e a satisfação da sua companheira. No entanto, ela disse que não faria sexo oral nele porque não gosta do genital do companheiro. O interlocutor me confidenciou que acredita que essa nutre sentimentos de repulsa em relação ao genital dele e contrastou isso com o desejo dela por realizar a cirurgia de transgenitalização, para construir uma neovagina.

O interlocutor ainda acrescentou que isso não só ocorreu com a companheira (trans) (heterossexual), mas que foi casado por nove anos com uma mulher cis heterossexual e essa também nunca fez sexo oral nele, apesar de esse realizar nela e que ele procurava parceria de profissionais do sexo para fazerem, pois ele não se sentia realizado sexualmente no seu relacionamento sem o sexo oral. Ele 'aceitava' os limites das companheiras, ao mesmo tempo, não entendia porque elas não fizeram/fazem o mesmo processo de problematização do desejo, pensando como ele. O interlocutor não utilizou estas palavras, utilizo para sintetizar: o desejo, como algo subjetivo, que acontece internamente, mas não é produzido individualmente/isoladamente, sendo construído a partir das produções, naturalizações e imposições socio-cultural-históricas. Essa situação, a partir dos relatos não é um caso isolado,

---

<sup>44</sup> Dados retirados do Diário de campo 30/08/2015.

foi narrado que acontece em outras relações com mulheres, cis ou (trans), (heterossexuais)<sup>45</sup>.

O interlocutor reconhece a atração afetivo-sexual que sente pela companheira como sendo originada pela sua heterossexualidade, que seria o desejo erótico que sente por pessoas do gênero oposto, isso explica porque se relaciona com uma mulher (trans) mesmo com essa tendo pênis, sexo biológico considerado masculino. Entendo que o interlocutor também relaciona a orientação sexual, além de algo singular e inconsciente, como uma construção também consciente, no sentido de que pode originar em novas práticas, assumir identidades políticas e mudar relações naturalizadas e pré-estabelecidas. Isso explica porque passou a desconstruir a falta de desejo que afirmara impedir o contato sexual com o sexo biológico da companheira. Mas por que a sua ex-companheira cis e a atual companheira (trans), no momento da entrevista, não fez/faz o mesmo esforço crítico e desconstrutivo que ele? Muitas especulações poderiam ser feitas, uma vez que esse assunto não foi aprofundado com ele e/ou suas companheiras não foram entrevistadas, essa situação não pode ser analisada especificamente, pois os porquês podem ser vários no caso em questão.

Mas de maneira geral, a partir do relato de outros interlocutores, entendo que a influência do machismo/misoginia/cissexismo é muito forte e se relaciona com vários âmbitos da vida dos homens (trans). Nesse caso, não a falta de desejo, mas a falta de interesse em problematizar e desconstruir a falta de desejo, culminando ou não em praticar tais atos sexuais, aponta para a influência desse machismo/misoginia/cissexismo que se reflete em como lidar e significar os corpos considerados femininos, sobretudo com os genitais.

Outra questão a ser tratada nessa seção, é a relação conflitante que existe entre algumas lésbicas, ou como alguns interlocutores chamaram, “sapatão” ou “lésbicas ultramasculinas” e alguns homens (trans). Na presente pesquisa alguns interlocutores relataram o quanto sofreram discriminações por lésbicas, antes, quando se reconheciam como mulheres cis lésbicas, por serem masculinizados ou andróginos, como é visto em um dos trechos acima, ou também em situações narradas em que um interlocutor, Fernando, de 20 anos, se viu perseguido por uma lésbica, que ele denominava “sapatão masculinizada”, com essa expondo seu nome de registro e influenciando outras pessoas do trabalho deles a não o tratarem pelo nome social. Esse interlocutor achava que ela devia o perseguir porque não aceitava a condição dele, como se na verdade ele fosse igual a ela e não se aceitasse. Ou ele também levantava hipóteses sobre a vontade de ela também assumir-se como homem (trans) e

---

<sup>45</sup> Não foram relatados casos em que isso ocorreu em relacionamentos com homens, cisgêneros ou (trans) (homossexuais), até porque nesta pesquisa apenas dois homens (trans) mantinham relacionamentos com homens.

negava porque, na verdade, estava negando sua própria condição *female-to-male*, já que ela era masculinizada como ele fora. Para o interlocutor, ela seria um homem (trans) em potencial.

Essa situação de Fernando, lembrou-me quando Ávila (2014), em sua tese de doutoramento, cita Judith Halberstam (1998) para falar do conflito sobre as lésbicas masculinizadas e os homens (trans). Esses estariam para algumas delas, traindo o movimento de mulheres, e eles consideram que aquelas desrespeitam a masculinidades deles. Para eles, as lésbicas são homens (trans) com medo de fazer a transição, além de muitas outras acusações existentes entre essas duas categorias (HALBERSTAM, 1998 *apud* ÁVILA, 2014).

Assim como no trecho citado acima, em que Matheus diz ter 'sapatofobia', um termo criado por ele “por brincadeira” para expressar o preconceito por mulheres lésbicas e justifica isso quando diz que já foi muito discriminado por lésbicas - porque era masculinizado e essas não se sentiam atraídas por ele, quando ele ainda se identificava como mulher - e também por outras questões, ele disse: “a tal da sapatão quer tomar a mulher da gente, ser mais macho que a gente”. Ou seja, essas reivindicam e vivenciam a masculinidade mesmo em corpos e gênero femininos, havendo fortes tensões entre essas identidades.

Sobre essa exclusão e preconceito com lésbicas ultramasculinas, em camadas médias, há vários estudos que destacam que as lésbicas dessas camadas, comumente não costumam ter interesse afetivo-sexual por mulheres consideradas masculinizadas e as lésbicas consideradas femininas costumam procurar outras companheiras femininas, exceto em alguns meios, como com mulheres universitárias de classe média, onde as mulheres 'andróginas' também são alvo de interesse, diferente do que acontece nas camadas populares em que as mulheres consideradas masculinizadas são procuradas pelas mais femininas e vice e versa (FACCHINI, 2009; MEINERZ, 2008; LACOMBE, 2007).

É interessante relatar sobre meu posicionamento na pesquisa, apesar de antes de realizar as entrevistas eu não aprofundar muito sobre minha trajetória e me apresentar basicamente como uma “universitária que cursa mestrado em Antropologia, na UFPE, mas que tem envolvimento com a militância LGBT e feminista”, durante as entrevistas, alguns interlocutores perguntaram detalhes disso em determinados momentos. Um exemplo foi durante a explicação de Matheus sobre a “sapatofobia”, ele, em um dado momento, se questionou e me questionou ao mesmo tempo: “você disse que tinha ido a eventos LGBTs, né, mas você não é lésbica não, né?”. Para deixá-lo mais confuso, durante a entrevista que ocorreu na casa de sua companheira, apareceu um amigo dele e nos conhecíamos de um evento de formação de lideranças LGBT, em que eu estava na posição de

participante/organizadora e mencionamos isso quando nos encontramos e nos reconhecemos. Então, entrei em detalhes com ele sobre como é/foi minha relação com o movimento LGBT e feminista e me identifiquei como bissexual, o que o fez suspirar de alívio, pois além de tudo o que ele tinha relatado, provavelmente, ele não queria se ver conversando horas com a “inimiga”.

Eu não esmiuçava sobre essas questões de militância no início das entrevistas - e somente quando era perguntado, ou isso aparecia diluído em minhas opiniões e relatos - porque foi uma estratégia para não influenciar nos relatos dos interlocutores, em se tratando de várias questões, sobre como se posicionam em relação à diversidade sexual, sobre masculinidades e machismo, sobre como lidam com a militância, com o movimento LGBT e o movimento (trans), entre outros temas. Porém, quando a situação possibilitava meu posicionamento, como em comentários sobre algum fato ocorrido na sociedade ou na história de vida do interlocutor, como um relato de violência sofrida, por exemplo, eu não me privava de me posicionar e opinar sobre fatos, mas nunca com a intenção de discutir ou simplesmente debater com o interlocutor, para que isso não alterasse demasiadamente na forma como ele relatava fatos ocorridos e manifestasse ou deixasse de manifestar sua opinião sobre esses.

Pude perceber que o fato de eu ser próxima da militância e da produção acadêmica sobre gênero e sexualidade, assim como me identificar como mulher cisgênero bissexual feminista, e ser negra (de pele parda), contribuiu bastante para que os interlocutores se sentissem à vontade para problematizar e entrar em detalhes sobre diversas questões que envolvem LGBTfobia, raça, vivência da sexualidade e diversidade sexual, militância, entre outras, inclusive sobre compartilhar o sexismo sofrido e a intersecção de opressões, por aqueles que problematizam quando passam por isso e entre outros detalhes de suas vidas. Contudo, o fato de eu ser mulher cisgênero pode ter sido um fator que influenciou na diminuição dos relatos sobre a vivência da masculinidade hegemônica e do machismo adotado por alguns homens (trans) - por aqueles que sabem que são considerados e pelos que também se consideram machistas. Notei isso quando me incluíram num grupo de *whatsapp*, alguns deles sentiram a necessidade de me explicar “é um grupo de homens, não ligue para as 'brincadeiras' e nossa maneira de falar”, ou seja, pedindo para eu relevar as recorrentes piadas e postagens machistas de alguns. Mas isso não impediu que interlocutores relatassem sobre o machismo que reproduzem - e outros de problematizarem as atitudes de alguns companheiros.

#### 3.2.4 (Trans)masculinidades

Sobre o tema masculinidades, muitas perguntas no roteiro-guia e outras questões conversadas, costumavam se relacionar com esse tema. Uma delas, perguntava o que era “ser homem” para os interlocutores, com a intenção de entender alguns pontos: o que os faria, principalmente, se identificar como homem, como é ser homem a partir de sua vivência, como é a masculinidade construída/vivenciada pelo interlocutor e como ele entende essa questão. São aspectos que vão influenciar a maneira com que se relacionam com outros homens e com mulheres, a maneira com que se posicionam frente à sociedade e instituições e como querem ser reconhecidos, entre outras questões. Essa primeira pergunta citada, “o que é ser homem”, foi apontada como uma das mais difíceis e complexas que foram feitas a eles, alguns nem conseguiram responder diretamente.

“Nossa, toda vez eu travo nessa pergunta, porque eu realmente não sei assim é algo muito muito muito subjetivo, eu posso estar com vários estereótipos femininos, eu posso estar de unha pintada, eu posso estar de batom, de maquiagem, com uma peruca, mas eu ainda vou me sentir um homem, tá ligado, eu realmente eu queria saber entender isso, mas eu não consigo, eu travo muito nessas questões de gênero, de performance de gênero” (Yuri, 18 anos).

“O que é ser homem pra mim... além de... é como eu me sinto né, um homem, eu acho que ser homem é você construir diante da sociedade a visão de homem, eh porque hoje em dia meu pensamento é tão igualitário que esse lance de ser homem ou ser mulher, é uma coisa muito igual pra mim, na minha cabeça, tu tá entendendo, eu sou homem, você é mulher, eu sou igual a você, eu tenho os mesmos direitos seus, tenho os mesmos deveres, é tudo muito igual. Só que perante a sociedade para eu ser homem, eu tenho que ser o chefe de família, eu tenho que ter uma mulher do lado, eu tenho que trabalhar e isso pra mim é meio idiotice [...] pra mim é uma coisa tão igual que não há muita diferença em ser homem ou ser mulher, tu tá entendendo, pra mim não há diferença nenhuma” (Matheus, 35 anos).

“Eu não sei te dizer, eu sempre fui... Eu não sei te responder isso. [...] eu tenho pensamento de homem, eu acho que em todos os aspectos, minhas atitudes, meu jeito de ser... Acho que eu nunca tive algo de mulher, não que eu me lembre assim” (Jorge, 29 anos).

“Ser homem, ser homem é poder... Ser homem é poder. A palavra é muito ligada ao poder mesmo, talvez eu esteja falando assim, porque eu vivi numa condição de não-poder, de não-ser, então quando você não é, você não tem poder de absolutamente nada, você pode ser um doutorando, ou sei lá, o cara que chegou até a Jupter, mas se você não é você, você não é nada, então, ser homem pra mim é poder ser humano, então, a palavra poder, está muito ligada à questão do ser, de poder ser humano, de poder estar no mundo, de poder vivenciar o mundo, de poder ser um sujeito [...] se você me perguntar “Alberto, como você é que foi que você chegou até 40 anos, a 39 anos tendo um trabalho, uma vida social, tudo isso, como você... eu digo?”, “Não sei”, porque eu não tinha auto-estima, eu não entendia, eu não conseguia viver bem, eu tinha muita depressão, me escondia, não acreditava que eu era capaz e me sentia deficiente, no sentido de incapaz, e ser homem pra mim é poder ser humano, é poder ter a condição de humanidade, coisa que era roubada, roubada não que me foi tolhida [...] meu pais jamais iriam permitir, eu hoje tenho condições pra isso” (Alberto, 40 anos).

“A minha mente, o que eu sinto, eu me sinto homem trans, pronto” (Lélio, 39 anos).

Vê-se que o que faz os interlocutores se identificarem como homens é o sentimento. Simplesmente se identificam como homens porque se sentem como tal. Esse sentimento, de masculinidade, de ser homem, definiria o núcleo da subjetividade, o “eu” que se identifica como homem, dentre as possibilidades existentes de ser no mundo e dentre as próprias características, posicionamentos e experiências da pessoa em interação com o exterior (BRAH, 2006; HALL, 2009). O sentimento da identidade masculina, o sentimento de masculinidade nortearia o pensamento, a expressão de gênero, sexualidades, enfim, envolve todos os aspectos da vida do sujeito, que se definiria e tornar-se-ia viável, por causa do gênero (BUTLER 2010; BENTO 2006), muitos interlocutores definem esse “sentimento de ser homem” como uma “essência masculina”, “alma masculina” ou “presença masculina”.

As experiências dos interlocutores a partir da criação como mulher que tiveram, a designação do seu corpo como feminino e imposição da condição de mulher pelos outros e também o processo de transição, foram colocadas por alguns como muito importante para definição de sua identidade e importante para se tornarem os homens que são atualmente, mas a maioria dispensaria as experiências de transição que tiveram, por considerarem muito difíceis; Quando foi perguntado, numa situação hipotética, se eles gostariam de ter nascido como homens cisgênero, responderam:

“[...] eu fui criado, na família que eu fui criado, na religião que me forçaram, eu acho que se eu fosse um homem cis eu seria um cara super babaca, entendeu, minha família é super racista, homofóbica, transfóbica e eu não queria ser esse cara não. Hoje eu realmente eu vejo assim que foi uma cagada que aconteceu por um tempo na minha vida, só que isso ajudou muito na pessoa meio que consciente que eu sou hoje, tá ligada, eu me sinto bem mais aberto a ter empatia com o outro por causa do que eu sou hoje, se eu tivesse nascido cis, eu acho que eu teria absolvido [...] eu ia aprender muitas coisas racistas, homofóbicas, eu ia ter um padrão de masculinidade num conceito muito assim perturbado, agressivo pra vivência das outras pessoas e eu não queria ser essa pessoa, aí pronto, eu acho que realmente foi importante e hoje eu fico realmente feliz por não ser cis. Porque eu tenho certeza que eu ia ficar um cara muito \*\*\*\*, muito cagado, não ia ser legal não” (Yuri, 18 anos).

“Assim, se... eu não queria ter nascido outra pessoa, eu queria ser eu do jeito que eu sou, porque eu já me sinto homem, independente se for biologicamente, se eu tivesse um pênis, deixa eu ver, seria mais realizador, sabe, é como se eu me realizasse sexualmente falando, “eu tendo pênis”, lógico, mas eu não queria nascer de outro jeito não, queria nascer assim mesmo...” (Matheus, 35 anos).

“[...] porque o processo de transformação, além de muito lento é doloroso, e eu acredito que a gente já sofre tanto que eu acredito que passar por essa experiência não é nada legal. Eu não desejo isso a ninguém. Muitas vezes eu questiono Deus, por ter... praticamente ter nascido dentro da igreja, se ele é o maior, se ele sabe de tudo mesmo, porque que ele me colocou no mundo, biologicamente mulher? Pra quê? Pra eu pecar

mais, se isso é pecado né... Então, eu realmente eu preferiria nascer como homem. Seria mais fácil pra mim olhar no espelho todo dia” (Manuel, 29 anos).

“Assim, se eu pudesse ter nascido homem completo, eu acho que eu bem gostaria né, acho que todo mundo... a gente trans gostaria” (Jorge, 29 anos).

“Sim, é muito difícil você viver num corpo que não é seu. [...] Se fosse por escolha, eu escolheria ter nascido num corpo biologicamente masculino, porque eu tenho uma personalidade, eu tenho, a minha alma, vamos dizer assim, ela é um alma masculina. Eu não tenho nada que me conduza a uma questão feminina, a não ser os meus órgãos biológicos, mas nada...” (Alberto, 40 anos).

Em relação às masculinidades construídas pelos interlocutores, também foram feitas perguntas sobre a relação que tinham com mulheres e outros homens para entender esse aspecto. Em se tratando da crença de papéis de gênero adotados pela sociedade, relacionado a várias questões, como divisão de trabalho, comportamento nas relações afetivo-sexuais, entre outras, houve uma variedade de respostas dos interlocutores. Há os homens (trans) que adotam um padrão hegemônico de masculinidade, alguns justificam pelo fato de que com isso podem se adaptar melhor à sua posição como homem, ou o fazem para garantir seus privilégios como homens na sociedade e nas relações, ou como recurso estratégico para diferenciá-los no seu posicionamento anterior como mulher cis nas relações e o atual como homem, ou mesmo porque acreditam que tem a ver com a natureza e essência da masculinidade e feminilidade adotar tais papéis, entre outras razões apontadas e observadas. Nessas opiniões aparecem questões fortemente apresentadas nos estudos de masculinidades e de gênero, a relação de masculinidade e violência, a masculinidade relacionada à esfera pública, enquanto a esfera privada seria para as mulheres, e isso embasaria muitas coisas para alguns, como a obrigatoriedade dos serviços domésticos às mulheres, mesmo que essas trabalhem fora também, entre outras questões.

“Olha, é difícil responder essa pergunta quando a gente vive numa sociedade que tem milhares de versões masculinas. Eu sou diferente do meu pai, por exemplo, meu pai envolve aquela questão de evangelho e machismo, meu avô envolve aquela questão de machismo e com aquela força predominante, do que a gente costuma dizer do cangaço, dos cangaceiros, meu avô já veio dessa linha, dessa raça, entendeu. Eu não, eu já vim no século, num tempo diferente [...] Eu acho que o cavalheirismo vem em primeiro lugar, a educação, o respeito. Às vezes a gente perde a noção das coisas e a gente agride mesmo, eu nunca cheguei a bater em nenhuma mulher, mas já agredir verbalmente. Eu digo que eu já cheguei a agredir verbalmente porque me tirou do sério, pra uma pessoa me tirar do sério, ela tem que me irritar demais, entendeu, porque eu sou muito tranquilo. Mas eu sou muito honesto, trabalhador, dignidade, ter respeito, entendeu [...] Mas eu faço de tudo pra andar na linha da honestidade, um homem ele precisa ser homem, precisa ser honesto, ele precisa ter caráter, dignidade, se ele quiser cobrar alguma coisa da sociedade. Se ele não tiver nada desses atributos, pra mim, não é nada, é só mais um ser humano no mundo, só” (Manuel, 29 anos).

“Você gosta das coisas masculinas, se sentir homem, relacionamento, você é o homem

da relação, tratar a pessoa, companheirismo, acolhimento como homem, mulher é aquela coisa mais frágil, compromisso, pagar aluguel, comida, o papel imposto para o homem [...] essa posição imposta para o homem é que me faz bem” (Lélio, 39 anos).

“[...] minha mulher diz que eu sou machista. Ela diz que eu sou machista principalmente por causa de algumas situações assim, (divisão de tarefas em casa) Muito. Ela diz que eu sou machista por conta disso. Não, eu cozinho às vezes, o meu problema é que se eu cozinhar, eu não como. [...] Eu não gosto de cozinhar para mim, eu gosto de cozinhar para os outros. Mas às vezes eu saio para trabalhar, mas mesmo que eu tiver em casa, ela diz assim 'mas você não tava em casa?' aí dá vontade de dizer assim, 'sim, mas a obrigação é tua', de arrumar a casa. Aí ela diz 'tu é muito machista' [...] é porque ela ainda, às vezes eu digo a ela, não tá entendendo o que eu sou. Parece que está vivendo com uma mulher masculinizada, sabe, eu disse, não é isso, você precisa entender [...] Aí eu tava conversando com um rapaz e eu disse, 'eu preciso arrumar mulher de igreja, porque eu tou acostumado com mulher de igreja' (risos). Eu preciso arrumar mulher de igreja, porque mulher de igreja é muito assim, obedece ao marido ” (Pedro, 33 anos).

“Conheço vários, esse meu amigo mesmo de \*\*\*\*\*, é bem machista. É só ele que tem que trabalhar, não quer que a mulher faça nada, que só fique em casa, cuidando do bebê, eu acho que isso é machismo também né... Direitos iguais né, se ele pode trabalhar, ela também...” (Waldir, 39 anos).

“Ela tá aqui e não me deixa mentir. Eu tenho um problema que eu sou um pouco, meio, bastante machista. Eu tenho esse negócio de que sou eu que tenho que dar o dinheiro e ela que faz as coisas, tipo ela que arruma a casa toda e eu durmo, entendeu ( “e bagunça”, companheira diz na hora) e bagunço. Eu tenho essa coisa de homem... É estranho porque você sai de uma caixa, sai de um padrão e entra em outro, não deveria ser assim né, mas... Antes eu fazia algumas coisa ditas como papel de mulher (companheira diz: “não, domésticas né... porque homem também faz trabalho doméstico: lavar casa, varrer, lavar prato”). Hoje, a preguiça reina” (Fernando, 20 anos e a companheira).

Nas conversas que tive com três companheiras que estavam junto dos seus parceiros no momento da entrevista, elas falaram que seus companheiros depois da transição passaram a deixar de fazer os serviços domésticos ou fazem bem menos, ao mesmo tempo em que adotaram uma postura vista como sendo masculina, como: ficaram mais bagunceiros e preguiçosos, perderam a paciência para lidar com algumas coisas, bem como responder algumas perguntas, expressar emoções, entre outras coisas. Isso foi entendido como uma adesão a papéis considerados masculinos e outras questões como atitudes, comportamentos, temperamentos, que apesar desses traços de personalidades serem apontados como já apresentados pelos companheiros antes da transição, muitos desses traços foram acentuados. Alguns interlocutores expuseram com orgulho o seu machismo nas relações com suas companheiras e a masculinidade hegemônica adotada como um padrão, uma referência a ser seguida, em que os sujeitos reconhecem e não abrem mão de seus privilégios como homens, pelo contrário, se esforçam para conquistá-los e os mantêm.

Mas o fato observado é que a adesão à masculinidade hegemônica, ou até a uma postura machista, é diferenciada nos homens (trans), pois eles sofrem uma maior pressão para

terem uma postura considerada masculina, e expressar tal masculinidade se relaciona com a conquista da legitimidade da sua identidade de gênero, como é relatado por alguns. Seja para se adaptar melhor à sua nova condição ou para ser reconhecido como homem na sociedade, ou pelo medo desse não-reconhecimento como homem, pois esses não têm o sexo biológico que legitima a identidade masculina, para grande parte da sociedade. Por exemplo, se um homem cisgênero tem uma expressão de masculinidade considerada alternativa, ou até mesmo se ele for considerado “efeminado”, ele pode sofrer algumas opressões, mas não terá sua identidade de gênero deslegitimada, posta em dúvida, desrespeitada, como acontece com os homens (trans). Essa cobrança à adesão de uma masculinidade hegemônica vem de vários âmbitos, muitas vezes de outros homens (trans). E nesse contexto, é mais fácil os homens (trans) reproduzirem machismo, inclusive, que eles mesmos sofrem, como homem (trans) e sofreram em sua socialização, tidos como mulheres. Ao mesmo tempo, porque muitos já se autoidentificavam como homem e construíam sua personalidade também com base na masculinidade hegemônica. Também pela ideia binária que é hegemônica na sociedade, que se formam a partir da complementaridade (DERRIDA, 2014). Ou seja, em que existiria um, como exemplo o homem e o seu oposto, a mulher que existiria em função daquele, sendo essa inferiorizada, desvalorizada, subalternizada, em função do homem que é a referência, hegemonicamente com maior valor, mais poder e prestígio, tendo vários privilégios na sociedade.

Além do fato, é claro, de esses homens (trans) estarem inseridos em uma dinâmica social em que há as relações sociais generificadas, pautadas nas desigualdades de gênero e isso contribui fortemente para as masculinidades e feminilidades construídas. Nesse caso, contribui também para a construção de padrões específicos de masculinidade hegemônica, que difere entre si nos locais e contextos (CONNEL, 1995a; CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013). Constata-se, contudo, que há vários modelos de masculinidades adotados pelos interlocutores, como apresentado a partir dos relatos, havendo resistências, contradições, enfrentamentos, mudanças por parte dessas masculinidades alternativas ou periféricas, assim como há as masculinidades que são afirmadoras e reforçam esse ideal de masculinidade hegemônica.

Uso o termo “reproduzir” para me referir ao machismo de alguns homens (trans), porque mesmo que considere que o machismo e a dominação masculina seja produzida e mantida por todo o sistema, envolvendo vários atores sociais, as ciências, instituições diversas, grupos sociais diversos, homens e mulheres, quem detêm os privilégios desse sistema sexista são os homens cisgênero - sobretudo, os brancos, ocidentais, cristãos,

heterossexuais e de classe média. Enquanto outras identidades sofrem com essa opressão sistêmica, no máximo algumas delas têm migalhas desses privilégios, principalmente a depender da intersecção dos marcadores sociais de diferença. Nesse sentido, os homens (trans) reproduzem o machismo porque eles não detêm tantos privilégios quanto os homens cisgêneros e porque também são diretamente afetados com a misoginia/machismo/cissexismo alimentados pelo cis-tema.

A maioria dos interlocutores desse contexto, em se tratando de divisões de tarefas entre homens e mulheres, mostraram ressignificar tais questões e alguns se mostraram corresponsáveis pelas atividades domésticas. Mas há também os que dizem “ajudar” as mulheres com os serviços, reforçando que a responsabilidade dos serviços domésticos é das mulheres e a eles caberiam apenas fazer algumas coisas para auxiliá-las. Também há os que contribuem de forma mais equitativa, como relatado por eles e pelas companheiras, mas atribuem uma “masculinidade” aos seus afazeres, caracterizando-os como serviços de homens.

“Eu ajudo em tudo, eh eu ajudo em tudo [...] Eu não gosto de coisinha frescurinha, eu gosto de fazer, pegar pesado, entendessee. Mas eu acho que isso é uma ajuda, do meu jeito... mas eu gosto de coisa grossa” (Matheus, 35 anos).

“Eu lavo, eu ajudo ela a fazer, só não cozinho, que eu não gosto muito. Mas não tem isso não de que é coisa de mulher não, eu até falo pra meu enteado fazer “não é coisa só de mulher não”” (Waldir, 38 anos).

“Tem, alguém que faz, eu não gosto assim de fazer essas coisas domésticas, eu não gosto. [...] cozinho, mas eu não gosto muito dessas coisas [...] não é questão de você ser menos homem por causa disso, de fazer coisa doméstica, não é por aí...” (Lélio, 39 anos).

“Eu sou como sujeito, eu não diferencio homem e mulher na sociedade e todos são iguais. Eu individualmente eu não diferencio, eu acho que todos os sujeitos são iguais. Biologicamente, lógico que existe as diferenças, como eu falei a você, eu acho que a gente tem que entender mais a mulher, porque nem Freud conseguiu entendê-las né, mas eu acho que socialmente o papel da mulher é muito mais inferior do que o dos homens, e isso a gente percebe, apesar do homem, hoje em dia as mulheres tem mais espaço de trabalho, eu acho que essa coisa de ter mais espaço de trabalho, ter uma jornada tripla de trabalho, isso dificulta muito mais a vida da mulher do que a dos homens, porque a mulher vai ter que cuidar dos filhos, da casa, trabalhar para manter o garoto né, o homem muitas vezes chega em casa, dá o dinheiro e acabou, a maioria das vezes, é isso [...] eu vejo como é difícil ser mulher na sociedade e ter que administrar essas funções e por isso eu tenho muita paciência com as mulheres aqui do trabalho, porque mulher ainda tem um papel mais inferior do que o do homem, infelizmente, é uma realidade” (Alberto, 40 anos).

“De jeito nenhum, eu faço tudo, inclusive, eu faço basicamente tudo mesmo [...] eu basicamente faço tudo, boto roupa pra lavar, lavo louça, faço faxina na casa e não me sinto menos homem por fazer essas coisas não, eu conheço muitos homens que se sentem menos homens, se sentem agredidos, sei lá, porque tão fazendo sempre, mas eu não, eu não me sinto não, isso não diminui em nada a minha masculinidade, o

homem que eu sou, basicamente [...] pra mim a palavra tá em quem tá certo, independente de ser homem ou mulher” (Roberto, 29 anos).

Entre esses que afirmam dividir os trabalhos domésticos e buscam uma equidade nesse aspecto, se destaca o relato de Felipe, que se identifica como homem (trans), que namorava no momento da entrevista um homem cisgênero homossexual. O interlocutor afirma que às vezes sofre machismo por parte do namorado em relação à divisão de trabalho doméstico, apesar de sempre dialogarem e buscarem uma desconstrução desses papéis impostos e também em relação à performance de gênero, o namorado do interlocutor ser mais “efeminado” e Felipe ser mais masculino, segundo o interlocutor.

“[...] Afazeres é totalmente diferente, eu que quebro, porque é exatamente quando toca em pontos, eu vou te dar exemplos... do que é construção feminina, por exemplo, lavar pratos, arrumar as coisas, eu acabo exercendo, mas não porque eu quero, porque ele está com preguiça, porque ele não quer na hora. Aí eu fico “ó a gente tá falando tanto, a gente combate tanto, mas acaba que quem tá lavando o prato agora sou eu”, tá ligado, não porque eu não sei fazer sozinho, mas dividir, tá ligado. Quando eu lavo uma vez, eu tou de boa, mas quando eu já lavo a segunda, eu “ó já é a segunda vez que eu tou lavando prato hoje”, tá entendendo. E aí até nisso, aí volta muito nessa questão, quando o machismo cai sobre mim é só para exercer o papel feminino [...] pelo que eu vejo com as meninas (se refere às mulheres trans) elas tem que ser a Amélia para serem legitimadas enquanto mulher e os meninos reproduzem o machismo porque é másculo né, é macho [...]” (Felipe, 21 anos).

Yuri, de 18 anos, tem uma interessante reflexão e problematização sobre as identidades de gênero, se destacando em relação aos outros 14 interlocutores desse contexto, pois esse tem uma expressão de gênero diferenciada. Ele afirma gostar de subverter os esteriótipos e padrões sócio-culturais estabelecidos para homens e mulheres, tanto é que no dia de nossa entrevista ele estava com as unhas pintadas de vermelho e preto, e essas estavam grandes e bem cuidadas, quebrando com o esteriótipo padronizado de homem.

“Eu me considero homem trans, só que eu sinto também que eu puxo muito pra uma *vibe*, assim, não binária, talvez não seja nem o gênero em si não binário, mas minha expressão de gênero assim mais binário, que eu não queria, que eu não faço questão de estar sempre com a imagem de um homem assim estereotipado, eu gosto de às vezes de usar coisas pra confundir, da galera vê e 'o que é isso?"; né tipo simplesmente pra causar, mas é porque eu gosto de como eu fico assim confuso, esteriótipos de gênero de um, esteriótipos de gênero de outro, fica essa mistura, eu gosto dessa mistura. Então, eu diria assim que a minha identidade de gênero é homem trans, só que a minha expressão de gênero é mais fluida, eu acho que nem neutra, seria fluida assim, mista, mas eu gostaria que as pessoas me chamassem de homem, no masculino, eh...” (Yuri, 18 anos).

Além de ele ter feito, quando perguntado por mim, uma análise das identidades de gênero e como as performances de gênero são vistas na sociedade, o que mudou na sua

relação com os homens e as mulheres, e como ele lida com os papéis e expectativas sócio-culturais atribuídas ao gênero masculino. Yuri respondeu de forma aprofundada, indo além da intenção inicial de minha pergunta. Isso evidenciou a importância do protagonismo das pessoas (trans) e da participação dessas na produção do conhecimento científico, pois nota-se um olhar que pode ser mais aguçado para analisar algumas questões, inclusive, por exemplo, por já terem se posicionado e sido interpretados como tendo ambos os gêneros na sociedade e, principalmente, por produzir o conhecimento dando a voz à sua própria experiência e também a de outras pessoas (trans). Essas experiências podem construir um olhar privilegiado por ser sensível a algumas questões. Abaixo, segue um trecho longo de nossa conversa, que não pude deixar de incluir:

“Eu percebi de verdade que como homem a pessoa tem bem mais privilégios, que eu nunca imaginei, a sua palavra é mais respeitada enquanto homem, as pessoas te tratam mais cordialmente por você ser homem, ter uma aparência que as pessoas leem como masculina, de homem, vai fazer você se dar melhor na sociedade. Vai estar mais tranquilo assim, você não vai ter que lidar com coisas tão pesadas quanto as pessoas que são vistas como mulheres assim vão ter que lidar. Realmente, ser homem é um privilégio, e realmente há um privilégio, a gente está acima... no privilégio, não que a gente naturalmente ou biologicamente seja. [...] a gente está nesse topo da hierarquia, não faz sentido essa hierarquia, mas a gente está, nessa hierarquia [...] eu vou pedir uma informação, e os caras são sempre mais cordiais assim, me cumprimentam na rua, cara, é uma 'brodagem' mesmo, uma irmandade assim de homens, que eles realmente estão sempre assim 'coisando', como se as mulheres fossem sempre as inimigas, ou algo assim pra meio que ferir eles ou como se elas fossem atacar ou eles fossem ser atacados. Com a gente não, com os homens não, a não ser que tenha alguma mulher envolvida, com os homens é uma 'brodagem', uma camaradagem, “não pô, vamos se ajudar, tá ligado”, nosso grupinho assim masculino “vamo subir na vida...”, eu sinto que é um negócio muito forte, que é como se a gente fosse criado para amar o homem e desejar a mulher, a mulher seria tipo um refúgio assim de desejo que a gente tinha, só que o nosso amor, o afetivo mesmo era dos homens, é como se fosse uma sociedade homoafetiva, só que heterossexual, tá ligado. Os caras amam os caras, só que ficam com as mulheres, então sempre vai ter esse sentimento de afeto profundo entre os caras. E com as mulheres eu vejo o contrário, brigam muito, e principalmente por causa de homem, justamente porque elas veem que os homens estão na hierarquia, superior e é isso que elas precisam ter na vida, como se pra subir na vida elas realmente precisassem ter um homem do lado para tá nessa hierarquia superior. E como a gente já tá a gente não se preocupa com isso, a gente se preocupa só com as pessoas que estão no mesmo nível hierárquico que a gente. Eu tento não ser assim, mas percebo muito as pessoas principalmente que não são trans, que são cis, que são assim e realmente isso é muito forte mesmo [...] têm muitos que seguem essa linha, cis, é porque aprenderam desde pequeninhos que eles são superiores mesmo, que eles tão num nível hierárquico superior, eles realmente acreditam nisso, “não, chorar por mulher, mulher? está abaixo da gente”, uma 'brodagem' por causa da hierarquia. [...] os homens trans eles tem esse tipo de comportamento às vezes para se adaptar melhor, por disforia, tem várias coisas que levam as pessoas a terem esse comportamento e um discurso machista. E têm outros que optam seguir esse caminho, que gostam dos caras e tem aquele afeto, mas não é aquele afeto hierárquico, “a gente é o nosso grupinho superior e elas são as inferiores deixa pra lá, vamo focar aqui”. Tem homens trans que pensam assim e os homens trans que eu escolho estar perto é os que pensam como iguais, o jeito que a gente se trata um com o outro é o jeito que a gente trata a mulher também [...] tem uns que eu conheço que são terríveis e realmente eu não faço questão de estar junto (Yuri, 18 anos).

O relato de Yuri, que apresenta reflexões importantes a partir da sua experiência e inclui alguns temas discutidos em pesquisas sobre gênero e masculinidades, me fez lembrar de Pierre Bourdieu, que nos anos 1990, acrescentou uma interessante problematização em “Dominação Masculina”, sobre a vantagem masculina nas relações de gênero, principalmente em relação às forças simbólicas. Para ele, no processo histórico foram instituídas e reproduzidas relações de violência simbólica que foram compartilhadas consciente ou inconscientemente entre os dominantes e os dominados. As pessoas incorporaram, segundo o autor, sob a forma de esquemas inconscientes de percepção e apreciação as estruturas históricas da ordem masculina, estando a divisão entre os sexos na ordem social das coisas, as pessoas naturalizaram essa visão tornando-a legítima (BOURDIEU, 2002).

Almeida (1996) acrescentou, a partir de suas pesquisas, que a relação entre os gêneros seria assimétrica e contextualmente hierarquizada. Esta pode ser vista como um princípio classificatório que dá sentido a qualquer ser. E pode ser também politicamente apropriada como instrumento ideológico para legitimar a dominação de um gênero sobre o outro, no caso do masculino sobre o feminino. Connel (1995) apontou também o gênero como uma metáfora de poder. A masculinidade dominante, nos países capitalistas, tende a se ligar à dominação social, política e econômica. (CONNELL, 1995). Na citação de Yuri, acima, o interlocutor expressa a tomada de consciência, de forma diferenciada, sobre a estruturação do sexismo, ou a dominação masculina e suas diferentes manifestações, e esse problematizou as fronteiras difíceis que perpassam as relações entre homem e mulher, o masculino e feminino.

A partir dessas reflexões é interessante, além de buscar explicações, que podem somente reafirmar a diferença e explicar como e por que o sistema está estruturado dessa forma, buscar também o reconhecimento da resistência, agência dos dominados e as contradições, fissuras e frestas deixadas pelos que estão exercendo o domínio, como as considerações de Connel e Messerschmidt (2013), apontadas no capítulo anterior (CONNEL; MESSERSCHMIDT, 2013; MEDRADO; LYRA, 2008).

Vê-se que as masculinidades produzidas pelos homens (trans) contribuem para desestabilizar a dominação masculina vigente, pois esses homens produzem masculinidades sem pênis e diferentes dos ideais dominantes (ÁVILA, 2014). Foi percebido nesta pesquisa que a maioria dos entrevistados busca problematizar o que é “naturalizado” nas relações de gênero, as relações hierarquicamente marcadas e todas as desigualdades na relação entre os gêneros que essa questão envolve. Além do esforço individual demonstrado por alguns, há um grande empenho a nível institucional, em movimentos de homens (trans) - como no IBRAT -

em que a partir, principalmente, dos postulados do transfeminismo, buscam problematizar o machismo que ainda muitos homens (trans) reproduzem.

### 3.3 Narrativas sobre Corpo

#### 3.3.1 Masculinização do Corpo

A pergunta inicial do roteiro de entrevista foi uma pergunta disparadora, relacionada ao corpo: “O que levou você a tomar a decisão de fazer modificações corporais?” (feita se o interlocutor respondeu positivamente, nas perguntas de contextualização, se está inserido no PTSUS), é uma questão que se relaciona a vários temas. Entretanto, a principal intenção foi entender os motivos sobre a decisão de masculinizar o corpo e qual seria essa visão sobre masculinização do corpo, além de, também, iniciar a temática sobre a auto-identificação como (trans) e os desafios para serem reconhecidos na sociedade como homem (trans). Notou-se que essa masculinização se refere às modificações corporais que tornem o homem (trans) com uma maior passabilidade cis, ou seja, para que ele seja reconhecido pelas pessoas no gênero em que ele se identifica. Então, para isso a masculinização seria o processo de transexualização, em modificando principalmente caracteres secundários do sexo, tornando a aparência reconhecida como masculina; o uso da Testosterona, a realização de algumas cirurgias, a utilização de algumas tecnologias - como *binders*<sup>46</sup>, *packers*<sup>47</sup> - entre outras coisas, se mostram cruciais para alguns homens (trans) no processo de transexualização.

“Aí quando foi em 2010, eu acho eu comecei a procurar na internet onde é que a gente se adequava, o corpo à mente né, o corpo... “eu não me sinto bem com o peito, eu não me sinto...”, o genital, não é que eu não me sinto bem, ehh eu trato ele como se tivesse amputado uma perna eu tento me adequar ao que eu tenho, você tá entendendo... Eu não tenho uma perna, eu vou usar uma prótese né, pra suprir a necessidade da perna, pronto, eu faço a mesma coisa com meu genital. Já o peito me incomodava pra \*\*\*\*, aí foi quando eu procurei saber como é que faria, procurei médicos aí, foi que eles me indicaram “olhe, não pode ser assim que vai tirar o peito logo não, você vai ter que participar de um processo”, aí ele me explicou todo o processo, foi quando eu procurei na internet, o primeiro trans que eu conheci assim foi o \*\*\*\*\*, que é lá do Espaço Trans” (Matheus, 35 anos).

“O que me levou foi a vontade de ter realmente essa aparência mais masculina né, dita masculina, porque antigamente a voz antes de iniciar o tratamento, é muito complicado, porque você passa... você não passa por um homem, tipo assim, nas ruas, se você comprar alguma coisa, alguma comida, pedir alguma informação, sempre te tratam como senhor, sei o que lá, também pela voz, pelas características realmente que

<sup>46</sup> Peça de roupa que altera, minimizando, a aparência das mamas. A prática do *binding*, se usado de forma errônea pode causar sequelas no corpo da pessoa, dores, sangramento entre outras, por isso, o *binder* deve ser usado com cuidado.

<sup>47</sup> Prótese peniana.

ainda são bem ditas femininas, é meio complicado, o que me levou... e também a questão de querer ter aquela aparência né, além da questão social também que me chateava muito, que é ter sempre o tratamento no feminino, questões de querer ter a aparência, de querer ter barba, de querer ficar um pouquinho menos magro do que era e a aparência mais masculina mesmo” (Roberto, 29 anos).

“Porque assim, você fica né, com aquela coisa né, que é lésbica né, pra sociedade, a sociedade vê que você é como lésbica e eu não sou lésbica, eu não me acho assim, tá entendendo? Aí você fica naquela, “ahh não sei o quê” é muito chato isso. Então, você entrando pra fazer essa coisa toda, você muda aparentemente e se reconhece melhor né” (Lélio, 39 anos).

A maioria dos homens (trans) expressou a vontade de ter características físicas consideradas masculinas pela sociedade, encontradas em homens cisgênero, que muitas vezes são consideradas expressões de masculinidade: ter barba, músculos desenvolvidos, ter um peitoral masculino, voz com um timbre mais grave, cabelo curto, entre outras. Apesar de todos desse contexto estarem no Processo Transexualizador do SUS, alguns começaram o acompanhamento há pouco tempo e não fizeram uso da Testosterona ainda. Para ter essas características, são necessárias cirurgias, como a mastectomia ou mamoplastia<sup>48</sup> e a faloplastia ou a metoidioplastia<sup>49</sup>, a histerectomia e/ou a ooforectomia<sup>50</sup>. Contudo, mesmo sem fazerem tais cirurgias, alguns interlocutores afirmaram que é comum se referirem aos próprios órgãos sexuais e genitais com o nome dos órgãos designados como masculinos, muito por conta das mudanças que ocorrem após o uso da Testosterona sintética<sup>51</sup>, para os que já a utilizam.

Mas nem todos os homens (trans) sentem o desejo de passar por todo esse processo, pois afirmam não precisar dessas modificações para se sentirem bem consigo mesmos ou realizados com sua aparência física e nem acham necessário passar por esse processo para ser reconhecido como homem socialmente, isso depende da vontade, biotipo, decisão e autonomia de cada um. Assim como também há questões de saúde que interditam o uso da testosterona: problemas no fígado, problemas cardíacos, estando em tratamento de doenças como câncer, obesidade mórbida, entre outras. Nesses casos, não se costuma permitir que o

---

<sup>48</sup> Retirada das mamas, em sendo a mamoplastia uma técnica cirúrgica mais preocupada com o resultado estético, do que a mastectomia.

<sup>49</sup> Técnicas de construção de neofalo, já citada no presente texto.

<sup>50</sup> Histerectomia é a remoção cirúrgica do útero, a histerectomia total é a retirada do corpo e do colo do útero. A ooforectomia ou ovariectomia é a remoção cirúrgica de um (unilateral) ou ambos (bilateral) ovários.

<sup>51</sup> Também chamada de “T”. Existem várias origens, laboratórios, preços, e produtos relacionados, alguns bastantes apontados nas entrevistas foram: Durateston, Nebido, Deposteron e Cipionato. O preço do hormônio geralmente é caro existem laboratórios que interditam preços promocionais a homens (trans), permitindo apenas a homens cisgêneros. Há poucas pesquisas sobre o efeito desses hormônios em homens (trans), esses dependem do compartilhamento das experiências de outros e de seus próprios insucessos e sucessos no uso, para orientar suas buscas, uma vez que o atendimento específico no PTSUS não é acessível a todos.

indivíduo faça uso de hormônio, porque há risco de comprometer a sua saúde. Houve interlocutores que relataram ter alguns desses problemas.

“Pretendo fazer tudo, histerectomia, mamoplastia, mas a faloplastia não. E também tomar a T, contando os dias para acontecer isso, quanto mais rápido, melhor será pra mim, né” (Lélio, 39 anos).

“[...] eu até falei com os meninos que tão fazendo cirurgia de “meta...”, eita nem sei falar o nome, aí fica complicado (risos), de faloplastia, que se for para ficar daquele jeito, aquele 'trem' mixuruca, com dois ovinhos pendurados, melhor ficar com essa bostinha que está aqui (risos). E tem uns de Portugal que estavam com o pênis todo retalhado, parecia um Frankstein, não quero não. Nasceu com o natural já né... Mastectomia, histerectomia, esses dois, eu vou fazer com certeza” (Waldir, 38 anos).

“Mas assim a questão de fazer cirurgia peniana, não porque não é a mesma coisa, pode ser que daqui para frente as coisas melhorem, mas por enquanto as que eu já vi, não me agradou não, eu prefiro só a mastectomia” (Jorge, 29 anos).

“É incrível como a gente se amarra tanto, e eu falo do *binder*, e tem meninos que tiveram a sorte de não nascer com tanto e quase não, e como a gente se amarra tanto para esconder uma coisa que tem homem cis que tem, cara, eu vejo homem cis que tem peitinho, mas peito que eu e tão ali, tão, sabe, de boa assim... já a gente tem que se amarrar pra se sentir mais confortável tal e ser passável né [...]” (Roberto, 29 anos).

Todos os homens (trans) expressaram o desejo de fazer a mastectomia ou mamoplastia. Como disse um interlocutor, Manuel, “a retirada das mamas nos homens é como a retirada do pênis para as mulheres trans”, pois as mamas são uma característica que atribui o estatuto de “mulheridade” aos olhos de quem vê. Chamadas também, na pesquisa, de intrusos, volume, pêndulos, ou seios e peitos mesmo - ou não eram nomeadas - as mamas causam muito desconforto nos homens (trans). E a permanência com essas é apontada como algo que pode deixá-los vulneráveis a violências movidas pela transfobia, seja com um insistente tratamento por 'senhora' - mesmo quando esse se pronuncia no masculino - ou por agressões físicas, estupro corretivo ou a morte. O Brasil, como já apontado, é um país extremamente perigoso à população (trans) e travesti.

Nos trechos acima, é possível observar que os interlocutores têm muitas ressalvas em relação à faloplastia e metoidioplastia. Como ainda são experimentais no Brasil, as cirurgias não são plenamente eficazes. O órgão construído não mantém a sensibilidade, pode ter perda considerável de prazer no ato sexual, dificuldade em ter orgasmo, entre outras questões. Os homens (trans) desse contexto que afirmaram ter vontade de realizar essa cirurgia, disseram que só fariam com a garantia da eficácia do órgão construído. Mas não é só a ineficácia da cirurgia de construção do pênis que é o motivo de alguns interlocutores não quererem fazer:

“Não, não, porque eu passei grande parte da minha vida, que eu pensei “ah não, eu queria ter um pênis”, por que eu pensava que era isso que se formava um homem, só que depois eu fui vendo que não, que tipo, minha vida vai ser muito diferente e realmente não me faz falta, “que massa”, e também a cirurgia é super precária, eu até que se não fosse precária eu não iria fazer, mas em geral tudo isso conta muito, a precariedade, a não eficácia, não é prático, não é usável, é aquele negócio assim pra conformar os teus desejos assim mais crus, tá ligado, “é isso mesmo que tem, ah eu tou \*\*\*\* mesmo, qualquer um...” e como eu não tou nessa situação, aí eu não faço questão. Realmente, eu não pretendo não” (Yuri, 18 anos).

“Seria bom mostrar também que o homem trans não é obrigado a fazer de forma alguma (cirurgia), a entrar no hormônio, e isso não vai fazer com que ele seja menos homem, ele vai ser homem independente de hormônio ou não, a ideia é essa. Porque tem muita gente, principalmente dentro do mundo trans, que tem essa discórdia, entendeu. 'Que os homens trans legítimos são os que tomam T', e nós ainda não” (Manuel, 29 anos).

“É como eu disse lá naquele blog 'uma genitália não me define', porque muita gente fala né, “ah, mas tu é homem, mas na hora que...”. O povo fica se prendendo a isso, se o cara for lá, teve um câncer de próstata e tirou, ele vai deixar de ser homem? [...] a mulher teve um problema no útero tirou, vai deixar de ser mulher? Não deixa... [...] pra eu ser homem, me sentir homem eu nem tenho que tomar hormônio, só que eu quero que as pessoas enxerguem o que eu enxergo. Isso é a maneira de fazer com que elas enxerguem. Eu ainda não me sinto 100% porque quero fazer algumas coisas, eu quero poder andar sem camisa, eu quero poder tomar um banho de piscina sem camisa, então, às vezes me incomoda ter que usar *binder* [...]” (Pedro, 33 anos).

A ideia errônea de que toda pessoa transexual deseja fazer a “adequação entre o sexo psicológico e biológico”, influencia em uma série de esteriótipos e preconceitos em relação à vivência das pessoas (trans), e, muitas vezes, cria um modelo de homem (trans) que pode gerar certas hierarquias internas, em que os homens (trans) considerados legítimos, mais verdadeiros, são os que se hormonizam, fizeram mastectomia, histerectomia - ou estão para fazer - ou usam *binders*, entre outras características, causando tensões entre os que são chamados de “pré-T” e os “em-T” - os que ainda não usaram a “T” e os que estão em uso - pois nunca deixarão de usar se quiseram manter as características físicas consideradas masculinas, dificultando a inserção dos que ainda não fizeram ou não podem fazer o uso. Isso será novamente tratado no quarto capítulo.

### 3.3.2 Auto-percepção

Essa secção trata principalmente da relação que os interlocutores têm consigo e com o corpo, depois da autodefinição como trans e do processo de transição, que aqui não se refere apenas a masculinização do corpo e modificações corporais, e sim, ao processo de mudança como um todo.

“Eu me sinto bem melhor, eu me sinto mais seguro, confiante, eu tou viajando muito nessa *vibe* porque quando eu comecei a transicionar, eu viajava muito eu tava sempre no espelho, admirando “caramba, que cara bonito do \*\*\*\*”, eu ficava pensando “Meu Deus, será que tipo, eu sou super egocêntrico, narcisista ou alguma coisa assim?”, foi, é porque realmente, eu sempre me odiei assim, quando passava um espelho, num carro na rua, “caramba, só de olhar pra minha cara assim...”, eu achava “eu sou terrível, uma pessoa feia”, aí depois eu me liguei que eu me acho muito bonito, me amo, tá ligado, mas depois eu vi que eu não tou me olhando só para simplesmente me admirar, mas é porque eu finalmente eu vi o meu rosto [...] aí eu passei 16 anos da minha vida, sem ver a minha cara, “aí eu caramba, que massa”, eu finalmente, eu vejo a minha cara agora [...] é como se tivesse usando uma máscara a vida toda e você tira e “caramba” (risos) e eu estou realmente feliz por conta disso [...] era como se outra pessoa tivesse vivendo a minha vida e eu não tivesse vivendo, como se minha vida fosse uma peça de teatro e eu esperando o ator principal [...] e eu finalmente me vejo e vejo que eu sou o ator principal porque essa é minha vida e as pessoas me veem como o ator principal” (Yuri, 18 anos).

Todos os interlocutores mostraram que o fato de estarem realizados depois de se reconhecerem como homem e estarem no processo de transição. Muitos interlocutores tinham dificuldade para se verem no espelho e aceitarem sua imagem. Isso dificultava demais a relação intra e interpessoal deles.

Eles mostram que após esse processo, se sentem mais belos, confiantes, têm mais entusiasmo para viver. A percepção sobre si melhorou e isso contribui para o empoderamento desses sujeitos, porque além do nível estrutural e coletivo, é necessário que no nível individual os sujeitos também conquistem confiança e poder para exercerem sua autonomia (LISBOA, 2008; FRIEDMAN, 1996).

### **3.4 Narrativas sobre Saúde**

#### **3.4.1 Processo Transexualizador**

Como já foi dito, todos os interlocutores desse grupo estão inseridos no Processo Transexualizador do SUS e alguns estão, também, sendo acompanhados por hospitais privados, mas nem todos têm convênio com plano de saúde e dependem unicamente do serviço público de saúde para fazer consultas com algum profissional de saúde. Mais especificamente, os interlocutores são acompanhados pelo Hospital das Clínicas da UFPE, por meio do “Espaço de Acolhimento e Cuidado a Pessoas Transexuais e Travestis”, também conhecido como “Espaço Trans”, que recebeu o credenciamento, em outubro de 2014, para realizar os procedimentos relativos ao PTSUS. O espaço oferece um atendimento especializado às pessoas (trans) e tem uma equipe multidisciplinar das áreas de psicologia,

serviço social, endocrinologia, enfermagem, mastologia, cirurgia plástica, entre outros. A instituição está no momento reestruturando o serviço e solidificando a proposta de trabalho, pois antes, desde 2001, existia um atendimento para pessoas transexuais - especificamente mulheres transexuais - em caráter experimental e nem sempre os procedimentos garantiam a eficácia. Era chefiada pelo Prof. Sabino Pinho, que se aposentou e o hospital ficou anos sem esse atendimento especializado. O Hospital das Clínicas é o único hospital público na região que tem um espaço de atendimento e acolhimento específico para a população (trans), regulamentado pelas diretrizes do Ministério da Saúde, e ainda é o único da região norte e nordeste a realizar a cirurgia de transgenitalização (SANTOS, 2015).

O Espaço Trans atua a partir da Portaria nº 2.803, publicada em 19 de novembro de 2013, que redefiniu e ampliou o Processo Transexualizador no SUS, estabelecendo o cuidado e a integralidade no atendimento, desde a atenção primária até a alta complexidade, e não centralizando ou restringindo o atendimento à realização da cirurgia de transgenitalização. Sendo assim, incluiu muitas pessoas (trans), sobretudo homens (trans), que muitas vezes não desejam realizar essa cirurgia, e algumas travestis e mulheres (trans), que também não o desejam (BRASIL, 2013). Então, esse espaço atua a partir de uma ideia de cuidado integral e individualizado aos usuários, respeitando a autonomia e os interesses dos pacientes para realizarem, ou não, procedimentos como a hormonioterapia e as diversas cirurgias, além de adotarem o nome social em âmbito institucional. Além, ainda, de ter grupos operativos com finalidade terapêutica para os pacientes em atendimento - um com encontros semanais e outro com encontros mensais<sup>52</sup>:

“E eu vinha tendo o acompanhamento com \*\*\*\*\* no HC e eu achava muito bom, muito bom mesmo, os dias de consulta para mim era massa, porque uma pessoa maravilhosa, que acho que todo mundo que tem consulta com ela fica bem à vontade, porque ela deixa você bem à vontade, conversa mesmo com você, explica a situação, lhe faz questionamentos que te faz entender que o caminho que você está escolhendo é difícil, mas que vale a pena [...]” (Murilo, 25 anos).

“Veja, é um espaço extremamente edificador pra quem é trans, porque eu faço parte de um grupo operativo lá e nesse grupo a gente discute e vê outras pessoas, pra quem é transexual, você identificar outras pessoas como você é muito importante. E eu acho que o maior ganho do Espaço Trans não é simplesmente o atendimento de saúde, o processo de... que as meninas trans vão mais ao Espaço Trans para fazer a cirurgia né, e eu vejo que muito mais como um processo de construção social desses sujeitos e eu identifico isso [...] Mas o Espaço Trans ele remete a essa possibilidade de a gente trans se reconhecer como sujeito como outras pessoas, de entender que existe outros sujeitos como você [...] Você é chamado pelo nome que você quer, que você deseja, você é visto como um homem trans ou como uma mulher trans, então, isso é muito edificador. [...] eu vejo como um espaço de identificação social, tem sido muito

---

<sup>52</sup> Dados retirados do Diário de Campo 07/07/2015.

importante para mim nesse sentido” (Alberto, 40 anos).

Além de proporcionar para muitos o bem-estar em sua relação com o corpo e a identidade de gênero, os espaços de saúde são importantes também como acesso às informações sobre direitos, além de, conforme visto nos trechos acima, poder funcionar como um espaço de fortalecimento das pessoas (trans), tendo grande potencial de ajudar no processo de empoderamento dos sujeitos. Entretanto, muitas fragilidades ainda são apontadas pelos interlocutores nesse serviço: grande fila de espera, poucos médicos disponíveis e despreparo de outros profissionais do HC sobre como lidar com pessoas (trans). Por exemplo, muitas vezes não é respeitado, sequer, o nome social destas. Há também a necessidade de mais investimentos, verbas para realizar algumas coisas e o espaço ser ampliado. O fato de haver um número exorbitante de usuários em atendimento e gerar uma demanda que vai além do que o espaço pode abarcar<sup>53</sup>, entre tantas outras muitas dificuldades citadas, a maioria abrangendo questões estruturais.

E sabe-se que não respeitar os pacientes (trans) - como o nome social, por exemplo - é uma violação da Portaria 1820/2009, e pode gerar abandono do acompanhamento dos usuários por causa do constrangimento causado por violações do direito à saúde e ao direito humano (BRASIL, 2015). Um dos interlocutores afirmou que quase não vai a médicos para fazer exames de qualquer tipo e que nunca foi ao ginecologista por causa dos constrangimentos a que já foi exposto:

“Eu acho que a gente deveria ser mais visto, sei lá, eu mesmo, vou fazer 30 anos e eu nunca fui num ginecologista, porque assim eu odeio ir pra médico porque você vai e as pessoas ficam te olhando assim com uma cara meio, entendeu... [...] eu nunca fui... É muito constrangimento. Em outro já é, você fica lá apresenta o documento e ele quase não te atende, fica olhando o nome e para você para ver se é você mesmo” (Jorge, 29 anos).

“E o negócio de ginecologista é meio complicado porque lá no HC, você olha assim e só tem mulher sentada, aí ela olha pra você, se você entra na sala, aí fica uma com a outra “olha, homem entrando na sala”, uma vez eu vi um conhecido meu entrando na sala, aí ele ficou todo sem jeito, ele mal entrou, já foi indo embora. Aí fica complicado, tem muita gente que não vai no ginecologista por causa disso” (Waldir, 38 anos).

Além de muitos não demandarem acompanhamento psicológico, por exemplo, e se sentirem obrigados a fazer vários acompanhamentos para conseguir laudos para a retificação do nome e sexo no registro civil e para dar entrada na fila de cirurgia de transgenitalização.

---

<sup>53</sup> Dados retirados do Diário de Campo 13/08/2015.

Para esses, alguns atendimentos na saúde, apesar de poder propiciar esses benefícios que são do seu desejo - como a receita para comprar a Testosterona - entre outras coisas, são vistos como algo compulsório, imposto, sobre o qual o indivíduo se vê sem escolha e desrespeitado em sua autonomia. Mais uma vez esbarramos com a questão da patologização: o tratamento hormonal, a psicoterapia e as cirurgias de redesignação sexual no SUS, ainda são garantidas por causa da classificação do CID-10. Esse órgão vê a transexualidade como “Transtorno de Identidade de Gênero”, considerando-a como uma patologia, então, apesar de alguns profissionais buscarem realizar um acompanhamento humanizado, precisam corresponder ao rigor dos números de atendimentos para garantir laudos, entre outras questões que não podem ser modificadas pelos profissionais, e somente em âmbito macro.

“Quando falam assim, “ah você vai ter que procurar um psicólogo para conseguir um laudo” ‘laudo? Pra quê, eu não sou doido?’”. Eu não tenho depressão, pelas coisas que eu já passei, meu amigo psicólogo disse que não sabe como eu sou desse jeito, normal, e não achei isso muito interessante, de procurar psicólogo pra saber se eu sou ou não sou [...] Eu fui porque sou obrigado né, tem que ter o laudo pra fazer cirurgia, tem que ter pra fazer a retificação do nome, obrigação...” (Waldir, 38 anos).

“A gente tá vendo isso, para despatologizar, até porque grávida não é doença e mesmo assim não deixa de receber tratamento, então porque que a gente tem que ser? Porque a gente tem que ter um transtorno mental? Se eu tenho um transtorno mental era para eu estar aposentado. Não preciso trabalhar mais... Concorda comigo que não é uma doença? (sobre a grávida) Ela não tá no CID, mas não vai deixar de ter atendimento médico, se ela quiser fazer uma cirurgia, histerectomia, não vai deixar de ter atendimento médico e nem por isso ela é considerada doente, porque a gente não? [...]” (Pedro, 33 anos).

Alguns interlocutores acrescentaram, a partir de suas experiências sobre patologização das identidades (trans) - já discutido no capítulo passado - que considerar as pessoas (trans) como portadoras de patologia contribui para a transfobia e o cissexismo das pessoas na sociedade. Isso faz com que cada vez mais se dificulte a vivência das pessoas (trans), além da exposição a violências e preconceitos, muitas vezes sofrem por ansiedade, algumas vezes de fobia, medo de serem vistas/lidas como mulher, ridicularizadas pela sua condição, ou seja, alguns sofrem o que se chama de disforia de gênero.

“Como eu costumo falar, assim, eu acho que a patologia não está em ser trans, mas o trans ele na maioria das vezes, adocece, até por conta do processo todo, a patologia está na vivência do homem trans, a maioria deles adocece psicologicamente por não ser aceito, adoecem fisicamente pelo tratamento errado, até porque tem muitos médicos que hoje em dia, principalmente na rede particular, não sabem nada do processo e geralmente receitam o medicamento no período errado, aí, ou seja, a doença eu acho que está na vivência trans, assim como na vivência de qualquer cidadão né, cis ou trans, mas a questão de ser trans realmente né, de ser patologizado... eu não me

enxergo, não me vejo doente, eu sou como qualquer um, como você, como qualquer pessoa. Só que eu tenho que passar por isso, como eu falei, além de me ver bem, é assim que eu sempre quis ser a questão também de ser aceito, um pouquinho mais, de a pessoa ver e olhar e não ter dúvida e saber que você é aquilo, mas acho que doente eu não sou nem ferrando, mas que a vivência trans adocece muitas caras, adocece e muitas meninas também, mas pela pressão, por isso...”(Roberto, 29 anos).

“Mas é uma coisa bem simples, a pessoa que tem um déficit mental, vamos dizer assim, eu acho que ela não consegue dialogar, não consegue trabalhar, ela não consegue viver em um mundo que a gente vive, que é o coletivo, essas pessoas se isolam, entende. Então, eu acredito que isso é mais preconceito mesmo, não tem nada de diagnóstico, não tem nada disso, é preconceito mesmo [...] Eu prefiro que o processo seja mais difícil do que ser dessa maneira” (Manuel, 29 anos).

A patologização das identidades, a transfobia, o cissexismo, a exclusão e desrespeito dos direitos dessas pessoas, que contribui ainda mais para a exposição delas ao preconceito. Por exemplo, a dificuldade de mudança do nome de registro, que é incompatível com o nome social, e a aparência e expressão de gênero da pessoa, podem levar a situações de preconceito. Então, essas dificuldades em acessar direitos e o medo de sofrer preconceitos é que podem gerar a disforia de gênero, termo utilizado desde novembro de 2012 pela, *American Psychiatric Association* – APA, que aprovou as mudanças da versão do DSM-V.

#### 3.4.2 Acesso ao PTSUS

O acesso à saúde e ao processo de transexualização dos interlocutores desse contexto se deu a partir da indicação de outros homens (trans) que já estavam inseridos no PTSUS e/ou que tinham informações sobre hormonização e pelo movimento social de homens (trans). A maioria desses contatos iniciais foi a partir de mídias digitais, pela existência de sites, blogs e vídeos no *youtube* que falam sobre a temática. Simone Ávila (2014) ressalta a importância das mídias digitais para a visibilidade dos homens (trans), que auxilia também na autoidentificação de pessoas como transexuais e também na auto-organização deles em movimentos sociais, entre outras questões. Almeida (2012), em se tratando da autodeterminação como (trans), afirma que essa se dá, comumente, em espaços virtuais, a partir da veiculação midiática, em ambientes hospitalares, universitários ou em espaços do movimento LGBT.

Na presente pesquisa, entendemos que o acesso a esses espaços citados é facilitado por um certo posicionamento de classe do indivíduo, às condições de existência. Esses espaços são mais acessíveis a pessoas inseridas em classes médias. Indivíduos posicionados nessas classes estão inseridos em contextos sócio-econômico-culturais semelhantes, como

exemplo, todos os interlocutores que se identificaram como pertencentes às classes médias: estão no PTSUS, tem o ensino médio completo, todos eles têm empregos formalizados, com garantias trabalhistas; e mesmo assim, têm muitas dificuldades para fazerem o acompanhamento no SUS, por causa dos gastos para a compra do hormônio - Testosterona sintética - que é muito caro, gastos com transporte, entre outros. O contexto de classes médias e altas possibilita com mais facilidades o acesso a informações sobre direitos, leis, teorias científicas, que estão mais em circulação para indivíduos com determinado *habitus* e capital cultural semelhantes (BORDIEU, 2007). Mesmo se identificando como sendo de classes médias, alguns interlocutores narraram estranhamento pelo fato de passarem anos sem nunca terem ouvido falar da possibilidade de ser *female-to-male*, porque são várias questões que dificultam/impedem que se conheça essa possibilidade de transição. O trecho abaixo exemplifica o estranhamento dos interlocutores sobre o fato de não terem acesso à possibilidade de ser “homem (trans)” e a falta de acesso à outra perspectiva, além da patologizante.

“Essa mudança foi extremamente importante pra mim porque isso deu uma reconstruída na minha forma de pensar, na minha auto-estima, no meu entendimento. Porque eu passei a vida, 39 anos achando que eu tinha um defeito [...] o primeiro filme que eu assisti na vida, falando sobre transexualidade foi “Boys Don't Cry” né, 'garotos não choram', e esse filme na época quando eu assisti, eu assisti dentro de uma vertente psicológica, então, a minha interpretação foi uma interpretação psicológica da coisa, então, eu achava (guiado pelo CID e DSM) e pelo meu corpo docente que trouxe a ideia da patologização como uma norma. Quando eu li o livro de Nery, eu disse (fiz estalo com os dedos dedos), mudou completamente. E aí eu vim pesquisando e vi que em todos os tempos houve transexuais, houve transhomens, eu nunca tinha tido essa informação, durante 40 anos, morando na Região Metropolitana de Recife, sendo de classe média né, tendo uma profissão (psicólogo) e eu não sabia. E aí o que eu pensava é que eu era uma pessoa meio maluca, e aí vivia numa condição de infelicidade. E me hormonizar, ter barba, começar a ter barba, pelos, começar a ter um corpo masculino, isso pra mim foi uma mudança, tanto no meu conceito social, como no meu entendimento psicológico, porque eu não me vejo mais como um ser único porque eu sei que tem outras pessoas como eu, que sentem da mesma forma que eu e que tão passando pelo mesmo processo” (Alberto, 40 anos).

Esse contexto sócio-econômico-cultural também possibilita mais facilmente o acesso ao conhecimento do termo “transexualidade” – referindo-se à transexualidade masculina - e de temas que o envolvem, assim como de pesquisas sobre a temática, visões críticas em relação à patologização das identidades (trans), artigos acadêmicos, movimentos sociais, referência de militantes acadêmicos, entre outras questões. Principalmente, em se considerando que ainda há pouca visibilidade dos homens (trans) e do movimento de homens (trans). Compreende-se que o conhecimento das transmasculinidades e de questões relacionadas pode ser facilitado por um determinado capital cultural, referente a classes

médias e altas. Além de ser mais fácil para indivíduos dessas classes, tanto conhecerem essa categoria de identidade, como se identificarem com ela, se autodefinirem como homens (trans) e manterem esse termo como o que reflete sua identidade, pois essa categoria já é reconhecida por outras pessoas do seu meio e viabiliza o acesso a direitos, como o PTSUS.

Em suma, neste capítulo, vimos que após um processo de auto-identificação como homens e auto-definição como homens (trans), os interlocutores buscam o reconhecimento social como homens, e muitos utilizam a masculinização do corpo, por ser algo que tem a ver com o bem-estar consigo mesmo e como estratégia de passabilidade cis e legitimação como homens na sociedade. Essa questão se envolve também com a construção e vivência das masculinidades, que ora podem ser confirmadoras da masculinidade hegemônica, como podem ser marginalizadas e subalternizadas por essas. Vimos que muitos homens (trans) resistem e adotam formas alternativas de vivência da masculinidade que questiona desigualdades e hierarquias nas relações entre os gêneros, contribuindo para o enfrentamento das cis-normas. Essa busca por reconhecimento social pode ser marcada por tensões nas relações interpessoais, contradições, vivência do estigma, assim como por experiências positivas de apoio, e legitimação de suas identidades.

Como também os homens (trans) reivindicam o reconhecimento legal, a partir da inserção nessas instituições, que os orientam em se tratando dos aspectos de saúde e outros direitos, a exemplo da mudança de nome/sexo no registro civil e também facilita o acesso e o envolvimento com a militância (trans) e LGBT. As relações que envolvem os interlocutores com as instituições, o movimento social e com militantes estão permeadas por diferentes desafios, muitos desses advêm da transfobia/cissexismo/misoginia presentes na sociedade, que são tratados no quarto capítulo do presente trabalho.

#### 4 TRAVESTIS, HOMENS 'ESTRANHOS' OU SIMPLEMENTE HOMENS?!

“Um homem, né... Por causa da roupa, do meu jeito de ser, né... E muito mais (...) Em tudo o que eu faço eu me sinto.”<sup>54</sup>

##### 4.1 Sobre Gênero, Corpo e Saúde no Contexto dos Homens (*Boys*)

Primeiro, é interessante explicar o título desse capítulo que pode parecer estranho para alguns - “Travestis, Homens 'Estranhos' ou simplesmente Homens?” - mas foram termos que estiveram presentes durante a pesquisa nesse contexto, em torno dos interlocutores desse grupo. É fato que para os interlocutores desse contexto não há uma autodefinição como travesti, essa é uma categoria auto-identitária e não pode ser simplesmente atribuída por outra pessoa, por alguém que designa e define o outro. No início da busca por interlocutores desse contexto, tive contato com alguns profissionais do Consultório de Rua que utilizavam o termo travesti para se referir aos “supostos” homens (trans) de classes populares - supostos por mim antes de chegar ao campo – no entanto, nenhum dos interlocutores desse contexto, conforme já dito, se identificou como transexual, mas como homem.

Nas primeiras experiências, a categoria travesti aparecia comumente. No Cento da Juventude, alguns profissionais também utilizavam o termo para se referir aos meus possíveis interlocutores na frente desses. Por exemplo, quando perguntei ao vigilante do CJ se Paulo, um interlocutor, já havia chegado, ele me ajudou a procurá-lo no pátio da escola. Quando identifiquei que poderia ser ele - pois havíamos marcado nosso primeiro encontro em um ponto específico, perto da secretaria - o vigilante disse: “Mas é Paulo, um travesti?! Por que você não me disse logo o nome de batismo dela, que eu saberia.”. E o termo “homens estranhos” se refere a uma situação que aconteceu nesse mesmo dia, antes desse episódio, quando conversei com uma profissional da equipe psicossocial e usei o termo “homem (trans)” - que era um termo conhecido por ela - para explicar minha pesquisa, mas quando ela passou a informação para o mesmo vigilante, de que eu procurava um aluno que era supostamente um homem (trans), ele entendeu errado e, na frente do aluno, falou homem “estranho”. O aluno disse: “Eu devo ser isso aí mesmo o que você está falando, um homem “estranho.”. Expliquei aos dois o equívoco, que não existiam esses 'homens estranhos' e que foi um ruído na comunicação, enfim, foi uma saia justa (BONETTI; FLEISCHER, 2007), uma situação difícil, porém não foi diretamente, e nem intencionalmente, causada por mim. A

<sup>54</sup> Trecho da fala de Amadeus, interlocutor (*boy*), 18 anos.

partir daí, resolvi evitar o termo “homens (trans)” e explicar a pesquisa sem usar essas categorias para exemplificar, até porque, logo descobri que não eram categorias êmicas para esse grupo.

O termo travesti é usado por alguns profissionais de lá como sinônimo de (transexual), mas os interlocutores do C.J. não se reconhecem em nenhuma dessas categorias citadas, acreditam que essas se referem única e exclusivamente às mulheres que estão em processo de transexualização/transgenitalização. Ou seja, para responder à pergunta que intitula o capítulo, eles não são nem travestis, nem homens (trans) e muito menos 'homens estranhos', são simplesmente homens, porém como afirmado na introdução, será usado o termo homens (*boys*) para se referir aos interlocutores da presente pesquisa, pois (*boy*) é um termo utilizado por muitos interlocutores desse contexto para se autodefinirem. O foco da pesquisa sempre foi em pessoas que tiveram seus corpos assignados ao nascer como mulheres, mas que em algum momento da vida se identificavam como homens, e nunca foi em sujeitos que se identificavam apenas como homens (trans). Busquei, desde o início, essa diversidade de termos de identificação e de vivências de gênero.

Além de esses se reconhecerem como homens, como dito nas biografias resumidas, no Apêndice 2, alguns deles também se reconhecem ou aceitam a definição do outro, ao mesmo tempo, como lésbicas, para definir a sexualidade. Mas o critério para defini-los como interlocutores foi a auto-identificação de gênero como homens, primeiramente. E a partir da experiência na pesquisa se percebeu a semelhança nas demandas desses com os homens (trans), como a vontade de fazer modificações corporais, o pedido para ser tratado com o nome masculino escolhido por esses em âmbito institucional e em outros grupos sociais, a performance de gênero masculina e a busca da passabilidade cis, e reconhecimento social como homens. Pontos que também devem ficar evidentes com o relato resumido das histórias de vida dos interlocutores, dos dois grupos, mas especificamente nesse contexto, há uma busca maior por assumir papéis sociais atribuídos comumente ao gênero masculino, que envolve principalmente o trabalho e o lazer, além da relação com mulheres, família, amigos e vizinhança, presente nos dois grupos.

O que os diferencia principalmente dos transexuais, além da autodefinição, seria uma outra lógica em relação à auto-identificação como homem, com categorias próprias, estratégias de masculinização do corpo e estratégias para aumentar a passabilidade cis, também diferenciadas, e o próprio contexto sócio-econômico-cultural que influencia em outras referências de masculinidades e de pessoas que transicionam no gênero. Por exemplo,

Thommy<sup>55</sup> e Tereza Brant<sup>56</sup> são pessoas de referência para muitos interlocutores desse contexto, porém nenhum desses citados se identificava como homem (trans) no momento em que foram realizadas as entrevistas. Os termos utilizado pelos interlocutores para se referir a essas pessoas famosas citadas, na maioria das vezes, não estão no masculino. A maioria dos interlocutores desse grupo não conhece/conhecia a transexualidade masculina e todos os direitos e possibilidades que se relacionam com essa, conseguidos pelo movimento trans: mudança de nome e sexo no registro civil, o Processo Transexualizador no SUS, a própria possibilidade de transformações corporais com o uso da Testosterona sintética, entre outras. O que os fazem ter diferentes formas de lutar pelo reconhecimento como homens.

Além de Bourdieu (2007), outros autores e autoras foram importantes para se pensar questões de classes na presente pesquisa (CAVALCANTI, 2013; DUARTE, 1986; FONSECA, 2000; FRÚGOLI JR, 2006; HEIBORN, 1997; LONGHI, 2008; SARTI, 1989; SCOTT, 2007), já que se identificou que além das diferenças acima citadas, a maioria dos interlocutores dos dois grupos é oriunda de classes sociais diferentes. Os homens (trans) são, em maioria, de classes médias e os homens (*boys*) se identificam todos como pertencentes às classes populares, porém no primeiro grupo também há interlocutores que se identificaram como sendo de classes populares. Dos 15 interlocutores, apenas 4 são oriundos de classes populares.

Esses são Hebert, Davi, Lúcio e Felipe; estão no PTSUS e têm participação ou ao menos um forte diálogo com o movimento de homens (trans) de Pernambuco e conhecem seus direitos e se identificam como transexuais, apesar de estarem num contexto sócio-econômico-cultural semelhante aos interlocutores desse grupo, segundo eles mesmos. Esses indivíduos mostraram um posicionamento de classe semelhante, porém uma trajetória

---

<sup>55</sup> Thommy Miranda, filho da cantora Gretchen, já era famoso antes do processo de transexualização, mas a mídia o tem acompanhando mais desde o início do processo de mudança, ele participou de vários programas populares com altos índices de audiência, para dar entrevistas principalmente sobre o processo, embora, na maior parte do tempo ele não tenha se identificado como trans. Ele já fez a cirurgia de retirada das mamas, adota o nome social de Thommy, porém já afirmou que não pretende mudar o nome no registro civil e está para lançar em breve uma biografia. Muitos os interlocutores se referem a ele pelo seu nome de registro “Thammy”, durante as entrevistas fazia pouco tempo que ele tinha adotado seu nome social. Alguns dados obtidos em: <http://extra.globo.com/famosos/thammy-miranda-ja-apresentada-como-tio-thommy-as-criancas-15941591.html>.

<sup>56</sup> Tereza Brant, que se define como mulher, afirma ter feito mamoplastia e tomado “T” para se sentir bem consigo mesma, com seu corpo, mesmo assim ela é definida como “a modelo transexual”. Ela afirma que todos a veem como homem, aparência em que se sente realizada e ficou muito famosa nas redes sociais desde o início do processo da mudança, além disso, participou de vários programas populares na TV. Tanto Thommy quanto Tereza visibilizaram bastante a possibilidade de transição de gênero e o debate sobre o assunto no país, porém esses debates se deram muitas vezes de forma superficial sendo encarado como um assunto “polêmico”. Apesar disso, muitos homens (trans) e (*boys*) conheceram a transição como uma realidade “possível” a partir da fama das celebridades citadas.

diferenciada em que buscaram alternativas para terem acesso a estudos e informações (BOURDIEU, 2007), como no caso de Hebert, que tem uma graduação concluída e Felipe, que tem uma graduação em andamento, ambos militam em coletivos LGBTs. Esses já participavam do movimento LGBT, como lésbicas, e se identificaram com homens (trans) a partir do contato com outros e de leituras de textos acadêmicos relacionados às transmasculinidades, ou a partir de algumas situações, como ser amigo de alguém do movimento (trans), como Lúcio e Davi.

## 4.2 Narrativas Realizadas por Paulo

Para apresentar alguns pontos em comum dos relatos dos interlocutores homens (*boys*), as experiências relatadas por Paulo foram escolhidas para serem trabalhadas com mais detalhes, porque além de ele ter sido o primeiro interlocutor entrevistado desse contexto, com isso comecei a entender melhor categorias êmicas desse grupo. Ele foi o interlocutor com quem tive mais aproximação e mantive contato, pois entrevistei alguns amigos indicados por ele e estive presente em vários espaços em que ele frequenta - C.J, vizinhança, etc. Paulo tem 29 anos, se identifica como pardo e estudou até o oitavo ano do ensino fundamental. Todos o chamam também por Paulinho ou Paulão.

“Eu me considero um homem, eu não me considero uma mulher não, mesmo eu sendo uma mulher, mas eu não me considero uma mulher não, eu não me considero não. [...] Até hoje que é geral (cita nomes de bairros vizinhos ao seu) todos esses 5 bairros, todinhos ali, onde eu passo a turma me conhece, só isso: Paulo”.

Paulo explicou o que seria para ele o “nome de guerra”. É uma categoria apresentada também por outros interlocutores desse contexto, que se diferencia de um simples apelido porque é um nome escolhido pela própria pessoa, normalmente é um nome próprio e também não tem ligação direta com o nome de registro, ou seja, poucas vezes é a forma masculina do nome de registro. O nome de guerra também foi adotado por amigos de Paulo que “são como ele”. É um nome masculino que se adota para ajudar a ser reconhecido socialmente como homem, para ser mais passável. Segundo ele, é adotado por pessoas com corpos interpretados como femininos e se vestem como homens, assumem papéis ditos como masculinos e têm trabalhos considerados masculinos.

“Eu já com 13 anos de idade, eu já ficava usando a roupa de meus irmãos, de homem, com 13 anos, sem mainha ver, aí eu botava e caía, eles mais fortes do que eu, aí eu amarrava aqui assim, aí botava chapéu, botava camisa e ficava me olhando na frente do espelho, era aí ficava doidinho [...] quando eu botava eu “poxa”, eu já me sentia bem, queria logo ficar 'de maior', trabalhar, pra sair de casa e usar a roupa que eu queria usar, que era aquilo, roupa de homem, eu não podia ver, os boyzinho lá, a turma lá, \*\*\*\*, roupa de festa, uns lá tudo, numa beca danada, roupa de homem, chapéu, um ternozinho pá, eu ficava doidinha querendo usar. E mainha, levava pra comprar as roupas, sempre era vestidinho, sainha, shortzinho, essas coisinhas assim, percata, eu só escolhia tênis, toda vez, em negócio de festa eu só queria tênis, é muito difícil comprar percata, eu não comprava percata nem a pau, só era tênis [...] aí depois que eu saí da casa da minha mãe e me assumi com 14 anos mesmo, aí foi que eu já voltei pra casa da minha mãe com cabelo cortado de homem, meu cabelo era grande cacheado, eu já tinha cortado e tava de homem, bermuda, de homem dos pés a cabeça.”

“Eu me sinto um frango, com roupa de mulher... se eu botar roupa de mulher, eu me sinto um frango, eu vou te mostrar uma coisa, se eu cruzar minhas pernas aqui vê se eu não pareço um gay, porque mulher não tem aquele jeito de cruzar as pernas né, eu cruzo minhas pernas, mas eu não me sinto... eu fico parecendo um gay [...] quando eu faço assim, o pessoal fica “vixe maria, é gay ó”, quem não me conhece e não sabe que eu sou mulher, eu fico assim...”

Durante as entrevistas com os interlocutores desse grupo, houve por parte deles sempre uma necessidade de explicar a própria experiência, diferente dos homens (trans) que supunham que eu compartilhava de informações sobre transexualidade e, pela pesquisa, que eu conheceria questões que são mais comuns nas transmasculinidades. Já no contexto em que os interlocutores não adotam essa categoria para se identificar, eles sempre me explicavam sua condição e quando eu perguntava sobre como se identificavam, em relação ao gênero, respondiam que eram homens, mas logo depois, na conversa, vinham as frases “sou homem, mas sei que nasci mulher”, ou “sou homem, mas meu sexo é de mulher”, ou ainda, “sou homem, mas sei que sou mulher”, uma necessidade de mostrar para mim que eles estão cientes de que a própria experiência difere da norma social e de que eles entendem bem a própria condição, que é subversiva. Até porque, apesar de haver uma lógica própria e categorias êmicas, não há um termo utilizado por eles que possa sintetizar a experiência em comum desses, como o termo “transexualidade” ou “transgeneridade”, entre outros, usados pelos homens (trans). Inclusive, as expressões recorrentes “são como eu”, são termos que resumem essas experiências e identidades em comum e também remetem a um certo sentimento de grupo, apesar de ser bem fragmentado e de ter havido interlocutor que afirmou nunca ter conhecido alguém com essas experiências em comum.

Paulinho tem amigos que ele chama de “frango” ou “veado”. São homens que “são como ele” que têm nome de guerra, se vestem como homem, entre outras coisas, mas que se relacionam em um momento da vida com mulheres masculinizadas - ou com homens

cisgênero. Mesmo que suas companheiras não adotem um nome de guerra, por causa da postura vista como masculina, seus amigos que se relacionam com mulheres assim, ganham esses apelidos e recebem chacotas. Mas esses que sofrem represálias por isso, não se veem como homossexuais e dizem que suas companheiras não se consideram homens em termos de identidade de gênero. Vê-se um ideal de masculinidade dos homens (*boys*), pertencentes ao grupo de Paulo, eles têm que se vestir, se comportar, ter postura, de forma hegemonicamente masculina. Além de ter que se relacionar com mulheres e essas serem consideradas femininas e eles precisam ter um nome de guerra masculino. Os que subvertem esse padrão, ao se relacionar com homens cisgênero, mulheres masculinizadas ou, às vezes, se vestindo de forma considerada feminina ou não adotando um nome de guerra, recebem represálias ou sofrem uma certa exclusão do grupo, pois quando estão juntos, os amigos do grupo de Paulo buscam uma passabilidade cis<sup>57</sup>, se tratam como homens e adotam um padrão hegemônico de masculinidade.

Ou até, mulheres que se identificam como lésbicas e são amigas de alguns, podem sofrer represálias e ouvir chacotas porque não querem adotar um nome de guerra e se identificam como mulheres. Alguns afirmaram, em entrevistas, que essas mulheres têm medo de se assumirem como homens e de vivenciarem sua masculinidade nas ruas e nos grupos, por medo de preconceito. Enfim, várias outras questões que também estão presentes nas tensões entre homens (trans) e lésbicas 'ultra-masculinas', já mencionadas no capítulo anterior, mas que nesse contexto também são recorrentes, mesmo não havendo, para muitos, uma fronteira tão clara entre essas duas categorias.

Paulo é um líder no seu grupo. Foi reconhecido dessa forma em conversas que tive com amigos dele, pois encorajou alguns deles a escolherem nomes de guerra e encorajava também alguns a assumirem uma postura masculina, quando esses tentavam se conformar com o que é esperado socialmente, que vivessem como mulheres, experiência que Paulo também teve em sua vida. Mas quando Paulo foi perguntado se queria ter nascido um homem biologicamente, ele respondeu:

“Eu queria ter nascido um homem, um homem. Mas às vezes eu fico pensando assim, “Poxa se eu nascesse um homem, eu ia ser frango, pela lógica. Eu fico falando assim pra turma, “se eu nasci mulher, e gosto de mulher, eu acho que se eu fosse homem, será que eu ia gostar de homem?”, sei lá...”

---

<sup>57</sup> O termo passabilidade também é uma categoria êmica para alguns homens (*boys*), porém será usado o termo passabilidade cis também para se referir a esse contexto, pois como já explicitado, se refere mais claramente ao ato de “se passar por” um homem cisgênero, porque homens todos os interlocutores são.

Todos os interlocutores desse contexto deram respostas parecidas, além de dois outros que se identificam como homens (trans)<sup>58</sup>, eles entendem que se tivessem nascido biologicamente homens, seriam homossexuais, já que nasceram em corpos interpretados como femininos e se relacionam afetivo-sexualmente com mulheres, então, se fossem biologicamente considerados homens, se relacionariam com homens também.

Vejo que há formas diferentes de ser influenciado pelas *scientias sexualis* e o dispositivo da sexualidade e todas as normatizações e normatividades envolvidas (FOUCAULT, 2005). Os homens (*boys*) interpretam como tendo, em relação à norma da sociedade, uma 'natureza', 'essência' ou 'presença' invertida; diferente de alguns homens (trans) que veem como tendo uma 'natureza', 'essência' ou 'presença' que são masculinas, mas que nasceram em corpos invertidos, errados, relatos presentes também em muitas autobiografias de homens (trans) (NERY, 2013). A lógica apresentada pelos interlocutores (*boys*), é a de que eles têm como uma 'essência', 'natureza', que é inversa do que é imposto socialmente em relação aos corpos biológicos e à sexualidade, por isso, se nascessem biologicamente homens, seriam homossexuais, continuariam contrariando a norma social (BUTLER, 2010). Então, a maioria não gostaria de ter nascido homem, porque, seguindo a lógica deles, seriam homossexuais.

Contudo, sabe-se que com o movimento (trans), LGBT e feminista - sobretudo o feminismo trans - essa visão biologizante tem sido questionada e perdido força nos últimos tempos. Opiniões sobre pessoas (trans) 'terem nascidos em corpos errados', 'terem natureza invertida', já não são majoritárias e ao contrário disso, as pessoas têm questionado o cis-tema que as fazem pensar dessa forma, desnaturalizando e desestabilizando categorias de gênero e sexualidade e as ideias biologizantes que as envolvem, por exemplo.

Voltando às categorias êmicas, o nome de guerra de Paulo foi escolhido por uma namorada que teve na igreja em que frequentavam. Quando ele tinha 14 anos, namoravam escondido no banheiro da igreja e, segundo ele, para mencionarem o namoro mantendo o segredo e para a menina poder dizer com quem namorava e também escrever cartinhas, declarações, escrever nome em paredes - atitudes comuns nos relacionamentos nessa idade - ela escolheu esse nome para ele, que o mantém até hoje. A única pessoa que o chama sempre pelo nome de registro é a sua mãe - além de alguns profissionais de instituições, como no

---

<sup>58</sup> É interessante acrescentar que esses dois outros homens (trans) que tiveram opinião parecida se identificaram como fazendo parte de classes populares e também transitam em contextos socio-econômico-culturais semelhantes aos dos homens (*boys*), não integrando grupos de militância (trans), por exemplo.

C.J., que ora o chamam pelo seu nome de guerra, ora pelo nome de registro.

O relacionamento de Paulo com essa menina da igreja era concomitante a um namoro que ele teve com um rapaz cisgênero. Ele dizia que não gostava e só namorava para agradar a mãe e não ser chamado de “sapatão” pela vizinhança, situação comum também nos interlocutores desse contexto, um momento de tentar se adequar a norma e ao que esperavam deles. Mas com um ano de namoro, Paulo não aguentava mais se relacionar com o rapaz e terminou o relacionamento dizendo que gostava de mulher e por isso não queria mais namorá-lo<sup>59</sup>. A família do rapaz foi até a casa de Paulo e disse à mãe dele que ele gostava de meninas e Paulo confirmou. Após esse episódio, foi expulso de casa e foi morar temporariamente com uma tia. Logo conheceu uma mulher, dez anos mais velha que ele, foi morar com ela e ficaram juntos por mais de cinco anos. Depois desse relacionamento, Paulo teve outra companheira e passaram sete anos juntos. Em sua última relação, que durou seis anos, sua companheira já tinha dois filhos, ainda bebês, do primeiro casamento, que ele criou como filhos. Hoje os dois meninos, de 6 e 7 anos, o chamam de pai e chamam a mãe de Paulo, de avó. Todas essas três companheiras citadas se consideravam heterossexuais e ele afirma que depois de terminarem, elas continuaram a se relacionar com homens, todos cisgêneros.

“Pra mim, eu me sinto assim... ser homem assim, eu acho que é o meu jeito de ser, o meu trabalho, aquela coisa, que só é coisa de homem mesmo [...] a obrigação, quando eu era casada, porque assim, ela tinha dois filhos, um de 1 e outro de 2 anos e o pai nunca deu um pacote de leite, nada... Eu acho que ser homem é assim, a pessoa se acordar de manhã cedo pá, trabalhar pra sustentar a família, tá ligado não, filho, mulher... Porque eu que criei eles dois, hoje em dia, um tá com 7 e o outro está com 6, não é filho não, mas eu é que criei né... Nunca deixei nem ela... me chamavam de pai, me chamam de pai, até hoje...”

A mãe de Paulo faz muitas cobranças a ele para ter filhos, engravidar. Ele diz que às vezes pensa na possibilidade, seria para agradar a mãe, apesar de nunca ter se relacionado com homens, “seria só uma vez para engravidar”, mas diz que seu filho ou filha, teria que chamá-lo de pai, que não se sentiria confortável em ser chamado de mãe e iria arranjar uma companheira que gostasse de crianças para ser a mãe do bebê. Vale a pena ressaltar que Paulinho nunca ouvira falar em Thomas Beatie - homem (trans) - que ficou muito conhecido por engravidar e contar sua experiência em um livro (BEATIE, 2008), mas mesmo assim, disse que teria um filho, engravidaria e continuaria se considerando homem do mesmo

---

<sup>59</sup> Tanto os homens (*boys*) como os homens (trans), principalmente os que se identificam como heterossexuais, quando relatam sobre quando tiveram relacionamentos com homens cisgênero, numa fase de tentar se conformar ao que a sociedade impõe para os seus sexos de nascimento, fazem questão de declarar que nesses relacionamentos não houve relações sexuais, por isso é importante acrescentar essa informação.

jeito<sup>60</sup>. Ele não tem isso como meta, mas afirma como possibilidade em sua vida, por isso ele disse que não gostaria de fazer histerectomia, gostaria de fazer apenas a mastectomia.

“É questão de engravidar, não é pela responsabilidade, responsabilidade é normal [...] imagina a minha mãe só vive me dizendo esse tipo de coisa, “queria eu que você tivesse uma filha, um filho, eu queria criar o seu filho. Eu quero ver quando você vai me dar um neto ou uma neta, \*\*\*\*\*”, ela me diz isso direto “Me dá” [...] mesmo assim ela pede, ela disse “\*\*\*\*\* se eu tivesse no hospital, entre a vida e a morte e no meu último desejo eu pedisse a você que era para você deixar de usar essa roupa de homem e voltar a ser mulher, usar roupa de mulher, deixar seu cabelo crescer novamente, voltar a ter sua vida como mulher, deixar essa vida de gostar de mulher, você faria isso por mim? Eu entre a vida e a morte?”. Eu disse “eu mesmo não, minha senhora, porque, a senhora me desculpe, mas eu não vou deixar não, nada... porque eu ia mudar? me desculpe dizer a senhora, eu sei que a senhora taria entre a vida e a morte, mas se pedisse isso a mim, sei não, acho que eu não mudava não, eu não consigo não”. [...] porque eu não ia conseguir não, não adiantava não”.

“De pai, eu não queria de jeito nenhum que ele me chamasse de mãe. Sei lá, eu acho que... Porque é meu jeito de homem, eu arrumasse uma mulher mais feminina que goste né [...] Aí ia chamar ela de mãe, e tem que me chamar de pai, mas também tem aquela coisa de me chamar, o pirraia podia ficar meio confuso né... Mas até hoje eles vão lá para casa, passam o final de semana lá em casa, minha mãe, eles tratam como vó, chega lá “bença vovó”, e minha mãe “netinho”, cresceram comigo”.

Para Paulo, ser homem é algo intrinsecamente ligado à posição ocupada na sociedade, nos papéis ocupados pela pessoa, na divisão do trabalho doméstico e no reconhecimento por parte da sociedade, amigos entre, outras questões. Ele afirmou que as mulheres com quem se relaciona, só lhe dão apelidos masculinos, e que na divisão do trabalho e nas relações sexuais, ele é o homem. Essa é como uma relação heterossexual, “é igual a um homem e uma mulher mesmo”.

“eu acho assim, ser homem é isso, trabalhar, batalhar, sei lá, quando chegava em casa e a mulher já tem o café pronto, aquela coisa, aquele cuidado “vai tomar banho agora?”, aí eu tomava um banho... ela ia, já pegava minha roupa de dormir, meu *shortzinho* de dormir, aquela coisa, tudinho, aí pegava o cafezinho já botava, tudo porque se eu comer aquela coisa, já botava talher na mesinha, aquela coisa, sabe, coisa que a mulher faz pra homem, entendesse, aí eu ficava viajando... “acho que eu sou homem mesmo né””.

Paulo trabalha como auxiliar de pintor de automóveis, mas trabalha às vezes, fazendo “bicos” como pedreiro. Já foi auxiliar de padeiro e também pinta casas, faz reparos, trabalha

<sup>60</sup> Sabe-se, contudo, que mesmo se Paulo entrasse no PTSUS, ele não necessariamente precisaria engravidar para ter um filho biológico. Antes de fazer o acompanhamento e uso da Testosterona, ele poderia usar as técnicas de reprodução assistida garantidas pelo SUS, preservando os gametas para garantir a reprodução futura, antes de iniciar o tratamento que pode conduzir a esterilidade. O direito reprodutivo é um direito humano, e no Brasil, a Resolução n. 1.597/2010 pelo CFM inclui todas as pessoas capazes que solicitem o procedimento, não inclui diretamente, mas não exclui as pessoas (trans) (BARBOZA, 2012).

carregando materiais, como caixas de frutas, garrações de água, entre outras coisas. Assim como outros interlocutores, ele afirmou que consegue carregar muito peso, surpreende a alguns e muitas vezes o preferem para trabalhar com carregamento a homens cisgêneros. Um outro interlocutor, Dadinho, ao me explicar como também consegue trabalhar carregando materiais pesados, se comparou a uma vizinha que é lavadeira e carrega trouxas de roupa pesadas na cabeça, apesar de ter corpo de mulher e ser idosa. Dadinho diz que consegue carregar mais peso do que muitos que são biologicamente homens e atribui isso à força de vontade e o costume de trabalhar em serviço pesado e que por se identificar como homem, é mais 'desenrolado' em relação a trabalhos, consegue trabalhar em várias atividades, diferente da sua companheira. Paulinho falou, sobre trabalho:

“As pessoas lá onde eu moro me veem como homem, não me tratam feito uma mulher, eu não tenho jeito nenhum de mulher tanto é que eu só faço serviço de homem lá. Eu trabalho em oficina de carro, a turma me chama em tempo de festa “Paulo vem cá, pra tu fazer um negócio na minha casa”, aí eu boto estante, pinto a casa, pinto tudo, limpo o quintal. Minha mãe acha incrível, minha mãe faz “poxa, tu não sabe lavar um prato, vai botar a menina pra lavar um prato...”, se eu lavar um prato, eu não vou mentir, eu deixo sabão, eu deixo tudo molhado, a cozinha assim, passa o dedo, fica cheio de óleo, aí minha mãe faz assim “agora, dê um machado a ela, dê um carro, dê uma moto, que faz só coisa de homem”.

Vê-se nas narrativas de Paulo que o reconhecimento dos amigos, da vizinhança, das companheiras e da família, é crucial para legitimar sua identidade de gênero. Ele é visto e tratado como homem em seus relacionamentos interpessoais, porém, como já mencionado, ele sente que sua mãe não o legitima como homem. Mas ele afirma que prefere ser tratado como homem em todos os espaços e tem muitas discussões com a mãe por causa da não aceitação por parte dela.

“Minha mãe ela tem preconceito, minha mãe até hoje ela não admitiu ainda não, não caiu a ficha ainda não, não aceita ainda não, ela diz na minha cara “você está na minha casa, mas eu não aceito você não, do jeito que você é não” minha mãe critica muito, fala demais, critica. Eu vou fazer o quê né, eu digo “eu vou fazer o quê, minha senhora”, “nasci assim, vou morrer assim”, ela endoia, quando eu digo isso, ela diz “não, você nasceu uma mulher e você vai morrer uma mulher”, sim, é né, fazer o quê...”

“Como um homem, porque lá a turma só me trata como um homem, a turma só me chama pras peladas, “ e aí, Paulo, bora pro campo jogar uma bola \*\*\*\*\*?”, eu digo “pô, meu irmão, tou trabalhando pô...”. Aqueles caras que jogam bola em campo, aí eu vou pra quadra lá, vou pra marinha, aí os caras faz “ah o time de fulano”, “vem Paulo, é, Paulo é no meu time”, eu jogo bola que só a \*\*\*\*\*, meu, e já tem uns colegas meus lá, que já me chamam de Neymar, “vai Neymar”, que eu jogo muita bola, “vai, menino, queria eu ser Neymar, não chego nem aos pés, nem na unha deles eu chego ainda”.

Paulo não utiliza o termo “transexual”. Afirmou não conhecer a terminologia quando se refere a homens, para ele e para vários outros interlocutores desse contexto, conforme já dito, transexuais e travestis são pessoas que nasceram homens que se tornaram mulheres a partir de cirurgias e modificações corporais e que tenham uma performance de gênero feminina, no padrão hegemônico de feminilidade. Ele tem muitos amigos - citou mais de oito no dia da entrevista - que “são como ele”. Disse que quando esses saem juntos, são tratados em bares por “senhor”, usam banheiros masculinos, sendo muito passáveis, mas sabem que algumas pessoas não os reconhecem como homens e os veem como lésbicas - inclusive, isso o ajuda também a aceitar a designação social de ele ser sexualmente lésbica. Contudo, Paulo afirmou rejeitar bastante o termo “sapatão” e disse que nunca se identificou com esse.

“Quem conhece a gente sabe, mas quem não conhece, a gente chega num bar, que a gente se senta no bar pra beber, numa boate, alguma coisa, as mulheres olha assim “\*\*\*\*\*, o 'prai 'pá, não sei o quê”, tem umas que ficam lhe paquerando, até saber que é mulher né, quando sabem...”

“[...] Eu não me considero, mas a população é que diz né, “tu é 'rorró', tu és lésbica”, “a gente é lésbica, Paulo, a gente é lésbica”, é o que a turma diz, porque eu nunca me importei de estar definindo esses nomes, esses negócios que tu falas aí, esses negócios, nunca ninguém me parou pra falar essas coisas não, tem tanta coisa que tu fala aí que às vezes eu nem associo, nem entendo direito”.

Por ele se pronunciar em relação a gênero no feminino e no masculino, isso ajuda para que o tratamento das pessoas com ele também não siga um padrão em relação a gênero, ora é no feminino, ora é no masculino. Mas entre os amigos, que “são como ele”, Paulo disse que se tratam no masculino, por “(boy)”, além dos nomes de guerra. “(Boy)” é uma categoria muito utilizada pelos interlocutores para se auto-identificarem, mesmo interlocutores que não se conhecem, muitos deles afirmam que são “(boys)”. Ao final da entrevista, quando conversei com Paulo sobre suas demandas e informei sobre alguns direitos que ele não conhecia, ele disse:

“Não, só assim que nem eu. As colegas minhas tem uma lá que se chama Tereza, que a turma chama de Alison, várias que têm nome de homem né, várias... (Elas se veem como homem) que nem eu, assim, a maioria lá, porque a maioria lá das minhas colegas é tudo 'boy' que nem eu assim, a gente é 'boy', aí se junta os 'boys', aí a gente vai pra balada, boate, curtir, sair para o bar, alguma coisa, é... Aí a gente já não chama pelo nome da pessoa, pelo nome normal mesmo, a gente chama pelo o 'nome de guerra', que a gente diz que é o 'nome de guerra' da gente, é o 'nome de guerra'. [...] A gente não, a gente se trata como um homem pô, mas só que a gente diz que é lésbica, porque a gente não entende essas coisas que tu estás falando comigo não, tás

entendendo. Nunca ninguém me parou pra falar essas coisas, nunca que eu ia na minha vida entender esses negócios teu aí, pra mim e pra elas a gente é lésbicas, a gente é 'rorró', a gente gosta de mulher, porque lésbica é aquela que gosta de mulher e a gente acha que a gente é assim. Mesmo a gente se considerando um homem, isso, a gente fala daquele jeito de homem, brinca, aperta o saco que não tem... (risos) aquelas coisas, entendesse, pronto...”.

Quando foi perguntado a Paulo se todos os seus amigos que também podem ser vistos como lésbicas gostariam de ser tratados como homem e se esses têm nome de guerra, ele respondeu que só os que “são como ele”, que são (*boys*) também. Outros interlocutores também deixam evidente que nem toda lésbica masculinizada pode ser considerada um deles. Para eles, é (*boy*) só quem se identifica como homem quer ser reconhecido como, buscando uma passabilidade.

“assim vê, às vezes eu fico imaginando, pô aquela 'bichinha', Thammy, ela tirou os seios, vai botar aquele 'baguio' lá, e pode botar mesmo? Pode é? E tem como botar? Porque disseram que é mais fácil pra homem tirar”.

Uma das entrevistas realizadas foi com uma aluna do Centro da Juventude que foi uma informante importante para entender essa questão e para eu discernir melhor os homens (*boys*) das 'lésbicas masculinizadas', 'ultra-masculinas' e apesar de a interlocutora ter ganho um 'apelido' masculino, usar roupas masculinas e ter uma expressão de gênero considerada masculina pelos outros, ela rejeita ser chamada com nomes masculinos porque não se sente como homem. Apesar de, aparentemente, essa fronteira ser óbvia - a auto-identificação - a fronteira pode ficar não tão evidente quando nos deparamos com o que parecem ser ambiguidades, contradições e fissuras no caminho. Na verdade, a fronteira para muitos indivíduos é onde querem estar e às vezes, se ela existe, não é facilmente identificável pela aparência - principalmente, sendo os olhos de quem vê treinados pelas normas e preconceitos sociais.

A questão também é que, como apontado, alguns interlocutores afirmam ser homem em relação à identidade de gênero, mas aceitam ou se identificam com a categoria lésbica; categorias que seriam, para muitos, 'excludentes' - ser homem e ser lésbica. É um exemplo de uma das situações desafiadoras em que as categorias científicas, políticas eêmicas entram em conflito. Esse conflito pode gerar informações enriquecedoras, pois a partir desse estranhamento é que se consegue entender a lógica do outro e, para esta pesquisa, a auto-identificação, o sentimento de ser homem é que define o gênero dos interlocutores. Poderíamos chamar de corpos *queer* ou *outsiders* (ELIAS, 2000) do gênero, com as categorias das teorias adotadas ou, como faço, utilizo as próprias categorias dos interlocutores para descrevê-los. Buscar uma dita coerência de acordo com as categorias já adotadas na ciência,

não levando em consideração a lógica e as categorias dos interlocutores, é ser no mínimo incoerente com a Antropologia. Então, alguns interlocutores desse contexto são homens, em se tratando de gênero e lésbicas, em se tratando de sexualidade. São homens e lésbicas - ou homens lésbicos - pois se identificam como homem e aceitam a designação social de lésbica, por interpretarem seus corpos como sendo de mulheres e se reconhecem também nessa condição. Inclusive, é uma situação próxima a que alguns homens (trans) relataram passar antes de conhecer e se definir a partir da categoria transexualidade, como analisado no capítulo anterior.

“Eu sei que eu sou mulher, mas não vem aquela coisa assim, na natureza não... Olha, eu vou falar, (risos) é não, é porque vê, tanto é que minha mãe diz assim a mim “poxa, tu tem o corpo de homem”, muita gente também diz a mim, que eu não tenho... meu corpo é de homem, minhas pernas é muito cabeludas, o meu jeito, o formato da minha barriga, que tem aquelas linhas assim ó, é de homem. Minha mãe diz, todo mundo diz que eu tenho o jeito todinho de homem, até o jeito de andar, é de homem. E eu perguntei a minha mãe, assim quando eu falava com ela né [...] olha, assim, é porque vê, pelo fato de eu ser assim, que a turma fala, cabeludo e tal. É porque eu acho estranho assim, eu tenho pra mim que era para eu ter nascido um homem [...] é por causa assim, é porque o meu orgasmo, quando eu gozo, pra tudinho, ele não é normal, ele não é igual, a mulher, que mulher é tipo uma água, aquela coisa que escorre pá, diferente. E o meu já é aquela coisa grossa mesmo que nem de um homem, sabe mesmo aquele negócio grosso, sei não, é um negócio esquisito pô, na moral, que eu me acho estranho demais, quando eu saio assim, quando é aquela mulher que já sabe, que conhece o meu jeito de gozar, é normal, sabe como ele é né, mas quando é por fora, “e pra gente ficar pá, pá”, aí eu seguro, eu não, que eu tou aí, eu paro, mas eu digo que foi, “foi?” “foi”, porque eu me seguro, porque eu tenho vergonha, porque é diferente, é grosso”.

Além dos motivos já citados para legitimar a identidade de gênero masculina, Paulo, também considera a questão biológica, pois estranha o seu próprio corpo por considerá-lo masculino, assim como outros interlocutores, estranham a quantidade de pelos, os músculos trabalhados, a forma como seu corpo é interpretado pelas pessoas, a postura na relação sexual e como as mulheres os veem, problematizando essas características e contrapondo com o fato de serem biologicamente mulheres, ou até questionando essa condição. A importância do aspecto biológico na definição do gênero e sexualidade se mostra relevante também para esse contexto e a maioria não está inserida em espaços que questionam a lógica binária da sociedade (academia, militância LGBT e feminista etc) e mesmo que outros aspectos, já citados, ajudem a serem legitimados como homens, o aspecto biológico também tem grande peso. Os que são chamados de homens 'cisgêneros' ou 'biológicos', para os homens (trans), para os homens (*boys*), são 'homens mesmo' ou homens 'naturais'. Esses termos e ideias influenciam muito para dar mais legitimidade aos homens que são, digamos, biologicamente

homens, que têm corpos designados como masculinos pela sociedade.

E é claro que a concepção da sociedade sobre os corpos das pessoas e o reconhecimento do gênero com base nos corpos biológicos, são cruciais nessa lógica binária e biologizante que influencia os homens de classes populares e também influencia os homens (trans) que muitas vezes fazem modificações corporais justamente para ter esse reconhecimento social, como visto no capítulo anterior. Porém, como muitos homens (*boys*) não conhecem/conheciam o PTSUS, a Testosterona sintética, mudança de nome/sexo no registro civil, entre outros, o fato de não terem acesso a esses recursos também pode limitar o reconhecimento social desses como homens, além da legitimação social e o sentimento em âmbito pessoal, de legitimação de suas identidades.

Paulo tem vontade de fazer mastectomia e só soube da possibilidade de fazer mudanças corporais pelo SUS, ao final da entrevista, quando eu conversei com ele sobre essas demandas que ele tinha apresentado durante. Ele não teve acesso a essa informação, achava que era algo impossível para ele e só pessoas ricas, como Thommy, conseguiam fazer. Inclusive, em outro momento que nos vimos, quando o encontrei para entrevistar um amigo dele, Paulo me pediu para eu o acompanhar numa consulta, no “Espaço Trans”. Ele afirmou que não conhecia sobre questões de gênero e sexualidade e gostaria que eu fosse, pois achava que não saberia como agir nesse local, onde se sentiria diferente e não estaria a par dos termos utilizados pelos usuários e profissionais.

“[...] Doença, eu acho que não, sei lá, velho. Eu não sei nem porque como é que acontece isso assim, de a pessoa nascer assim e querer sentir amor, desejo aquela coisa, por outra mulher, velho. Às vezes eu fico pensando na minha vida, às vezes eu fico, visse”.

(sobre mudanças corporais) “Ah isso é normal, visse, isso é normal [...] Vê Thammy, isso é normal, nada... isso não é doença não. Bem que eu queria fazer isso aí, que Thammy fez, tirar os peitos... Eu queria (e porque tu não faz?) Como? Tenho dinheiro não (risos)”.

“Mas se eu tomar esse... E como é que eu faço para entrar hein? [...] Eu só vi essa história de Thammy mesmo assim... Porque às vezes eu fico pensando pô bem que eu queria mudar, assim meu jeito, parece um menininho, só falta algumas coisas, mas eu pensava assim, mas Deus me fez assim, possa ser que depois eu possa me arrepender e queira ter um filho, ou uma filha, sei lá, que Deus me dá, possa ser que aconteça. Aí depois eu penso, que nada, eu vou querer filho nenhum, já estou com 29 anos de idade, vou fazer 30 agora em outubro, já pego mulher com filho... Eu tenho uma sorte, só pego mulher com filho, velho”.

Em relação às mudanças corporais, enquanto um grande desafio para alguns homens (trans) de classe média é a patologização ou a luta pela despatologização da transexualidade,

para os homens de classes populares, um grande dilema percebido é, não propriamente a religião, mas a crença no pecado e a influência da religião cristã. Como mencionado nas minibiografias, muitos tiveram um envolvimento com religiões evangélicas protestantes e pentecostais, o que dificulta ou impede alguns de pensarem na possibilidade de fazer cirurgias e/ou irem atrás de mais informações sobre modificações corporais. Essa questão será novamente abordada mais adiante.

Nesta secção, a partir da apresentação de algumas experiências trazidas por Paulo, que foi um interlocutor-chave e tem muitos pontos em comum com outros interlocutores, viu-se que esses, não têm o acesso a algumas informações sobre questões que envolvem saúde e direitos. Isso contribui para que desenvolvam estratégias, lógicas e categorias diferentes, e lidem com alguns aspectos de forma distinta. Como veremos mais adiante, em que alguns temas acima apresentados serão mais esmiuçados. Porém, tentou-se enfatizar também questões não trazidas na análise dos relatos de Paulo, por exemplo, a relação de masculinidade e violência.

Segue análises das temáticas subdivididas em: 3.3) Narrativas sobre Gênero, esta secção traz questões importantes no processo de constituição identitária e masculinidades, a partir da subsecção: 3.3.1) Auto-identificação e a Auto-definição como Homens; e desta 3.3.2) Sexualidades, que aborda mais questões referentes à vivência da sexualidade nesse contexto. Na secção 3.4) Narrativas sobre Corpo e Saúde, apresenta uma discussão sobre a construção da masculinização do corpo e dos significados de categorias êmicas nesta subsecção 3.4.1) Ser (*Boy*), e um debate sobre passabilidade cis em 3.4.2) Estratégias de Passabilidade Cis e Desafios Envolvidos.

### **4.3 Narrativas sobre Gênero**

#### **4.3.1 Auto-identificação e a Ato-definição como Homens**

Os interlocutores desse contexto mostraram que a auto-identificação como homem também se deu em um processo que começou desde a infância e perdurou em suas vidas, mas a autodefinição como homem, diferentemente dos homens (trans), não ocorreu, principalmente, a partir de um “estalo” - momento em que eles conheceram um termo, como transexualidade, pessoa ou situação em que se sentiram representados e se identificaram de imediato. A autodefinição como homem para esses, se apresenta como decorrente de um

processo de auto-identificação como homem a partir principalmente dos grupos sociais em que estão inseridos, amigos e amigas da vizinhança, da escola, comumente em momentos de descobertas da sexualidade, ou seja, passam a se identificar como homens desde novos e suas referências são pessoas de seus meios imediatos, das suas relações interpessoais. Diferente dos homens (trans), por exemplo, que em maioria tiveram o “estalo” a partir de informações externas, em meios virtuais, midiáticos ou materiais escritos sobre transexualidade.

O processo de auto-identificação como homem é que culmina na autodefinição como homem que muitas vezes se apresenta concomitantemente a mudança de vestimentas, companhias, mudança de nome, sendo adotado um nome de guerra, a busca por passabilidade cis, entre outras iniciativas.

“Não, eu não me sentia eu mesmo, eu me sentia como um daqueles bonecos que a turma monta, sabe aquele que bota que fica falando por ele, um fantoche. Eu me sentia assim, mas minha mãe que fazia isso comigo. Eu aceitava porque eu via o pessoal tudo assim então eu tinha que ser assim” (João, 22 anos).

“Um homem né... Por causa da roupa, do meu jeito de ser né... E muito mais... Sei lá, no meu jeito de andar, minha... Em tudo o que eu faço eu me sinto” (Amadeus, 18 anos).

“Sempre foi assim, tudo de homem, eu tava no meio. Porque na escola, tinha esse negócio de classe, vai ter o futebol das meninas, sala contra sala, o futebol dos meninos, aí eu só queria ser “ah não, eu vou jogar no time dos meninos”, aí as meninas “você não vai jogar no time dos meninos”, “eu vou jogar sim”, aí terminava eu jogando, aí as meninas “oxe, tu só quer jogar bola”, aí as meninas começavam... aí sempre terminava em pau. Aí pronto, ficou, só jogando bola mesmo, na escola. [...] Eu sentia mais como homem no meio e queria tá mais ali, no meio deles” (Betão, 21 anos).

“Foi rapaz... Foi de propósito mesmo, foi de propósito mesmo com esse nome, aí ficou batizado Mário. Lá no curso me chamam de Mário, minha irmã me chama de João. Aí fica nessa [...] faz é tempo, desde criança, ela me chama de João” (Mário, 25 anos).

Quando perguntado o que é ser homem para eles, assim como no contexto dos homens (trans), há uma multiplicidade de respostas, mas, vê-se nesse contexto uma valorização maior na adoção dos papéis atribuídos socialmente para o gênero masculino, em que os homens são ligados à esfera pública e as mulheres, à privada, à doméstica (SCOTT, 2011a).

“Ser homem pra mim... é fácil e é difícil né... Não, assim, vê só, pra mim, em relação a ser homem, hoje a minha relação sexual é completamente masculina, se é em relação a trabalho, é completamente masculina, ser homem em relação a que, eu que sustento a casa, então, já uma posição que a sociedade ainda coloca isso, da casa, eu que faço o papel de pai, para os pirraias, eu que faço o papel de homem. No caso em respeito a minha esposa, até porque ela depende 100% de mim, a filha dela tem a questão da

pensão do pai, mas é pouco e sempre entra meu também, então eu tento ser o melhor homem pra ela, não deixo faltar nada, pago a faculdade dela também, dou tudo em relação a conforto, casa, tudo em relação a isso. Pra minha mãe também, só mora nós cinco em casa, essa questão também de homem, ela diz “ah tu nasceu para ser pai” e referente aos meus amigos de trabalho, todos me tratam como homem, me tem como homem [...] comigo é tudo “E ae, meu irmão, massa?” só que é “E ae, \*\*\*\*\*, tudo tranquilo?” (Lúcio, 33 anos).

“Ser homem pra mim é assim, poxa, Carol... Só faz pergunta... Pra mim, se eu fosse um homem, eu ia levar minha vida normal, como casado e também reparigueiro, mas assim como homem mesmo... deixa eu ver o que te dizer, visse. [...] Pra mim, é ser tudo, ser tudo pra mim, tudo o que eu queria, tá entendendo, em termos do sexo e em termos de... um nomezinho que diz aí, que eu aprendi no curso... (gênero?) sim, é esse daí mesmo... se fosse nascer como homem, eu gostaria sim, nascer com um 'bicho' maior do que esse, vixe... eu não gosto nem de falar essa parte... gosto não, o meu coração fica emocionado... (ele dá uma longa pausa e pega um copo de água) porque ahh Carol... Carol, quer me pegar, Carol, tu não pega não...” (Mário, 25 anos).

A relação com o trabalho e a fuga da domesticidade são aspectos que se mostram muito recorrentes. Enquanto os homens (trans), maioria de classe média, exercem profissões diversas e não buscam se diferenciar ou legitimar nesse aspecto - e mais em relação à divisão do trabalho doméstico - os homens de classes populares, executam trabalhos que são considerados masculinos, como abordado na secção anterior, e isso os ajudam a se legitimar como homens socialmente e em seus relacionamentos.

“Papel de mulher é arrumar a casa, fazer comer. Só quando minha mãe tá doente... faz é tempo que eu não faço. Faz um ano que eu não faço. Acho que minha mãe considera eu como um homem. Ela me chama de 'meu menininho'!... Desde que ela vem notando né... Eu vou ter papel de homem né, eu vou arrumar mulher já para fazer isso né... (e se ela trabalhasse fora?) eu ia entender o lado dela né, e tinha que fazer (Amadeus, 18 anos).

“O tipo das vestes e o jeito, eu sou assim eu gosto de trabalhar e sustentar feito um homem, é tipo um homem e uma mulher, que faz as coisas da casa. E eu vou estar sustentando senão eu não vou estar sendo eu, pra mim é isso aí” (João, 25 anos).

Vê-se um ideal de figura masculina e feminina, em que o homem ocupa um lugar de provedor e a mulher fica mais restrita às atividades domésticas. Há também a imagem do homem provedor e farrista, retratada na fala de Mário. Henrietta Moore (2000) discute bem essa questão quando aborda as diferenças de gênero e tipos de agência, e especifica a reflexão em relação à identidade de gênero e o discurso de gênero, e do gênero enquanto vivido e construído, tanto analiticamente entre sociedades, como internamente, em um contexto específico. Ela traz a ideia de que as culturas não têm um modelo ou sistema único de gênero, mas uma multiplicidade de discursos sobre gênero que variam contextualmente e

biograficamente (MOORE, 2000, p. 24). Ela traz a questão das fantasias de identidade masculina e fantasias de poder, como algo volátil, instável, cambiante.

Mas ao dar um exemplo sobre um contexto específico em que há dois principais discursos concorrentes sobre masculinidades, como no caso retratado pelos homens (*boys*), o do marido/pai provedor e do homem farrista - esse sendo uma fonte de prestígio entre os homens e de solidariedade masculina - ela afirma que o homem de sucesso seria o que administra a relação entre esses dois papéis: controla a sua situação doméstica e mantém sua reputação como bom amigo. Nesse caso, a auto-representação do homem individual, como pessoa marcada por gênero, inclui o direito e a capacidade de ter relações extra-conjugais como fazendo parte de uma masculinidade ativa e agressiva, e hierarquicamente definida em relação à feminilidade (MOORE, 2000, p. 30). O ponto crucial dessa questão para Moore é a representação e a interpretação dos outros dessa representação, pois o marido e amigo perfeito não existem, mas as imagens e efeitos devem ser mantidos em operação (MOORE, 2000). Para a autora quando ocorre a violência nas relações de gênero, é resultado de uma crise dessas representações e também um resultado do conflito entre estratégias sociais que estão intimamente ligadas a esses modos de representação (MOORE, 2000 p. 29).

Uma situação que se refere à masculinidade e violência apareceu durante a entrevista com Paulo, que foi realizada no bairro do Recife Antigo, em um bar/restaurante. Nossa entrevista terminou em torno das 20:00 horas e o interlocutor perguntou o que eu, numa sexta feira, estava fazendo voltando sozinha para casa e se meu namorado ou marido não iria bater em mim, já que eu estava voltando naquela hora. Respondi com outra pergunta: se ele bateria, caso fosse a namorada dele. Ele ficou desconsertado e disse somente que “tem pessoas que fazem isso”, respondi que naquele momento estava solteira e se um dia um namorado fizesse isso comigo, imediatamente, deixaria de sê-lo. Durante a entrevista, esse interlocutor tinha falado sobre outra situação - quando conversávamos sobre traição - ele fez uma noiva desistir do casamento marcado e passaram a morar juntos depois, ou seja, essa mulher era noiva de outro homem e o traiu com o interlocutor às vésperas de se casar. Ele comentou sobre ter ficado mais de um ano sendo perseguido pelo ex-noivo dela e disse que entendia a situação dele, pois contou já ter agredido uma namorada por suspeita de traição e por ela não obedecê-lo.

Henrietta Moore (2000) afirma que nas situações em que os discursos dominantes constroem as categorias de mulher e homens como mutuamente exclusivas e hierarquicamente relacionadas, a representação da violência é sexualizada e inseparável da noção de gênero. A violência seria uma consequência de uma crise de representação, tanto

individual como social e a incapacidade de manter a fantasia de poder, criadas pelas expectativas de gênero, provoca uma crise na fantasia de identidade. A violência seria um meio de 'resolver' essa crise porque age reafirmando a natureza de uma masculinidade de outra maneira negada. Então, a situação de violência acima retratada ilustra bem essa questão. A autora acrescenta que a violência interpessoal, com relação à violência e formas particulares da diferença - raça, gênero, classe - deve ser vista como sinal de uma luta para se manter certas fantasias de identidade. Para ela, a realização da violência como prática social é parte de um discurso sobre a diferença de gênero (MOORE, 2000, p. 32).

Nesse contexto, há também uma associação entre juventude, masculinidade e violência, junto com o uso/comércio de drogas ilícitas. Três interlocutores foram expulsos da escola básica, antes de entrarem no nível médio, por causa de “perturbação na escola”. Eles afirmam que tinham um comportamento difícil em que o não respeito aos professores, as constantes brigas com outros alunos e o uso de drogas ilícitas, eram as principais causas para o afastamento involuntário da escola e depois desses episódios de expulsão, não voltaram a estudar. Alguns continuam com o consumo, como já presenciei em algumas das visitas, sendo que dois deles, envolvidos com o tráfico de drogas ilícitas. Outros homens (*boys*) que não foram entrevistados, mas foram referenciados na pesquisa pelos interlocutores e profissionais, não quiseram dar entrevista, segundo eles, justamente por causa do envolvimento com drogas ilícitas.

A violência por ter uma característica de algo “de fora”, por mais que ocorra com muita frequência nos espaços domiciliares, está associada ao mundo da rua. Por essa questão que a literatura sobre homens considera como fundamental na construção da masculinidade (CONNEL, 1995b; KIMMEL, 1998; SCOTT, 2011b; ZALUAR, 2006). Nesse sentido, mostrar familiaridade com os espaços da rua, do risco, do perigo, principalmente em fazendo os (*boys*) parte de um contexto em que a violência é bastante presente e multifacetada, é uma forma de afirmação da masculinidade (SCOTT, 2011b). Não faltaram relatos dos interlocutores em que estavam envolvidos em brigas, apartavam brigas e relatos sobre o uso da força física nessas situações, entre outras. Mas o fato de alguns interlocutores estarem sendo “procurados” ou proibidos de frequentarem algumas comunidades comumente não era narrado por eles mesmos, e sim, por alguns outros interlocutores, principalmente profissionais do C.J. Então, quando eu propunha alguns locais para marcarmos, porque eu tinha interesse em conhecer mais a dinâmica dos locais que frequentavam, as informações dadas a mim se confirmavam, pois os interlocutores apresentavam desculpas pouco justificadas e eu correlacionava os fatos, entendendo o porquê de eles não poderem frequentar tais locais.

Em todas essas questões que envolviam discursos sobre a violência e as interpretações sobre esses fatos, como quando mais jovens ainda na época da escola, se arriscavam ao consumir drogas na instituição, ou até mesmo em sala de aula - um dos interlocutores me narrou isso para mostrar que na escola controlava a tudo e a todos, professora, gestão da escola e que “ninguém podia” com ele - há uma associação entre juventude e o divertimento a partir de situações com perigos e riscos envolvidos. A violência é, também, referenciada como algo muito presente nos espaços em que transitam, em suas vidas, em que muitos se colocavam como autores ou simplesmente circulavam e entendiam bem desses espaços violentos. Isso é visto como discursos de afirmação da masculinidade, em que essas situações e envolvimento com a violência, em formas e graus diferentes, estão ligados aos processos de constituições identitárias de gênero.

#### 4.3.2 Sexualidades

Já em relação à sexualidade, como visto na seção acima, há alguns interlocutores que aceitam ser chamados ou se reconhecem também com o termo “lésbica”. Mas há os que, como Paulo, não se identificam com esse termo ou usam outro termo para se definir, alguns deles responderam quando perguntei sobre sexualidade que eram “ativos” ou “ativa” e não utilizaram nenhuma categoria identitária utilizada nos movimentos por busca por direitos e na militância (trans) e LGBT; “ser ativo”, os descreviam em relação à sexualidade, e isso, não se relaciona diretamente a questões de gênero.

“Ativa é a que chega pra dar a ideia né, é mais jeito de *boy*. A ativa é mais no masculino e passiva é no feminino. Tens umas que quer botar um pênis e outras já não querem. As ativas se consideram homem né, tem nomes de homem. Eu chamo como amigo (deu exemplos de nomes de amigos) [...] Na hora do... (risos) o ativo é considerado na cama como um homem, a gente é que dá a ideia na cama né... tem gente que gosta de vice versa, na minha parte é só eu mesmo... Eu é que trabalho né.” (Amadeus, 18 anos).

O termo (*boy*) é utilizado também no senso comum muitas vezes para definir outras vivências, assumindo outros sentidos, para designar homens michês, que se prostituem, ou também para designar lésbicas ultramasculinas. Amadeus, na citação acima utiliza o termo (*boy*) e ativa/o, como sinônimo de lésbicas ultramasculinas, como se todas essas lésbicas se identificassem como homens, mas é importante frisar que a partir da presente pesquisa vê-se que nem todas as lésbicas ultramasculinas se identificam como homens, a exemplo da

entrevista já citada que tive com uma aluna do C.J, pelo relato dos outros interlocutores e por pesquisas citadas. Ou seja, o termo (*boy*) utilizado na presente pesquisa tem uma conotação diferente da utilizada pelo interlocutor, significando pessoas que se identificam como homem, apesar de terem corpos designados como femininos, e podem ou não se identificar sexualmente como lésbicas.

Em relação à utilização de próteses penianas e outros meios possíveis de passabilidades cis, os homens (*boys*) não são unânimes nesse aspecto, há alguns que utilizam nas relações sexuais e outros que não gostam, e outros que pretendem usar sempre próteses penianas só quando fizerem modificações corporais.

“Eu não gosto não, a minha atual já tentou fazer com esse negócio e eu vi um homem ali, eu não me sinto bem com esse negócio, muitas se sentem um homem com aquilo ali, eu não me sinto não, mas eu não gosto, nem fazendo e nem recebendo, recebendo piorou, eu dou um tapa naquele negócio que vai parar longe... mas ela fez “não é pra tu”, mas eu fiz “não, eu não quero usar esse negócio aí, porque isso não é meu”. Eu costumo usar gelzinho, brincar, inventar cenas, mas usar isso não. Essa é também minha diferença das meninas, Paulão gosta, ele se sente um homem usando isso ali, mas eu vou tá fazendo aquilo ali, aí a menina vai tá gostando, vai tá gemendo e tal, mas não por causa de mim, por causa daquele negócio, eu não tenho aquilo, então, se quiser, a gente vai fazer direito e vai ser melhor do que com esse troço aí. Eu escondi aquele negócio lá, porque nem quero ver aquele negócio perto de mim, porque eu não gosto não” (João, 22 anos).

Outros interlocutores, como Paulo, a que João se referiu, afirmaram gostar de usar próteses penianas nas relações sexuais com frequência e usaria próteses cotidianamente, caso fizesse modificações corporais, ele afirmou isso em conversas tidas comigo sobre o processo de transexualização.

#### 4.4 Narrativas sobre Corpo e Saúde

Contrariando as minhas hipóteses iniciais, de que alguns homens (*boys*) não desejariam fazer cirurgias e modificações corporais por não terem acesso a informações sobre o PTSUS e outras tecnologias, todos os interlocutores expressaram que desejam ou já desejaram fazer modificações corporais, a maioria quer mastectomia, mas não sabiam/sabem como conseguir isso.

“Eu já tinha pensado em fazer modificações corporais dos seios, mas eu não sabia que poderia ser gratuita. Muita gente diz que é mais do que mil reais pra botar um pênis [...] Eu faria dependendo da consequência... Porque eu poderia não ter mais sensações nas minhas relações sexuais, aí tem isso...” (Sandra/Dadinho 22 anos).

“Eu penso né... mas me falta o dinheiro. Mas não faz muito tempo não... Eu sempre dizia que queria tirar só os seios só. Eu não queria esses negócios todos não. Às vezes eu quero tirar a camisa né... Ficar livre e tal pá. Mas não posso” (Amadeus, 18 anos).

O desejo de “andar sem camisa” é algo que aparece com muita frequência também pelos (*boys*), por isso a mastectomia é a cirurgia que todos já pensaram em fazer no processo de auto-identificação como homem. O peitoral masculino é apresentado como símbolo da masculinidade e também a exposição dele se daria principalmente em atividades executadas pelos interlocutores que são consideradas masculinas, como jogar bola na rua, trabalhar em serviços pesados, entre outras atividades cotidianas. Andar sem camisa ganha o sentido pra os interlocutores de liberdade e reconhecimento social de suas masculinidades, além do fato de que as mamas é o que mais aparece nas roupas e pode os expor a constrangimentos e violências.

Os homens (*boys*) costumam usar *tops61* ou mais de uma blusa, para esconder as mamas, alguns não se sentem à vontade para realizar algumas atividades de *top*, como jogar futebol, outros o fazem sem problemas. Eles mostram uma aceitação em relação ao próprio corpo diferenciada, pois alguns homens (trans) mostraram um intenso desconforto com o corpo, nenhum interlocutor (*boy*) mostrou não-aceitação, e sim, um certo incômodo para fazer algumas atividades, mas nunca usaram brincadeiras ou ironias com a ideia de mostrar insatisfação com o próprio corpo, diferente do contexto dos homens (trans) em que essa atitude era mais comum. Mas há uma diversidade nesse aspecto, alguns homens (trans) também lidam muito bem com seus corpos e, inclusive, não desejam modificações corporais, fazendo algumas críticas sobre a adesão às cis-normas sobre como devem ser os corpos masculinos e femininos, acreditando que a insatisfação com seus próprios corpos foi algo construído por causa da transfobia e cissexismo presentes na sociedade e essa ideia é algo cada vez mais difundido nos espaços (trans).

“Cirurgia, só quando chegar dinheiro, que é cara demais... Se pintar uma oportunidade antes, eu faria. Eles não incomodam não, mas eu queria andar sem camisa...” (Amadeus, 18 anos).

Em se tratando de modificações corporais, os interlocutores desse contexto buscaram informações em seu meio imediato sobre cirurgias e obtiveram dados que nem sempre correspondem com a realidade dos fatos ou informações mal elaboradas sobre as cirurgias e

---

<sup>61</sup> Um tipo de bustiê que se assemelha a um biquíni, mas é comumente utilizado para fazer atividades físicas.

modificações corporais, apenas um que por recomendação de seu amigo, dono de uma academia de musculação, marcou uma consulta com uma médica que lhe deu informações sobre os procedimentos, mas não avisou sobre o PTSUS ou outras questões que envolvem direitos. Sobre realizar cirurgias:

“Só pra depois se arrepender... me disseram que depois é que vinha os problemas... eu já perguntei já, a um gay... A um amigo meu, ele fez esse negócio, tirou o pênis e todo dia ele sente dor, no pé da barriga e é socorrido” (Amadeus, 18 anos).

“Por mim, eu fazia logo uma cirurgia. Mas pra quê mudar tudo e ter voz de mulher, sei lá. É muito complicado essas coisas” (Betão, 22 anos).

“Ele me contou o processo de tomar hormônio masculino, ele me mandou falar com um médico para saber a quantidade, 3 seringas parece. Aí eu fui para conversar, a doutora falou como era e perguntou se eu queria mesmo isso e disse “você pode até começar a fazer a bateria de exames aí, mas eu como médica, eu não aconselho”, eu disse o porquê, ela fez “ó esse tipo de coisa é feito um homem que quer tomar coisa feminina, criar peito e tal. Aí se ele quiser parar ele não vai poder”. Ai eu não sei explicar bem, mas não sei o que é aí que o organismo acostuma e seu corpo não vai voltar a ser como era, começou vai ter que ir, pode parar claro, mas não vai ficar igual não [...] É porque tudo que eu faço, eu penso 1,2,3,4 ou 5 vezes, porque é para quando eu fizer já fazer o certo [...]” (João, 22 anos).

O primeiro interlocutor acima, acredita que após as cirurgias de transgenitalização é recorrente acontecer incidentes como sangramento, necessidade de fazer curativos e dar novos pontos, para isso, exemplificou a experiência de um amigo dele, que ele define como gay- mas durante a entrevista me respondeu que o amigo prefere de ser visto como mulher (trans)- que fez a cirurgia em outro país, mas que sofre as consequências dessa cirurgia que deixou uma série de complicações e sequelas e o interlocutor não gostaria de passar por isso, então, não deseja a transgenitalização. Ele não reconhece que provavelmente essa cirurgia pôde ter sido feita em locais ou por meios não seguros ou em caráter experimental, mas com essa informação ele acredita que após todas as cirurgias de transexualização/transgenitalização ocorrem incidentes como sangramentos recorrentes.

Já o segundo interlocutor acredita que não adianta alguém fazer cirurgias já que se mantém alguns caracteres considerados femininos, como a voz- ele não conhecia a Testosterona sintética, e em relação à documentação também, para ele essa não podia ser alterada, ou seja, de que valeria fazer cirurgias se na documentação ele não seria reconhecido como homem. São ideias tidas pelos interlocutores desse contexto que os fazem desistir de realizar ou procurar informações sobre como realizar esses procedimentos cirúrgicos, as más

informações, falta de informações ou o difícil acesso a essas limitam ou impedem a atuação de alguns e a busca por direitos.

João foi o único interlocutor citado que consultou uma médica para saber se tinha a possibilidade de ele tomar hormônio, mas quando ele se viu impossibilitado de voltar atrás nesse procedimento, pois segundo a médica era algo irreversível, ele contou-me que ficara com medo de arriscar sua saúde física, de atrofiar órgãos etc. Apesar de esse interlocutor não ter dado detalhes sobre outras informações fornecidas pela médica de hospital particular, acredito que ela não teve uma abordagem adequada para com ele em seus desejos pelas modificações e para conhecer a possibilidade de transicionar, ele relatou-me que ela não indicou o PTSUS e não informou de seus direitos, o interlocutor disse que saiu da consulta assustado com as informações e disposto a nunca mais voltar, ele também afirmou que viu que não era isso que ele desejava, ele disse:

“E hoje eu sou assim e não finjo para ninguém. Eu sou uma mulher, mas eu me sinto meio que homem, de uma certa forma. Não penso em fazer cirurgias nenhuma feito a Thammy Miranda, porque se eu nasci assim, eu vou morrer assim. Mas é isso assim, eu sou assim” (João, 22 anos).

Quando eu perguntei a João o que ele entendia por essa categoria que ele costuma se identificar, “meio que homem”, ele me explicou e mostrou que é uma ideia desenvolvida por ele. João aceita ser chamado por “ele” ou “ela” e afirma que se diz satisfeito com seu corpo, apesar da antiga procura por fazer modificações. Ele relatou que mesmo se realizasse cirurgia nunca seria um homem completo, e ser “meio que homem” para ele é se identificar como homem, realizando ou não cirurgias.

“Porque eu não sou, eu nunca serei um homem completo, eu sempre digo assim, 'meio que homem'. Faltaria só o físico, porque o psicológico e o jeito de agir é feito homem, mas como eu não sou um homem completo eu não posso dizer que sou um, porque eu não sou. Eu posso fazer de tudo que é para parecer, mas até fazer cirurgia e tal, mas eu nunca vou ser. Então, por isso que eu digo isso, eu sou meio que homem” (João, 22 anos).

Ele se identifica como homem, portanto é “meio que homem”, e quem faz cirurgias e modificações corporais, como Thommy, para ele, é transexual, mas, João acredita que ambos nunca serão homens completos. Quando perguntado a ele se esse se identifica com Thommy, ele diz e explica as suas diferenças e semelhanças em relação aquele.

“Sim, sem as cirurgias eu sou como ela. Eu tenho ela como uma ídola para mim,

porque ela se libertou, não tem vergonha do que é, sentiu vontade de fazer cirurgias, fez. A mãe dela aceitou de boa, é legal, ela tá sendo ela para todo mundo ver que não precisa sentir vergonha, ficar tímida ou ser o que é. Eu me senti, eu disse, eu acho que sou tipo assim e gostei” (João, 22 anos).

“Thammy se vê como homem, como ela fez a cirurgia, ela não é nem lésbica e nem homem, ela é como se diz... transexual. Na cabeça dela, ela tá a um passo de ser homem, mas na minha cabeça não, ela vai continuar sendo uma mulher [...] Ela é uma mulher que quer ser homem. Se sentir, eu me sinto, e ela quer ser, tanto que fez cirurgia para chegar o mais perto de ser, ela e outra que fez cirurgia e até toma hormônio e tem barba e pelo em tudo que é canto, Tereza Brant” (João, 22 anos).

Vê-se que João tem uma lógica própria e com categorias diferentes para explicar as questões de gênero e sexualidade presentes em sua vida, em que o interlocutor se define como “meio que homem”, sendo o único desse contexto a não se identificar apenas como homem. Mas é válido ressaltar que João também se reconhece nas categorias (*boy*) e lésbica, questões que durante a entrevista o fizeram pensar e causaram estranhamento, o interlocutor compartilhou seu estranhamento depois de algumas perguntas minhas, “eita, eu me considero meio que homem, mas também lésbica. Eu sou tipo meio que homem lésbico, como pode isso?”. A reação foi devido a João conhecer outras categorias e dar seu próprio sentido a essas, como transexualidade, apesar de essas não serem usadas pelos seus amigos e no seu dia a dia e também não terem sido utilizadas durante a entrevista. Mas nesse momento, a partir de seu relato, essas categorias entraram em choque para ele, o que causou estranhamento no interlocutor.

#### 4.4.1 Ser (*Boy*)

A lógica e as categorias entre os homens (*boys*) variam muito, até porque eles se constituem em grupos que são fragmentados e não tem reivindicações em comum, um “sentimento de grupos”, atuam em contextos mais específicos e limitados, de maneira isolada, como em instituições, a exemplo do C.J. Portanto, não há uma busca de uma categoria identitária por exemplo, ou categorias que possam unir diferentes experiências, uma categoria guarda-chuva como a de “homens (trans)”, que é uma categoria política e social que pode incluir homens transgêneros, homens transexuais, transexuais masculinos, *transmen*, transhomens entre outros termos identitários. Mesmo assim, o termo (*boy*) é utilizado na presente pesquisa principalmente para facilitar a análise dois diferentes contextos.

Há interlocutores (*boys*) que não conhecem outros que são como eles, um deles, Mário, identificou pouco tempo antes de nossa conversa um homem (*boy*) na mesma escola

em que estuda, no C.J, e se surpreendeu pois dissera que se imaginava único com essa experiência. Ele sabia que existiam lésbicas masculinizadas, mas não conhecia alguém como ele que se identificava como homem, tendo corpo designado como feminino. Ele narrou a identificação do/com o outro aluno:

“Eu fiquei olhando assim, será que é um homem ou um menino, eu fiquei olhando assim, foi quando ela virou, pela camisa dá para ver o 'top', aí foi quando ela virou assim de costas, aí eu vi a blusa por baixo, aí eu fiz “oxe, é uma menina”... Só que assim, de frente mesmo, não tem como saber se é homem ou se é mulher, porque nem seio ela tem direito, o seio dela é bem pequenininho, dois carocinhos (risos), por isso que eu tava achando estranho “oxe, entrou um novato foi...”, aí foi quando ela virou assim, foi que eu vi embaixo, uma blusa, aí depois que a menina disse assim “oxe, isso é uma menina”, eu olhei, olhei, olhei... [...]”(Mário, 25 anos).

“Ela se considera como homem também, cabelo cortado, roupa de homem, tem tudo de homem, vai para banheiro masculino e tudo, se eu não me engano” (Sandra/Dadinho, 21 anos).

Acima, Dadinho também descreve um amigo seu, dizendo-me o nome de registro e o nome de guerra do amigo, como é comum, descrevendo-o como um possível interlocutor para mim, mas as circunstâncias não possibilitaram que eu o entrevistasse, ele tinha mudado de número de celular e Dadinho tinha perdido o contato com ele. Ele foi o único que após eu ter explicado sobre o PTSUS ao final da entrevista, disse, “então, eu sou um homem transexual”. Mas é importante ressaltar que durante a entrevista, ele mostrou entender e ter familiaridade com o meu tema de pesquisa, descrevendo possíveis interlocutores, porém dias depois, quando o vi num evento do C.J.- que ele foi direto do curso de recepcionista que estava fazendo, estava nesse dia todo arrumado, de terno, gravata e paletó - ele me apresentou para uma aluna e perguntou se eu podia indicar interlocutores, dizendo que eu pesquisava “coisas de bissexual, transexual”.

Após conversarmos, vi que Dadinho mesmo tendo se identificado durante a entrevista com o termo “homem transexual” - depois de minhas explicações, por causa da demanda que ele apresentou - ele não adotou essa categoria para si. Esse fato é fácil de entender uma vez que em seu meio, as pessoas não costumam utilizar esses termos para se referir a homens e não costumam separar gênero e sexualidade de uma forma mais evidenciada como se tenta fazer na academia e movimentos sociais; então, nesse contexto, categorias que envolvem gênero e sexualidade são usadas de outra forma, em que o aspecto biológico muitas vezes é privilegiado.

De acordo com os relatos, o fator biológico, para esse grupo, é o principal fator determinante da designação do outro: se tem corpo visto como feminino e se relaciona com

mulheres, mesmo que se identifique como homem, também é lésbica, se tem corpo interpretado como masculino e se relaciona com homens, mesmo que se identifique com mulher, é chamado também de 'gay', travesti ou transexual, termos usados para definir a mesma pessoa. Mas ao definir alguém como transexual ou travesti os termos usados aparecem comumente no masculino e como sinônimos, mesmo quando se referem, ao que para mim, são mulheres que estão transicionando - se referem como: “o travesti”, “o transexual”, “meu amigo gay”. E foi relatado, por profissionais e interlocutores, que as mulheres (trans) do Centro da Juventude, mesmo que queiram ser reconhecidas como tais, também atendem por “frango”, “veado” e termos semelhantes, contudo, não atendem pelo seu nome de registro, que mostraria um não reconhecimento da sua identidade de gênero, da sua mulheridade, elas preferem o nome social adotado ao nome de registro, porém aceitam termos que se relacionam a identidade e a homossexualidade masculina.

O mesmo acontece com os homens (*boys*) do Centro da Juventude, eles se identificam como homens, porém aceitam ser reconhecidos e alguns se reconhecem sexualmente como lésbicas, porque tem corpos designados como femininos, e é assim que muitas vezes são vistos, apesar da identidade de gênero. Abaixo, uma narrativa de um interlocutor, que relata seu encontro e desencontro com uma pessoa que ele se sentiu atraído, com uma diferente categoria de gênero e sexualidade que a dele, exemplifica bem o que foi exposto.

“Parada gay eu já fui já, é muito bom, eu já fui já para uma parada gay né, mas assim, tem mulher, que não é mulher, é homem, que, com uma delas eu bati logo a fita e... que vergonha do caramba. Oxe... eu fui ficar com uma pessoa pensando que era uma mulher, era um travesti. Mas o quê, Carol, eu pensava que era uma mulher, Carol. [...] Ele pensava que eu era um homem e eu pensava que ele era uma mulher, e... e aí que rolou um clima né... caramba, eu não ia nem te dizer isso, sabe... (risos), eu fui pro banheiro tomar banho, quando eu tiro a roupa... vou contar não essa parte, eu não vou contar não, não, não (risos). Mas, Carol, eu fiquei morta de vergonha, e aí, eu inventei uma desculpa né, eu disse que estava menstruada né, aí eu vesti a roupa e vim me embora [...] Não, foi assim, eu fui, ela pensava que eu era um homem pô, aí bateu a química, aí eu cheguei pra essa pessoa e eu “e aí, pra gente se conhecer?”, agora, toda, todinha de mulher, até a voz, aí ela “tá certo”, eu disse “conhece”, aí ela apertou a minha mão, aí dei dois beijinhos nela, aí já marcou pro motel, aí eu pensei “danou-se”, “tá, quando terminar aqui a gente vai”, ela “tá certo”, aí chegou lá... (risos), aí ele chegou pra mim e disse “eu pensava que tu era um homem”, aí eu disse “e eu pensei que tu era uma mulher”, aí eu peguei, vesti minha roupa e fui me embora pra casa. Mas foi assim, no outro dia eu fiquei rindo dentro de casa” (Mário, 25 anos).

Embora, a (trans) da situação narrada tivesse feito modificações corporais, como cirurgias para implante de silicone, uso de hormônio feminino, além de toda a performance de gênero feminina, mas não fez a transgenitalização - como o interlocutor contou-me, o aspecto biológico prevaleceu para ele, vejo que menos por ela ter o pênis e mais porque seu corpo e sexo de nascimento foi designado como masculino, por ter nascido “biologicamente homem”.

A referência no feminino também ocorre quando os interlocutores citam personalidades como Thommy e Tereza Brant.

Voltando à temática sobre modificações corporais, várias questões contribuem para que mesmo que haja ou houvesse um desejo de realizar modificações e cirurgias, esse desejo não aparece como necessidade, ou como prioridade em seus projetos de vida da mesma forma como com alguns homens (trans), sendo pela desistência de realizar modificações corporais, como João, falta de informação ou informações erradas e/ou insuficientes, como Paulo, ou por crença religiosa, como Mário. Assim também ocorre com homens (trans), que de forma geral, nem todos desejam fazer modificações corporais, ou se desejam não apresentam como algo que está como prioridade em suas vidas. Mas todos os interlocutores buscam manter uma aparência com roupas, acessórios e cortes de cabelo considerados masculinos.

#### 4.4.2 Estratégias de Passabilidade Cis e Desafios Envolvidos

Mário apresentou-me suas roupas, já que a entrevista foi realizada em sua casa, ele usa como acessórios bonés, cintos, carteiras, bermudas e camisas, todos considerados masculinos, e privilegia marcas como *Cyclone*, *Rota do Mar*, *Nike62*, e me falou dos cortes de cabelo, que ele muda bastante, ora ele raspa e faz desenhos, deixa crescer ou corta no estilo surfista. Como outros interlocutores, Mário mostrou ter bastante preocupação com aparência e uma certa vaidade, como ele mesmo afirmou. O fato de eu acompanhar os interlocutores em redes sociais, manter diálogo e ver suas fotos postadas e fotos de perfil, confirma isso, eles estão sempre mudando o visual e preocupados em manter uma aparência que acompanha tendências estéticas em seu meio, como acima apresentado. E quando é perguntado o porquê dessa preocupação com a aparência e sobre o visual masculino eles afirmaram que é “é o gosto da gente” e que é para “se passar por homem” Dadinho relata:

“Foi, eu tinha meu cabelo grande e depois decidi cortar meu cabelo, porque tem pessoas que diz assim “não, para pessoa gostar de mulher não precisa cortar o cabelo”, mas é um jeito que eu quero, aí eu fui e cortei meu cabelo” (Sandra/Dadinho, 22 anos).

“Cortar o cabelo e eu só gosto de fazer coisa pesada. Gosto de malhar, gosto de jogar bola, tudo que o homem tem, suas regras, eu gosto de fazer” (Sandra/Dadinho, 22

---

<sup>62</sup> Marcas de roupas que geralmente produzem peças com estilo surfista, de moda praia ou estilo de roupa para esportistas, principalmente para homens. Mas no caso das peças apresentadas não eram originais das marcas, e sim, roupas que ele comprou no mercado alternativo, provavelmente em camelôs e lojas na rua ou em feiras e não nos estabelecimentos oficiais das marcas.

anos).

Nesse momento da conversa, os interlocutores expuseram que não é porque gostam de mulheres que adotam tal estilo masculino, ou adotam um nome de guerra entre outras coisas, ou seja, não é por uma questão de sexualidade, uma vez que nem todas as pessoas com corpos designados como femininos que se relacionam com mulheres se identificam como homens, mas por se sentirem como homens, por uma questão de identidade de gênero. Porém, como visto, essas categorias não são adotadas pelos interlocutores desse contexto.

“É por isso. Mas né toda mulher que gosta de ser chamada né... Mas eu gosto de ser chamado como “Mário”, entendeu, ou então como João. (é por que se relaciona com mulheres?) Não tem nada a ver não, tem nada a ver não, eu gosto que me chamem assim, o que eu sou “Mário”, 'Seu Mário' mesmo [...]” (Mário, 25 anos).

“Eu acho que não tem nada a ver a pessoa chamar de outro nome porque gosta de mulher não, é porque se sente bem, porque até quando vai se conhecer aí pergunta e a maioria, como no meu caso, diz o nome e nome de guerra” (João, 22 anos).

Além dos fatos acima mencionados como estratégias para aumentar a passabilidade - uso de cortes de cabelos, roupas, acessórios, entre outras coisas - os (*boys*) também depilam com barbeador pelos de algumas partes do corpo, como acima da boca, para os pelos crescerem com uma diferentes espessura e ficarem mais visíveis e deixam crescer também pelos em outras áreas do corpo, como nas pernas, por exemplo.

Durante as entrevistas, alguns exemplificavam o quanto tinham dificuldades para lidar com a expectativa que a sociedade tinha de que eles lidassem com seu corpo de forma feminina e também relatavam como eles mesmos lidavam com as necessidades do seu corpo, com questões como a menstruação, reprodução e relação sexual com homem para engravidar - como aconteceu com Mário e João.

Por exemplo, Paulo afirmou que em sua menstruação tem muitas dificuldades para usar absorvente higiênico e diz que quando estava casado, sua companheira que o ajudava, pois ele sempre se complica e mostra um grande desconforto em relação ao período menstrual e os limites que o impõe - também chamada de “monstruação” por alguns homens (trans) (NERY, 2011).

[...] E 'a pois' eu passo tanto barbeador, passo aqui ó (apontou para acima da boca) minha mãe faz “menina, para de tá passando aqui em tu que vai ficar parecendo duro, vai crescer mais”, eu faço “é isso que eu quero, minha senhora, eu quero que cresça um bocado, aqui”, queria eu que tivesse...” (Paulo, 29 anos).

“Eu não considero que eu tenho corpo de mulher não, o jeito de andar e tudo...”  
(Amadeus, 18 anos).

Porém, nem todos os (*boys*) interpretam o próprio corpo como sendo masculino ou questionam isso, como Paulo e Amadeus. Apesar de muitos pensarem em fazer cirurgias, um fator que interfere nessa decisão, como acima já foi apontado, é a relação com a crença religiosa. Enquanto muitos homens (trans) seguem religiões que segundo eles têm uma abertura para questões de gênero e sexualidade, envolvendo homossexualidade e transexualidade, como o Espiritismo kardecista, 5 interlocutores se declararam espíritas, no candomblé, que 2 interlocutores são adeptos, e 2 interlocutores seguem a Igreja Evangélica do Sétimo Dia. Segundo esses, algumas dessas religiões que utilizam a bíblia têm interpretações diferenciadas, e um desses evangélicos gostava de estudar também o Espiritismo kardecista, afirmando haver diálogos com aquela igreja. E os que seguem o candomblé, inclusive, afirmaram ser no espaço religioso o primeiro lugar em que foram referenciados como homens, mesmo antes de eles terem uma auto-definição como homem, apenas uma auto-identificação, afirmaram que as entidades sempre reconheceram sua essência masculina e nesse sentido se sentiram apoiados no âmbito religioso para realizar a transição.

Mesmo que os interlocutores (*boys*) não se declarassem adeptos a alguma religião nas perguntas iniciais de contextualização, o aspecto religioso era muito recorrente nas conversas, sendo a Igreja Evangélica da Assembleia de Deus e a Igreja Católica Apostólica Romana, as mais citadas. A crença em Deus e no pecado era apresentada como um fator que dificulta ou impede alguns interlocutores incluírem as modificações corporais em seus projetos de vida. Alguns afirmam ter medo por já estarem pecando, por terem nascido mulheres e gostarem de mulheres, e se fizerem mudanças corporais, pecariam mais ainda, apesar de ser um forte desejo para alguns interlocutores.

“A minha mãe ela é evangélica da Assembleia de Deus, então, eu comecei nesse meio, eu não vou mentir, eu lia bíblia e vi o que era certo e o que era errado, não que eu não concorde, concordo que tá ali e aceito e respeito em tudo, mas como tem ali, poxa se eu nasci assim, porque eu vou mudar, não por completo, mas se eu nasci assim, eu sou gay e vivo no pecado, sei e tenho consciência disso, então se eu for fazer a cirurgia e eu for mudar o que Deus fez, eu vou estar pecando mais ainda. Então, vai ser um castigo a mais e eu não tou a fim, aí também tem esse motivo para eu não fazer cirurgia, nada contra, tenho 'mor' respeito com quem faz, mas para incentivar uma pessoa a fazer...” (João, 22 anos).

“A minha irmã, “ah e porque tu não faz uma operação”, aí eu “não, porque Deus me fez assim né mulher...”, agora, só na roupa né, porque no corpo não tem como [...]” (Mário, 25 anos).

“Pra mim, assim, pra mim, é uma doença, pra mim, é uma doença. Porque se você nasce mulher e você quer “fazer” como um homem, pra mim, já é uma doença, Ele (se refere a Deus) deu uma mulher, não deu um homem... Eu acho que é uma doença. (sobre cirurgia) Quero nada. Igual a filha de Gretchen né, virou um homem, tirou o negócio e botou... oxe, para hum... (risos) Isso pra mim é uma doença, Carol” (Mário, 25 anos).

Mário foi o único interlocutor, exceto um dos profissionais de instituição, que relatou que acredita que ser lésbica ou ter identidade de gênero diferente do imposto para o sexo de origem é uma doença. Esse interlocutor foi o que mais apresentou certos conflitos pessoais nesse sentido. Após ter afirmado que achava que era uma doença, ele quis se distanciar cada vez mais da figura de Thommy e o que representava para ele. Mário disse que não era como aquele e o que queria era apenas que o chamassem por “Mário”, e ele não queria fazer cirurgia ou modificações corporais, que para ele seria pecar ainda mais e o enquadraria como doente, segundo a própria visão.

Porém ele foi o único que parou três vezes a entrevista porque se emocionou ao falar de cirurgias e ao pensar sobre a situação hipotética de ter nascido um homem cisgênero. Os conflitos pessoais se referem a um longo relato em que o interlocutor afirmara já ter tido vontade de ser evangélico, mas negou o sentimento, ele falou que “já deu no coração de aceitar Jesus”, mas por gostar muito de “beber, fumar e curtir a vida à noite” não aceitou e também principalmente porque não se vê casado com um homem cisgênero. Contou-me da única experiência sexual que teve com um homem cisgênero e fora com a intenção de engravidar, e afirmou que mesmo que se tornasse evangélico viveria solteiro, mas não conseguiria morar com um homem. Mário afirmou que só faria a cirurgia de diminuição da mama, e disse que seria com a intenção de ficar mais passável como homem, utilizando esses termos, inclusive, porém não faria outras, por que acredita que seria pecado. Os conflitos se envolvem também ao que o interlocutor me relatou, que apanhara muito na infância pela mãe porque tinha uma expressão de gênero masculina e depois dos doze anos, que o viram beijando uma garota, ele apanhava ainda mais por gostar de mulher.

Um trabalho de Felipe Rios (et al, 2008) “Os Cuidados com a “Carne” na Socialização Sexual dos Jovens”, pode nos ajudar a entender melhor essa questão, a análise dos dados de pesquisa etnográfica realizada - análise documental, observação e entrevistas com 47 religiosos, em um estudo multicêntrico em algumas capitais do país - evidenciou o espaço religioso como uma instância disciplinar que opera a partir de uma razão transcendente (responsabilidade). Espera-se que as pessoas a incorporem, essas passam a ser capazes de fazer escolhas apropriadas e diferenciar o “certo” do “errado” (RIOS et al, 2008). Foi observado que nos espaços religiosos diversos e nas conversas informais realizadas nesses, se

mantinham as assertivas morais sobre sexualidade, contribuindo para a socialização dos mais jovens e reiterando as crenças professadas. Apesar do reconhecimento da dificuldade de se viver esse ideal moral, já que estão influenciados por discursos de sexualidade mais liberais, tanto os jovens como os adultos.

No discurso dos religiosos viu-se que prepondera o ideal paulino de submissão da carne ao espírito, e o risco (gravidez não planejada, AIDS) traz a necessidade de segurança que leva a categoria de responsabilidade. Nesse contexto, há uma estigmatização das pessoas que têm “comportamentos desviantes”, que não respeitam a doutrina, a norma, estão no contra-ideal do pecado. A estigmatização é algo importante para o controle dos religiosos, “o sofrimento pessoal como controle populacional” (RIOS et al, 2008, p. 8).

Nesse sentido, os interlocutores (*boys*) “reconhecem” o erro do pecado e sentem culpa, e ficam descontentes com suas escolhas, quando refletem sobre essas. Mesmo em não se identificando como religiosos, esses relataram a socialização que tiveram em igrejas cristãs e as atuais “investidas” de religiosos para que esses se tornem adeptos, os chamam em suas casas, fazem visitas, dentre outras formas. Esses ideais presentes, essa responsabilidade aprendida que os fazem discernir o “certo” do “errado”, como observado nos relatos citados de João e Mário, faz com que se vejam como vivendo em pecado por terem nascidos mulheres biologicamente e se relacionarem com mulheres e por se identificarem como homens, mas se sentem interditados em seus desejos por masculinização do corpo, por causa da culpa cristã, do medo, e porque seria um desrespeito aos valores morais que compartilham.

Essas reflexões e conflitos não foram relatadas pelos homens (trans), que mostraram ressignificam, mesmo quando cristãos, os valores religiosos ou se afastaram da frequência à igreja, quando perceberam conflitos entre os ideias da religião e seus projetos de vida. Contudo, o “sentimento”, a “essência” da religião continuam com eles, segundo esses; talvez tenham esses mesmos conflitos mas só não relatem. Um deles, Pedro, inclusive, relatou o desejo de se tornar um líder religioso, “o primeiro líder religioso homem (trans)”, mas inicialmente pensa em formar um grupo de estudos da religião em que foi/é adepto, a Igreja Adventista do Sétimo Dia. Penso esse tipo de iniciativa como sendo uma estratégia interessante para se mudar/desestabilizar alguns valores e ideais religiosos, tornando esse espaço acessível e mais respeitoso e acolhedor à população LGBT. Pois vejo que principalmente para as pessoas que foram socializadas em espaços religiosos, se privar da religiosidade e da vivência da religiosidade em espaços coletivos pode ser um fator de grande pesar, uma alternativa possível - apesar de difícil - é a transformação desses espaços, algumas “igrejas inclusivas” são exemplos de que isso é possível, agora, é claro, que apresentam

limites e desafios outros, como um efeito não planejado de negação e negativização de suas identidades de gênero e orientação sexual, como observado no caso dos homens (*boys*), porém o aprofundamento dessa discussão não cabe na proposta do presente trabalho (NATIVIDADE; OLIVEIRA, 2013).

Algo que ficou evidenciado nesse capítulo e nas biografias resumidas são os diferentes espaços de interlocução aqui apresentados, os interlocutores que se identificam como (trans) em maioria pertencem a uma situação sócio-econômica-cultural das classes médias, enquanto os homens (*boys*) estão inseridos nas classes populares, vários fatores, além da identificação deles próprios em relação a sua classe, indicam: nível de escolaridade, nenhum chegou a cursar o nível médio, nenhum possui emprego com vínculo formal, pela baixa renda, o difícil acesso à produção acadêmica, à internet e outros meios de comunicação, entre outras questões.

Acreditamos que as informações sobre a transexualidade masculina ainda tenham pouca visibilidade e acabam ficando mais restrita a ambientes universitários, de pesquisas na área de gênero e sexualidade, militância LGBT entre outros, e isso faz com que o acesso as categorias que se relacionam a transexualidade masculina indique um certo capital cultural de quem o possui, como já afirmado. E o posicionamento de classe, definido pelo contexto sócio-econômico-cultural que o indivíduo costuma circular, pode contribuir ou desfavorecer os interlocutores ao acesso a direitos e às possibilidades de realizar desejos, vistos como impossíveis.

## 5 DESAFIOS ATUAIS DE (TRANS)CENDER O GÊNERO

“Eu sempre vou ter orgulho e vou sempre tá frisando [...] 'trans', porque mostra a luta. É muito fácil depois de você lutar tanto, apanhar tanto, depois que já está passável, você esquecer da sua luta”<sup>63</sup>

### 5.1 Homens (*Boys*) e a Busca pelo Reconhecimento

Na pesquisa realizada poderiam ter sido tomados caminhos diferentes para definir reconhecimento<sup>64</sup>, entende-se que o sentido desta palavra como categoria êmica se refere a legitimação que eles buscam como homens na sociedade, em que seriam respeitados e considerados seus direitos sociais, à saúde, dignidade humana, exercício da cidadania, entre outros. Como foi visto, para os homens (*boys*) essa busca se dá de forma diferente dos homens (trans), em termos de demandas, estratégias e esferas de luta por direitos.

A temática sobre os desafios para o reconhecimento como homem na sociedade norteou as entrevistas realizadas, os homens (*boys*) não se caracterizam por fazer parte de grupos militância, como os homens (trans), estando aqueles a realizar uma busca por reconhecimento e respeito mais em esfera micro, no meio imediato dos interlocutores: vizinhança, família, e instituições como escola, trabalho, espaços de consumo e lazer, consultório médico entre outras. Já os homens (trans) além da legitimação como homens em esfera micro, buscam também o reconhecimento em diferentes esferas na forma de garantias de direitos, a partir de leis, projetos sociais e políticas públicas.

Essa temática, direitos, era mais comum de ser trabalhada nesse contexto a partir do sentido negativo, quando esses direitos não estavam sendo garantidos, estavam sendo violados. Mesmo assim, para os interlocutores, problematizar isso não era algo consensual, uma vez que nem todos consideravam situações entendendo-as como preconceito ou LGBTfobia<sup>65</sup>, também porque a maioria não conhecia vários direitos e possibilidades garantidas para alguém que está no processo de transição de gênero, como já apontado.

Então, falar sobre direitos nesse grupo era sinônimo de falar da violação ou falta de direitos, eram muito comuns relatos de violência na família, na rua, escola, narrativas

<sup>63</sup> Trecho de fala do interlocutor (trans) Fernando, 20 anos.

<sup>64</sup> Entre discussões filosóficas, como as realizadas por Charles Taylor, Honneth, Frazer ou teóricos nacionais como Jessé de Souza (2006) ou Patrícia Mattos (2006) (apud LONGHI, 2008).

<sup>65</sup> O termo LGBTfobia é usado para se referir a problematização dos próprios homens (*boys*) sobre os preconceitos que passam na sociedade, como eles não se identificam como (trans), não consideram que sofrem transfobia. Porém a partir dos relatos deles, vê-se que eles sofreram a intersecção de alguns preconceitos, em que cissexismo e transfobia estão incluídos.

presentes também no contexto dos homens (trans). A não-aceitação da condição de transição de gênero na família foi motivo para violência física, verbal, para alguns interlocutores, mas é claro que houve exceções, como relatado nas biografias resumidas, em que a família apoiou e apoia bem como foi o caso narrado por Amadeus. A mãe dele desde que começou a notar as diferenças em seu comportamento e expressão de gênero, não o pede mais para realizar atividades domésticas atribuídas ao gênero feminino, isso é visto por ele como uma legitimação de sua identidade e também ela o chama de “meu menininho” e de outro apelido carinhoso, um diminutivo do nome de guerra escolhido por ele.

“Na família, na escola, todo mundo me respeita. Eu fui expulso da escola no nono ano, por causa de perturbação. Só no meio da rua, uma vez só, todo mundo tem que ter um inimigo né. Foi uma vez só, na rua, me disseram “bora mulher-homem”, eu disse “oxe sou mesmo”. E foi isso só” (Amadeus, 18 anos).

A relação com a família costuma ser variada, mas quando se tem o apoio familiar facilita para se ter um reconhecimento como homem, seja em âmbito familiar ou social, e isso mostra ser de grande importância para os homens (*boys*), refletindo numa mais rápida auto-aceitação de sua condição e expressão de gênero. Mesmo que os homens desse contexto não estejam em processo de transexualização, as mudanças decorrentes da autodefinição como homem são inúmeras, inclusive, o tratamento em relação à gênero, a maneira como a família e filhos(as) os tratam, entre outros aspectos, essa mudança precisa de apoio e aceitação.

“É costume já ela (a mãe do interlocutor) às vezes me chama de João, de mano e às vezes pelo meu nome [...] Fica assim, uma hora me chama de menino, outra hora de menina, mas eu não reclamo não, eu nem ligo para isso. [...] Eu prefiro que me chamem de João. 'Ele' ou 'ela', eu não me importo, eu não posso negar que eu também sou 'ela'. [...] Não, eu gosto do meu nome de registro, mas eu prefiro que me chamem de João. (João, 22 anos).

“Às vezes quando eu vou lá ele (o filho do interlocutor) me chama de mãe, de pai.. Mas ele sabe que eu sou a mãe dele. Ele mora com a madrinha dele”(Sandra/Dadinho, 21 anos).

“Tem vez que ela (a filha do interlocutor) me chama de mãe, tem vez que ela me chama por meu nome, tem vez que ela me chama de pai [...] já tem outra parte da minha família que diz “você tem que chamar ela de pai, que ela é seu pai”, ela fica olhando assim. Aí pra mim, tanto faz o que ela chamar” (Betão, 21 anos).

Ao mesmo tempo, já foram citados no capítulo anterior, relatos de Paulo e suas dificuldades no relacionamento com sua mãe: ele fora agredido fisicamente, expulso de casa, seu nome de guerra não é respeitado, entre outras coisas. Assim como Mário, mas recebia

apelidos de sua irmã desde 12 anos que o chama até hoje de “João”, que ele considera uma atitude carinhosa e essa também o chama pelo seu nome escolhido.

A família tem uma importância muito grande no contexto dos homens (*boys*), alguns não pensam em fazer cirurgia e apontam que uma das causas é o possível sofrimento que a família passaria, ou por conselhos dados pelas mães, pela religião que a mãe os ensinou, entre outros. Enquanto alguns homens (trans) chegam a romper a relações com a família atrás de seus sonhos e necessidades de prosseguir com a transexualização, alguns homens (*boys*) interrompem ou não vão em frente com o processo de transição social do gênero por causa do medo de decepcionar familiares, ou por medo de perder o apoio dos familiares. Dois interlocutores abaixo se referem a realização de cirurgia de mastectomia e outros procedimentos de transexualização:

“Porque minha mãe disse a mim que se eu fizesse isso, eu seria uma pessoa sem valor. Eu já sou uma pessoa sem valor, pra quem tem preconceito, não gosta”(Betão, 21 anos)

“É porque tudo que eu faço, eu penso 1,2,3,4 ou 5 vezes, porque é para quando eu fizer já fazer o certo [...] Aí eu não quero fazer também para minha mãe não passar por aquilo que não merece” (João, 22 anos).

Em se tratando de outras instituições, os interlocutores relataram também várias situações de constrangimento que passaram e preconceitos, casos em que a falta de informações dos próprios homens (*boys*) sobre direitos dificultou a defesa deles mesmos nas situações em que tiveram que aceitar o tratamento desrespeitoso de algumas pessoas.

“Aí é que complica, visse. Porque eu fui no banheiro masculino, o homem me barrou, foi, ele disse “você não pode entrar aqui não, seu banheiro é pra lá”, aí eu “certo...”, fui no banheiro das mulher, quando eu fui no banheiro das mulher, ela disse que não era para eu entrar lá, pra eu entrar no banheiro dos homens [...] a mulher que trabalha lá. Aí eu fui no banheiro dos homens, aí o homem foi e me barrou, aí eu fui beber água, aí eu fiz “peraê, eu vou mijar aqui mesmo”, no das mulher, porque o homem tava lá, foi o que limpa no banheiro dos homens” [...] Ela pensou que eu era todinho um homem e o homem pensou que eu era mulher, porque quando eu fui pro shopping, eu tava com uma bermuda, uma camiseta, deu nem pra mostrar muito e uma sandália normal e ele olhou e “aqui você não entra não, viu”, “certo”. Aí ele disse que tinha que ir no banheiro feminino, aí eu fui e a mulher, que tem que ir no banheiro masculino, aí eu fiz “beleza, mas eu vou entrar nesse aqui agora” (Mário, 25 anos).

“De vez em quando, eu uso mais o masculino. Até mijar em pé, eu mijo. Na privada, eu boto a calça assim de lado e mijo. Tem hora que no banheiro masculino tem homem né aí “ó minha irmã, tu né para ficar aqui não, é para ir para o banheiro das mulher”, aí eu “que nada, eu vou mijar aqui mesmo” e mijava” (idem).

“Aqui na cidade já, na loja \*\*\*\*\*, faz uns 4 anos atrás disso [...] foi um sobe e desce, subi e desci 4 vezes, minha filha, minha ex mulher invocada, já queria chamar já a

imprensa. Eu fui pro (se refere ao provador) das mulher, realmente, porque a fila lá enorme, realmente, eu vestida de homem dos pés a cabeça, com o negócio cheio de roupas de homem, aí ela toca nas minhas costas “ei, psiu, moço, o banheiro masculino é lá no terceiro andar”, eu “tá, obrigado”, fui lá andando com a fila, aí quando chegou a mulher pra pegar a ficha, aí “senhor, o provador masculino é lá no terceiro andar, viu”, aí eu disse “mas eu sou uma mulher”, quando eu disse “eu sou uma mulher”, as mulheres que já tavam lá dentro e as que tavam lá foram, olharam tudo assim, “não é porque sei lá”, elas começaram a falar, “não é porque...”, não quiseram que eu entrasse no banheiro” (Paulo, 29 anos).

Então, eu perguntei a Paulo porque depois de ter sido expulso do provador masculino, ele não insistiu e foi ao provador feminino se ele tinha afirmado que se reconhecia como homem e é muito passável, ele disse:

“Eu acho que por causa do documento ou se alguém no banheiro dos homens reconhecesse que eu sou uma mulher, sei lá... “Porra eu vou em qual?”, porque até nos bares mesmo quando eu vou beber nos bar, eu não vou no banheiro das meninas, eu vou no banheiro dos homens, mas quando eu vou no banheiro dos homens que eu vejo que é daqueles que é diferente, aí eu volto, quando é aqueles normal, aí pronto... Aí, entendesse, aí na escola já, era mais nova, tinha uns meninos lá, uma turma lá, que quando eu passava diziam “sapatão”, olhe eu tenho um ódio desse nome, nome feio, velho... Não, é um nome feio, velho, que eu endoidava e quando eu olhava assim, eles ficavam tudo calado. E \*\*\*\*\* me tirou desse problema, que eu era danado, eu era pior que... Até a diretora tinha medo de mim nessa minha escola, era, aí \*\*\*\*\* me convenceu a entrar no grupo, passei 4 anos, \*\*\*\*\* me convenceu, que a turma quando falavam uma coisa assim, era pau, era pau mesmo. Que eu comandava a escola assim, tirava onda, onde \*\*\*\*\* ensinava lá. Aí foi quando eu entrei no grupo dele, ele começou a conversar comigo e “pá, eu vou entrar” e saí dessa vida, de tá arriando assim na escola”.

Paulo relatou as experiências que teve quando se defendia de apelidos depreciativos em relação ao seu gênero e sexualidade, ele não se reconhecia como “sapatão” e se sentia mal quando os meninos o abusavam e não o aceitavam em alguns espaços masculinos, como nos banheiros, jogos de futebol, entre outros e por isso ele estava envolvido em muitas brigas e discussões que hoje ele vê como algo arriscado e problemático. Ele ainda vive uma vida de riscos, mas afirma não se envolver em tantas brigas por causa de seu gênero/sexualidade<sup>66</sup>.

Voltando a questão da falta de informação sobre direitos e isso ser um fator que dificulta a defesa em situações de preconceito, isso também complica na tomada de decisões sobre iniciar o processo de transexualização/transgenitalização, por exemplo, pois não sabem

---

66

Paulo também era/é envolvido com o tráfico de drogas ilícitas, até hoje vive sendo proibido de frequentar algumas comunidades e é procurado em algumas áreas, como vimos no capítulo anterior, o envolvimento com atividades de risco, perigo e violência, também é visto como um fator de afirmação de masculinidade.

que podem recorrer para mudar de nome e sexo no registro civil, ou além da mastectomia, podem utilizar hormônios para uma maior passabilidade cis, como explícito nos relatos de Paulo e de Betão, abaixo:

“Eles não reconhecem ainda, eles tem preconceito, eles não aceitam. E se eu fizer cirurgia, pronto. Porque queira ou quer não queira, no registro vai ter meu nome, aí chega assim, aí vai dizer “oxê?!”, ninguém aceita isso não, ninguém aceita isso não” (Betão, 21anos).

“Rapaz, eu nunca tinha ouvido falar que podia trocar pra botar nome de homem não, já ouvi falar pra botar nome de mulher normal, mas nome de homem... Só algum sobrenome, alguma coisa... [...] Bem que eu queria trocar de nome e sexo, velho, todo mundo já me conhece como Paulo, bem que eu queria... trocar assim, meu nome \*\*\*\*, a turma diz “mas teu nome é tão bonito, \*\*\*\*\*”... Mas eu acho que na minha parte, eu bem que eu queria trocar, se fosse pra trocar eu ia botar Paulo Michel, minha mãe eu acho que ia infartar, aí se desse um troço nela e ela morresse, eu ia ficar com essa culpa o resto da vida...” (Paulo, 29 anos).

No Brasil, como já apontado, não há uma regulamentação jurídica para a mudança de documentação, não há lei que trate especificamente dessa questão, e a única possibilidade para a alteração do estado civil é a ação judicial individual. No geral, comumente, são pessoas que já se submeteram ao tratamento hormonal e cirúrgico que entram com esse processo para a mudança de nome/sexo no registro civil, situação que não é a realidade de nenhum homem (*boy*) interlocutor. A necessidade de alteração da identidade é fundamental para superar constrangimentos sociais e pessoais e se coloca como um grande entrave no processo transexualizador no país.

Em âmbito institucional, na escola em que frequentam, alguns interlocutores relataram situações de violação de direitos que passaram. Mário, na verdade, quando perguntado por mim se sofreu alguma “LGBTfobia” na escola, respondeu que não, mas depois me relatou fatos de agressões sofridas no C.J., eu o perguntei como ele via isso e ele disse-me que o que tinha me relatado não eram casos de preconceito, e sim de violência, por isso ele tinha negado sobre ter sofrido preconceito por sua identidade de gênero/orientação sexual. Mas muitos interlocutores não veem problema em sofrer o que consideram preconceitos, veem alguns apelidos e “brincadeiras” como algo corriqueiro, trivial mas dependendo das pessoas que o fazem, pode se tornar problemático.

Mário relatou várias situações em que seu nome de guerra não era respeitado na escola, ele é o único interlocutor desse contexto que pediu formalmente para equipe psicossocial, professores e alunos do seu colégio para o chamarem somente pelo seu nome escolhido, há mais de 6 meses antes da entrevista que tivemos, porém muitas vezes seu pedido

não era respeitado, não era só ignorado, como também ouvia chacotas com intuito de fazer represália, por parte de professores e alunos, e alguns não lembravam de seu nome de guerra ou se mostravam indiferentes a isso.

Eu estive presente em situações em que seu nome de guerra não foi respeitado, assim como o de Paulo, citado no capítulo anterior. E durante entrevistas com a equipe psicossocial, que Mário não estava presente, me falaram da vontade dele de ser chamado pelo seu nome de guerra, mas em nenhuma vez ele foi referenciado dessa forma durante a entrevista, o chamavam pelo seu nome de registro dizendo de sua vontade de ser chamado por Mário e o tratavam sempre no feminino. Percebi que isso não aconteceu com as alunas (trans) e travestis da escola, na frente delas e por trás delas os nomes sociais e o gênero em que se reconhecem foram respeitados pela equipe psicossocial. Eu perguntei o porquê disso à equipe, as meninas (trans) tinham um tratamento no feminino e os homens (*boys*), meus interlocutores, se referiam a eles no feminino, mas não obtive respostas diretas.

Essas alunas são direcionadas a órgãos como Centro Estadual de Combate a Homofobia - CECH e Centro Municipal de Referência em Cidadania LGBT – CMRC LGBT, algumas desde sua matrícula na escola e outras durante o período em que são vinculadas a escola, mas nenhum de meus interlocutores tiveram conversas específicas e orientações sobre gênero e sexualidade pela equipe psicossocial e nem foram encaminhados para essas instituições, mesmo com o fato de Mário já ter pedido para ser tratado no masculino e entre outras reivindicações.

“Veem como um menino em mim, mas até o professor mesmo tira onda comigo... [...] A gente estava na entrevista, dentro da sala de aula, que tinha chegado a equipe social e uma equipe de reportagem e outras pessoas de fora, aí como ele falou “não sei o quê cá Mariana”, aí eu na hora me levantei e disse “Mariana não, eu sou Mário” e nisso eu abaixei a cabeça e saí da sala, fui simhora, ele “não, fique aqui que eu quero falar com você”, eu disse “não, vou lá pra fora fumar um cigarro”, aí eu peguei e fui, depois de muito tempo que a equipe de reportagem saiu da sala, a equipe social e uma visita que veio, no Centro da Juventude, aí eu fui lá falar com ele, aí “ó na próxima vez assim quando você me chamar assim, por Mariana eu não vou aceitar, porque eu não gosto desse nome, pode me chamar de 'João' ou Mário, tanto faz, mas ó só não me chama de 'Mariana' porque senão eu saio de dentro da sala e vou lá pra fora”. [...] Porque eu não gosto desse nome 'Mariana'.”

As duas integrantes da equipe psicossocial entrevistadas e os dois educadores entrevistados - exceto o vigilante da escola que foi entrevistado - falaram da vontade em respeitar as alunas (trans) e travestis e os alunos que transicionaram o gênero, meus interlocutores, mas confessaram que não têm informações sobre homens que estão transicionando o gênero, *female-to-male*, e não reconhecem os meus interlocutores como

(transexuais), de fato, eles não se identificam como, mas não é por isso que os estudantes (*boys*) devem ficar a margem de informações, direitos e acompanhamentos que poderiam ter se fossem encaminhados a esses centros, que inclusive, não atendem só a pessoas (transexuais). E muito menos, a não identificação deles como (transexuais) não deve ser justificativa para eles não serem tratados pelo gênero em que se reconhecem e pelos nomes escolhidos ou para sofrerem preconceitos, violências e represálias.

Sobre a situação de violência relatada por Mário, essa envolve educadores e ele disse que não relatou o fato para a equipe psicossocial, tentou resolver com uma educadora, uma dos que o desrespeitaram.

“Eu gosto de ser chamado assim, como homem né... Agora, por uma parte pra mim é ruim, toda mulher tem menstruação né, aí eu fico sempre escutando umas gracinhas “oxente, nunca vi homem menstruar”, aí pra mim fica meio difícil... (perguntei: “ouvindo da namorada?”) não... daí mesmo do curso, professor mesmo, fica tirando onda, “oxente, nunca vi homem menstruar, primeira vez, não sei o quê...”, “tu não diz que é homem, não sei o quê...”. Mas não sabe ele né. Porque toda mulher comum, assim, eu gosto que me chamem de “Mário”, mas eu sei que sou uma mulher, mas pra ele entender isso, ele não entende. Ele me chama de “Mário”, normal, mas pra ele entender isso, ele não entende, toda mulher tem menstruação, não tem essa.

“Pra mim é né, assim, pouco mais de um preconceito. Mas eu não levo a sério, porque uma, é meu professor, e se eu for botar ele na justiça, aquele negócio todo, dar parte, esse negócio...”

“Aí assim, fica meio chato para mim, porque diz isso pra mim. Aí pronto, parou de me chamar. A mesma coisa foi minha outra professora, \*\*\*\*, “oxente, nunca vi homem menstruar, porque não sei o quê...”, aí eu disse “\*\*\*\*, da próxima vez, diga isso mais não”, eu cheguei pra ela e abri o jogo “professora, diga isso mais não, porquê eu não gosto dessas brincadeiras não, você sabe muito bem, você é uma mulher, você sabe que toda mulher tem menstruação, não tem essa, só se tiver algum problema”, ela “tá certo, vou chamar mais não”. Pronto, aí eu passei uns dois meses ainda sem falar com ela no curso. Uns dois meses sem falar com ela, aí todo mundo perguntava, “oxe, não tá falando com \*\*\*\* por quê?”, “por nada, por nada. Eu deixei de falar com ela por nada”.

Vi que Mário só resolveu pessoalmente com a professora porque esta é mulher e ele esperava que entendesse mais questões sobre os corpos considerados femininos e de alguma forma se sensibilizasse sobre esse fato, mas se viu impotente para conversar com educadores que eram homens e informou que esses comentários sobre menstruação/corpo eram comuns; o desrespeito e o não reconhecimento ao gênero masculino é presente com chacotas e constrangimentos diversos, em situações como a narrada acima e em outras que ainda serão relatadas.

### 5.1.2 “Eles dizem que são pobres, negros, noiados e ainda sapatão ou veado”- Entrevistas com Profissionais do C.J.

As entrevistas com os 5 profissionais do Centro da Juventude- C.J. se deu na própria escola, com marcação prévia, com a presença do gravador e assinatura de termos de consentimento, a primeira que fiz foi com um dos vigilantes da escola, duas outras com educadores e as últimas com profissionais integrantes da equipe psicossocial<sup>67</sup> (Ver roteiro de perguntas utilizado, no Anexo 3).

As respostas em relação a quantidade de estudantes que eles viam como transexuais presentes na escola foram discordantes, como minha pergunta não pedia um dado preciso, e eles não podiam fornecer no momento porque estavam fazendo renovação do quadro de alunos e alguns/algumas (transexuais) tinham sido desligados/desligadas, o número dado por eles variou de 10 a 30. E todos afirmaram que o número de transexuais masculinos<sup>68</sup> era menor, mas que no quadro antigo de alunos era maior o número e que alguns tinham sido desligados por mau comportamento, envolvimento com tráfico de drogas e comportamento agressivo, como também relatados por eles mesmos.

Falar sobre essa questão era algo que exigia muita atenção de minha parte para entender, pois a concepção e uso de termos entre mim e os profissionais são diferentes, por exemplo, a maioria deles se referiu a “homem (transexual)” às pessoas *male-to-female*, enquanto que no presente trabalho, homens (trans) são *female-to-male*, outra coisa foi a referência aos alunos que foram meus interlocutores, ora o chamavam pelo nome de registro ora pelos nomes escolhidos por eles, mas sempre se referiam a eles no feminino, como “a aluna”, por mais que antes ou depois viesse o nome masculino.

Como já apontado, isso não foi visto com as meninas (trans), e como é algo que eles não reconhecem e problematizam é difícil entender o(s) porquê(s): se é por que os (*boys*) não se identificam como (transexuais), ou porque a transição do gênero *female-to-male* é menos conhecida, ou menos aceita na sociedade, enfim, há várias possibilidades, mas pelo observado, acredito que o fato de não haver diálogo entre os profissionais e os alunos (*boys*) sobre sua condição de gênero e sobre a falta de iniciativa da maioria dos (*boys*) para exigirem

---

<sup>67</sup> Não serão usados nomes fictícios e outros dados sobre os entrevistados para garantir o anonimato.

<sup>68</sup> Alguns profissionais incluíram os interlocutores (*boys*) estudantes da escola como transexuais durante as entrevistas, mas esses em outros momentos se contradiziam ao negarem sobre tratar os estudantes (*boy*) como transexuais.

seus direitos, é o fator mais decisivo.

Mesmo tendo havido uma formação, de acordo com os profissionais, com uma semana sobre gênero e sexualidade, com parcerias de ONGs e centros LGBTs, alunos e profissionais mostraram ter muitas dúvidas sobre essa temática. Há um contraste visível entre as entrevistas, enquanto o vigilante acredita que a diversidade sexual e de gênero é algo errado e nunca tinha ido a palestras fornecidas na escola, sobre a temática, os outros profissionais entrevistados se mostraram respeitosos a questões sobre diversidade de gênero e sexual, apesar de todos assumirem a insuficiência de informações sobre a temática e algumas vezes contradizerem informações, ou trocavam o sentido de algumas categorias, por exemplo, utilizavam a homossexualidade e transexualidade como sinônimos, entre outras situações.

Além disso, foi relatado que há outros membros na equipe que não aceitam, por motivos de crença religiosa, principalmente, os estudantes LGBTs, por acreditarem que é errado ou pecado, “há visões diferentes, discursos sedutores, mas a realidade das intervenções é diferente, muita diferença entre o falar e agir. Tem essas divergências, mas acho que é normal numa equipe, tem que se respeitar o pensamento de cada um, o limite de cada um”, relatou uma integrante da equipe psicossocial. Porém também disseram que mesmo os que não aceitam, tentam respeitar, como profissionais, mas há divergências importantes em como lidam com situações, não havendo claramente uma política ou uma atitude em consenso dos profissionais sobre como lidam com essa temática e com os estudantes, fazendo com que algumas intervenções sejam bastante dificultadas.

Alguns profissionais afirmaram que há 4 anos a situação em relação a preconceitos e homofobia era bem grave, os alunos LGBTs eram apedrejados por alunos heterossexuais motivados por preconceitos. Um educador contou-me sobre um caso em que uma travesti foi ameaçada de morte e espancada por um aluno, que foi desligado da escola depois do ocorrido e a aluna foi acolhida e protegida por eles. Outro ponto de discussão era o uso dos banheiros, o banheiro masculino era e ainda é na escola onde mais tem situações de preconceitos, e as (trans) da escola e os homens (*boys*) usam o banheiro feminino, pois têm menos chances de sofrerem violências e represálias, apesar de haver meninas que não aceitam bem. Depois de atividades para a sensibilização, palestras e oficinas realizadas na escola, afirmou-se que essas situações são menos comuns porque tentam fazer com que eles se respeitem e quando há conflitos, falaram que a intervenção é imediata e comumente ao final da conversa esses são resolvidos.

Mas essas informações básicas sobre direitos da população LGBTs não são

compartilhadas por todos os profissionais da escola, uma vez que um dos entrevistados afirmou nunca ter sido chamado para tais palestras, assim como há sempre novos educadores sendo integrados à equipe e nem todos têm os mesmos conhecimentos, sensibilização e experiências dos outros, apesar de ter sido apontado que os gestores e coordenadores da escola têm iniciativas junto com a equipe psicossocial a darem orientação sobre o respeito à diversidade de gênero e sexual, contudo, há exemplos das consequências do alheamento de alguns profissionais em relação a essa temática, como os fatos relatados por Mário.

A partir das entrevistas, observou-se que entre os profissionais da escola, não há consenso sobre o sentido da categoria transexualidade em relação aos usos de termos que se envolvem a essa categoria, nenhum dos profissionais entrevistados mostrou ter conhecimento sobre o PTSUS, salvo um deles que afirmou que conhecia superficialmente, mas não sabia que algumas cirurgias já eram direitos garantidos pelo SUS, por exemplo, pois quando há dúvidas e interesse dos alunos, eles encaminham para instituições especializadas.

Todos os entrevistados falaram da importância de manterem em suas práticas o tratamento dos alunos pelos nomes que eles desejam, desde a inserção do aluno na escola, exceto quando vão entregar a bolsa-auxílio que afirmaram chamar pelos nomes de registro, e justificaram isso pela grande quantidade de alunos, embora os profissionais mostrassem notar que quando o aluno não se identifica pelo seu nome de registro, esses demoram a atender o chamado ou ficam constrangidos, mas até as entrevistas que tivemos, não tomaram nenhuma iniciativa para solucionar essas situações que causam constrangimento.

Ou seja, por mais que todos tenham afirmado que acreditam que o C.J. é um espaço de respeito, acolhimento e segurança dos alunos e alunas (transexuais) e dos que transicionam o gênero, pelas entrevistas dos profissionais e dos homens (*boys*), alunos dessa escola, vê-se que ainda há muitas falhas e dificuldades a enfrentar e os que mais sofrem vivenciando essas dificuldades são os próprios alunos. Muitas vezes, essa instituição ao invés de informar e orientar os alunos sobre direitos, violaram esses e reproduziu opressões diversas presentes na sociedade.

É interessante acrescentar à discussão as reflexões de Ortner (2007) sobre “agência”, sendo essa o empoderamento que os indivíduos têm na sociedade, mas que é sempre negociado interativamente. Uma vez que os indivíduos não são totalmente livres, estão sempre envolvidos em relações de solidariedade, poder, competição, então, eles atuam em teias de interação que compõem os mundos sociais.

Em “Poder e Projetos: reflexões sobre a agência”, Sherry Ortner (2007) distingue a agência como forma de poder, em que estaria incluso o empoderamento e a resistência dos

sujeitos e a agência como forma de intenção e desejo, como a perseguição de objetivos e realização de projetos (ORTNER, 2007, p. 75). Para a autora os resultados das atitudes dos agentes nunca correspondem aos projetos iniciais por causa das forças coletivas e formações culturais que influenciam e interferem nas ações dos agentes, ou seja, o empoderamento dos sujeitos estará sempre em interação com o poder das estruturas sociais. Para ela:

“A Antropologia da “agência” não tem só a ver com a maneira como sujeitos sociais, como atores empoderados ou desempoderados, jogam os jogos de sua cultura, mas também com o fato de desnudar o que são esses jogos culturais, a ideologia subjacente a eles, e também com o fato de que jogar o jogo os reproduz e os transforma” (ORTNER, 2007 p. 75).

Ao atuarem nesse contexto, os homens (*boys*) encontram inúmeros desafios para a concretizações dos seus projetos de vida, para suas intenções de busca por reconhecimento como homens nos espaços em que frequentam. Eles desenvolvem estratégias para resistir às imposições normativas em relação à gênero e sexualidade das instituições em que transitam, família, vizinhança, o C.J., entre outros espaços.

Mas com suas demandas, atitudes e simplesmente por serem quem são - dissidentes de ideias normativas e reiteradas socialmente - afetam as relações e discursos sociais. Mesmos não compondo movimentos sociais, a partir do poder de agência, os homens (*boys*) resistem ao poder dominante de forma consciente, ou seja, possuem projetos com intencionalidades na busca por legitimação social como homens, na busca por respeito aos seus direitos, no exercício da autonomia ao enfrentar o poder estrutural, presentes nas diversas instituições em que circulam.

## **5.2 Homens (Trans) como Identidade Política**

Os homens (trans) encontram-se em um contexto bem diferenciado em relação aos homens (*boys*), aqueles, como já visto, tem uma auto-organização em movimentos sociais, no LGBT e em movimentos de homens (trans); muitos transativistas tem páginas na internet, canais no *youtube*, grupos diversos em redes sociais em que trocam informações, denunciam questões sociais e situações ocorridas em determinados lugares entre outros usos, e com essa comunicação crescente, se fortalecem e cada vez mais ganham visibilidade.

É difícil existir um homem (trans) que afirma nunca ter passado por uma situação de violência, transfobia e cissexismo, demonstrações de preconceito, seja na família, escola e faculdade, trabalho, hospitais, estabelecimentos públicos, ou até mesmo dentro do movimento

social (trans) misto, e no LGBT. A luta pelo reconhecimento encontra desafios diversos, desde a omissão, indiferença e desconhecimento de muitas pessoas em se tratando das transmasculinidades até a patologização das identidades (trans), a falta de um número de hospitais e ambulatorios suficiente para atender a população, a aversão de civis e parlamentares que tantas vezes impedem políticas públicas e garantias de direitos à população (trans) e LGBT. Ou seja, tudo que se conseguiu até agora foi a partir de muita luta, ao percorrer um caminho árduo com desafios diversos que infelizmente, podem até se tornar mais difícil, a depender da conjuntura política do cenário em questão. Porém, mais vagarosamente do que deveriam, devido ao conservadorismo político, as conquistas e direitos aumentam e com certeza a luta será grande para que não possa haver retrocessos.

A partir das entrevistas com os 15 interlocutores desse contexto, a observação participante realizada em eventos LGBTs e sobre Transexualidades e entrevistas com homens (trans) militantes, são apresentadas abaixo narrativas de situações em que os interlocutores passaram por diversas violações de direitos, pretende-se problematizar os desafios atuais para o reconhecimento como homem (trans), no contexto de análise do presente trabalho e será apresentado do contexto “micro” ao “macro”, nesse estão elencadas principalmente as temáticas que se relacionam com o contexto de militância (trans).

No processo de auto-identificação como homem (trans) e durante a transexualização/transgenitalização a relação com a família, companheiras(os), amigos(as) é de suma importância para apoiar nesse momento essa decisão que se mostra difícil pelos desafios que se apresentam, sobretudo, no âmbito sócio-cultural e político que pode ter impactos decisivos sobre a saúde, o bem-estar, o aspecto psicológico entre outras esferas, na vida da pessoa (trans).

Assim como a falta desse apoio faz com que os indivíduos fiquem ainda mais desamparados frente às condições e dificuldades que excluem muitas pessoas (trans), que são: falta de oportunidades de emprego, dificuldades para manter-se em instituições para escolarização/formação, a dificuldade de ser atendido nas unidades de saúde, sendo o principal motivo dessas questões apontadas, o desacordo entre o nome/sexo do registro civil e a aparência da pessoa (trans), além, é claro da transfobia e cissexismo, que também serão tratados mais adiante.

“Aí eu sabia na adolescência, o corpo vai mudando de uma forma que você não quer que mude. Desde esse momento, eu sabia que tinha algo errado. Aí eu disse para ela, 'eu quero retirar os peitos', aí ela disse “então, eu vou te deixar, porque eu gosto de mulher, não gosto de homem”. E ficava, “isso é uma aberração, não sei o que”. Isso no

finalzinho do ano passado. Aí eu cheguei pra ela, um dia, a gente conversando, você não quer me ver feliz, aí ela falou, 'quero', então, 'isso é uma coisa que vai me fazer muito feliz', foi quando ela parou começou a refletir e pesquisar, aí foi quando a gente conheceu o Centro LGBT, aí eu fui lá, e de lá, me indicaram aqui” (Fernando, 20 anos).

“Quando eu fui falar para a minha mãe, ela disse que já tinha percebido, pelas minhas roupas e tal, e outra, ela disse “faça a sua vida, viva”. No dia eu não entendi, hoje eu entendo “viva e não se preocupe com o dia de amanhã, porque a gente só tem da vida o que vive” e me surpreendeu a atitude dela, muito, muito, muito” (Murilo, 25 anos).

“Ehh eu já falei já, é isso que eu quero, é isso que eu quero (risos). Enfim, aí falei pra todo mundo, meio que nesse processo mesmo, na semana no começo de julho, na semana seguinte eu já fui procurar a “T” mesmo [...] Uma semana antes eu falei pra minha esposa, o mais complicado foi a questão das mudanças né, porque quer queira quer não, ela se sentiu apaixonada, quando se apaixonou por uma imagem que não era uma imagem masculina, aí pra ela foi bem complicado no início por isso, mas aí ela, aceitou de boa, aí quando eu vi que ela aceitou de boa, como eu já não morava mais com os meus pais e quase não visito né, aí eu falei, “não vou falar pra eles agora porque eles não moram por aqui mesmo” [...] aí eu falei pra família dela, que a família dela é que eu mais tenho... mais próximo hoje em dia [...] Ahh com meus pais foi tranquilo assim, quando eu falei pra eles, é meu pai sempre me apoiou muito assim desde o tempo em que eu sem saber eu me assumi lésbica né, porque é meio que um processo quase que natural, pros homens trans, desde o tempo que eu me assumi ou me assumiram, porque me jogaram pra fora do armário: “lésbica”, eles me apoiaram muito e depois que eu falei que não é isso que eu sou, eu sou um homem trans e tal, eles também me trataram com maior respeito e disseram só para eu ter cuidado com a saúde mesmo, assim... a questão da hormonização, a questão das cirurgias que eu quero fazer, só ficam preocupados com isso mesmo [...] tem gente que se esconde da família, mas não, tranquilo, tanto meus irmãos, quanto meus pais assim” (Roberto, 29 anos).

“Quando eu morava com minha mãe ela me obrigava a usar calcinha [...] graças a Deus hoje, eu não tenho esse problema, hoje ela só implica com as tatuagens, mas até namorada pra casa, eu levo (Jorge, 29 anos).

“[...] eu falei para a minha mãe com 14 anos, bem inocente mesmo “ah mainha, um dia eu vou fazer cirurgia, eu vou ter um pinto, não sei quê” e ela surtou assim “tu é doida, menina, Jesus te fez uma menina...”, toda aquela merda e depois eu nunca mais falei sobre isso com ela, talvez se ela tivesse me dado abertura a mais para falar disso, teria me ajudado, teria sido bem melhor do que aconteceu, a confusão toda que deu depois” (Yuri, 18 anos).

Esse último interlocutor foi expulso de casa em decorrência das dificuldades enfrentadas por ele para a família aceitar sua identidade de gênero, ele chegou a morar em um abrigo, mas foi acolhido por amigos, porém relatou que só teve tranquilidade quando foi morar com outro parente, pois todos da família já sabiam, então, ele pôde fazer o uso da “T” e ficou mais à vontade num ambiente com menos brigas e controle sobre ele.

Mas Yuri afirmou que até hoje sua família não o aceita, o pai o diz que ora todos os dias “para Deus devolver a sua menina de volta”, a mãe continua sem aceitá-lo e o irmão mais novo, que se omitia antes, pois tinha apenas 12 anos e, segundo o interlocutor, não

entendia bem os fatos, hoje, com 14 anos, troca informações com o irmão sobre a mudança em seus corpos, esse pela puberdade e aquele pelo uso do hormônio. Mas o interlocutor vê muitos avanços em relação à aceitação de sua família, pois ele diz que aos poucos entenderão que ele continua sendo a mesma pessoa, com as mesmas metas, gostos, personalidade, mas que mudou o gênero que se identifica, com o tempo vão “esquecer o passado e a imagem de menina e vão ver que sempre foi essa presença, essa essência masculina”.

Outro interlocutor, Felipe, enfrenta grandes dificuldades, ele também já foi expulso de casa depois de ter declarado que era homem (trans), quando sua mãe, juntamente com sua tia, veio o perguntar o porquê de todos na vizinhança o chamarem de “sapatão” - já que ele tinha, no momento da entrevista, um namorado cisgênero. Depois que esse se declarou como homem (trans), sua mãe, apesar de, segundo ele, não conhecer bem essa categoria identitária, comparando com as mulheres (trans) do bairro onde moram, disse que ele estava enganado, ele não era um homem, pois quem nasce mulher tem que cuidar da casa, casar, ter filhos e marido, já quem nasce homem pode ser o que quiser, inclusive, mulher e que Felipe jamais seria homem.

Depois de ter sido expulso de casa, Felipe não teve condições financeiras para morar só, pois só ganha(va) uma bolsa-auxílio da faculdade em que estuda, e sua rede de amigos se encontra na mesma situação financeira, então, ele teve que voltar para casa, mas sua mãe deu condições para que ele continuasse morando lá: se vestir, se portar e viver como uma mulher. Justamente, quando ele estava nesse processo de masculinização do corpo, tinha deixado os pelos do corpo crescer, cortou o cabelo e usava só roupas consideradas masculinas, que a mãe o mandou interromper, de forma agressiva. E mesmo que ele problematize o tratamento recebido, ele teve que se submeter a isso porque não se encontra(va) com outras possibilidades.

Outros interlocutores também estão em condições semelhantes, de falta de reconhecimento da família e/ou sofrendo inúmeras agressões - mesmo alguns que já fizeram cirurgia de mastectomia; mas a autonomia financeira é algo importante para possibilitar escolhas em que não tenham que passar por situações como essas e os amigos, a militância e centros LGBTs e profissionais são apontados também como fonte necessária de apoio. Por isso há a necessidade de programas para geração e acesso a emprego e renda para pessoas (trans).

Em relação ao âmbito intitucional, a escola e faculdade também são ambientes negados a muitos interlocutores, pois encontram desafios que expuseram alguns inclusive a violência física, decorrente da relutância dessas instituições de reconhecerem o nome social

dos alunos, como na situação a seguir:

“A maior dificuldade, rapaz, se eu te disser tu vai dizer até achar que é mentira, mas a única dificuldade que eu tou tendo, a grande dificuldade, de 1 ano e meio de tratamento, foi na faculdade, que eu tou lutando até hoje para que coloquem o meu nome social na chamada e eles não colocam [...]. Assim, realmente, deixaram de fazer a chamada virtual, mas não incluíram meu nome social, porque assim eles fazem chamada no sistema, no portal né, aí eles botam no monitor, então, fica à mostra para todo mundo né, então, realmente, de fato, eles conseguiram, em uma semana eles conseguiram que fossem suspensas as chamadas. O pessoal da minha turma, os meninos da minha turma queriam se juntar e me pegar no banheiro para saber e tirar a dúvida do que eu era, aí eu cheguei a contar essa situação, me pediram para prestar uma queixa sendo que eu não quis fazer isso, porque quer queira ou não iria envolver o nome da universidade e eu não queria, eu não quis” (Murilo, 25 anos).

Murilo conseguiu apenas que tirassem a chamada virtual, juntamente com o apoio de um Centro LGBT, os nomes eram expostos a partir de um *datashow* e todos viam seu nome de registro, feminino, mas ainda não aceitaram seu nome social, apesar da passabilidade cis que o interlocutor possui. Já Fernando desistiu de fazer faculdade, num curso predominantemente masculino, porque sofreu preconceitos pela classe, ele relatou que o ignoravam, as meninas não deixavam ele usar o banheiro e os meninos se juntaram para bater nele no banheiro masculino algumas vezes, e ele pensa em voltar a fazer o curso só quando estiver com a aparência mais masculina e em uma turma nova onde as pessoas não saibam que ele é (trans). Outro interlocutor também comentou vários casos de violência que sofreu, quando frequentava a escola:

“[...] e quando eu passei a me relacionar com uma pessoa de lá da escola, teve um menino que ficou com muita raiva e se juntou com uma galera para me bater, então, toda vez que eu ia para alguns lugares, eu sofria com isso, porque eu já, em alguns lugares eu já apanhei muito por ser assim. Até eu consegui respeito das pessoas, que é difícil. Apanhar de verdade, apanhar fisicamente, na escola, na balada, andar com os amigos e de repente quando você procurar não tem ninguém, você está lá sozinho e aí é meio complicado” (Jorge, 29 anos).

Jorge sempre se identificou como homem, e mesmo sem nunca ter tomado a “T” relatou que sempre foi muito passável, e por anos não conhecia a possibilidade da transexualidade masculina, mas teve várias dificuldades na escola, porque tinha o nome de registro feminino e sofria muito preconceito, agressões físicas, exclusões, entre outras coisas. Ele morava numa cidade do interior e conta que por isso as pessoas eram muito fechadas em relação à diversidade sexual e de gênero, diferente do que é em Recife, mas depois de sofrer por anos com preconceito, ele afirma que conquistou o respeito das pessoas da cidade e hoje é amigo dos que o maltratavam. Ele foi morar nessa cidade com um familiar porque em Recife,

no começo de sua adolescência ele fora impedido pela mãe, principalmente, de expressar livremente sua identidade de gênero

Outro grande desafio, já apontado nos capítulos anteriores, é a recepção dos homens (trans) em hospitais. Havendo várias situações relatadas de preconceito e falta de apoio dessas instituições, seja em hospital privado ou público, e do Estado, de forma geral, para a continuação do acompanhamento hospitalar no processo de transmasculinização. Por vezes, aos homens (trans) que moram em cidades do interior ou em outro estado falta verba para custear alimentação, transporte e estadia em Recife para o acompanhamento do processo. Waldir e Hebert foram interlocutores que passaram por essas situações, quando não havia atendimento especializado público ativo em Pernambuco, tinham que se deslocar para a Paraíba. Além de no próprio estabelecimento haver violações de direitos diversas, desde preconceitos à falta de profissionais e omissão de informações, nem todos os homens (trans) têm acesso a um espaço de acolhimento em que os profissionais tenham respeito por suas identidades, como é a realidade de alguns retratada no capítulo anterior.

Podemos enumerar outras dificuldades desses serviços de saúde sobre a qualidade do relacionamento estabelecido entre usuários e profissionais de saúde, Almeida (2010) - na sua posição de “técnico-pesquisador-usuário”, destaca a hormonioterapia, pois há uma tensão que envolve médico-paciente em relação ao uso da testosterona sintética, que permeia por causa da dúvida sobre se o paciente usou de forma ilícita ou não, se vai compartilhar, vender ou doar para amigos; a segunda questão é o desrespeito a autonomia, que se relaciona ao campo da bioética; e o terceiro ponto relativo à relação usuário *versus* profissional de saúde é a educação em saúde, pois inúmeras vezes falta informações sobre os procedimentos e seus direitos e isso limita a posição do usuário (ALMEIDA, 2010).

Outra questão é que apesar de os transexuais ainda terem o diagnóstico de um “transtorno de saúde”, nos ambulatórios isso não facilita, por exemplo, seu acesso como prioridade diante de alguns usuários que querem realizar cirurgias plásticas com fins estéticos e estão naqueles locais por opção. Quando a condição de “doente” poderia trazer algum benefício isso não acontece, e mais, os procedimentos cirúrgicos de (transexuais) muitas vezes são vistos como menos urgentes e menos significativos (ALMEIDA, 2010).

O autor também problematiza a relação dos homens (trans) com os programas de saúde, não há informações sobre os recursos complementares à sua inserção pública como homens, em pelo menos alguns contextos culturais - como o uso do *cyberskin* e o *chest binder*, prótese peniana e faixa para as mamas - para os indivíduos ficarem mais passáveis, e isso também é importante para a segurança dos homens (trans), para não sofrerem atos de

violência por transfobia ou cissexismo, nos espaços em que transitam.

E como foi visto o processo de transexualização é preponderante para muitos homens (trans), para seu bem-estar consigo mesmos e confiança e para a concretização de seus projetos de vida. Em uma conversa com Hebert e sua companheira, eles falaram das observações que fazem sobre a relação entre processo de transexualização e trabalho, da dificuldade de encontrar homens (trans) bem-sucedidos ou que concretizem suas metas em relação a estudos, trabalho e outros aspectos da vida. Eles relataram que percebem a espera para estar 'completo' antes de ir atrás de seus objetivos, e da vontade que muitos expressam de 'entrar numa nave e voltar completamente diferente' para poder começar a ir atrás de seus desejos e necessidades, como fazer uma faculdade, ter independência econômica. Uma vez que não conseguem estar na situação almejada, é comum ficarem inseguros/deprimidos, segundo eles, e isso envolve a todos e a relação com todos em volta, companheiras(os), familiares e amigos(as).

Isso é um dos reflexos das dificuldades que a pessoa (trans) enfrenta e de tantas oportunidades que são dificultadas para elas e do impacto causado pelos preconceitos sofridos cotidianamente. Mas há a resistência, seja coletiva, como nos movimentos sociais, ou nas relações interpessoais, que muitos interlocutores relataram, que os fazem ao invés de sucumbir, aceitar os desafios e enfrentá-los para serem quem são.

Pedro é um dos interlocutores que já enfrentou várias dessas dificuldades e me relatou algumas delas: na relação com sua companheira, em hospitais públicos e particulares, em espaços de lazer e comércio, bancos, farmácias entre outros, e ele busca quando pode recorrer com processos na justiça, apresentar queixa e ir atrás da defesa de seus direitos, ele afirma que se “me discriminou, precisa aprender a respeitar os trans, e eu sou de movimento, então, é um dever meu cívico e militante”. Sobre preconceito e resistência, ele diz:

“[...] mas aí incomoda, banheiro às vezes, porque tem banheiro que eu vou, ou a parede de vidro é muito baixa ou às vezes só tem o mictório, aí incomoda, aí eu tenho que ir para o de deficiente. Aí eu penso que isso incomodaria não só a gente trans, mas incomodaria também aos homens cis que se ele tem, se é de um tamanho desproporcional, se ele não tem lá o padrão, o cara não vai querer urinar na frente dos outros. Aí é uma coisa que os meninos falam, quando a gente vai para bar, tem um que vai primeiro no banheiro para ver se dá para ficar ou não, se vai ficar muito tempo, justamente para ver a condição do banheiro se vai dar para ficar usando, porque se não for, já vai para outro, é os truques que a gente usa”.

E esses “truques” os defendem de muitas situações difíceis em que poderiam ficar expostos, por exemplo, para aumentar a passabilidades cis: usar amarradores com colete

compressor, *binder*; usar roupas consideradas masculinas pela sociedade; consumir a “T” para deixar o timbre de voz mais grave entre outras modificações fisiológicas, como o desenvolvimento muscular; adotar uma performance de gênero considerada masculina, entre outras coisas. Almeida fala que a passabilidade é o “direito à indiferença”, a sumir na multidão, que é uma “invisibilidade adquirida com frequência a duras penas, significa para a maior parte um agradável momento de trégua na estressante e contínua batalha por respeito à identidade/expressão de gênero” (ALMEIDA, 2012, p. 519).

Quem tem essa passabilidade cis pode ter também garantida a integridade física, psicológica, pode ter o 'privilégio' de transitar pelos lugares sem ser visto como alguém que tem o gênero oposto ao do sexo que foi asignado no seu nascimento. Porém, quem não tem o 'privilégio' da passabilidade cis, por vários fatores, como: biotipo, impedimento, por questões de saúde ou financeiras para usar a “T”, enfim, quem não é passável fica exposto a diversas formas de violências pela sociedade transfóbica e cissexista que nós vivemos. A passabilidade cis não é solução para todos, pois todas as pessoas (trans) deveriam ter os mesmos direitos e 'privilégios', sendo reconhecidas ou não como pessoas que transicionam o gênero ou “se passando” por uma pessoa cisgênera; e nem é solução para tudo, pois tem corpos que sendo (trans) ou cisgêneros são menos “passáveis”, como exemplo, o corpo negro, um homem (trans) considerado efeminado, homem (trans) gay, não-binário, entre outras possibilidades. Por isso e por outras questões a passabilidade cis sem ser problematizada vem sendo questionada como uma adesão às normas do cis-tema. Pode ser benéfica para muitos, mas não se pode com isso deixar de buscar um enfrentamento da LGBTfobia presente na sociedade <sup>69</sup>.

Assim como os “truques” abrangem estratégias como a construção de uma rede social que os auxiliam em se tratando de estudos, empregos, criação de grupos em redes virtuais em *facebook*, *whatsapp*, *blogs* para a troca de informação, inclusive sobre a compra de Testosterona e as farmácias que contenham no momento, preços ou a distribuição no mercado alternativo, tanto do hormônio quanto de receitas. E isso impulsiona a auto-organização de homens (trans), vista no presente trabalho como organizações autônomas da sociedade civil em busca de direitos.

### 5.2.1 Resistência Coletiva e a Auto-organização de Homens (trans)

Antes de ser feita uma contextualização sobre o movimento de homens (trans) no

---

<sup>69</sup> Texto traduzido (e adaptado em diversos pontos) de Checking Your Privilege 101.  
In: <https://euquesouintolerante.wordpress.com/atente-ao-seu-privilegio/?blogsub=confirming#subscribe-blog>

Brasil, é importante apresentar um pouco da história do movimento LGBT no país, pois foi a partir desse que se deu início a uma busca coletiva por direitos para demandas específicas para a população (transexual) e travesti. É importante também apresentar um pouco das conquistas desses movimentos em diálogo com o Estado, nos últimos anos.

No final da década de 1970 surgiu o movimento 'homossexual' no Brasil com o Grupo SOMOS, em São Paulo e com o Jornal Lampião da Esquina, no Rio de Janeiro (FACCHINI, 2005). Foi um período de mudanças, a nível internacional havia um forte movimento de contracultura, em que os jovens de classe média urbana subvertiam e questionavam padrões e valores sociais, assim como houve um florescimento de vários movimentos sociais. Outros fatores históricos contribuíram para visibilizar nesse período o movimento homossexual, Facchini (2005), destaca o “processo de “redemocratização”; a implementação de uma política de prevenção às DST/AIDS a partir da parceria entre o Estado e a sociedade civil e em um incentivo às políticas de identidade, pensadas como estratégia para reduzir a vulnerabilidade de populações estigmatizadas; o desenvolvimento da segmentação de mercado e o crescimento de um mercado específico para o público gay ou GLS (FACCHINI, 2005, p. 36).

Regina Facchini (2011) analisa o movimento LGBT a partir de três fases, a primeira fase é no final dos anos 1970, que tem como marco a criação dos dois grupos citados acima o de SP e o outro do RJ, no contexto do final de ditadura no Brasil. A segunda fase começa em 1984, com a formação de grupos além do sudeste, como o Grupo Gay da Bahia- GGB e também tem como marco a redemocratização brasileira que ajudou a consolidar muitos grupos de homossexuais e lésbicas, principalmente os que começaram no início da epidemia HIV/AIDS, e também começou a ocorrer um processo de “onguização”- transformação de movimentos sociais em Organizações não Governamentais- ONGs.

De 1992 até os dias atuais, a terceira fase, marcado por um reavivamento dos movimentos, também de um fortalecimento com diferentes atuações e pautas e uma maior visibilidade de algumas identidades, como lésbicas, (transexuais) e o aumento de de um formato institucional, com ONGs. A adoção da sigla LGB T- Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, com o “L” na frente, foi proposta para dar uma maior visibilidade às lésbicas, definido na I Conferência GLBT. Houve também a efetivação das políticas de prevenção e controle HIV/AIDS, com a inserção de novas pautas no movimento, como a violência homofóbica, transfóbica, e isso contribuiu para uma maior aproximação do movimento LGBT com o campo dos Direitos Humanos (FACCHINI, 2011).

A consolidação do movimento LGBT e o diálogo com o campo da saúde e dos

direitos humanos contribuíram bastante para a efetivação de direitos e políticas para a população, como a despatologização das homossexualidades, conseguida em 1986, no Conselho Federal de Medicina. Depois da Constituição de 1988, os programas do Governo Federal de impacto foram os Programas Nacionais de Direitos Humanos, o PNDH, que teve três edições, e em cada edição houve avanços em se tratando dos objetivos apresentados, como necessidade de programas para a promoção de direitos, direito ao casamento, entre outros, pautados na segunda edição. Também com a criação de Centros de Referência LGBT de Combate a Violência, no Rio de Janeiro, em 1999, e em Campinas, em 2003. Mas os Centros de Referência LGBT só são implementados em todo o país, a partir de 2007, em um convênio do Governo Federal (OLIVEIRA, 2006).

Mas foi em 2004, durante o governo Lula, que teve um programa de maior impacto, o Brasil sem Homofobia- BSB, criado a partir da articulação entre o Estado e a sociedade civil, com 53 ações e diretrizes que abrange vários âmbitos, sendo um programa de referência mundial (BRASIL, 2004). Antes do BSB as políticas que existiam era mais a nível regional e municipal, a partir das reivindicações do movimento LGBT nos locais. A já citada 1ª Conferência Nacional GLBT que ocorreu em 2008, impulsionou várias outras ações, como o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, que foi em 2009. Esse período foi de grandes conquistas para a população LGBT, como a aprovação da Política Nacional de Saúde LGBT, implementação do Processo Transexualizador do SUS, entre outros (OLIVEIRA, 2006).

O Supremo Tribunal Federal, em maio de 2011, reconheceu a união estável para casais do mesmo sexo, dois anos após houve o reconhecimento do casamento civil para essa população, a partir de resolução do Conselho Nacional de Justiça. No mesmo ano, o Governo Federal publicou a segunda versão do relatório sobre violência homofóbica, a primeira foi em 2012 (BRASIL, 2013), um guia que orienta a criação de conselhos estaduais e municipais LGBT, o Sistema Nacional LGBT e o Comitê Nacional de Políticas Públicas LGBT (BRASIL, 2013).

Porém até hoje não há nenhuma lei para a população LGBT aprovada no Congresso Nacional. Apesar dos importantes projetos de lei propostos, como a PL 122, sobre a criminalização da homofobia, pelo Senado, que se encontra estagnada, e hoje tramita o já citado PL “João Nery”, sobre o reconhecimento das pessoas (transexuais) e travestis. A frase dita por Luiz Mello (2011), na 2ª Conferência Nacional LGBT, realizada em 2011, infelizmente não pode ser mais atual, “no Brasil, nunca se teve tanto, mas o que há é praticamente nada” (*apud* ARAGUSUKU; LOPES, 2014).

Em 2015 tivemos algumas publicações do governo com a criação da Comissão Interministerial de Enfrentamento à Violência Contra LGBT, a inclusão dos itens “orientação sexual”, “nome social” e “identidade de gênero” nos boletins de ocorrência no Brasil e a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e (transexuais) nas instituições de ensino (ARAGUSUKU; LOPES, 2014). E em 2016, como já citado no I capítulo, a presidenta Dilma Rousseff, assinou o decreto nº 8.727 que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento das identidades de gênero de pessoas (transexuais) e travestis no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional, ou seja, os órgãos vinculados deverão adotar o nome social nos atos e procedimentos, das pessoas que reivindicarem (BRASIL, 2016).

Voltando ao histórico do movimento de LGBTs no Brasil, e mais especificamente em relação às organizações de (transexuais) e travestis, o movimento dessas últimas surgiu principalmente a partir da auto-organização, como resposta à violência policial em pontos de prostituição e por ONGs de combate à HIV/AIDS e organizações de grupos homossexuais. Já a categoria “transexualidade” como identidade política que difere das de travesti, se dá a partir dos debates para o entendimento da transexualidade que demandam tecnologias biomédicas de transformação corporal e transgenitalização e o acesso a saúde. E é no ano 2000 que foi formada a organização de uma rede nacional de ONGs de travestis e transexuais que construíram a Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros- ANTRA (CARRARA; CARVALHO, 2013).

Inclusive, nessa mesma época, no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, que um novo termo foi incorporado da sexologia para a militância, a partir do debate sobre a transexualidade no movimento LGBT, foi o conceito de “identidade de gênero”, a politização desse termo facilitou para consolidar a distinção entre travestis, transexuais e transgêneros, que seriam mais ligados a esse conceito e os gays, lésbicas e bissexuais que estariam ligados mais ao conceito de “orientação sexual” (CARRARA; CARVALHO, 2013).

É importante ressaltar que no movimento LGBT e (trans) contemporâneo houve muitas mudanças, como: o “aumento e diversificação dos grupos, a complexificação de seu sujeito político e a ampliação da rede de relações do movimento, seu processo de institucionalização e a profissionalização de ativistas” (FACCHINI, 2009, p. 12).

Do final dos anos 1990 até 2010, havia uma presença quase unânime de mulheres (trans) no movimento (trans), salvo poucas exceções<sup>70</sup>, também não era muito comum os

---

<sup>70</sup> Xande Peixe, homem (trans) paulista, participou do XII ENTLAIDS em 2005 e foi se tornando referência

homens (trans) estarem inseridos no movimento LGBT. O relatório do “I Encontro de Homens Trans Norte e Nordeste”, que ocorreu em junho de 2013, em João Pessoa-PB<sup>71</sup>, aponta que eles observaram uma maior visibilidade de homens (trans) pelo lançamento e divulgação do livro autobiográfico já citado, “Viagem Solitária”, de João W. Nery, em 2011; pela militância dos homens (trans), o aumento da participação desses no movimento LGBT e a fundação da ABHT em 2012; pelas pesquisas realizadas sobre transexualidades e transmasculinidades na academia; a inclusão dos homens (trans) no Processo Transexualizador no SUS, em 2010, mesmo havendo restrições para eles; e o uso da internet<sup>72</sup> que possibilitou uma maior comunicação entre esse segmento social.

Ávila (2014) aponta também como eventos importantes para a visibilidade dos homens (trans) as notícias sobre Thomas Beatie, em 2008, sobre a gravidez desse em um contexto em que se divulgava nesse ano o PTSUS, apesar de os homens (trans) não terem sido incluídos na primeira resolução. Essa cita também, o personagem Max, da série de televisão “*The L Word*” exibida no Brasil em meados dos anos 2000, que abordou vários temas como reprodução, orientação sexual, entre outros. Thomas Beatie e o personagem Max também foram citados pelos meus interlocutores (trans) na presente pesquisa.

Mas outras personalidades e eventos que ajudaram na visibilidade de homens (trans) no atual cenário merecem destaque, como o processo de auto-identificação como homem (trans) de Thommy, que ocorreu durante a presente pesquisa, no início dessa ele não tinha divulgado que se auto-identificava como homem (trans), em outro momento tinha divulgado apenas a algumas pessoas, e não para a grande mídia- como a alguns militantes do IBRAT que me relataram em conversas, mas hoje ele já se posiciona como homem (trans) e é filiado ao IBRAT, segundo um interlocutor militante. Outra personalidade bastante mencionada foi Tereza Brant e ambos foram/são apontados pelos homens (*boys*), interlocutores da pesquisa,

---

dentro do movimento, Ele foi presidente da Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo-APOGLBT, entre 2008 e 2010, representante do Brasil na *Red Latino Americana de Hombres Trans en el Activismo* e participou do Fórum Paulista de Travestis e Transexuais, ele também integrou o grupo que construiu o PTSUS (ÁVILA, 2014).

<sup>71</sup> Encontro realizado pelo convite da Sessão DST/AIDS e pela coordenação do Centro de Testagem e Aconselhamento da Prefeitura Municipal de João Pessoa, para os diretores e coordenadores da Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT) de Recife e João Pessoa, em março de 2013.

<sup>72</sup> Sites: <https://sites.google.com/site/brasilftm/>  
[http://ftmguybrasil.blogspot.com.br/2010\\_07\\_25\\_archive.html](http://ftmguybrasil.blogspot.com.br/2010_07_25_archive.html)  
<http://paulotrans85.blogspot.com.br/2010/01/dicas-de-como-sobreviver-como->  
<http://becomingbernardo.tumblr.com/>  
<http://jwnescritor.blogspot.com.br/>  
<http://tranhomembrasil.blogspot.com.br/>  
[http://www.meusegundonascimento.blogspot.com.br/2013\\_01\\_01\\_archive.html](http://www.meusegundonascimento.blogspot.com.br/2013_01_01_archive.html)  
<http://homenstrans.blogspot.com.br/ftm.html>

como única referência de homens que transitaram entre os gêneros e subvertem padrões estabelecidos. Outro que merece destaque é Buck Angel, americano transativista que produz filmes adultos e é um dos maiores ícones LGBT, atualmente. Ele é responsável por debates sobre aceitação do corpo, pois mesmo tendo feito cirurgias e uso da “T”, este não abdica de sua vagina, sendo referência de empoderamento e luta contra o falocentrismo e machismo, ganhou diversos prêmios, como o *Feminist Porn Award*, em 2012. Também foram produzidos diversos documentários<sup>73</sup>, entrevistas veiculadas pela mídia, *blogs*, canais no *youtube*, entre outros que foram citados durante a pesquisa e autobiografias de homens (trans) e que serviram de influência para muitas dessas produções.

A ABHT foi a primeira ONG do Brasil que buscava a garantia de direitos para os homens (trans), essa surgiu em 2012 e foi oficializada em junho desse ano. Ela foi idealizada pelo Núcleo de Apoio a Homens Trans (NAHT), de 2011, que surgiu em São Paulo e tinha como foco direitos dessa população em relação à saúde, mas ia além em suas pautas, buscavam também a recolocação profissional de homens (trans) entre outros. O NAHT por ser uma ação pioneira, impulsionou a participação de homens (trans) em movimentos e em iniciativas como a ABHT.

No evento organizado pela ABHT, o já citado “I Encontro de Homens Trans Norte e Nordeste”, a organização se mostrou aberta aos diferentes termos e categorias identitárias, utilizados por filiados, e também muitos desses se colocaram contrários a patologização e psiquiatrização das (trans)identidades, por não respeitar a autonomia das pessoas (trans) em relação a seus corpos e identidades. Alguns participantes desse evento assinaram um documento reivindicando a remoção da: “1. exigência do diagnóstico multidisciplinar como condição ao acesso às modificações corporais desejadas; 2. obrigatoriedade da psicoterapia no Processo Transexualizador no SUS; e 3. tempo pré-estabelecido de dois anos para que se realize o diagnóstico” (ABHT, 2013, p. 7).

O grupo homens (trans), já bastante citado no presente trabalho, Instituto Brasileiro de Transmasculinidades- IBRAT é um grupo auto-organizado de homens (trans), que atua como um núcleo de homens (trans) da ANTRA, e surgiu em julho de 2013 (IBRAT, 2013). Alguns interlocutores relataram que esse grupo surgiu a partir da dissidência da ABHT e tem algumas semelhanças com essa organização, como a abertura em relação às diferentes nomenclaturas identitárias utilizadas por participantes e a luta contra a despatologização das

---

<sup>73</sup> Como exemplo: 'Olhe para mim de novo' <http://olhepramimdenovo.wordpress.com/>  
'Entre Lugares: A Invisibilidade dos Homens Trans' <https://www.youtube.com/watch?v=3GGlar26AHE>  
'Transhomem ou Homem Trans': <https://www.youtube.com/watch?v=cktyyQdxSA4>  
'Transverso': <https://www.youtube.com/watch?v=NabOXgLnIw>

identidades (trans).

O IBRAT é um instituto que desenvolve e monitora pesquisas sobre transmasculinidades, gênero e sexualidade, visa à formação política e incentivo à militância dos seus membros e ao controle social e pretende contribuir para a visibilidades dos homens (trans). O instituto “defende a multiplicidade e diferentes formas de relação com o próprio corpo e com a própria identidade. Diferenças regionais, culturais, geracionais, de gênero, orientação sexual, ideológicas (e etc) são fatores respeitados e agregados dentro do IBRAT, contanto que sejam mantidos os princípios institucionais e respeitadas as conquistas alcançadas”. O IBRAT tem seis valores e princípios fundamentais: “diversidade; construção e gestão democrática coletiva e participativa; respeito às diferenças; transparência; responsabilidade para agir e honrar os compromissos; priorizar e prezar pelo bem-estar, saúde e harmonia dos homens (trans) e entre eles” (IBRAT, 2013, p. 2).

O instituto é organizado por uma Comissão Nacional de Colegiado, atualmente, o coordenador nacional do IBRAT é Luciano Palhano. Há quatro núcleos, de Pesquisas, sobre Transfeminismo, de Formação Política e Arteativismo, e conta também com uma assessoria de comunicação e uma assessoria jurídica. O conselho nacional é formado por militantes mais experientes que junto com a coordenação nacional colaboram com deliberações fora de plenária, fiscalizam o cumprimento dos valores- junto com o conselho fiscal, estatuto e regimento interno, além de aconselhar a coordenação nacional e os núcleos. Os superintendentes regionais são militantes que articulam e orientam os coordenadores estaduais, em cada região do país e também os coordenadores setoriais, de núcleos que existem em municípios, mais distantes das capitais, e está vinculado à coordenação do estado a que pertence (IBRAT, 2013).

### 5.2.2 Entrevistas com Homens (Trans) Militantes

Além das 21 entrevistas com interlocutores, homens (trans) e (*boys*), e com os vários profissionais que conversei, também fiz entrevistas com três lideranças do movimento de homens (trans), dois são de Pernambuco- PE, que tive conversas presencialmente em momentos diferentes, e um da Bahia, que conheci pessoalmente em um evento nacional LGBT, e manteve contato via *whatsapp*.

Sobre os militantes desse estado<sup>74</sup>, conversamos mais sobre o contexto político do

---

<sup>74</sup> Essas entrevistas com os militantes ocorreram sem a assinatura do Termo de Consentimento Livre e

movimento de homens (trans) daqui, ações realizadas e desafios encontrados. Um deles já fazia parte do movimento há alguns anos e o outro se aproximou em um momento de reativação ou revitalização do movimento de homens (trans) daqui, que ocorreu em 2015, encabeçado pelo IBRAT. Além desse grupo, há outros coletivos que contém homens (trans) em Pernambuco, mas o IBRAT de PE é o único daqui que é constituído apenas por homens (trans), os outros são grupos mistos de LGBTs, por exemplo, o Coletivo Além do Arco-íris, que é formado principalmente por estudantes universitários da UFPE, e/ou de mulheres e homens (trans), por exemplo a Articulação e Movimento para Travestis e Transexuais-Pernambuco, com a sigla AMOTRANS- PE.

Os dois militantes de PE são integrantes do IBRAT e falaram que o estado conta com cerca de 40 homens (trans) filiados e outros que participam das ações, mas que não fazem parte do grupo, ao mesmo tempo nem sempre esses 40 estão sempre presentes em reuniões e ações; eles falaram sobre a necessidade de sempre estarem mobilizando o grupo, e que por vezes é difícil juntar todos para uma ação, principalmente em se tratando de manifestações públicas, à parte disso, comentaram que o relacionamento entre os integrantes é bom e se preza pelo respeito às diferenças, havendo no grupo homens (trans) binários, e um não-binário, heterossexuais, gays e bissexuais, entre outras diferenças, e que quando surgem conflitos tentam resolver coletivamente.

O grupo voltou a ativa com o apoio de homens (trans) integrantes do IBRAT de outros estados e também com o apoio de algumas mulheres (trans) e travestis de grupos também filiados a ANTRA, ele estava estagnado devido, de acordo com eles, a uma desarticulação e pela falta de uma coordenação que estivesse presente no grupo e em diálogo com outras instituições do estado. De volta a ativa, o IBRAT buscou se integrar ao Fórum LGBT de Pernambuco, composto por 15 instituições, e o Comitê de Saúde de PE, em que a representação é feita por categoria, e não por instituição, ou seja, há um militante do IBRAT que representa os homens (trans) do estado. E desde de que voltaram, buscam fortalecer a incidência política no estado e o diálogo com outros movimentos, com o IBRAT a nível nacional e principalmente desenvolver ações no estado em prol da visibilidade e garantia de direitos dos homens (trans).

Um das ações que me chamou atenção foram palestras realizadas em unidades com jovens que se identificam como homem (trans), menores de 18 anos, que estão em situação de

---

Esclarecido, eles, inclusive, permitiram que eu divulgasse seus nomes, mas, optou-se pelo sigilo, durante a análise da pesquisa, por causa de algumas informações mais confidenciais relatadas. Porém, em outras partes deste texto, como em seus nomes aparecem, porém sem fazer relação direta com as entrevistas.

privação de liberdade em instituições da Fundação de Atendimento Socioeducativo - FUNASE. Um dos entrevistados narrou a situação em que eles estão, em unidades femininas da FUNASE. Além da falta de informação sobre os procedimentos e processo de transexualização, que o IBRAT facilitou indicando locais e tirando dúvidas, eles também se encontram em relações de opressão com as mulheres, a maioria deles reproduz o machismo, a exemplo disso ele relatou um dos “costumes” de lá, alguns meninos (trans) obrigam as internas novatas a “passarem por eles”, ou seja, terem relações sexuais com eles, e se não o fizerem, elas são ameaçadas e/ou agredidas fisicamente, e a presença do IBRAT foi requisitada devido a esses casos que preocupam os profissionais do local. Ao mesmo tempo, ele narrou um fato de um menino (trans) que gostaria de iniciar o processo de transexualização, mas é impedido pela namorada e sofre preconceito por parte dela e outras internas da unidade.

Caso semelhante foi apontado durante conversas com um profissional do CECH, que é uma instituição que também desenvolvia trabalhos em presídios femininos, no momento em que realizei diálogos com profissionais, e narraram a presença de homens (trans) também nesses locais. Por ambas as instituições, IBRAT e CECH, houve relatos sobre as difíceis consequências das relações de gênero, permeadas por disputas de poder entre homens (trans) e mulheres, nos locais de privação de liberdade e penitenciárias. Esses fatos apresentam vários desafios aos órgãos competentes e também apontam necessidades de pesquisas nesses locais, para a partir de uma aliança entre academia e projetos sociais buscar uma problematização e entendimento para superar as desigualdades encontradas.

Outra ação realizada pelo IBRAT foi o dia de exame preventivo de câncer de colo uterino coletivo para homens (trans), exame conhecido como o de “papanicolau”, que enfrentou vários percalços para ocorrer, pois eles buscavam um turno só para os homens (trans) fazerem, para evitar constrangimentos, já que muitos deles tem passabilidade cis. O exame seria no “dia da visibilidade trans”, mas acabou atrasando, pois os médicos se recusavam a atendê-los em horário exclusivo, segundo o interlocutor, eles não entendem as necessidades específicas. O atendimento diferenciado nesse caso não seria algo injusto, desigual, pois a partir da demanda desse grupo se buscaria uma estratégia para essas pessoas acessarem a saúde, uma vez que muitas vezes sofrem preconceitos até por profissionais das instituições. Acabaram conseguindo meses depois do pretendido em um hospital de Recife em um horário de pouco movimento.

Uma iniciativa importante realizada através do diálogo com militantes (trans) de Pernambuco, professoras(es) da UFPE, em que se destaca a participação da professora

Luciana Vieira, e gestores da instituição, foi a criação da Política LGBT da UFPE. Essa busca oferecer um espaço de acolhimento, fomentar a inserção e a permanência dessa população na instituição, com a promoção de várias medidas, divididas em cinco eixos principais: ações afirmativas, ações preventivas, ações protetivas, ações voltadas para a saúde LGBT e ações voltadas para a pesquisa LGBT.

No ano seguinte a essa política, houve um grande aumento de estudantes (transexuais) e travestis aprovados(as), com bastante veiculação midiática sobre o assunto. Provavelmente, essa política incentivou o acesso das pessoas (trans), além de uma bolsa-auxílio para à permanência da população (transexual), travesti, transgênero e intersexual, também se pretende a partir da educação, a inclusão dessa população, como ter o nome social reconhecido na instituição, ao fazer uma alteração no nome de registro da universidade no Sistema de Informação e Gestão Acadêmica- “Sig@”, um site que organiza os dados dos estudantes matriculados, entre outras funções. E também houve com essa política campanhas na universidade, como “Meu Nome Importa” e campanhas de uso dos banheiros da universidade, essa política além de estudantes também se dirige aos técnicos e professores.

Já ocorreu também alguns eventos sobre Gênero e Sexualidade após a política, a do lançamento dessa, que ocorreu na Biblioteca Central, no dia 11 de maio de 2015, e o seminário: “Desterritorializando os gêneros: uma antena *queer* enfiada na lama”, que aconteceu no mesmo espaço, nos dias 24 e 25 de setembro de 2015. Eventos que contaram com a participação de professores, estudantes (transexuais) e travestis, profissionais de saúde, gestores, entre outros, dentre eles, participaram alguns de meus interlocutores. É importante acrescentar que mesmo com essa política ainda há bastantes casos de preconceitos e dificuldades dessa população na UFPE, como relataram alguns interlocutores que são vinculados a essa instituição de ensino, e também dificuldades para o acesso a essa instituição, até porque a política não se abrange à comunidade e a todos que frequentam o campus, e também porque ainda está em seu início, mas é entendida como um passo importante para solucionar a evasão escolar, preconceitos sofridos, falta de acesso e dificuldades de permanência dessa população.

Um exemplo de discriminação, embasado pela patologização das identidades (trans), que está sendo enfrentado atualmente pelos militantes de PE é que no último edital do concurso público da Polícia Militar de Pernambuco, houve denúncia do CECH para o Ministério Público de que no processo seletivo há prática discriminatória contra travestis, mulheres e homens (trans). O edital prevê a inaptidão e eliminação do candidato que em exame médico “apresentar desvios e transtornos sexuais” referentes à patologia constantes do

CID-10, publicado pela Organização Mundial de Saúde- OMS. O Ministério Público argumenta que a própria OMS já sinalizou sobre a mudança do “transexualismo” como “transtorno de identidade de gênero”, além de ser uma demanda da sociedade civil, despatologizar essas identidades. O militante entrevistado afirmou que a denúncia pelo CECH foi motivada principalmente por homens (trans) interessados em participar do concurso, mas foram interditados pelas regras contidas no edital.

Porém, em meio a esse processo, outro desafio também está posto atualmente em PE, é que há divulgação de que o Centro Estadual de Combate à Homofobia- CECH será fechado, de acordo com um dos interlocutores, há profissionais já com aviso prévio. Com isso, várias instituições LGBTs de PE estão mobilizadas para impedir que isso ocorra, pois seria um retrocesso na defesa dos direitos de pessoas LGBTs no estado. A instituição apesar de desenvolver muitas atividades essenciais não tem uma boa divulgação, isso só ocorreu com maior intensidade na época de sua fundação, após isso, muitas pessoas não acessam a instituição porque desconhecem sua existência ou as atividades que pode executar, segundo o interlocutor. Além de outros serviços, o CECH presta assistência jurídica ao público LGBT, para buscar a garantia de direitos e como uma forma de defesa em relação aos casos de LGBTfobia, ajudando a garantir uma vida digna a essa população. Uma vez que sem a mudança do nome/sexo no registro civil, são negados vários direitos às pessoas (trans): trabalho, educação, livre circulação. O fato de não haver uma regulamentação no Brasil em relação a mudança do nome/sexo no registro civil para as pessoas (trans) é uma forma de extermínio dessa população, sulbaternização, inferiorização.

O desafio é que em meio as dificuldades da atual conjuntura política - como as interdições dos temas de gênero e sexualidade nos currículos escolares, por exemplo, que ocorreu em alguns estados, em PE se conseguiu que não fossem aprovados esses projetos de lei, porém a nível municipal há ainda esses debates e a possibilidade de aprovações- não se perca também o CECH que dificultaria bastante a situação dos LGBTs do estado. Em PE, inclusive, há outros projetos, como o projeto de lei ordinária número 880/2016, que dispõe sobre a utilização de banheiros públicos, vestiários e outros ambientes similares pelo critério de segregação por sexo biológico nos estabelecimentos públicos e privados no estado. O projeto pretende vedar critérios de identidade de gênero para a utilização desses locais, prevendo penalidades, como advertências e multas para estabelecimentos privados que descumprirem essa lei, que ainda está tramitando (PERNAMBUCO, 2016) .

Berenice Bento (2014), em seu artigo “Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal”, problematiza a garantia de direitos plenos às populações

excluídas e como elites econômicas, políticas, raciais, de gênero e sexual conseguem impedir e frear essa garantia. Sua tese principal é a de que há um *modus operandi* observado a partir da história do país em que as elites da representação política só permitem os direitos aos excluídos a conta-gotas, aos pedaços, se garante que os “excluídos sejam incluídos para continuarem a ser excluídos” e ainda lidam como se os atos de poder fossem dádivas (BENTO, 2014, p. 2).

“O Brasil é o único país do mundo onde, no vácuo de uma legislação geral, instituições garantem um direito negado globalmente. Aqui transmutamos o respeito à identidade de gênero em “nome social”. Universidades, escolas, ministérios e outras esferas do mundo público aprovam regulamentos que garantem às pessoas trans a utilização do “nome social”. Mudar sem alterar substancialmente nada na vida da população mais excluída da cidadania nacional. Assim, por exemplo, uma estudante transexual terá seu nome feminino na chamada escolar, mas no mercado de trabalho e em todas as outras dimensões da vida terá que continuar se submetendo a todas as situações vexatórias e humilhantes e portar documentos em completa dissonância com suas performances de gênero” (BENTO, 2014 p. 11).

A autora reconhece importância dos nomes sociais para as pessoas (trans), pois assegura em muitos espaços viver sem constrangimentos, mas problematiza a falta de uma lei que resolva “a precariedade existencial das pessoas trans” (BENTO, 2014, p. 13). No texto, ela afirma que quando houver o pleno reconhecimento das pessoas (trans) na categoria cidadania, é porque novos significados foram gestados, como a desnaturalização das identidades e o enfrentamento da biopolítica. Vejo com isso que apesar de contraditórias e insuficientes essas 'pequenas' conquistas são importantes para se chegar a essa sociedade em que os indivíduos hoje excluídos tenham cidadania plena, principalmente em se considerando o contexto político-social atual do Brasil, essas 'pequenas' conquistas são conseguidas a partir de muita luta da população (trans) e LGBT.

Essas questões foram tratadas com os militantes entrevistados, porém com o militante da Bahia, conversamos mais sobre como ele via a conjuntura política nacional e sobre como os homens (trans) estavam atuando nesse cenário, algo que se destacou em seu posicionamento e a situação do seu estado são as pastas sobre transfeminismo e questões raciais, e o compromisso que têm com esses debates, mostrado a partir de seu relato. E um evento, citado pelo interlocutor, que discute a intersecção entre identidade de gênero e raça é o Fórum Nacional de Pessoas Trans Negras e Negros- FONATRAN, além de ativistas, no primeiro FONATRAN ocorrido em Porto Alegre, em 2015, participaram também gestores e pesquisadores (transexuais) e travestis do Brasil. De acordo com a ex-cordenadora do Fórum,

Jovanna Cardoso<sup>75</sup>, as pessoas negras são mais de 79% da população de (transexuais) e travestis, e no caso das mulheres (trans) e travestis, a maioria delas vão para a prostituição, não somente por escolha, mas também por falta de outras escolhas. Isso evidencia uma dificuldade com autonomia econômica por parte da população (trans), pois há uma negação de espaços que qualifiquem e formem para o trabalho, como escolas e universidades, principalmente a população (trans) negra. E no evento teve a participação de homens (trans), três estavam na mesa, logo no início do evento, sendo o atual coordenador um homem (trans), Luciano Palhano, que também está na coordenação nacional do IBRAT e se identifica como um homem negro trans.

As pessoas (trans) negras tem corpos que já são ameaçadoras por serem *outsiders* do gênero<sup>76</sup>, corpos transgressores do padrão binário de gênero da sociedade, além de terem corpos negros que carregam outros preconceitos, e sofrem a intersecção desses marcadores sociais, de gênero, raça, classe, entre outros. Outro homem (trans), Leonardo Peçanha<sup>77</sup>, em um texto escrito em um *blog*, “Negros Blogueiros”, escreveu sobre essa questão problematizando a “passabilidade” do homem (trans) negro, que passam a ser vistos como ameaças ou ameaçadores para a sociedade em geral, inclusive, para a polícia. Ele afirma que o sentido da passabilidade para homens (trans) negros se perde, porque o corpo negro não é “passável”, tanto o corpo cis quanto o (trans), que ainda carrega esses outros preconceitos frutos da intersecções dos marcadores sociais de diferença.

O militante entrevistado da Bahia relatou sua experiência como homem (trans) negro, em que seu corpo é lido ora como o de homem negro ora com os preconceitos sofridos por mulheres negras, como tendo corpos estupráveis, ao mesmo tempo em que há uma hipersexualização e exotificação. E como homem em que é cobrado virilidade, um corpo padrão do homem negro, musculoso e forte, entre outras características presentes no imaginário social. Por isso a cobrança para a virilidade do homem (trans) é maior, uma vez que ele não tem pênis para legitimá-lo socialmente como homem.

---

<sup>75</sup> Dados obtidos em: <http://www.sjdh.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=1&id=2826&pg=>.

<sup>76</sup> Os *outsiders* são constituídos em relação aos que são definidos como estabelecidos, esses são classificados e percebidos como seres humanos superiores (ELIAS, 2000), se constituem em relações sociais interdependentes, sendo a constituição do grupo dos *outsiders* fundamental para que alguns se elejam como estabelecidos, para Norbert Elias (2000). Quando utilizado na presente pesquisa o termo *outsiders* do gênero se refere aos sujeitos que sofrem estigmas por serem considerados como em conflito com as normas de gênero, sendo alvo muitas vezes de preconceitos, atos violência e exclusão, ou seja, os interlocutores da pesquisa.

<sup>77</sup> Dados fornecidos na página: <http://negrosblogueiros.com.br/leonardombpecanha/2016/visibilidade-trans-para-quem/>

Essa questão é importante para pensar a constituição identitária também dos homens (*boys*), todos são negros, de pele parda ou preta, e seus corpos são lidos ora como ameaçadores, ora como estupráveis. Como exemplo, e já citado na biografia resumida de Betão, este foi estuprado pelo técnico de sua equipe de futebol, justamente por sua condição de gênero, ele sofrera um estupro 'corretivo' e teve a cumplicidade de algumas integrantes da equipe de futebol que sabia da intenção do técnico de dar o “boa noite cinderela”<sup>78</sup> e realizar tal violência. Pelo contexto dos homens (*boys*) ser diferenciados, esses de maneira diferente, são estigmatizados e sofrem preconceito/violência a partir da interseccionalidade destes marcadores sociais de diferença: raça/cor, classe social, gênero e sexualidade, além de se integrar a questão geracional. Como foi visto, a relação entre juventude, masculinidade e violência nos espaços onde os (*boys*) costumam circular é uma forma de afirmar a masculinidade, e é claro que esses marcadores são cruciais para essas expectativas sociais, experiências e constituições identitárias.

Esses temas também foram trazidas por um alguns interlocutores e um dos militantes de Pernambuco, que também se identifica como homem (trans) negro. Abaixo, uma poesia de Luciano Palhano<sup>79</sup>, ilustra bem essa questão problematizada:

**“Homens negros trans visíveis”<sup>80</sup>**

Queriam que perdêssemos o amor próprio  
 Queriam esvaziar a nossa auto estima  
 Nos mantiveram no cárcere invisível.  
 E quantos de nós se perdem no caminho da dor...  
 Uma dor que ninguém além de nós sabe como aponta,  
 Nem seu começo nem fim.  
 Diziam que não preenchíamos a contemplação do belo  
 E nos tornamos nossas referências.  
 Diziam que não éramos capazes de grandes feitos  
 E nos tornamos nossos próprios heróis  
 Diziam que não éramos nada  
 E nos tornamos tudo.

<sup>78</sup> Coquetel de drogas, com drogas que são encontradas como comprimido ou líquido, em que se integram: Ketamina (Special K), Lorax, Rohypnol, Lexotam, GHB (ácido gama-hidroxi-butírico).

<sup>79</sup> Dados obtidos em: <http://negrosblogueiros.com.br/lucianopalhano/2015/autorretrato-luciano-palhano/>

<sup>80</sup> Texto obtido na íntegra em: <http://negrosblogueiros.com.br/lucianopalhano/2015/autorretrato-luciano-palhano/>

Não adianta tentar apagar a nossa voz  
Ela ecoará no silêncio quando vocês calam suas bravuras  
E soará com a força que põe por terra barreiras  
Então, quando não for mais possível silenciar nosso grito,  
Você nos olhará nos olhos  
E não poderá mais insistir em manter em nós as suas correntes.”

Outro evento que teve discussões que abordaram essas temáticas em 2015, foi o Encontro Nacional em Universidades sobre Diversidade Sexual e de Gênero- ENUDSG, na XIII edição, que teve como tema “Radicalizando as Lutas: o Enfrentamento Cotidiano ao Cis-tema em Tempos de Crise”, ocorreu em Goiânia. Durante o evento, houve três homens (trans) realizando palestras em mesas, na última delas houve um homem (trans) negro não-binário e outro homem (trans) negro, para falar sobre interseccionalidade de opressões, e também contou com a presença de outras pessoas negras, um mulher lésbica e a outra bissexual nessa mesa, inclusive, nesse evento foi decidido em plenária que a próxima edição será sobre questões raciais e diversidade sexual e de gênero. Esse foi um dos eventos onde se realizou a observação participante, nas duas últimas edições, na décima segunda e décima terceira edições.

O evento passou a se chamar “ENUDSG” a partir da decisão na plenária da XII edição- pela proposta de uma travesti pernambucana, Ana Flor. Antes se chamava “Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual- ENUDS”, a crítica foi que o nome do evento excluía as identidades (trans) e travestis e também pessoas que subvertem os padrões binários de gênero, assim como, as pessoas que não estavam dentro das universidades, a comunidade do entorno dos eventos, e também outros LGBTs que não tivessem acesso ao ensino superior. A XII edição teve como tema “Tire seu Discurso do Caminho que Eu Quero Passar com Minha Luta!” e aconteceu em Mossoró- RN, em 2014. A mudança do nome foi além do aspecto simbólico, houve uma participação expressiva de pessoas (trans) nas mesas e durante o evento. Essa mudança também foi resultado de um grande aumento da participação de transexuais e travestis no evento e deve ter impulsionado uma maior participação ainda no ano seguinte, pois foi observado um número ainda maior de (transexuais), travestis, transgêneros e pessoas que se identificavam como não-binárias. Um fator importante foi que a partir da XII edição as quotas de isenção de taxa de inscrição para participantes foi direcionado exclusivamente à população (transexual) e travesti.

Além das mudanças no quantitativo de participantes (trans), ouvintes e palestrantes, o

evento passou a ser um lugar onde se reproduz menos a transfobia e cissexismo e consegue avançar também em outros aspectos, como na problematização do binarismo de gênero tratado como uma norma e em uma maior visibilidade para as demandas de várias categorias. Uma das várias situações que me chamou atenção na última edição, foi a partir da minha participação em uma oficina sobre “empoderamento de pessoas com vaginas”, que além de participantes mulheres cisgêneras, contou com a presença de três homens (trans) e uma pessoa não-binária. Além da oficina, o evento inteiro ajudou a desmistificar a ideia de pessoas (transexuais) e travestis que odeiam seus corpos e buscam “adequação entre o sexo psicológico e sexual”- a ideia de “adequação” já é em si patologizante, porque provém da visão biologizante da psiquiatria, existe uma parcela que pensa dessa forma, mas está longe de ser uma regra, um consenso, havendo uma diversidade de maneiras de vivenciar a transexualidade e travestilidade. E dar visibilidade e espaços de fala a esses sujeitos faz com que desapareçam ideias reducionistas e preconceituosas sobre segmentos sociais que muitas vezes são marginalizados.

Isso aponta para a necessidade de mais eventos como esses e estratégias em que se problematize coletivamente os fundamentalismos políticos, sociais e religiosos que tanto oprimem as multidões *queer* (PRECIADO, 2004). Assim como esses eventos ajudam a fomentar a criação de novos grupos de militância, auxiliam no diálogo e articulação dos grupos já existentes, fazem circular estratégias e novas ideias de como superar a desigualdade imposta, em vários âmbitos, para quem vivencia a diversidade sexual e de gênero.

### 5.2.3 Desafios Apontados por Interlocutores sobre a Busca de Direitos

A resistência coletiva auto-organizada em movimentos de homens (trans) é com certeza um meio de fortalecimento, visibilidade e acesso a direitos para eles, mas também apresenta desafios, abaixo serão problematizados os desafios internos que os interlocutores relataram sobre as dificuldades para estar no movimento, para estarem presentes nesses espaços de militância, e os desafios externos, sobre o diálogo e a relação com outros grupos. É importante lembrar que os interlocutores envolvidos com militância estão inseridos em vários grupos, grupos mistos de pessoas (trans), LGBT, feminista, grupos de ativismo em redes sociais *online*, de homens (trans) ou não fazem parte de grupo algum, sendo 'militantes autônomos'.

Há uma grande diversidade de homens (trans) e quanto mais o movimento cresce, mais as diferenças se apresentam e alguns afirmam a necessidade de ramificações do

movimento por causa das pautas diferentes, inclusive para facilitar o diálogo e convivência entre os diferentes sujeitos. Alguns interlocutores, de forma geral, ou seja, não só os militantes, apontaram as dificuldades de conviver com outros homens (trans) por acharem que há muitos que são machistas, outros tem dificuldades de aceitar alguns homens (trans) por serem gays, bissexuais, pansexuais e/ou não-binários, outros apontam fragilidades no movimento em relação à falta de problematização sobre classe social, raça e sexualidades, outros ainda não concordam com o fato de alguns de seus pares buscarem a invisibilidade como (trans), além de outras reivindicações e diferenças.

“Aí foi quando eu fiz um *facebook* como Lúcio, porque eles não queriam me incluir se fosse \*\*\*\*\*, foi... Ele disse “pô, cara, se tu ficar com nome de mulher, não tem como te adicionar no grupo, não sei o quê, tem que fazer um nome social”. Foi, \*\*\*\*\* no caso, aí eu “pronto, \*\*\*\*”. Aí quando eu fui pra o encontro do \*\*\*\*\*, que foi mês passado, aí foi quando eu até falei com \*\*\*\*\* “pô, cara a pessoa tem que trocar de nome, é obrigado?”, ele disse “não”, aí eu disse “e porque fizeram eu fazer outro *facebook*?!” (Lúcio, 33 anos).

“Sim, tem status políticos. Sim, tem homofobia também, eu sofri horrores lá, pelos próprios meninos” (Felipe, 21 anos).

“Tá subindo a visibilidade, mas para quem só está incluído no meio, pra maioria [...] se ele não tiver no meio, ele realmente nunca vai saber da nossa existência, pode saber de travesti, porque travesti realmente está mais na mídia, mas de homens trans eu acho que eles nem tem isso na cabeça. Ou seja, no meio LGBT, a gente tá sendo mais visto, mas para o resto da sociedade a gente nem existe” (Yuri, 18 anos).

“Porque os meninos pegam essa parte de que podem se passar mais por invisível e se escondem, porque os meninos realmente passam mais despercebidos, porque o hormônio muda logo, nos primeiros 2, 3 meses, muda logo a voz da gente, no primeiro mês já começa a mudar, mas fica mesmo irreconhecível com uns quatro meses, a aparência muda, aí eles ficam se escondendo [...] aí o movimento acaba ficando invisível” (Pedro, 33 anos).

Há os indivíduos que não falam que são (trans), omitem, principalmente depois de ter passado pelo processo transexualizador e se tornado passável para a sociedade. Os interlocutores contaram casos de homens (trans) que depois que alcançaram seus objetivos em relação à masculinização do corpo, deixaram a militância, saíram do círculo social e se tornaram inacessíveis aos seus antigos companheiros, muitas vezes se passando como cisgênero para pessoas íntimas, em seus relacionamentos interpessoais.

Também há os interlocutores que afirmaram que não falam a todos que são (trans), apenas para aqueles que tem um relacionamento mais profundo ou quando alguém percebe alguma coisa, como o *binder*, e não entendem bem o que seria, então, esses interlocutores costumam explicar. Um deles me disse, Matheus, que aprendeu a ser uma “oficina ambulante”, depois que ele se viu como (trans) e decidiu fazer as modificações corporais e

depois que entrou na militância, pois para explicar sua identidade, tem que sempre fazer sempre uma minioficina sobre gênero e sexualidade.

Há também uma questão sobre temer a visibilidade, pois alguns acreditam que os homens (trans) sofrem mais violências psicológicas do que físicas por que esses não tem muita visibilidade, ou mesmo grande parte da população desconhece as transmasculinidades e isso faz com que estejam menos expostos a violência, mas alguns pensam que quando aumentar essa visibilidade estarão correndo mais riscos. De fato, a nível individual se um homem (trans) não tem tanta passabilidade cis fica mais vulnerável a sofrer preconceitos, inclusive, há dois interlocutores que relataram ter sofrido violência sexual e acreditam que a motivação foi sua identidade de gênero, o estupro corretivo, de que também muitas lésbicas são vítimas.

“Aí pegou, eu tenho uma teoria muito triste de que nós não estamos sendo mais mortos e estuprados porque as pessoas não sabem que nós existimos, mas a partir do momento que tiver visibilidade de homens trans e as pessoas perceberem qualquer coisa, questionarem, vai começar a repressão mesmo nas ruas, nos banheiros, de tá amarrando e tipo “tira a calça” “mostra o peito pra ver se nasceu macho ou nasceu fêmea” e aí a gente vai começar a ser agredido mesmo de estar sendo morto, estuprado, violentado e é isso [...]”(Felipe, 21 anos).

Mas essa decisão de não buscar a invisibilidade como (trans) está longe de ser uma atitude unânime depois que se consegue uma maior passabilidade cis, muitos se sentem tão seguros, realizados e autoconfiantes que dizem sentir vontade de “gritar isso para o mundo” que são (trans). E afirmam que isso é um caminho sem volta, uma vez que a pessoa se empondera em sua identidade, fica mais seguro socialmente, por isso muitos fazem questão de sempre se afirmarem como homens (trans) e ter orgulho de sua identidade (trans):

“Transcender essa cisgeneridade, pegar um plano assim que parece tão sólido na base da sociedade e simplesmente quebrar e dizer “é possível viver de outra forma e eu vou viver dessa forma porque eu não me encaixo nisso”, eu realmente não me encaixo. Às vezes a gente passa anos tentando se encaixar, tentando entender qual é o problema, mas é porque realmente não é pra ser, tá ligado, não é pra ser, você não nasceu daquele jeito, não vai ser daquele jeito [...] transcender, ir acima desse limite que te estipularam para a vivência humana, “é assim e não pode passar daí”, e agente passa” (Yuri, 18 anos).

“Eu sempre vou ter orgulho e vou sempre tá frisando, sou um homem e não deixo de ser, mas frisando trans, porque mostra a luta. É muito fácil depois de você lutar tanto, apanhar tanto, depois que já está passável, você esquecer da sua luta. Pronto, ela pretende engravidar, a gente pretende ter filho, quando o moleque tiver maiorzinho, eu não vou, óbvio que eu não vou chegar no colégio e dizer “eu não nasci num corpo masculino”, mas eu vou chegar para ele e vou dizer “hoje eu sou assim porque eu lutei para ficar assim” e contar a história a ele e para qualquer pai que chegar para mim e eu ver que não vai atrapalhar em algo, eu vou dizer. Porque quando tiver tudo pronto,

“você só vai mostrar o quanto você é forte. Psicologicamente, fisicamente, a gente fica exausto. Para sair de casa eu uso faixa, aí tem dias que parece que o negócio não quer prender direito, a camisa tem que ser folgada, para dar uma disfarçada. Tem dias que eu saio de casa e acho que todo mundo está percebendo e nem tá é só coisa da minha cabeça, aí é uma merda porque o medo de você ser lido, percebido como mulher é horrível, é horrível” (Fernando, 20 anos).

As citações de Felipe e Lúcio antes apresentadas, dizem respeito à questão já mencionada no capítulo anterior, a existência de um ideal, um 'modelo de homem (trans)', este seria heterossexual, com o corpo masculinizado pela Testosterona e cirurgias e também se relaciona com o padrão estético hegemônico, para homens, que é ser magro, não ter deficiências, ter um corpo musculoso, ser branco entre outras características.

Para Felipe, ele não foi bem aceito em um grupo *online* de homens (trans) porque está em um relacionamento com um homem cis gay, e tem cabelo maior do que os meninos e é lido comumente como uma mulher na sociedade, como já foi apontado, ele está impossibilitado devido a sua relação com a família de iniciar o processo de transmasculinização. Mas ele problematizou essas questões sobre o padrão de homens (trans) cobrado e do machismo e homofobia que norteiam esses pensamentos e o quanto ele é atingido por isso, seja no movimento (trans) ou LGBT. Sobre o machismo dos homens (trans) nesses espaços, Felipe costuma dizer a eles:

“Vocês esquecem que vocês passaram, mas que tem situações que vocês são mulheres ainda pra todo o resto né, porque são situações que você é homem, mas vai ter momentos em que vão dizer que você é mulher porque você nasceu mulher, o conservadorismo tá aí e tal”. E nesse grupo tem gente que realmente entende, tá ligado, que conhece o machismo, é militante, estuda também [...] mas acaba engessado nisso mesmo...” (Felipe, 21 anos).

Outra questão que durante a pesquisa foi motivo de polêmicas e discussões entre um grupo de homens (trans) na RMR e que acompanhei a partir de relatos de alguns e por participar de algumas dessas redes sociais, foi devido ao fato de alguns homens (trans) ficarem sem camisa em manifestações públicas e outros que não fizeram a mastectomia e por também por não serem hormonizados, pré-T, não podem fazer o mesmo. Alguns desses se sentem mal diante dessas situações e também em outras em que acreditam que há um excesso de valorização e comentários sobre seus corpos já transformados, masculinizados, apontando que isso reforça um padrão de transmasculinidade, ou é tratado como se isso os legitimasse mais como homens (trans). Inclusive, nem todos os interlocutores podem/puderam fazer uso da “T”, por exemplo, por diversas questões; discursos e atitudes em que esses se sentem excluídos e/ou não legitimados dificulta a participação em ambientes coletivos de homens

(trans).

“Existe isso, porque esse grupo nosso tem uns 30 homens trans, não sei se chega a esse número de 30, acho que uns 20. Tem eu mais uns dois ou três que ainda não são hormonizados, diante de 20 que são, aí fica aquela coisa né, a disputa, digamos “você não fez ainda, você não é assim ainda, você não tá assim ainda” [...] não, não é que eles falem isso, mas a gente acha isso, que eles fazem assim, alguma coisa né, que impõe isso assim né, alguns lá que “se acham” que já tá com aquele corpo todo assim, que é homão, que se acham. [...] inclusive agora dia 20 vai ter a parada, aí alguns vão tirar a camisa né, outros não vão poder tirar as camisas, mas pra mim é indiferente assim, não é por isso que eu vou sentir menos homem por isso né, eu não vou me sentir menor do que eles, mas tem gente lá que se sentiria, que tem conversado já isso lá essa questão [...] tem essa coisa lá mas assim você vê que alguns lá porque tem barba aí se acha que ‘é o cara’ porque tem barba, a maneira de agir, achar homem, mas pra mim não rola isso não, incomoda aos outros meninos lá [...] falam isso direto, ficam falando, minha barba, aí coça e pega, “vem ver aqui, pega aqui, não sei o que lá”. Incomodam né porque ficam falando muito nisso, o peito também, a questão do peito, que não tá lá mais, que não sei o quê, a cirurgia que já rolou, essas coisas assim, eles se acham porque passam assim direto” (Lélio, 39 anos).

“Eu me sentia assim quando eu via alguns homens trans de outros estados, assim já bastante evoluídos no processo, e eu me sentia assim como os meninos trans pré-T de hoje em dia se sentem né, quer queira ou quer não, eu vejo que eles se sentem um pouco inferior, ficam olhando assim, pensando que a gente não vai falar direito com eles, que os meninos que estão mais adiantados não vão explicar. Porque já chegaram uns pra mim pelo *face* perguntando “eu tinha medo de falar contigo porque tu já estás bem evoluído no processo e tem muita gente que não tem paciência pra explicar, pra ensinar”. Mas assim, eu não sinto que tenha essa patotinha, esse grupinho fechado [...] (Roberto, 29 anos).

Muitas vezes, o machismo, como já foi problematizado no segundo capítulo deste texto, é usado como justificativa como uma melhor adaptação para a vivência como homem na sociedade, com isso também os homens (trans) adquirem privilégios nas relações sociais, mas nem todos querem abrir mão disso depois e problematizar o porquê reproduzem o machismo, conscientemente ou não. E isso dificulta a relação dos homens (trans) que se consideram feministas ou transfeministas com alguns militantes e o diálogo do movimento de homens (trans) com outros movimentos, muitas vezes, esses acabam sendo estigmatizados de machistas só por serem homens (trans), e isso é uma generalização preconceituosa e reducionista. Pois há muitos homens (trans) que são comprometidos com a problematização do machismo presente no movimento e em espaços coletivos de homens (trans), tanto militantes, quanto não-militantes. Como Felipe, que apresentou suas estratégias quando se depara com situações de preconceito ou desvalorização/ridicularização de suas ideias quando esse se expressa em grupos, ele além de explicar o posicionamento envia textos feministas para as pessoas acessarem e problematizarem as atitudes, mas ele sabe que isso nem sempre tem efeitos imediatos, o interlocutor diz que ao reproduzir essa postura os homens (trans)

ficam:

“Totalmente invisibilizado e com estigma também por parte das mulheres trans, principalmente, “não vamos dar voz aos homens trans porque eles vão expressar o machismo”, tá ligado e não é isso, eu sinto, isso foi uma frase que eu ouvi em uma dessas reuniões. É preocupante, porque a gente sabe que realmente existe o machismo dos homens trans, mas a gente tem que desconstruir isso né e mostrar pra eles que o que é que está acontecendo, o que é o machismo, como se dá essa relação, o porquê disso, que a gente não está isento também de sofrer o machismo” (Felipe, 21 anos).

É importante também problematizar o que vários interlocutores, principalmente militantes, relataram sobre a relação de homens (trans) e mulheres (trans), nas relações interpessoais no geral, como afetivo-sexual ou nas relações na militância. Esses narraram que se sentem tratados com machismo/misoginia por parte de algumas mulheres (trans), apesar do apoio e do grande benefício que consideram que receberam e recebem pela militância e visibilidade das mulheres (trans). Eles narraram fatos ocorridos que mostram uma deslegitimação deles como homens por parte de algumas e situações em que esses são alvo de preconceitos desde comentários perversos dirigidos a eles, como: “até parece um homem”. Outro interlocutor que namorava uma mulher (trans) ouviu de outra mulher (trans): “ah namorando com uma racha, o que é que vocês fazem?”, e disse ter ouvido mais de uma vez esse tipo de comentário de outras mulheres (trans). A questão colocada por eles é que essa postura apontada como falocêntrica/machista/transfóbica/cissexista/heteronormativa é muito comum dentro do movimento (trans)- sendo essa deslegitimação da identidade feita por outras pessoas (trans) bastante incoerente. E no espaço LGBT, apontaram que alguns homens gays também agem dessa forma, apesar de o discurso nesses espaços ser diferente, na prática os homens (trans) sofrem a partir dessa interrelação de opressões- que pode ser entendida a partir da interseccionalidade adotada pela pesquisa e pelos postulados do Feminismo Trans.

“Ehh para um homem trans namorar uma mulher trans, tem alguns amigos meus que namoram uma mulher trans, ele chega para outro homem e diz assim 'tou namorando uma mulher trans', ele diz 'beleza, legal'. Agora, se uma mulher trans dizer para outra mulher trans ela vai dizer 'oxe, tás gostando de mulher agora, é?'. Rola isso, entendeu, fica chamando de sapatão, sapatão masculina [...] É uma ironia muito grande. Tem grupo que eu participo no *facebook* que elas dizem assim, “os homens cis já me fizeram...” não é nem homens cis que elas botam é os homens hétero, “já me fizeram sofrer demais, vou ver se eu consigo namorar um trans”. Como se a gente fosse uma segunda opção para elas, ou menos homem que aquele. Aí tem muitas pessoas que idealizam também a gente, achando que a gente vai ser diferente, um príncipe. Não, tem homem trans galinha, tem homem trans que não presta, que vai fazer a mulher de gato e sapato, a gente não é um príncipe e também não é o terror do povo. Pode ser carinhoso, pode ser meigo, ao mesmo tempo pode ser grosso, rude e um bosta” (Fernando, 20 anos).

Esse tipo de atitude reflete uma falta de legitimação deles como homens por parte de algumas pessoas, pode ser expressado por ideias 'romantizadas' sobre “o que é ser homem (trans)”, que também se revelam muito generalistas e simplistas, ou por atitudes claramente misóginas e falocêntricas como as apontadas acima, que não os reconhece como homem por eles não terem o sexo biológico tido como definidor de uma identidade masculina. Ou seja, além das tensões apontadas também em outras pesquisas entre lésbicas ultramasculinas e homens (trans), também há tensões com outros indivíduos LGBTs.

No XIII ENUDSG, houve um fato narrado por um homem (trans) participante, que durante o evento, no dia anterior, ele estava na fila do banheiro masculino com outros dois amigos (trans), de um bar próximo ao local de realização do evento e um homem gay cisgênero negro, também participante do evento, saiu do banheiro e disse “eu vou fazer uma pergunta, vocês tem pau?”, ele respondeu “cara, e o que é que isso te interessa?”, ele disse “ah sabia que vocês eram mulheres”. Apesar, de os meninos terem se identificado no evento com (trans) e ter passabilidade cis, ou seja o rapaz tinha consciência que estava se referindo a homens (trans). Esse tipo de situação mostra a necessidade de se reconhecer os privilégios, problematizá-los e pensar que mesmo grupos oprimidos podem ser opressores também, nesse caso um homem gay cisgênero negro praticou o cissexismo/transfobia, em uma atitude falocêntrica. Felipe, interlocutor que namora um homem gay cis, também narrou outra situação semelhante, afirmou que dentro do movimento LGBT- que ele ironicamente apelida de “GGGG”, disse que já ouviu nesses espaços várias vezes perguntarem a seu namorado: “tu estás com um homem, mas não sente falta de um pênis não?”, mesmo com ele estando próximo, ao lado, entre outras expressões de preconceito, desrespeito e invasão ao corpo (trans). Ainda há nesses espaços, mesmo que busquem a superação das desigualdades, uma atuação de muitos indivíduos que agem como opressores de outros grupos que não detêm os privilégios que aqueles, por questões de raça, classe, sexo, gênero, entres outras questões. Ao invés de buscarem um entendimento em relação às especificidades de alguns sujeitos, a partir dos diferentes contextos e opressões conectadas.

Mas é importante frisar que mesmo que vários interlocutores tenham feito esse tipo de relato sobre violências sofridas em espaços de pessoas LGBTs e (trans), de militância ou não, e pedido para isso ser incluído e problematizado na pesquisa, sabe-se que essa não é uma conduta unânime. Eles reconhecem o apoio e o bom relacionamento principalmente com muitas mulheres (trans), também com mulheres cisgêneras bissexuais e lésbicas, homens cisgêneros gays e bissexuais, pessoas não-binárias, outras pessoas que transicionam o gênero,

enfim, as dificuldades no relacionamento se referem a alguns pessoas individualmente e não a grupos de militância e identidades de maneira geral, mas devem ser problematizadas e visibilizadas, inclusive, porque foram retratadas como práticas recorrentes.

Mas em se tratando do movimento de homens (trans) e da relação entre eles, acredito que as diferenças de posicionamento aparecem de fato como um reflexo do crescimento e do debate inserido na sociedade por esse movimento. E esses conflitos e outros desafios postos no movimento poderão ser atenuados a partir de estratégias em que o diálogo entre eles e a consciência e incidência política dos homens (trans) no país aumente, possibilitando essas mudanças. Pois, inclusive, sempre há a adesão de pessoas novas nos movimentos e essas ainda não têm tanta informação, sensibilização e consciência política quanto outras e reproduzem conscientemente ou não preconceitos que são enraizados no sistema.

O fato de haver diferenças de posicionamento pode ser um aspecto positivo, pois indica inserção de novas pessoas, movimentação de ideias, visibilidade e riqueza de pautas e onde há essa gama de diversidade, é comum haver discordâncias entre os membros. Porém é importante tentar vencer as desigualdades, hierarquias e desrespeito, como em fatos relatados acima, ao dar vez e voz a todos para resolverem conflitos, enfrentarem desafios apontados, superarem as fragilidades encontradas e, sobretudo, entenderem especificidades de opressões particulares, a partir da interconexão com outras formas de opressão ao construírem uma “política de solidariedade” (BRAH, 2006; FACCHINI, 2009).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente pesquisa que teve como foco indivíduos que tiveram seus corpos assignados ao nascer como femininos, mas se identificam como homens, buscou-se intencionalmente uma diversidade de interlocutores, essa se refere principalmente à raça, sexualidade, vivência de gênero e classe. Para desenvolver uma reflexão sobre os desafios atuais para o reconhecimento como homens na sociedade com indivíduos que transicionam o gênero no contexto da Região Metropolitana de Recife, partiu-se da divisão da análise em dois grupos com indivíduos que se auto-identificam por termos diferentes, homens (trans) e homens (*boys*), pôde ser visto aproximações e distanciamentos entre esses dois grupos diferentes.

O presente trabalho trilhou um percurso subdividido em quatro principais temáticas: gênero, corpo, saúde e direitos, a partir desses temas, percebeu-se pontos em comum entre esses dois grupos de indivíduos. Tanto os homens (trans) como os homens (*boys*), passaram por experiências semelhantes em relação à autoidentificação como homens, que se deu por um processo que começou para muitos desde a infância. Em que se destacam o sentimento de inadequação com o gênero socialmente imposto, em relação a maneira de significar o corpo e a identificação com atribuições relacionadas ao gênero masculino. A maioria dos entrevistados, sempre se sentiram diferentes, não à vontade com o gênero feminino, não se identificavam como mulheres, desnaturalizavam essa condição, estranhando-a e vendo-a como algo que não correspondia ao “eu”, núcleo da subjetividade, sentida por eles (BRAH, 2006, p. 322), antes da autodefinição como homens muitos interlocutores se viam como não-mulheres.

Hall (2009) afirma que o processo de formação identitária só é possível a partir da exposição do indivíduo aos discursos e signos presentes nas relações e práticas com o mundo, então, a partir da diferença é que os indivíduos se constituem. De fato, nesse processo de auto-identificação como homens, as redes de sociabilidade se mostram fundamentais para se constituir, reconhecer e firmar a identidade de gênero, a partir do sentimento de ser homem. A vivência da sexualidade e conjugalidade se mostra importante, pois muitas vezes foi apontado que a partir do sentimento da/do companheira/o frente a relação, em se tratando de satisfação, prazer, performance, puderam se perceber melhor e entender que aquele gênero imposto não os definia, então, a partir de formas diferentes, eles passaram em algum momento da vida a se auto-definirem como homens.

Em se tratando da relação com o outro, uma característica comum aos indivíduos

é a experimentação do estigma (GOFFMAN, 2008). O preconceito é geralmente vivenciado por eles, a partir da rejeição de grupos, expulsão de instituições, diversas formas de segregação, entre outras manifestações de discriminações produzidas pela cultura cissexista e transfóbica, presente em nossa sociedade. Mesmo quando a vivência de gênero dos interlocutores foi bem aceita na família, há sempre experiências em outras instituições e espaços em que foram estigmatizados e sofreram com a intersecção de opressões transfobia/cissexismo/misoginia, quando não se acrescenta racismo/homofobia/LGBTfobia e opressões em relação a classe social em que o indivíduo se insere.

Em relação as formas de significar e pensar o corpo, é comum nos indivíduos dos dois contextos a vontade de realizar modificações corporais, seja para uma melhor relação consigo mesmo ou para um maior reconhecimento e legitimação como homens na sociedade, para aumentar a passabilidade cis. Em que o desejo de realizar a mastectomia ou mamoplastia é quase unânime entre eles. Possuir o peitoral masculino é visto como fator principal que masculiniza o corpo, atribui o reconhecimento da masculinidade aos olhos de quem vê, assim como as mamas dariam o estatuto de “mulheridade” das mulheres (trans). O uso da Testosterona sinética e objetos como *binders*, *packers*, entre outros também contribuem nesse processo. Apesar de esse desejo de transexualização/transmasculinização não ser uma regra, de maneira geral, nem todas pessoas (trans) desejam fazer modificações corporais, porém essa vontade foi presente nos relatos dos interlocutores desta pesquisa. A alteração do nome/sexo no registro civil é fundamental para superar constrangimentos sociais e pessoais e principalmente permitir o acesso à trabalho, estudo, entre outros direitos, pois sem isso o indivíduo fica restrito em seus direitos, tendo uma vida “precária” (BENTO, 2014).

Outro fator comum presente nos dois grupos foi a inserção em espaços em que é possível, em graus diferentes, desenvolver e construir corpos e subjetividades, defender direitos e vivenciar o gênero e sexualidade de forma mais plena. Esses locais são as instituições em que foram desenvolvidas parcerias para a realização da pesquisa: Centro Estadual de Combate à Homofobia- CECH, Centro Municipal de Referência em Cidadania LGBT- CMRC LGBT, com o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades- IBRAT, com o Consultório de Rua- C.R e Centro da Juventude. Porém nessas instituições também pode haver reprodução dos preconceitos e exclusão sofrida, como em algumas situações narradas que ocorreram no C.J.

Apesar das experiências comuns acima citadas entre esses indivíduos que transicionam o gênero, que apresentam processos de identificação, demandas, vivência com o estigma entre outros pontos de convergência, foram percebidos diferenciações que são cruciais para a

concretização ou não de suas intencionalidades e seus projetos de vida, situações que limitam de forma diferente o poder de agência dos indivíduos (ORTNER, 2007). Esse grande fator de diferenciação se relaciona com o contexto sócio-econômico-cultural em que esses indivíduos costumam circular.

Na presente pesquisa, entendemos que o acesso a espaços de garantia de direitos, saúde pode ser facilitado por um certo posicionamento de classe do indivíduo, a condições de existência, esses espaços são mais acessíveis a pessoas inseridas em classes médias e altas. Indivíduos posicionados nessas classes estão inseridos em contextos sócio-econômico-culturais semelhantes, como exemplo, todos os interlocutores que se identificaram como pertencentes à classes médias: estão no PTSUS, tem o ensino médio completo, todos eles têm empregos formalizados, com garantias trabalhistas; e mesmo assim, esses tem muitas dificuldades para fazerem o acompanhamento no SUS - por causa de gastos para a compra da “T”, que é muito cara, gastos com transporte, entre outros. O contexto de classes médias e altas possibilita com mais facilidade o acesso a informações sobre direitos, leis, teorias científicas, que estão mais em circulação para indivíduos com determinado *habitus* e capital cultural semelhantes (BORDIEU, 2007).

Acreditamos que as informações sobre a transexualidade masculina ainda tenham pouca visibilidade e acabam ficando mais restritas a ambientes universitários, de pesquisas na área de gênero e sexualidade, militância LGBT e (trans), entre outros. Nesse sentido, o conhecimento das transmasculinidades e de questões relacionadas pode ser facilitado por um determinado capital cultural, referente a classes médias e altas. Principalmente, em se considerando que ainda há pouca visibilidade dos homens (trans) e do movimento de homens (trans). Além de ser mais fácil indivíduos dessas classes conhecerem essa categoria de identidade, também se identificam mais facilmente com essa, é comum que o “estalo”, auto-identificação como (trans), seja algo imediato, quando se conhece o termo e questões envolvidas; a partir disso, se auto-definem como homens (trans) e mantêm o uso desse termo como o que reflete sua identidade, pois essa categoria já é reconhecida por outras pessoas do seu meio, como foi apontado por muitos interlocutores e viabiliza o acesso a direitos, como o PTSUS.

Vê-se que muitos homens (*boys*) ficam à margem desses direitos por esses fatores citados, o fato de os interlocutores desse contexto acreditarem que não têm condições de realizar cirurgias e modificações corporais, por causa do preço dessas cirurgias e o desconhecimento sobre o PTSUS, faz com que mesmo que almejem, não saibam se pode ocorrer ou quando pode ocorrer de fato. Ao atuarem nesse contexto, os homens (*boys*)

encontram inúmeros desafios para a concretizações dos seus projetos de vida, para suas intenções de busca por reconhecimento como homens nos espaços em que frequentam. Eles desenvolvem estratégias para resistir às imposições normativas em relação à gênero e sexualidade das instituições em que transitam, família, vizinhança, o C.J., entre outros espaços.

Isso contribui para que esses interlocutores criem outras formas de alcançarem essa legitimação, reconhecimento e busca por direitos. Além das diferentes estratégias de passabilidade cis, os (*boys*) buscam mais o reconhecimento como homens em seu meio imediato e eles o obtém por parte da vizinhança, família e amigos principalmente pelo nome de guerra adotado e pelos papéis que desempenham, que muitas vezes são considerados masculinos, em que se destacam: o trabalho, as atividades de lazer, os relacionamentos afetivo-sexuais com mulheres cis, alguns, pela fuga da domesticidade e envolvimento com violência, como reafirmadores da masculinidade (SCOTT, 2010a). Isso contribui também para que os homens (*boys*) produzam masculinidades diferentes das dos homens (trans), por conta dos marcadores sociais de diferença envolvidos que contribuem no processo de constituição identitária desses e na posição desses na sociedade. Porém, vê-se o potencial desestabilizador da cis-norma nas masculinidades produzidas por ambos, principalmente por causa do empenho de muitos de desnaturalizar relações de gênero. Mas algumas questões se apresentam, será que eles teriam direito, por exemplo, a esse acompanhamento no PTSUS, já que eles não se consideram (transexuais)? (Ou não se auto-definem a partir desse termo). E se algum (*boy*) entrar com pedido para ser atendido no PTSUS, em se considerando sua situação sócio-econômica, será que ele teria condições financeiras para realizar o acompanhamento, com uso da Testosterona sintética entre outros elementos do processo? E como as instituições poderiam estar preparadas para os receberem, já que há o interesse em muitos de realizar tais procedimentos?

De fato, em Pernambuco, e em âmbito nacional, não há ainda uma 'assistência para todos', os poucos espaços direcionados à população (trans) se encontram lotados, o acesso e a permanência nessas instituições é difícil, por inúmeras questões já vistas, desde o desconhecimento de profissionais da rede de atendimento que não o indicam a dificuldades para permanecer no acompanhamento por causa dos altos custos envolvidos. Além dessas questões apontadas, as lideranças na militância de homens (trans) entrevistadas, quando eles foram perguntados por mim sobre os desafios de serem reconhecidos como homens na sociedades, problematizaram questões diferentes. O interlocutor da Bahia trouxe a questão da patologização, que por ainda ser “oficializada”, justifica e embasa muitos preconceitos sociais

e nega espaços às pessoas (trans), a psiquiatrização e patologização das identidades (trans) contribuem bastante para a manutenção desses preconceitos. Um dos pernambucanos afirmou que o principal desafio era a não legitimação deles como homens causados pela transfobia/cissexismo, e também pela invisibilização dos homens (trans) na sociedade.

E o outro, de Pernambuco afirmou que a partir de sua experiência, o maior desafio era a pessoa “se reconhecer, se aceitar e se respeitar”, pois sua maior dificuldade foi em sua relação consigo mesmo. Ele relatou observar companheiros (trans) deprimidos, com crises de ansiedade, inseguros, com medo de que os descubram como (trans) nos espaços e que sofram violências. Ou seja, são consequências do que a transfobia/cissexismo e a exclusão de espaços e oportunidades na sociedade pode gerar em uma pessoa, os reflexos do preconceito social na auto-aceitação e relação consigo mesma.

Somando o fato de que Pernambuco há mais de uma década está liderando o ranking dos estados que tem maior número de homicídios de LGBTs no país<sup>81</sup>, e o fato de o Brasil continuar também sendo no mundo o país com maior número de homicídios motivados por transfobia e homofobia, segundo pesquisas internacionais (TMM, 2014), constata-se que estamos vivendo um contexto político-social violento e nocivo à população LGBT. Com o aumento do conservadorismo e poder de políticos reacionários e adesão de suas propostas e projetos de leis a nível nacional, estadual e municipal, propondo retrocessos e incitando a intolerância. Nesse cenário, se mostra cada vez mais necessário o fortalecimento da resistência e da luta para o impedimento da concretização desses retrocessos no país.

Acredito que ao problematizar questões e principalmente apresentar trajetórias tão inspiradoras de pessoas que conseguem mesmo com tantos desafios postos, ir atrás de seus objetivos, necessidades, sonhos e desejos, o presente trabalho tenha contribuído para ajudar a resistir diante desse difícil cenário sócio-político atual. É importante que se conheçam os desafios e dificuldades para superá-los, olhando, como exemplo e motivação, as conquistas já obtidas.

Como os avanços no Processo Transexualizador do SUS, com a inclusão das travestis e homens (trans) que desejam realizar o acompanhamento, a partir da Portaria nº 2.803 publicada, que redefiniu e ampliou o PTSUS, estabelecendo um cuidado e integralidade no atendimento, desde a atenção primária até a alta complexidade, e não centralizando ou restringindo o atendimento à realização da cirurgia de transgenitalização (BRASIL, 2013). Muitos espaços já estão atuando a partir dessa portaria com uma ideia de cuidado integral e

---

<sup>81</sup>

Dados acessados em: <https://grupogaydabahia.com.br/assassinatos/>

individualizado aos usuários, respeitando a autonomia e os interesses deles para realizarem, ou não, procedimentos como a hormonioterapia e as diversas cirurgias, além de adotarem o nome social em âmbito institucional. Como o “Espaço Trans”, outras instituições de saúde contribuem também para o fortalecimento dos usuários, a partir de grupos integrativos, disponibilização de informação sobre direitos, orientação para acessarem instituições jurídicas, de saúde, entre outros recursos.

Outra questão observada é o crescimento da militância dos homens (trans) e a visibilidade de suas lutas, que se torna evidente desde uma maior veiculação midiática sobre temáticas que envolvem transmasculinidades, ao crescimento de *sites*, canais no *youtube*, e outras páginas na internet no geral. E há uma maior inserção desses no movimento (trans) e em espaços LGBTs, que mesmo que haja tensões entre algumas identidades dessa “sopa de letrinhas” com os homens (trans), há também alianças que estão sendo firmadas e consolidadas (FACCHINI, 2005).

Assim como cresce também o número de pesquisas na área de gênero e sexualidade que desenvolvem, visibilizam e problematizam questões importantes para a criação de uma realidade em que possa ser respeitada e reconhecida a autonomia, a auto-determinação do gênero, uma livre vivência da sexualidade, o combate aos cis-temas, LGBTfobias e aos fundamentalismos em suas diversas manifestações, enfim, uma realidade que apresente novos horizontes as populações hoje excluídas e estigmatizadas. Nesse sentido, o ativismo político na academia também pode ser um meio de produzir novos discursos, realidades e resistências.

## REFERÊNCIAS

ADRIÁN, Tamara. *Un ensayo de determinación de la situación actual del problema a la luz del examen del derecho comparado*. in: ARILHA, Margareth; LAPA, Thaís de Souza; PISANESCHI, Tatiane Crenn. *Transexualidade, travestilidade e direito à saúde*. São Paulo: Oficina Editorial, 2010.

AYRES, JRCM, França Junior I, Calazans GJ, Filho HCS. **O conceito de vulnerabilidade e as práticas de Saúde: novas perspectivas e desafios**. In: Czeresnia D, Freitas CM. (orgs.) *Promoção da Saúde: conceitos, reflexões e tendências*. Rio de Janeiro: Editora FioCruz; 2003. p.117-139.

ALMEIDA, M. V. de. **Gênero, masculinidade e poder: revendo um caso no sul de Portugal**. In: *Anuário Antropológico*: 1995. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro. 1996. p. 161-189.

\_\_\_\_\_. **Senhores de si: Uma interpretação antropológica da masculinidade**. Lisboa: Fim de Século, 2000.

ALMEIDA, Guilherme. **Homens Trans': Novos matizes na Aquarela das Masculinidades?** *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, (20)2: 256, maio-agosto/2012.

\_\_\_\_\_. **Reflexões iniciais sobre o processo transexualizador no SUS a partir de uma experiência de atendimento**. In: ARILHA, Margareth; LAPA, Thaís de Souza; PISANESCHI, Tatiane Crenn. *Transexualidade, travestilidade e direito à saúde*. São Paulo: Oficina Editorial, 2010.

ALVES, H.. **Introdução ao transfeminismo**. *Transfeminismo*. 2012. Disponível em: <http://transfeminismo.com/2012/10/01/introducao-ao-transfeminismo>.

APA – DSM V. Disponível em <http://www.dsm5.org/documents/gender%20dysphoria%20fact%20sheet.pdf> Acesso: 14/09/2015.

ARAGUSUKU, H. A., LOPES, M.A. de Souza, **Políticas Públicas e Direitos LGBT no Brasil: Dez Anos Após o Brasil Sem Homofobia**. 2014. Disponível em: [www.uneb.br/.../files/2015/.../comunicaçãooralhenriquearagusuku-1.pdf](http://www.uneb.br/.../files/2015/.../comunicaçãooralhenriquearagusuku-1.pdf) Acesso em: 15/04/2016.

ARÁN, M. **A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero**. *Ágora*, 49-63. 2006.

\_\_\_\_\_, Márcia. **A saúde como prática de si: do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade**. In: ARILHA, Margareth; LAPA, Thaís de Souza; PISANESCHI, Tatiane Crenn. *Transexualidade, travestilidade e direito à saúde*. São Paulo: Oficina Editorial, 2010.

\_\_\_\_\_, M. et al. **Transexualidade e saúde: acúmulo consensual para propostas de saúde integral**. Mimeo, 2008.

ÁRAN, M., Murta, D., & Lionço, T. **Transexualidade e saúde pública no Brasil**. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14, 1141-1149. 2009.

ÁRAN, Márcia e PEIXOTO JÚNIOR. **Subversões do Desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler**. In: *Cadernos Pagu*. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, v.28. p. 129-148. 2007.

ARAÚJO, L. R. **Transexualidade: dos Transtornos às Experiências Singulares**. 124 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Centro de Ciências Biológicas e da Saúde. Universidade Católica de Pernambuco. 2010.

ARILHA M, UNBEHAUM S, MEDRADO B, organizadores. **Homens e masculinidades: outras palavras**. São Paulo: ECOS Editora 34; 1998.

ARILHA, M. LAPA, Thaís de Souza; PISANESCHI, Tatiane Crenn (org.). **Transexualidade, travestilidade e direito à saúde T**. São Paulo : Oficina Editorial, 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HOMENS TRANS. **Relatório I Encontro de Homens Trans do Norte e Nordeste**, 2013. Disponível em: [www.ftmbrasil.org/2012/03/melhoras-no-processo-transexualizador.html](http://www.ftmbrasil.org/2012/03/melhoras-no-processo-transexualizador.html) Acesso:14/06/2015.

ÁVILA, Simone. **FTM, transhomem, homem trans, trans, homem: A emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo**. Tese [Doutorado em Ciências Sociais] Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis, 2014.

ÁVILA, Simone, GROSSI, Míriam Pillar. **Maria, Maria João, João: Reflexões sobre a Transexperiência masculina**. In: FAZENDO GÊNERO 9: DIÁSPORAS, DIVERSIDADE E DESLOCAMENTOS, 23 a 26 de agosto de 2010, Florianópolis. Disponível em: [http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278255349\\_ARQUIVO\\_Maria,MariaJoao,Joao040721010.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278255349_ARQUIVO_Maria,MariaJoao,Joao040721010.pdf) . Acesso em 23 de maio de 2014.

BARBOZA, Heloisa Helena. **Proteção à autonomia reprodutiva dos transexuais**. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 20, n.2, Ago. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=s0104-026x2012000200015](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0104-026x2012000200015)>. Acesso em: 20 abril 2015.

BEATIE, Thomas. **Labor of Love – The Story of One Man’s Extraordinary Pregnancy**. Berkley: Seal Press, Kindle edition. 2008.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BENEDETTI, Marcos. **Toda feita – O corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo. Sexualidade e gênero na experiência transexual.** Rio de Janeiro: Garamond. 2006.

\_\_\_\_\_. **Gênero: uma categoria cultural ou diagnóstica?** In: ARILHA, Margareth; LAPA, Thaís de Souza; PISANESCHI, Tatiane Crenn. **Transexualidade, travestilidade e direito à saúde.** São Paulo: Oficina Editorial, 2010.

\_\_\_\_\_. **O que é Transexualidade.** São Paulo: Brasiliense, 2008.

\_\_\_\_\_. *Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal.* Revista Contemporânea, ISSN: 2236-532X, v. 4, n. 1. 2014. p. 165-182, Jan.–Jun.

BENTO, B.; PELÚCIO, L. **Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas.** Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 20, n. 02, ago. 2012.

BONETTI, Alinne; FLEISCHER, Soraya. **Entre saias justas e jogos de cintura.** Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC. 2007. p. 370

BORDO, Susan R. **O Corpo e a Reprodução da feminilidade: uma apropriação feminista de Foucault.** In: Gênero do conhecimento. Coleção Gênero. Vol. 1. Rio de Janeiro. Rosa dos Tempos. 2000.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um pensamento.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina.** Trad. Maria Helena Kühner. 2ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento.** São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BRAH, Avtar. **Diferença, diversidade, diferenciação.** Cadernos Pagu, n. 26, janeiro-junho. 2006. p. 329-376.

BRANDÃO, Ana Maria. **Da sodomita à lésbica: o gênero nas representações do homoerotismo feminino.** Analise Social, v. XLV, n. 195. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2010.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Comissão Provisória de Trabalho do Conselho Nacional de Combate à Discriminação da Secretaria Especial de Direitos Humanos. Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate Violência e à Discriminação contra GLBT e Promoção de Cidadania Homossexual. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, D.F* 2006. Acesso em: 20/05/2015.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. Projeto de Lei da Câmara 72/2007. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=51002&tp=1>. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, D.F.** Acesso em: 20/05/2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Portaria Nº 1.820, De 13 De Agosto De 2009. Dispõe sobre

Direitos e Deveres Dos Usuários Da Saúde. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, D.F., 13 de Agosto de 2009. Seção 1- p.80. In: [www.conselho.saude.gov.br/ultimas\\_noticias/2009/01\\_set\\_carta.pdf](http://www.conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2009/01_set_carta.pdf). Acesso em: 20/05/2015*

\_\_\_\_\_. Senado Federal. Projeto de Lei do Senado 658/2011. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=98732&tp=1>. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, D.F.** Acesso em: 20/05/2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. **Ministério da Saúde, Brasília, D.F.** 2012. Acesso em: 12/06/2016.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretaria De Direitos Humanos. Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: ano de 2011. Brasília, DF: **Secretaria de Direitos Humanos. 2012.** Acesso em: 12/06/2016.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: ano de 2012. **Secretaria de Direitos Humanos, SEDH-PR, Brasília, 2013.** Acesso em: 12/06/2016.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretaria De Direitos Humanos. Guia Orientador para a criação de conselhos estaduais/municipais de direitos da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – LGBT. Brasília: **Secretaria de Direitos Humanos, SEDH-PR, 2013.** Acesso em: 12/06/2016.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. Projeto de Lei 5002/2013. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565315>. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, D.F.** Acesso em: 20/05/2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Curso UNA SUS. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. **Ministério da Saúde, 2015.** Disponível em: <https://idpcnps.unasus.gov.br/> Acesso em 15/05/2015.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. *Decreto de Lei n. 8.727, de 28 de Abril de 2016. Dispõe sobre Reconhecimento da Identidade de Gênero de Pessoas Travestis e Transexuais no Âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, D.F. 2016. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015.../2016/Decreto/D8727.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015.../2016/Decreto/D8727.htm) Acesso em: 12/06/2016.*

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero.** Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010a.

\_\_\_\_\_. *Deshacer el género.* Barcelona: Paidós, 2006.

\_\_\_\_\_. *Precarious life – The powers of mourning and violence*. London/New York : Verso, 2004.

\_\_\_\_\_. **Desdiagnosticando o gênero**. Tradução: André Rios, Revisão Técnica: Márcia Arán. In: ARILHA, Margareth; LAPA, Thaís de Souza; PISANESCHI, Tatiane Crenn. *Transexualidade, travestilidade e direito à saúde*. São Paulo: Oficina Editorial, 2010b.

\_\_\_\_\_. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo**. In: LOURO, Guacira. *O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica. 1999. p. 153-172.

CARDOSO, Ruth (org.). **A Aventura Antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. **Pesquisas em versus pesquisas com seres humanos**. In: VÍCTORA, C. et al. *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2004. p. 33-44.

CARVALHO, Mário; CARRARA, Sérgio. **Em direção a um futuro trans ? Contribuições para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil**. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*. N. 14, dossier n. 2. 2013. p. 319-351.

CASTEL, P. (2001). **Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do “fenômeno transexual” (1910-1995)**. *Revista Brasileira de História*, 21, 77- 111.

CECCARELLI, Paulo Roberto. **A Construção da Masculinidade**. *Percurso*, São Paulo, Vol. 19, pp. 49-56, 1998.

\_\_\_\_\_. **Transexualismo**. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2008.

COOL-PLANAS, Gerard. Introducción. In: MISSÉ, Miquel; COLL-PLANAS, G. (Eds.). *El género desordenado: críticas en torno a la patologización de la transexualidad*. Barcelona, Madrid: EGALES, 2010.

COOL-PLANAS, Gerard e MISSÉ, Miquel. **La patologización de la transexualidad: reflexiones críticas y propuestas**. *Norte de Salud Mental*, vol. VIII, nº 38. 2010. p. 44-55.

COONELL, R. W. **Masculinities: Knowledge, power and social change**. Berkeley/Los Angeles: University of California Press. 1995a.

\_\_\_\_\_. **Políticas da masculinidade**. *Educação e Realidade*, v. 2, n. 20. 1995b. p. 185-206,

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. **Masculinidade hegemônica: repensando o conceito**. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis. Vol. 21, n. 1. 2013. p. 240-285.

CONSULTÓRIO DE RUA. **Reduzindo danos saciando os apetites da alma**. Recife, 2012. 23 p.

DAMATTA, R. **O ofício do etnólogo ou como ter *anthropological blues***. in Edson Nunes, A Aventura Sociológica. Riode Janeiro: Jorge Zahzar, 1978.

D'ÁVILA NETO, M. I.; BAPTISTA, C. M. de A. **Páthos e o sujeito feminino: considerações sobre o processo de construção narrativa identitária de mulheres de grupos culturalmente minoritários**. In: Pesquisas e Práticas Psicossociais, São João del-Rei: 2(1), Mar-Ago, 2007.

DEUSDARÁ, B. e ROCHA, D. Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. ALEA. Volume 7 N° 2 JULHO. 2005. p. 305-322.

DE LAURETIS, Teresa. **A tecnologia de gênero**. In: HOLANDA, H. B. Tendências e impasse: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. São Paulo, Perspectiva, 2004.

DIAS, Letícia Otero. **O Feminismo Decolonial de Maria Lugones**. VII ENEP- Encontro de Ensino, pesquisa e Extensão- UFGD. V EPEX UEMS. 2013.

DINIZ, Débora. **Ética na pesquisa em ciências humanas: novos desafios**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 13. 2008. p. 417-426.

\_\_\_\_\_. **A pesquisa social e os comitês de ética no Brasil**. In: FLEISCHER, Soraya e SCHUCH Patrice [Orgs.].Ética e regulamentação na pesquisa antropológica, Letras Livres. Editora: UNB, Brasília 2010.

DSM IV. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. 4ª ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2002.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. **Da Vida Nervosa nas Classes Trabalhadoras Urbanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

DUQUE, Tiago. **Gêneros incríveis: identificação, diferenciação e reconhecimento no ato de passar por**. Tese [Doutorado em Ciências Sociais]. Universidade Estadual de Campinas, 2013.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

\_\_\_\_\_. **Entre umas e outras. Mulheres, (homo) sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

\_\_\_\_\_. **Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro.** Revista Bagoas. n. 04 . 2009. p. 131-158.

\_\_\_\_\_. **Histórico da luta de LGBT no Brasil.** In: CONSELHO Regional de Psicologia da 6ª Região (org.). Psicologia e Diversidade Sexual. São Paulo: CRPSP, 2011.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social.** Coord. trad., revisão e pref. à ed. bras. de Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001

FAVRET-SAADA, J. Ser afetado. Tradução de Paula de Siqueira Lopes. Cadernos de Campo, n. 13. 2005. p. 155-161.

FLOETER, Guilherme Saade. **Novas Masculinidades? Um Estudo Sobre Relações de Gênero e Sexualidade na UFSCAR.** Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos 23 a 26 de agosto. Florianópolis, Brasil, 2010. Anais do IX Fazendo Gênero, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.

FONSECA, Claudia. **Classe e a Recusa Etnográfica.** In: FONSECA, Claudia; BRITES, Jurema (orgs.). Etnografias da Participação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

\_\_\_\_\_. **Família, Fofoca e Honra.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2000.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1. A vontade de saber.** 18ª edição. São Paulo: Edições Graal. 2007.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder.** São Paulo: Graal, 1996.

\_\_\_\_\_, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões.** 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

\_\_\_\_\_, M. **Os anormais.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

\_\_\_\_\_, Michel. **A ordem do discurso.** 9.ed. São Paulo : Loyola, 2005

FREITAS, A. **Ensaio de construção do pensamento transfeminista.** 2005. *CMIBarsil*. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2005/12/340210.shtml>. [Links. Acesso em: 15/04/2014.

FRIEDMAN, John. **Empowerment - uma política de desenvolvimento alternativo.** Oeiras, Celta, 1996.

FRY, Peter. Pra inglês ver: **Identidade e política na cultura brasileira.** Rio de Janeiro: Jorje Zahar, 1982.

FRÚGOLI JR, H. e CAVALCANTI Mariana. **Territorialidades da(s) cracolândia(s)em São Paulo e no Rio de Janeiro, Anuário Antropológico [Online], II 2013,** Disponível em: <http://aa.revues.org/561>; DOI: 10.4000/aa.561. Acesso em: 08/09/2015.

GEERTZ, Clifford. **O Saber Local: Novos Ensaios em Antropologia Interpretativa.** Petrópolis: Vozes. 1997.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GROSGOUEL, Ramon. *Dilemas dos estudos étnicos norte-americanos: multiculturalismo identitário, colonização disciplinar e epistemologias descoloniais*. Ciência e Cultura, São Paulo, v. 59, n. 2, abr./jun. 2007. Disponível em: <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_issuetoc&pid=0009672520070002&lng=pt&nrm=is](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0009672520070002&lng=pt&nrm=is)>. Acesso em: 10/08/2015.

\_\_\_\_\_. *Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global*. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 80. 2008. p. 115-147.

GROSSI, Míriam Pillar. **Masculinidades: uma revisão teórica**. Antropologia em Primeira Mão. N. 75. 2004. p. 1-37.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

\_\_\_\_\_. **Quem precisa da identidade?** In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis Vozes. 2009. p. 103-133.

HALBERSTAM, Judith. *Female masculinity*. Durham: Duke University Press, 1998.

HARAWAY, D. *Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective*. In: HARAWAY, Donna (ed.). *Symians, Cyborgs and Women: the Reinvention of Nature*. New York: Routledge, 1991[1988]. p. 183-202.

INSTITUTO BRASILEIRO DE TRANSMACULINIDADES. 2013. Disponível em: <http://institutoibrat.blogspot.com.br>. Acesso: 20/05/2015.

JESUS, J. G. e Alves, H. **Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais**. Cronos, 11 (2). 2010. p. 8-19.

JESUS, Jaqueline Maria de. **Orientações sobre Identidade de Gênero: conceitos e termos**. Goiânia: Ser Tão, 2012. Disponível em: <http://www.sertao.ufg.br/pages/42117>. Acesso em: 12/05/2014.

KAAS, H. **O que é e porque precisamos do Transfeminismo**. In: SAKA-MOTO, L. & KUBIK MANO, M. (Org.). A quem pertence o corpo da mulher? Reportagens e Ensaios. São Paulo: Repórter Brasil. 2013. p. 103-112.

KIMMEL, Michael. **A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas**. Horizontes Antropológicos – Corpo, Doença e Saúde. Porto Alegre. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS, n. 9. 1998. p. 103-117.

LACOMBE, Andrea. **De entendidas e sapatonas: socializações lésbicas e masculinidades em um bar do Rio de Janeiro**. Cadernos Pagu, no. 28. 2007. p. 207-225, jan-jun.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo**. Corpo e Gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

LE BRETON, David. **Adeus ao corpo**. Papirus. Campinas- São Paulo. 2007.

\_\_\_\_\_. **A Sociologia do corpo**. Editora Vozes. Petrópolis- Rio de Janeiro, 2007.

LÉON, Adriano. **Os Labirintos do Desejo: Desenhando uma Metodologia Anarcoqueer**. Revista de Política e Trabalho, Ed. 36. UFPB, Paraíba-João Pessoa, 2012.

\_\_\_\_\_. **As Artes Da Tirania: Sexo, Foucault E Teoria Queer**. Revista Ártemis, V.10, 2009. p.86-95, junho.

LINTON, Rhoda. **Conceptualizing Feminism: A Structured Method**. Ph.D. diss. Cornell University, 1985.

LIONÇO, Tatiana. **Um olhar sobre a transexualidade a partir da perspectiva da tensionalidade somato-psíquica**. Tese [Doutorado em Psicologia]. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de Brasília, 2006.

LIONÇO, T. **Bioética e sexualidade: o desafio para a superação de práticas correcionais na atenção à saúde de travestis e transexuais**. Série Anis. Brasília, n. 54. 2008. p. 1-6.

\_\_\_\_\_. **Que Direito à saúde para a população GLBT? Considerando direitos reprodutivos em busca da integralidade e da equidade**. Saúde Soc. São Paulo. Vol. 17, n.2, p.11-21, 2008.

\_\_\_\_\_. **Um olhar sobre a transexualidade a partir da perspectiva da tensionalidade somato-psíquica**. Tese [Doutorado em Psicologia] - Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

LISBOA, Thereza Kleba. **O empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais**. Fazendo Gênero 8º, Florianópolis, Brasil, 2008. Anais do VIII Fazendo Gênero, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008. Disponível em: [http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST11/Teresa\\_Kleba\\_Lisboa\\_11.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST11/Teresa_Kleba_Lisboa_11.pdf), Acesso em 15/01/2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Teoria Queer: Uma Política Pós-Identitária para a Educação**. In: Revista Estudos Feministas. V.9 n.2 Florianópolis, 2001.

\_\_\_\_\_.(org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

LUGONES, María. **Colonialidad y Género**. Tabula Rasa. Bogotá - Colombia, n. 9. 2009. p. 73-101, julio-diciembre.

\_\_\_\_\_. *Purity, Impurity, and Separation*. Chicago: Signs, Vol. 19, No. 2. 1994. p. 458-479.

\_\_\_\_\_. *Peregrinajes/Pilgrimages: Theorizing Coalition Against Multiple Oppressions*- New York: Rowman & Littlefield Press, 2003.

\_\_\_\_\_. *Heterosexualism and the Colonial/Modern Gender System*. Hypatia, 22(1) 2007. p.186–209.

LUGONES, María. *Subjetividad esclava, colonialidad de género, marginalidad y opresiones múltiples*. Pensando los feminismos en Bolivia: Serie Foros 2. 1ª ed. La Paz, Conexión Fondo de Emancipación. 2012. p.129-140.

MARTÍN, Rocío Medina. **Feminismo periférico e Feminismos-otros: uma Genealogia feminista por Reivindicar**. Revista Internacional de Pensamiento Político. I Época. Vol. 8. 2013.

MEDRADO B., LYRA J. **Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades**. *Rev Estudos Feministas*; 16(3). 2008. p. 809-840.

MEINERZ, Nadia. **Entre mulheres: a constituição de parcerias sexuais e afetivas femininas**. Revista Latitude, v. 2, n. 1, 2008. p. 124-146.

MENDES, José Manuel. **Do ressentimento ao reconhecimento: vozes, identidades e processos políticos nos Açores (1974-1996)**. Porto: Edições Afrontamento. 2003.

MEYEROWITZ, J. *How sex changed. A history of transsexuality in the United States*. Cambridge, Massachusetts, London, England: Harvard University Press. 2002.

MIGNOLO, Walter. *Espacios geográficos y localizaciones epistemológicas o la ratio entre la localización geográfica y la subalternización de conocimientos*. Estudios – revista de investigaciones literarias, Universidad Simón Bolívar, Caracas, n. 11, 1998.

MIGNOLO, Walter. *Desobediência Epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política*. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, n. 34, 2008.

MISKOLCI, Richard. **A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização**. Em: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, n. 21. 2009. p. 150-182.

\_\_\_\_\_. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

\_\_\_\_\_. **O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX**. São Paulo: Annablume, 2012.

MOORE, H., **Fantasia de Poder e fantasias de identidade de gênero: gênero, raça e violência**. *Cadernos Pagu*, n.14. 2000. p. 13-44.

MURTA, Daniela. **Paradoxos entre o acesso a saúde e a patologização: algumas considerações sobre a psiquiatrização da transexualidade**. *Fazendo gênero* 8 – Corpo,

violência e poder. Florianópolis, 25 a 28 de agosto, 2008.

NATIVIDADE, Marcelo & OLIVEIRA, Leandro de. **As novas guerras sexuais: diferença, poder religioso e identidades LGBT no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

NERY, João W. **Erro de pessoa**. Rio de Janeiro: Record, 1984.

\_\_\_\_\_. **Viagem Solitária – Memórias de um transexual trinta anos depois**. São Paulo: Leya, 2011.

NOGUEIRA, Nádia. **Desconstruindo Gêneros: Performatividades Masculinas (1920-1960)**. In: Seminário Internacional Enlaçando Gêneros: Direito, Relções Etnoraciais, Educação, Trabalho, Diversidade Sexual, Comunicação e Cultura. Salvador, 04 a 06 de Setembro de 2011, Salvador. Disponível em: <http://www.uneb.br/enlacandosexualidades/files/2012/04/Desconstruindo-generosperformatividade-masculina-1920-1960.doc>. Acesso em 23/05/2014.

OLIVEIRA, Roberto M. **Avaliação dos Centros de Referência como Estratégia para Superação da Violência contra Gays, Lésbicas e Transgêneros**. Relatório Final. Concursos Nacionais de Pesquisas Aplicadas em Justiça Criminal e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2006.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas**. Porto Alegre: Artmed, 1993.

ORTNER, Sherry, B. **Poder e Projetos: reflexões sobre a agência**. In: GROSSI, M. P. (org.) Conferências e Diálogos: Saberes e Práticas Antropológicas. ABA, Blumenau, Nova Letras, 2007.

PARKER, R. **Teorias de mudança comportamental e intervenção frente ao HIV/AIDS**. In: PARKER, Richard. Na contramão da AIDS: sexualidade, intervenção e política. Rio de Janeiro: ABIA: Editora 34,. 2000. p. 89-93.

PELUCIO, Larissa. **Nos Nervos, na Carne, na Pele - Uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de AIDS**. Tese [Doutorado em Ciências Sociais], Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 2007.

\_\_\_\_\_. **Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos Queer**. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 2. 2012 p. 395-418.

PEIRANO, M. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

PERNAMBUCO. Câmara Estadual de Deputados. Projeto de Lei Ordinária Nº 880/2016. Dispõe sobre a utilização de banheiros, vestiários e outros ambientes similares pelo critério de segregação por sexo biológico nos estabelecimentos públicos e privados do Estado de Pernambuco. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco, PE**. 2016. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/login?next=http%3A%2F%2Fwww.jusbrasil.com.br%2Fdiarios%2F118647356%2Fal-pe-21-06-2016-pg-5%2FpdfView>. Acesso em: 11/06/2016.

PINHEIRO, Odette G. **Entrevista: uma prática discursiva.** In: SPINK, Mary Jane (org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas.* São Paulo, Editora Cortez. 1999.

PINO, Nádía Perez. **A teoria queer e os intersex: experiências invisíveis de corpos desfeitos.** *Cadernos Pagu.* número 28, janeiro-junho, 2007. p.149-174.

PRECIADO, B. *Testo Yonqui.* Madrid. Editora Espasa. 2008.

\_\_\_\_\_. **Manifiesto contra sexual.** Madri: Anagrama, 2011.

\_\_\_\_\_. *Entrevista a Jesús Carrillo.* In *Cadernos Pagu.* Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu. v. 28. 2007. p.375-40.

\_\_\_\_\_. **Multitudes queer,** 2004. Disponível em: <http://multitudes.samizdat.net/Multitudes-queer,1465>. Acesso em: 20/05/2015.

QUIJANO, Anibal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.* In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.* Buenos Aires: CLACSO, 2000.

\_\_\_\_\_. *Colonialidade, poder, globalização e democracia.* *Novos Rumos,* ano 17, n. 37, 2002.

RED INTERNACIONAL POR LA DESPATOLOGIZACIÓN TRANS. *Red Internacional Por La Despatologización Trans.*[online] Disponível em <http://www.stp2012.info/es/manifiesto>. Acesso 15/09/2014.

RIOS, Luís Felipe et al. **Os cuidados com a “carne” na socialização sexual dos jovens.** *Psicologia em Estudo,* Maringá;13(4):673–682. ago./dez, 2008.

SAMPAIO, L.L.P COELHO, M.T.Á.D. **Transexualidad: aspectos psicológicos y nuevas demandas para el sector de la salud.** *Interface - Comunic., Saude, Educ.,* v.16, n.42, 2012. p.637-49, jul./set.

SANTOS, R. B. **Ampliando Olhares: A Experiência do Serviço Social no Espaço de Acolhimento e Cuidado a Pessoas Trans HC-UFPE.** 2015. Disponível em: <http://www.uneb.br/enlacandosesexualidades/files/2015/07/AMPLIANDO-OLHARES-A-EXPERI%C3%80NCIA-DO-SERVI%C3%87O-SOCIAL-NO-ESPA%C3%87O-DE-ACOLHIMENTO-E-CUIDADO-A-PESSOAS-TRANS-HC-UFPE1.pdf> Acesso em: 14/11/2015.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** In: *Revista Educação e Realidade.* Porto Alegre: UFRGS, 1990.

\_\_\_\_\_. **A Invisibilidade da Experiência.** In: *Projeto História.* N.16. São Paulo, PUC, 1998. p.297-325.

\_\_\_\_\_. *La Citoyenne Paradoxale: les féministes françaises et les droits de l'homme.*

Paris: Ed Albin Michel. Tradução Míriam Grossi. 1998.

\_\_\_\_\_. **O enigma da igualdade.** Revista Estudos Feministas. N.13, v. 1, jan-abr. 2005. p. 11-30.

SCOTT, Russell Parry. **Família, moralidade e as novas leis.** In: ÁVILA et al (org.) Novas Legalidades e democratização da vida social: família, sexualidade e aborto. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

\_\_\_\_\_. **A Etnografia da família de camadas médias e de pobres urbanos: Trabalho, poder e a inversão do público e do privado.** In: SCOTT, R. P. (Org) Famílias Brasileiras: poderes, desigualdades e solidariedades. Série Família e Gênero, número 14, Editora Universitária UFPE, Recife, 2011a.

\_\_\_\_\_. **Relatos de Violência e a Masculinidade Juvenil.** In: QUADROS, M. T., LEWIS, L. Homens e dinâmicas culturais: saúde reprodutiva, relações raciais, violência. Série Família e Gênero, número 13, Editora Universitária UFPE, Recife, 2011b.

\_\_\_\_\_. R. P., ATHIAS, R., QUADROS, M. T., **Saúde, Sexualidade e Famílias Urbanas, Rurais e Indígenas.** Recife. Editora Universitária da UFPE, 2007.

SEDGWICK, Eve. 2007. **A epistemologia do armário.** Cadernos Pagu. Campinas, n. 28, p. 19-54. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n28/03.pdf>.

SEIDMAN, Steven. *Queer Theory. Sociology.* Oxford: Blackwell, 1996.

SEGATO, Rita. *Género y colonialidad: en busca de claves de lectura y de un vocabulario estratégico descolonial.* In: BIDAISECA, Karina; LABA, Vanesa Vazquez (Comps.). *Feminismos y poscolonialidad. Descolonizando el feminismo desde y en América Latina.* Buenos Aires: Ediciones Godot, 2011.

\_\_\_\_\_. **Cotas: por que reagimos?** Revista USP, São Paulo, n.68, 2005-2006. p. 76-87, dezembro/fevereiro.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris – Do movimento homossexual ao LGBT.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

SIMON, William; GAGNON, John H. *Sexual Scripts.* Society, n. 22. 1984. p. 53-60.

STOLCKE, Verena. *La mujer es puro cuento: la cultura del género.* Revista Estudos Feministas, v. 7, n. 1-2. Florianópolis: UFSC, 1999. p.77-105.

\_\_\_\_\_. **O enigma das interseções: classe, ‘raça’, sexo, sexualidade: a formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX.** Revista Estudos Feministas, n. 14, v. 1. 2006. p. 15-42.

\_\_\_\_\_. **Pós-facio: o negócio das diferenças.** In: ALMEIDA, Heloisa B.; COSTA, Rosely G.; RAMIREZ, Martha C.; SOUZA, Érica R. (Orgs.). *Gênero em matizes*. Bragança Paulista: Ed. da Universidade São Francisco, 2002. p. 399-407.

STOP TRANS PATHOLOGIZATION. *Stop Trans Pathologization*. 2012. Disponível em: <http://www.stp2012.info/old/en>. Data de acesso: 23 set 2013.

TEIXEIRA, Flávia do Bonsucesso. **Vidas que desafiam corpos e sonhos: uma etnografia do construir-se outro no gênero e na sexualidade.** [Tese de Doutorado] Campinas: Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, 2009.

\_\_\_\_\_. **Dispositivos de Dor: poderes que conformam as transexualidades.** São Paulo: Annablume, Fapesp, 2013.

Trans Murder Monitoring. *Transrespect contra Transfobia Worldwide* (TvT). Projeto de pesquisa TvT. 2014. Disponível em: [www.transrespect-transphobia.org/en/tvt-project/tmm-results.htm](http://www.transrespect-transphobia.org/en/tvt-project/tmm-results.htm) Acessado 10/02/2015.

TORRÃO FILHO, Amílcar. **Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam.** Cadernos Pagu, Campinas, n.24, jan./jun. 2005, p. 127-152.

VALDIVIESO, Magdalena **Aportes e incidência dos feminismos no debate sobre cidadania e democracia na América Latina.** Cadernos de Crítica Feminista, Ano VI, N.6-dez. 2013.

VEYNE, Paul. **Foucault: seu pensamento, sua pessoa.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

VIEIRA, T.R. **Adequação de sexo do transexual: aspectos psicológicos, médicos e jurídicos.** Psicologia: Teoria e Prática, v. 2, n. 2. 2000. p. 88-102, jul.-dez.

WELZER-LANG, Daniel. **A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia.** Revista Estudos Feministas, CFH/CCE/UFSC, v. 9, n. 2, p. 460-481, 2001.

ZALUAR, A.. **Juventude e Segurança Pública.** Cadernos do Fórum Nacional 5, vol. 5. 2006. p. 67-87.

## APÊNDICE A -Biografias Resumidas- Homens (Trans)

### Yuri

A primeira entrevista realizada com homens (trans) foi com Yuri, que tem 18 anos, trabalha como recepcionista, ele não utilizou nenhum “rótulo” para definir sua sexualidade, mas afirmou que se relaciona com homens e mulheres, com mulheres se apaixona mais, e com homens, ele costuma ter só relações sexuais, atualmente não tem religião, mas já foi evangélico, religião de sua família, tem ensino superior incompleto e se auto-identifica em termos de raça/cor como branco. Ele está no Processo Transexualizados do SUS- PTSUS desde que reabriu o trabalho para pessoas trans no Hospital das Clínicas- HC, o “Espaço Trans”, ele entrou em 11/2014. Yuri nasceu e mora em Recife e atualmente mora com um amigo. A nossa conversa durou cerca de 1 hora e 20 minutos e fluíu muito bem, ocorreu em uma das salas da UFPE, pois foi um local acessível para ambos. Yuri tem uma facilidade muito grande para se expressar e contou-me sobre suas experiências de forma detalhada e resolvida. Sobre o processo de auto-identificação como homem ele disse que ocorreu desde a infância, quando brincava com os meninos e odiava pensar na ideia de seu corpo modificar na puberdade e chegar a menstruação, crescimento das mamas etc. Yuri disse era sua mãe que sempre o lembrava dessa condição e fazia uma tentativa de “tortura psicológica” dando apelidos masculinos a ele por um ano, quando ele tinha 8-9 anos, mas ele gostava e se sentia reconhecido como homem, foi aí que ela parou e utilizou de outras estratégias para conformá-lo numa condição feminina, em que foi criado.

Na adolescência sua primeira namorada o chamava com um nome masculino, já era Yuri, que ele pedira e ele já afirmava que faria cirurgia de redesignação genital, aos 14 anos. Mas aos 15 anos, antes de ir para a escola, viu uma reportagem sobre a vinda de João W. Nery para Recife para divulgar o seu livro e falou em sua experiência como transexual, de “mulher para homem”, foi aí que Yuri se auto-definiu enquanto transexual masculino, e mais tarde, como homem (trans), a partir das informações que obteve em suas buscas na *internet* por *sites*, vídeos e grupos em redes sociais. Depois de suas transformações corporais, pois ele começou cedo seu tratamento por conta própria, e pela declaração de sua identidade de gênero, Yuri viveu com brigas na família, foi expulso de casa, chegou a morar em um abrigo, depois foi acolhido por amigos e outras familiares e hoje tem uma relação melhor com seus parentes, mas nem todos o aceitam. Hoje, Yuri não pensa mais em fazer a faloplastia, porque afirma que não precisa de um genital para ser homem e além disso, a cirurgia é precária e não tem eficácia, mas ele faz o acompanhamento no 'Espaço Trans' para o uso de Testosterona e faz o acompanhamento psicológico, mas afirmou que não por ser (trans), e sim, por outras questões, e pretende fazer a mastectomia. Yuri explicou que tem a equipe multidisciplinar que fica disponível para os usuários do 'Espaço Trans', não de forma compulsória e sim pela vontade e demanda dos usuários, o 'Espaço Trans' tem um trabalho diferenciado, apesar de cumprir as exigências profissionais, como número de consultas exigidas para dar laudos para retificação do nome, cirurgias, entre outras coisas, mas não adotam uma lógica patologizante.

### Hebert

Hebert tem 40 anos, se identifica como pardo, é heterossexual, casado com uma mulher que tem uma filha, sua enteada que o chama de “tio”. Ele é formado e já trabalhou como professor, mas nunca foi buscar seu diploma e identifica isso como a dificuldade de ter documentos que não correspondem a sua identidade de gênero, porque vê que não adiantaria

ter um documento que não o ajudaria a arrumar empregos,. Ele relatou ter tido dificuldades por causa disso, pelo fato de estar no processo de transição, ser passável, mas ter documentos com nome feminino e ele também disse não suportar mais ser tratado/chamado como mulher. Ele deixou de ser professor, só voltará depois da concretização de suas metas em relação à mudança de nome e sexo no registro civil e a mastectomia. Ele foi entrevistado ao lado de sua esposa e eles fizeram uma reflexão citando exemplos de vários homens (trans) conhecidos por eles que não conseguem progredir em relação aos estudos, profissionalização, não conseguem ser bem-sucedidos, colocando como prioridade as cirurgias e modificações corporais e não vão adiante, esperando o longo processo e as filas para a transição do sexo/gênero. Além de serem dificultados pela transfobia na sociedade e nas instituições que tolhem ainda mais os seus direitos.

Hebert é militante transativista, mas já era militante LGBT, ele e sua companheira, desde que se consideravam lésbicas. Hoje, sua companheira diz que não sabe sobre a sua identidade sexual, o reconhece e legitima como homem, mas não se sente como heterossexual. Mas, inclusive, foi ela quem identificou que o seu companheiro poderia ser um homem (trans) e não uma mulher cis lésbica, como ele se identificava, pela sua forma de se relacionar sexualmente e sua expressão de gênero. Ela disse que quando ela está presente na militância LGBT é deslegitimada em suas falas, pois ela é vista como não sendo mais lésbica, pois é casada com um homem agora, segundo algumas companheiras de luta que praticamente a impediram de estar nesses espaços de militância lésbica. Ela afirma que seria interessante que no PTSUS se oferecesse acompanhamento psicológico também para os familiares e companheiros(as) das pessoas que estão transicionando, pois é um processo difícil que mexe com todos os que estão em volta, inclusive, com a forma com que ela se identifica, ela já frequentou um psicólogo e afirmou ter estado com um “transtorno de adaptação”, por causa da transição do marido.

### **Alberto**

Alberto tem 40 anos, se identifica como branco, de classe média, graduação completa, a sua religião é católica, e está no PTSUS desde que reabriu os serviços do 'Espaço Trans' e soube do acesso à saúde a partir de informações na internet e de contatos com militantes (trans). Ele não se considera militante, uma vez que sua situação de não declaração enquanto homem (trans) no trabalho, na família e para alguns amigos, não possibilita que ele se exponha, mas ele também acha que não tem o perfil de militante, sendo mais acadêmico e preferindo militar a partir da expressão artística. Ele acredita que as pessoas estão percebendo seu processo, de transição, gradualmente, de maneira “natural”, como ele diz, a partir das mudanças físicas ocorridas. Ele contou para seu filho de 9 anos- filho adotivo que teve com sua antiga companheira- e foi bem acolhido pelo garoto ao contar que se identifica como homem (trans), quando este perguntou porque ele não tinha nascido como homem, já que percebe a expressão de gênero masculina dele. Apesar de o chamar de mãe, pois aprendeu desde cedo, durante a criação dele Alberto se identificava como mulher cis lésbica, e o interlocutor contou que não quer mudar isso na relação deles.

O interlocutor conversou sobre sua experiência na formação em Psicologia e lembra que a primeira vez que teve contato com a transexualidade masculina, foi a partir de seu curso, psicologia, e também de um debate gerado pelo filme “Meninos não Choram” (*Boys Don't Cry*), em que conheceu a experiência da transexualidade a partir de um viés patologizante de sua disciplina e corpo docente. E apesar de ter se identificado enquanto lésbica até os 37 anos, nunca se sentiu realmente bem com essa condição, ele se sentia diferente e sua formação fazia com que pensasse que tinha algo de esquizofrênico nesse sentimento. Porém tudo está mudando com as novas visões sobre a transexualidade, já que se identificou a partir da leitura do livro de João W. Nery, em que teve o “estalo” e se viu como

homem (trans), e pelo acompanhamento que está tendo no 'Espaço Trans' e principalmente pelo conhecimento de outras experiências de homens (trans), ele identifica os encontros do grupo operativo, dessa instituição, como um espaço de fortalecimento, de identificação social em que se vê que não é o único a passar por isso, um espaço de construção social dos sujeitos (trans).

### **Murilo**

A quarta entrevista com interlocutores (trans) ocorreu com Murilo, se identifica como pardo, tem 25 anos de idade, trabalha com supervisão de manutenção e está no PTSUS desde a reabertura do atendimento no HC também. Porém, ele iniciou seu tratamento antes por conta própria, através do mercado alternativo, conseguiu essas informações pela internet quando procurou saber se era possível fazer o que ele tanto almejava que era modificações corporais, masculinizando o corpo, porém a busca por essas informações se deu após Murilo ver uma entrevista fornecida por João Nery num programa de TV, a partir daí teve o “estalo” e foi atrás de informações na internet. Murilo diz que foi muito bem acolhido por sua família em sua auto-definição enquanto homem (trans), e sua mãe que é a que mais lhe dar força para continuar o processo de transexualização, esse afirma que nunca sofreu transfobia no trabalho, na família e dos amigos, todos aceitaram bem, porém com a sua companheira teve algumas dificuldades a respeito disso, para ela reconhecer a relação como heterossexual.

Murilo afirma que dentre todas as dificuldades que tem a maior é na sua faculdade, que não aceita usar seu nome social para fazer a chamada- que verifica a presença dos estudantes em sala, antes faziam a chamada virtualmente, a chamada com um *datashow*, fazendo projeção na parede dos nomes, e por seu nome de registro ser feminino, sofreu muitas situações de exposições, ameaças, como quando alguns rapazes da turma disseram que iam levá-lo ao banheiro para tirarem a dúvida sobre seu sexo de nascimento, uma situação grave de transfobia e cissexismo. O interlocutor resolveu não denunciar a ameaça, porque achava que a sociedade não iria interpretar bem, achariam que ele estaria “fazendo escândalo sem necessidade” e também por ser reservado e não querer expor o nome da universidade. Mas ele informou a instituição e conseguiu esses pequenos avanços, também com a ajuda do CMRC LGBT, porém a situação ainda não mudou totalmente, não reconheceram seu nome social e ele pensa às vezes em trancar o curso por isso, mas está determinado a tentar ao máximo e sua família e esposa o apoiam a continuar.

### **Pedro**

Ele se identifica como negro, tem 33 anos, é heterossexual, tem ensino médio completo e também curso técnico, e nasceu e mora na RMR, ele sempre foi da Igreja Adventista do Sétimo Dia e considera que essa é a religião que tem mais afinidade, mas gosta de fazer leituras do Espiritismo kardecista. Pedro sempre teve vontade desde criança de casar com uma mulher e via isso como algo que não fugia da norma, ou seja, ele se sentia como um menino e já pensava em fazer a cirurgia de redesignação sexual, quando crescesse. Mas por ser religioso, e ser filho único, segundo ele, ele acabou se identificando como mulher cis e lésbica, quando cresceu, e foi num acompanhamento psicológico- o interlocutor contou das várias experiências com psicoterapias- que a profissional indicou que ele lesse sobre transexualidade, depois de ela identificar sua vivência de gênero e sua sexualidade como próximas das experiências (trans). Ele disse que fez uma busca superficial e de início não se identificou, mas quando um amigo o apresentou o que era e mostrou Tereza Brant e eles buscaram mais informações, ele teve um “estalo” e percebeu de imediato que era isso que ele queria para a vida dele, realizar transformações corporais e ser reconhecido como homem. Pedro começou se hormonizando sozinho e depois começou a ter consultas para pedir receitas

para a Testosterona- a “T”- no seu plano de saúde privado, e no SUS, antes no Hospital Agamenom Magalães- HAM e no 'Espaço Trans', depois.

Pedro é militante, transativista, e é muito informado sobre cirurgias e as novidades das tecnologias para homens (trans), contou-me de inúmeros tipos de prótese peniana, as novidades nas cirurgias, entre outras questões. Ele pretende fazer a mamoplastia, que é diferente da mastectomia, pois tem maior cuidado com a estética, além de se diferenciar por outras questões, ele também gostaria de fazer faloplastia e/ou a metoidioplastia, mas pensa sobre a precariedade da cirurgia e critica por essa ainda ser experimental, ele diz que o único homem (trans) que conheceu que fez essa cirurgia sumiu do movimento (trans) e do círculo de amigos (trans), depois da cirurgia que fez em outro estado, mas ele só faria a cirurgia se tivesse garantia da eficácia do órgão construído. Esse interlocutor me contou vários desafios e transfobia que ele passou em sua experiência, e fala do compromisso que sente em denunciar, abrir processo dos casos em que foi discriminado, afirma isso como um dever cívico e militante que tem.

### Lúcio

O sexto interlocutor entrevistado foi Lúcio, que também tem 33 anos, trabalha com entrega de produtos, se vê como pardo, tem o segundo grau incompleto, e está no PTSUS, mas antes já se hormonizava, teve sua primeira consulta em hospital privado. Lúcio sempre se sentiu como homem desde a época da escola, e na adolescência não entendia porque as pessoas interpretavam como se ele fosse uma lésbica, como a mãe o chamava de “sapatão”, já que ele nunca tinha ficado com uma mulher, mas ele disse que era o jeito masculinizado, mantendo quase sempre o cabelo curto. Ele afirmou que por causa dessa pressão familiar e das outras pessoas ele tentou por mais de um ano se portar como mulher e namorar um rapaz, mas nunca tiveram relação sexual, no entanto, aos 16 anos não aguentou e se declarou lésbica e logo conheceu sua ex-esposa, com quem esteve junto por 12 anos, ela era bissexual. E a esposa atual, são casados em cartório, se considera, e sempre se considerou heterossexual e estão juntos há dois anos. Ele tem um filho adotivo, de 3 anos e a enteada, que tem a mesma idade, que ele cria desde que ela era bebê. Ele diz que eles o chamam de “lucinha”, mas quando perguntam se ele é homem ou mulher, o filho e a enteada dizem que é homem, sem ninguém nunca ter os ensinado isso. Lúcio diz que não pede para todos o chamarem com o nome masculino agora, só depois que as modificações corporais começarem e isso ser algo espontâneo para ele e para as pessoas, pois ele ainda não tem como algo “natural” o tratamento e nome masculino, sentindo algo mais pessoal quando o chamam de Lúcia, mas diz que não tem preferência, só prefere que a mesma pessoa o chame com um dos dois para ele mesmo não se confundir.

Lúcio afirmou que não consegue se impor como homem enquanto estiver com as mamas, pois isso faz com que a sociedade o reconheça como mulher, então ele prefere só reivindicar o uso do nome social após a mastectomia, o crescimento da barba, quando ficar evidente para os outros que ele é homem, apesar de ser muito passável, o volume das mamas faz com que o chamem por vezes de “senhora”, “moça”, ou que não saibam qual é seu gênero. Lúcio diz que não consegue usar *binder*, porque aperta muito e ele já viu em outro homem (trans) o mal que pode causar passar anos sendo apertado- falta circulação sanguínea no local, pode doer, causar feridas, pode sangrar etc. Lúcio, principalmente por sua profissão, diz que é acostumado a andar com homens e estranha o comportamento dos homens (trans) de grupos de militância, porque acha que eles são muito “bichinhas” e não consegue entender como um homem (trans) se relaciona afetivo-sexualmente com um homem cis, pois se gostasse de homens, não era para se ter feito a transição.

### Davi

Davi tem 25 anos, estava desempregado no momento da entrevista, terminou o ensino médio, por supletivos, se considera branco e não tem religião. Mora com a mãe e a irmã e já se declarou como homem (trans) para a mãe e disse que pretende fazer a cirurgia de mastectomia e já usa *binder*, apesar de ter se determinado como homem (trans) pouco tempo antes da entrevista, 2 meses antes. Mas afirmou que sempre se considerou como um menino e a família o chama de Davi desde 2005, quando esse se declarou como lésbica, a sua família toda o chama no masculino, com apelidos, chamando de “bonitão”, por exemplo, com versões masculinas com seu nome de registro, a avó o chamava de “João”, por causa da música “de dia é Maria, de noite é João”, ele disse que muitas vezes se fazia para desrespeitá-lo, fazer chacota, mas esse disse que sempre gostou e se sentia reconhecido em sua masculinidade. Davi entrou em um grupo de homens (trans) e disse ter se sentido incompreendido pelos meninos, porque ele veio conhecer a transexualidade masculina por uma amiga, que lhe indicou o namorado dela para falar com ele, que também é (trans). Davi diz que alguns consideraram que ele só decidiu fazer modificações corporais porque supostamente uma ex-namorada dele o deixou para ficar com um menino (trans), e ele ficou sendo acusado a entrar no processo de transição por essa questão e por “modinha”. Ele ficou muito revoltado e pensou em sair do grupo de homens (trans) por isso, mas continuou, apesar de também se sentir muitas vezes diminuído pelo grupo, por ser “pré-T”.

Ele sente dificuldades com os amigos cis, pois a maioria é de gay e lésbicas e esses continuam tratando Davi como “sapatão” e ele diz que isso é insuportável, continuar a ter tratamento feminino de quem ele gosta. Ele disse que desde criança era difícil usar as roupas que sua mãe colocava, vestidos, penteados e que muitas vezes não quis ir para a escola por causa da forma que sua mãe o vestia, e ele pensava que seria uma vergonha os seus amigos o veem assim, porque ele se sentia como um menino. Davi pretende mudar o nome no registro civil e já deu entrada no PTSUS, só está esperando ser chamado para a primeira consulta.

### Matheus

Matheus tem 35 anos, é engenheiro de formação, se identifica como branco, é heterossexual, sua religião é o candomblé, e está no PTSUS desde janeiro/2015. Matheus foi identificado como transgênero quando criança, aos 5 anos. A sua professora pediu para os alunos fazerem duas filas, de meninos e meninas, ele então foi para a fila de meninos e quando questionado por ela, afirmou que se sentia um menino, a professora contou aos pais e esses o levaram a uma consulta com uma psicóloga que o identificou como uma criança transgênero, há 30 anos atrás. Desde aí a sua família o identificou dessa forma e Matheus diz que talvez por isso- e por considerar que as pessoas o acham muito passável- ele nunca tenha sofrido transfobia, seja na escola, na família, no trabalho ou com os amigos. Embora, ele tenha narrado algumas experiências em que se sentiu excluído/discriminado por mulheres lésbicas, por ser, aparentemente, mulher cis masculinizada.

O interlocutor fez a mastectomia alguns meses antes da entrevista e me mostrou sua cirurgia, ele fez em outro estado, com o laudo emitido pelo SUS, mas fez a cirurgia em hospital privado, porque a técnica usada pelo SUS não é satisfatória para ele e também porque ele não queria esperar o tempo de 2 anos ainda para entrar na fila para a cirurgia. Matheus foi o único interlocutor que realizou a cirurgia de mastectomia, essa realidade é comum em PE, poucos realizaram, porque a revitalização do atendimento no Hospital das Clínicas é recente e quando funcionava antes, os homens (trans) nem eram incluídos no PTSUS. Ele afirmou que só em 2010 ele foi em busca de fazer a “adequação entre corpo e gênero”, palavras dele, mas teve que suspender o desejo de fazer modificações corporais por motivos de saúde, e assim

que o médico autorizou que ele tomasse hormônios, ele voltou a procurar acompanhamento e informações sobre transexualidade. Matheus é um militante (trans) que começou esse ano na militância e afirmou que essas experiências abriram muito a sua cabeça, considera que antes era machista e homofóbico e hoje pensa de forma diferente sobre várias coisas. Ele aponta sua atual relação com uma mulher (trans) também como algo que foi reflexo dessa sua mudança de mentalidade e conta que está adorando esses novos olhares para a vida.

### **Manuel**

A minha entrevista com esse interlocutor foi num restaurante/bar perto da Boa Vista que era razoavelmente tranquilo para conversarmos, mas foi uma conversa descontraída, Manuel gosta muito de conversar e tem facilidade para compartilhar sua experiência. Ele tem 29 anos, trabalha como gerente, se identifica como branco, tem ensino superior incompleto, ele está no PTSUS, ainda não começou o acompanhamento, se identificou como homem (trans) há mais de 1 ano, mas só agora tomou coragem para começar a realizar modificações corporais. Manuel foi batizado na Igreja Adventista do Sétimo Dia e considera que tem a “essência” dessa religião em si, apesar de não frequentar mais desde que se assumiu lésbica, aos 14 anos. Isso foi uma questão que dificultou a relação com seus familiares, ele mora atualmente com sua mãe, e nenhum parente sabe que ele é homem (trans), exceto alguns amigos, principalmente amigos recentes.

Manuel me contou de suas experiências afetivo-sexuais e ele considera algumas como um “fiasco”, pois não se sentia à vontade em relações com lésbicas, não sentia muito prazer no sexo lésbico e sentia que tinha que se relacionar como homem heterossexual, e isso frustrava as suas companheiras que eram lésbicas e a ele, mas afirmou que tentou várias vezes, se casou, e teve diversas companheiras. Depois do término de seu casamento, ele voltou a morar com a família e assumiu um visual que considera masculino, cortou o cabelo, passou a usar roupas de homem e nesse processo foi se descobrindo enquanto homem (trans). Foi num relacionamento com uma mulher bissexual que ele pôde conhecer novas possibilidades de se relacionar sexualmente, na prática, e sentiu que “estava no caminho certo”; e fazendo buscas na internet, se auto-definiu como homem (trans). Mas quando declarou isso para a sua namorada bissexual, essa terminou o relacionamento com ele e Manuel ouviu insultos, como o de “aberração”, por essa sua ex-namorada. Atualmente, ele está se relacionando com uma mulher (trans) e diz que não tiveram relações sexuais ainda e que será algo muito diferente para ambos, mas que está esperando chegar o momento certo. Mas hoje ele se sente bem, realizado, pois antes ele não aceitava sua aparência e agora anseia pela mastectomia e espera a resposta se pode tomar a “T”, porque ele tem suspeita de ter arritmia.

### **Fernando**

A minha conversa com Fernando se desenvolveu com sua companheira ao lado, eles moram juntos há alguns meses e ele se identificou enquanto homem (trans) durante o relacionamento com essa companheira, e até então se viam como lésbicas. Fernando é pardo, tem 20 anos, é heterossexual, tem ensino superior incompleto e é ateu, mora e nasceu na RMR, mas foi criado numa cidade do interior de Pernambuco. Ele afirma que essa educação no interior o fez achar errado muitas coisas, inclusive o fato de ele ter atração por mulheres, mesmo assim ele se considerou lésbica até há pouco tempo, “mas sentia que aquele mundo não era” dele e desde criança se achava diferente. Ele descobriu sobre a transexualidade a partir de pesquisas na internet e tinha visto um vídeo que contava a experiência de Leonardo Tenório, sentiu o “estalo” e se identificou como homem (trans), contou a esposa, ainda não conversou diretamente para a família, mas diz que solta indiretas para a mãe e espera seu pai

chegar para conversar com ele quando as mudanças ficarem evidentes- apesar de Fernando ser considerado muito passável, pois tomou a “T” antes de começar o tratamento no PTSUS, por conta própria, e já está sendo acompanhado desde agosto/2015, mas deu entrada em maio/2015.

De início a companheira também teve dificuldades em aceitar sua decisão sobre a masculinização corporal, afirmando que é lésbica e que o deixaria se esse fizesse a mastectomia, entre outras coisas, mas hoje o aceita e apoia suas escolhas, inclusive, sempre o acompanha nas consultas e reuniões de grupo de militância. Fernando trancou a faculdade por sofrer transfobia na instituição, por parte de alunos e alunas.

### **Waldir**

Waldir tem 38 anos, se identifica como branco, é heterossexual, é casado, é espírita kardecista, mora em Recife há 6 anos, mas morou em Recife também durante a infância, e passou anos morando numa cidade no centro-sul do país. Ele já é hormonizado há 2 anos e está sendo acompanhado desde 2013 inicialmente em João Pessoa, no ambulatório que atende pessoas (trans) de lá e passou a ser atendido aqui em Recife quando reabriu o atendimento do HC. Waldir afirmou que antes de se ver como homem (trans) e das modificações era 'andrógino' e muitos tinham dúvida do seu gênero ao falar com ele, este inclusive, passou anos ao se identificar como travesti, por desconhecer um termo que o representasse e também por nunca se sentir realmente como lésbica, segundo ele.

Waldir usava esse nome para se identificar desde criança, quando escrevia cartinhas para as meninas do colégio em que estudava, e alguns amigos já o chamavam por esse nome, por causa dessa história que ele contou para os amigos, quando adulto. Ele conheceu a categoria transexualidade a partir de um amigo que reencontrou, que antes o conhecia como lésbica, mas o viu depois das modificações do corpo, e esse amigo recomendou que Waldir pesquisasse sobre o assunto, e logo ele teve um 'estalo' e se auto-definiu como (trans). Ele é envolvido com a militância (trans) há dois anos, mas nunca foi em nenhum encontro nacional, só nos estaduais, apesar de conhecer militantes de outros estados do Brasil e já passou um tempo parado na militância, já foi vinculado a ABHT e hoje é vinculado ao IBRAT.

### **Lélio**

O décimo segundo homem (trans) entrevistado foi Lélio, que tem 39 anos, é heterossexual, é espírita kardecista, tem ensino médio completo e cursos técnicos, trabalha atualmente com enfermagem, se auto-identifica em termos de raça/cor como pardo, está no PTSUS desde outubro/2015 e ainda não começou a usar a “T”, mas pretende fazer modificações corporais também através da mastectomia e hysterectomia. Apenas alguns amigos de Lélio sabem de sua identidade de gênero e a maioria foram contra; no trabalho, todos sabem, mas ele diz que é por vezes desrespeitado em sua identidade de gênero. Lélio tem um filho, mas esse pensa que ele é lésbica. Lélio diz que não se sentia como lésbica e sempre se sentiu um homem na relação, desde sua vivência sexual, até a comportamentos, atitudes, na verdade desde criança, ele diz que estremecia quando chamavam seu nome ou simplesmente não se tocava que era ele, ele não se reconhecia no feminino. E conheceu a transexualidade a partir do livro de João Nery e da entrevista que viu na televisão sobre o livro, o comprou e quando leu, teve o 'estalo', era um homem (trans), isso ocorreu há 1 ano e meio.

Lélio tem algumas experiências em se tratando de ser vítima de transfobia e preconceitos, uma das que ele apontou foi em sua ida ao psicólogo em que ele se identificou como homem (trans) e o profissional nem conhecia o termo e o tratou com indiferença,

perguntou algumas vezes se ele tinha traumas e Lélío respondia apenas “não, não aconteceu nada disso comigo”, e na ida ao psiquiatra ocorreu a mesma situação, Lélío disse que ficou mais confuso ainda, pois procurava um apoio, mas foi pior. Ele afirmou que hoje só tem apoio dos amigos (trans) que ele conheceu recentemente e do grupo de militância.

### **Roberto**

Esse interlocutor tem 29 anos, trabalha como auxiliar administrativo, tem ensino médio completo e curso técnico, se auto-identifica em termos de raça/cor como negro, é espírita kardecista, é heterossexual e casado há 8 anos, e está no PTSUS desde fevereiro/2015, mas já se hormonizava antes por conta própria. No mesmo mês em que Roberto se identificou como homem (trans), ele contou para a esposa e alguns familiares, começou a tomar a “T”, conheceu os meninos do grupo de militância na internet, em julho/2014, grupo em que se encontra envolvido até hoje, mas apesar de ele ir a reuniões de militância (trans), ele não se considera militante, pois falta-lhe a motivação e vontade de brigar pelas coisas, lutar pelo coletivo, como ele diz.

Roberto é de uma família grande, teve 16 irmãos, mas 8 estão vivos, sendo 2 mulheres e o resto de homens e sempre teve muito apoio da família, seja antes como lésbica e hoje desde que se declarou (trans) para eles. Desde criança, ele se identificava como menino e com seu irmão mais próximo em idade, se apresentava para meninas já com esse nome de Roberto, assim como assinava cartinhas se declarando, o irmão o ajudava na entrega das cartinhas, mas às vezes acabava o entregando, dizendo para as meninas que ele não tinha esse nome e que era uma menina, mas isso não o impedia de se relacionar com meninas desde mais novo. Roberto está muito feliz por não passar mais dúvidas em relação ao gênero, pois se passa por homem facilmente nos lugares, e esse opta só contar que é um homem (trans) para as pessoas mais íntimas.

### **Jorge**

O décimo quarto homem (trans) entrevistado foi Jorge, que tem 29 anos, se identifica como branco, é espírita kardecista, e apesar de ser nascido na RMR, ele morou durante 10 anos em uma cidade do interior da região norte do país, mas já mora há 6 anos na RMR desde que voltou, está inscrito no PTSUS, mas ainda não teve sua primeira consulta. Está atualmente morando com a mãe e o padrasto, desde que se separou, passou 1 ano casado. Jorge sempre se identificou como homem, e mesmo sem nunca ter tomado a “T”, conta que sempre foi muito passável, mas teve várias dificuldades na escola, porque tinha o nome de registro feminino e sofria muito preconceito, agressões físicas, exclusões, entre outras coisas. Ele morava numa cidade do interior e conta que por isso as pessoas eram muito fechadas em relação à diversidade sexual e de gênero, diferente do que é em Recife, mas depois de sofrer por anos com preconceito, ele afirma que conquistou o respeito das pessoas da cidade e hoje é amigo dos que o maltratavam. Ele foi morar nessa cidade com um familiar porque em Recife, no começo de sua adolescência ele fora impedido pela mãe, principalmente, a expressar livremente sua vivência de gênero, essa o obrigava a ser mais feminino, a usar roupas e roupas íntimas femininas, ele nunca se considerou como lésbica, sempre como homem, mas não sabia nomear isso, segundo ele.

Jorge conta que sempre se viu como homem heterossexual, e sempre se relacionou com “mulher mesmo”, mulheres cis heterossexuais, e tinha amigos cis e heterossexuais e atribui isso como a causa de hoje se considerar homofóbico e preconceituoso, além de estranhar comportamentos e atitudes de pessoas LGBTs em Recife, como beijar em público, demonstrar afeto em locais públicos como no shopping, restaurante,

mas diz que está tentando mudar isso. Ele já se identifica como homem (trans) há 6 anos, pois um amigo o apresentou virtualmente a um homem (trans), esses trocaram conversas e Jorge logo se reconheceu na transexualidade. Antes ele não tinha um termo para se definir, hoje, ele afirma que está bem mais fácil, inclusive, quando conhece alguém com alguma intenção afetivo-sexual.

### **Felipe**

Felipe tem 21 anos, considera que a definição da sua raça/cor está em construção e não se identificou nesse sentido, ele está no PTSUS desde maio/2015, é bissexual, cursa graduação, e mora com sua família: mãe, pai e irmão. Felipe está enfrentando grandes dificuldades em casa, já foi expulso de casa depois de ter declarado que era homem (trans), quando sua mãe, juntamente com sua tia, veio o perguntar o porquê todos na vizinhança o chamavam de “sapatão”, já que sua mãe sabia que ele namora um homem cis, homossexual. Depois que esse se declarou como homem (trans), sua mãe, apesar de não conhecer essa categoria identitária, comparou com as mulheres (trans) do bairro onde moram e disse que ele estava enganado, pois nunca seria homem, pois quem nasce mulher tem que cuidar da casa, casar, ter filhos e marido, já quem nasce homem pode ser o que quiser, inclusive, mulher e que Felipe jamais seria homem. Depois de ser expulso de casa, Felipe não teve condições financeiras para morar só, pois só ganha uma bolsa-auxílio da universidade em que estuda, e sua rede de amigos se encontra na mesma situação financeira, então, ele voltou para casa, mas sua mãe deu sérias condições para que ele continuasse morando lá: se vestir, se portar e viver como uma mulher. Justamente quando ele estava nesse processo de masculinização, deixou os pelos do corpo crescer, cortou o cabelo, usava só roupas masculinas, que a mãe o mandou interromper.

Além dessas dificuldades e violências, Felipe contou que passou por outras durante a infância, inclusive, dificuldades como a aceitação de seu corpo, a menstruação e as cobranças sociais e familiares sobre passar a ser uma “moça”, pois desde criança ele se sentiu mais confortável na presença dois meninos e se identificava mais com esses, apesar de saber que as pessoas o liam como mulher. Atualmente, ele está namorando um homem cis gay, e diz ter que explicar várias vezes às pessoas o fato de serem um casal gay e não um casal heterossexual, e ainda, ele ouve alguns desrespeitos com frequência, como o fato de perguntarem ao seu namorado se ele não sente falta de se relacionar com um homem que tenha também o “pênis”, além do gênero masculino. Assim, como dificuldades de aceitação de outros homens (trans), por esse se considerar feminista e estar em um relacionamento gay, também é difícil para Felipe a permanência em grupos de homens (trans), pois afirma que grande parte deles são machistas, apesar de existir alguns que são feministas e/ou transfeministas, como ele.

## APÊNDICE B - Biografias Resumidas- Homens (*Boys*)

### Paulo

O primeiro interlocutor entrevistado desse grupo foi Paulo, conhecido por todos também como Paulinho ou Paulão, nossa entrevista aconteceu num bar/restaurante, no final da tarde, do Recife Antigo. Ele tem 29 anos, se identifica como pardo, estudou até a sétima série, já foi evangélico e de vez em quando faz uma visita na igreja, os religiosos o convidam antes do culto. Paulo trabalha como auxiliar de pintor de automóveis, mas trabalha às vezes, fazendo bicos como pedreiro, já foi auxiliar de padeiro e também pinta casas, faz reparos, entre outras coisas. Apesar de todos o chamarem por Paulo, seria o seu “nome de guerra”, a mãe dele é a única que só lhe chama por seu nome de registro e outras pessoas de algumas instituições, como o Centro da Juventude o chamam de Paulinho e/ou seu nome de registro. Ele não estuda no CJ, e sim, faz parte, há 4 anos, do grupo de teatro, que ensaia no espaço físico da escola.

Paulo tem vontade de fazer mastectomia, porque sonha em “andar sem camisa”, mas ele não está no PTSUS, e na verdade, só soube da possibilidade de fazer mudanças corporais pelo SUS, ao final da entrevista, quando eu conversei com ele sobre essas demandas que ele tinha apresentado durante a entrevista e não tinha acesso a essa informação, achava que era algo impossível para ele e só pessoas ricas como Thommy conseguiam fazer. Inclusive, em outro momento que nos vimos, quando o encontrei para entrevistar um amigo, indicado por ele, ele me pediu para eu o acompanhar para uma consulta no 'Espaço Trans', porque ele afirmou que não conhecia sobre questões de gênero e sexualidade e gostaria que eu fosse, pois acha que não saberia como agir nesse local, em que se sentiria diferente e não estaria a par dos termos utilizados pelos usuários e profissionais. As experiências narradas por Paulo foram trazidas com mais detalhes para abordar as temáticas do terceiro capítulo.

### Amadeus

Amadeus tem 18 anos, é pardo, estudou até a oitava série, mora com a mãe e é aluno do Centro da Juventude, inclusive, nossa entrevista ocorreu na escola, num dia de sábado, ele também aceita ser chamado pelos professores por Amanda, mas diz que a maioria o chama por Amadeus ou por apelidos, que ele frisou que são todos masculinos. Amadeus é estudante, mas às vezes trabalha como carregador e quer trabalhar como auxiliar de pedreiro, mas atualmente faz curso de percussão e customização no CJ. Inclusive, a mãe dele o chama pelo seu nome escolhido, ou chama de “meu menininho”, ele se identifica como homem e em relação à identidade sexual o termo que usa é “ativo”. Ele afirma saber que algumas pessoas o veem como lésbica, mas que todos que o conhecem o tratam como homem. Ele diz que escolheu esse nome, Amadeus, mas se não escolhesse, escolheriam por ele, pois afirma que na escola se tiver uma pessoa lida como menina- considerada “biologicamente” mulher- mas que tenha uma expressão de gênero masculina e que tenha características fisicamente consideradas masculinas, se dá logo um nome masculino, se a pessoa mesma não escolher seu “nome de guerra” e citou exemplos de alguns amigos do CJ que “são como ele”.

Amadeus expressou a vontade de tirar as mamas também e fazer modificação do seu nome no registro civil e disse que o seu nome seria o nome do pai, uma homenagem, seu pai morreu quando ele tinha 8 anos. Mas Amadeus também só ficou sabendo desses direitos garantidos gratuitamente, ao final da entrevista, pois antes, ele tinha falado que seu amigo tinha juntado dinheiro- e que ele pretendia fazer o mesmo- e foi para o exterior para fazer

operação para tirar o pênis, mas que a cirurgia não tinha dado completamente certo, pois ele precisa fazer muitos curativos, porque rompe e ele começa a sangrar, então Amadeus afirma ter dúvidas sobre fazer a faloplastia, mas já procurou saber sobre a cirurgia, com amigos “gays”. Amadeus sempre brincou com meninos, desde criança e diz que os meninos o tratam como um igual. Ele também se pronuncia no feminino ou no masculino, sendo que mais no feminino. Assim como seu “amigo” que fez a cirurgia de redesignação sexual que ele tratou no masculino como “amigo”, como “frango”, apesar de ter respondido a mim que considerava esse amigo como mulher, que sabe que ele se considera uma mulher (trans). Para Amadeus, transexual ou travesti são meninos que deixam o cabelo crescer, se feminilizam e passam a se reconhecer como mulher, mas afirmou que as pessoas que se reconhecem por mulheres (trans) e travestis do C.J também atendem por “frango” ou “veado”. Amadeus não se reconhece nessa categoria. Pude perceber que é assim como ele, que se identifica como homem, mas sabe que é lido por alguns como mulher e aceita ser chamado por Amanda, ou visto como lésbica, mas afirma que prefere ser chamado por nomes masculinos, como é mais conhecido por todos.

### **Sandra/Dadinho**

O terceiro entrevistado foi na verdade o primeiro que eu conheci desse contexto e marquei entrevista, Dadinho é um apelido para a maioria que o conhece, mas no espaço institucional todos o conhecem por Sandra e ele diz que não é um problema ser chamado por um nome feminino nesses ambientes, mas ele se identifica como homem. Mantenho um nome para representar o nome de registro porque durante a entrevista também o chamei pelo nome feminino de registro, o único interlocutor que mostrava certa indiferença em relação à isso, apesar de se vestir e ser identificado como homem. Dadinho tem 21 anos, é aluno do CJ, se identifica como negro, tem ensino fundamental incompleto, tem um filho biológico, que teve aos 15 anos de idade e afirma que durante a gravidez e logo após o filho nascer quis se relacionar com mulheres e se vestir e se portar como homem na sociedade. O filho de Dadinho é criado pela madrinha desse, e Dadinho o faz visitas, este ora o chama de pai, ora o chama de mãe e Dadinho se sente bem assim e diz que chamá-lo de pai foi iniciativa do próprio filho.

Ele não está no PTSUS e apesar de não ter ouvido falar no Processo Transexualizador do SUS, disse que tinha muita vontade de fazer a retirada das mamas. E ao final da entrevista eu falei sobre essas possibilidades no SUS, ele me perguntou onde era, como e me pediu o telefone do espaço, foi o interlocutor mais interessado que entrevistei e com iniciativa para ir atrás disso, ele me perguntou sobre o que deveria dizer/fazer para conseguir, então eu falei sobre algumas categorias utilizada por essas instituições, inclusive transexualidade, entre outras questões, e ao final da entrevista ele disse “então, eu sou um homem transexual”. Ele foi o único que se auto-identificou dessa forma, quando tivemos essa conversa, mas depois nos encontramos algumas vezes e conversamos outras vezes por telefone e pelo *whatsapp* e Dadinho pareceu não passar a utilizar essa categoria para se autodefinir a partir de então, apesar de ter se identificado com essa categoria durante a nossa conversa, ele não a incorporou, não a tomou como sua. Mas já faz 6 anos que Dadinho se identifica como homem e afirma “meu sexo é de mulher, mas eu me considero como homem”.

### **Mário**

Mário tem 25 anos, se considera como pardo, é estudante e vendedor e estudou até a sexto ano. Quando eu fui ter entrevista com Mário, fui encontrá-lo no Centro da Juventude, ele também é aluno de lá e quando cheguei eu sabia que pela hora ele estava na aula de percussão, aí perguntei por ele aos educadores, e me falaram “você está procurando

qual Mário, que é mulher ou o que é homem?” Aí eu disse que sabia que ele se identificava como homem, aí disseram “o Mário homem é conhecido por Lola e o Mário mulher, o nome dela mesmo é Mariana...”. Então, eu entendi pela constante presença no CJ sobre o quão difícil é o respeito à identidade de gênero dos alunos naquela escola- inclusive, Mário narrou vários fatos de preconceito nesse contexto. Lola era uma mulher (trans), que eu confirmei depois, e Mário se identifica como homem, então, eu respondi que estava à procura de Mário homem, que estava na aula de percussão, aí disseram, “então, é Mário mulher”.

Há muitos anos que Mário se identifica como homem e há mais de um ano que ele pede para ser chamado assim na escola por alunos e por toda a equipe de profissionais- psicólogas, assistente social, educadores e educadoras, mas apesar de alguns se esforçarem, é nítido que existe muitas dificuldades, sobretudo de considerá-lo como homem, diferente por exemplo das meninas (trans) do CJ.. Mário tem uma relação difícil com seu nome de registro, diz que sempre odiou, mas o citou bastante na entrevista, “Mariana”, diz que até aceita que o chamem de Maria, mas por Mariana ele sai de sala e sente como uma ofensa, mas preferem que o chamem de Mário ou João, ou pode ser Mariano, o nome de seu filho. Ele teve o filho depois de sua única relação com um homem, que segundo ele, foi só uma vez, justamente porque este queria ter um filho, o menino já tem 9 anos. E o nome “João” é o que sua irmã o chama desde que ele tinha 12 anos. Quando essa o flagrou beijando uma menina- saiu gritando que viu Mário com uma menina e quando esse chegou em casa, sua mãe mandou ele tirar a roupa e o surrou. Mário diz gostar do nome e se apresenta em alguns locais como João também. Ele se identifica como homem e afirmou que o maior sonho era ele ter nascido homem biologicamente e ele ficou muito emocionado ao falar sobre isso, interrompendo a entrevista por instantes e não conseguindo mais falar. Mas disse que não pensa em fazer cirurgias, só diminuiria as mamas para se passar mais por homem na sociedade, porém não faria outras porque acha que ele estaria pecando ainda mais, pois já peca por ter nascido mulher e se relacionar afetivo-sexualmente com mulheres. Mário foi o único interlocutor que considera que se relacionar com uma pessoa do mesmo sexo, embora com gênero diferentes, é uma doença/patologia, e acha que fazer modificações corporais, o que Thommy fez, também o é. Ele não se considera transexual e não conhece o termo, só conhece o termo travesti, mas reivindica ser reconhecido como homem e diz que seu maior problema é com o seu nome de registro e pensa em mudar.

### João

João tem 22 anos, trabalha como musicista, em um emprego informal, é pardo, estudou até o nono ano e não tem religião. Ele diz que só “caiu a ficha” de que ele não se sentia confortável se portando como mulher na sociedade foi quando ele tinha uns 12-13 anos e diz que se sente bem mais feliz do que antes quando ele era uma menina. João não se considera homem (trans) ou apenas “homem”, como os outros, ele tem uma categoria própria, que ele costuma se apresentar, sempre fala que ele é “meio que homem”, pois para ele, “homem”, são só os homens “biológicos”, com pênis, e para ele os transexuais- ele conheceu a categoria, com Thommy e Tereza Brant- são só as pessoas que se sentem homem, mas que desejam fazer modificações corporais e ele não pretende mais, ele não considera transexual homem, só alguém que deseja ser. Ele já foi a uma médica de um hospital privado perguntar sobre mudanças corporais, indicado por um amigo seu que é dono de uma academia de musculação, que ele consultou para saber como tomar “bomba”. João disse que a médica falou que ele ficaria dependente a vida toda dos hormônios masculinos e que esses poderiam atrofiar alguns órgãos seus e ele desistiu de fazer as modificações, pelo que ele comentou, além dessas informações a médica deu algumas outras informações, que o fez abandonar definitivamente a ideia. E sobre cirurgias, esse disse que por ter tido educação evangélica, sua mãe é evangélica, ele disse que acredita que já peca ao ficar com mulheres e ao fazer cirurgia,

ao mudar a condição que Deus o fez, seria pecar mais, então, ele não pensa em fazer cirurgias.

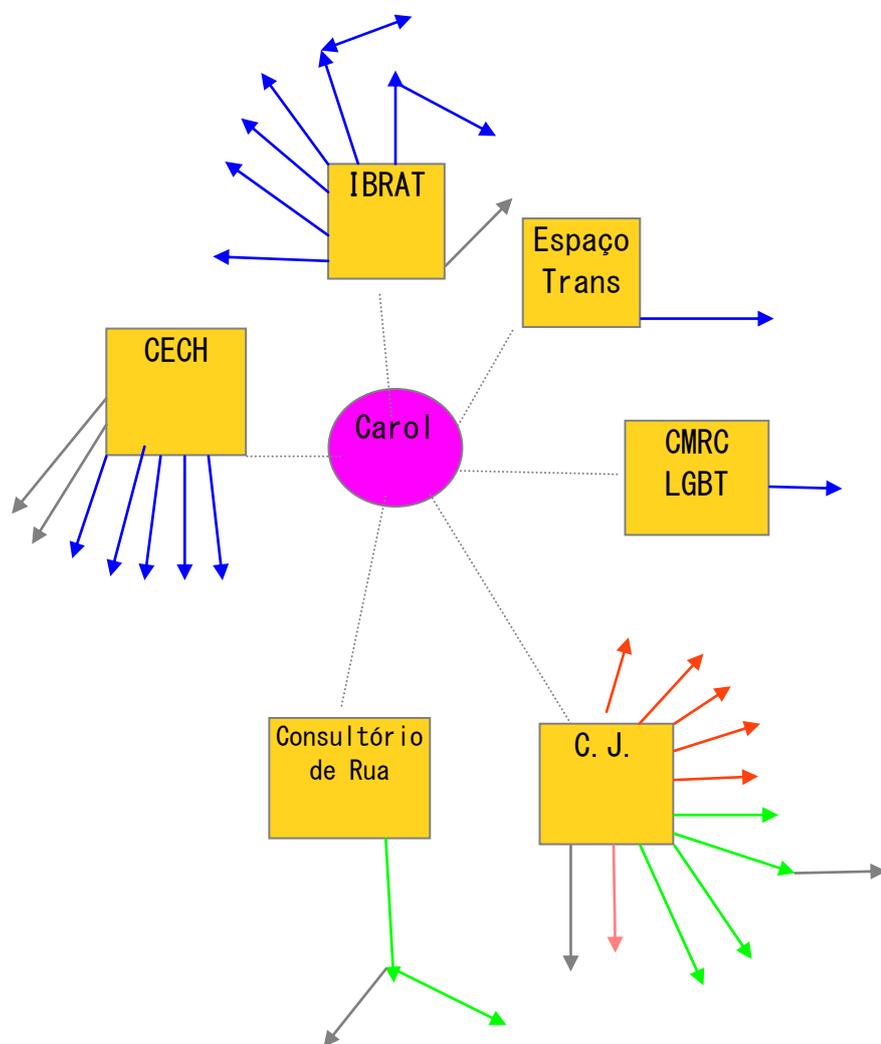
João não escolheu seu nome de guerra, quem o escolheu foi Paulão, pois eles fazem parte do mesmo grupo de amigos, ele não gosta que Paulão o chame do seu nome de registro, ele acredita que esse o chama assim porque atualmente João está namorando com uma menina que Paulão vê como sendo “um deles”, e esse não entende como dois homens podem namorar, “e quem seria o “macho” da relação”, e junto com o seu grupo de amigos, Paulão chama João de “veado” ou “frango” e faz algumas chacotas sobre sua orientação sexual, seu jeito de vestir, Paulo deslegitima João como homem ao insistir em chamá-lo pelo seu nome de registro. Mas João diz que sua companheira só adota o estilo de vestir de “boy”, mas que ela odeia ser chamada por um nome ou apelido masculino, por exemplo e que ela é mais passiva e mais feminina, mas ele diz que não se considera ativo na relação e não gosta de mulheres nem ativas e nem passivas gosta de 'relativas', como ele, que seriam o meio-termo. Ele também se pronuncia no feminino e no masculino, mas diz que quando está com o grupo de “amigos(as)” eles se tratam no masculino, as pessoas os reconhecem como homens nos espaços e principalmente em espaços comuns de lazer só se tratam pelo “nome de guerra”.

### **Betão**

Betão tem 21 anos, se considera pardo, tem ensino médio incompleto, e mora com sua filha. Quando perguntei sobre a orientação sexual dele, quando soube que ele tinha uma filha biológica, Betão logo me contou do seu histórico de violência, teve sua filha, a partir de um estupro cometido pelo seu ex-treinador do time de futebol, esse está preso até hoje por isso. Betão não lembra do ocorrido, pois colocaram um coquetel de drogas na bebida dele, um “boa noite cinderela”, segundo ele, o treinador agiu com a cumplicidade de duas colegas suas do time de futebol. Sua filha tem quatro anos de idade e o chama de pai, de mãe ou de Betão, ele diz não interferir em como sua filha quer chamá-lo, e a deixa livre para chamar como quiser, apesar das críticas de sua mãe, que diz para ela chamá-lo de “mãe” e dos seus primos que mandam a criança o chamar de “pai”, pois este tem a expressão de gênero masculina e preferem que todos o chamem por Betão, seu “nome de guerra” dado pelos amigos, que são como ele.

Betão se considera homem e em se tratando de identidade sexual, esse se diz “ativo”, só se relaciona com mulheres, e também se pronuncia no masculino e no feminino. Ele diz ter vontade de fazer retirada das mamas e já sentiu vontade também de fazer faloplastia, mas não conhece bem a cirurgia e disse que o único fator que o impediu, foram os conselhos de sua mãe, que disse que ele passaria a ser alguém sem valor na sociedade, depois da retirada das mamas e que esse poderia se arrepender. Ele falou que entendera o que sua mãe disse e o seu medo era ter menos valor, porque ele não entendia como seria reconhecido como um homem na sociedade, se teria documentos com nome feminino e ficaria com a voz feminina, ele considera isso baseado na experiência de um amigo seu, que viajou para São Paulo como “gay” e voltou uma mulher. Betão mostrou que o impedimento de ir atrás de tais procedimentos foi falta de informação, e ao final da entrevista conversamos sobre direitos e sobre o PTSUS, ele ficou reflexivo e não falou nada, só agradeceu por eu estar pesquisando sobre esse tema que era “tão difícil de se ver”, e afirmou que sofre muitos preconceitos na sociedade por não o aceitarem como homem e disse que eu o fiz pensar pela primeira vez sobre temas que eram muito presentes na vida dele e que ele nunca tinha refletido sobre isso dessa forma e obtido informações sobre essas questões. E assim como todos os interlocutores, ele se colocou disponível para futuras entrevistas.

## ANEXO A- Mapa das Entrevistas



### Legenda:

▲	▶	▶
Homens (Trans)	Profissionais	Aluna entrevistada
▲	▼	
Homens (Boys)	Entrevistas desmarcadas ou não realizadas	

**ANEXO B- Roteiro de Entrevista- Homens (Trans) e (Boys)**

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_ Escolaridade: \_\_\_\_\_

Natural de: \_\_\_\_\_ Mora em: \_\_\_\_\_

Com quem mora? \_\_\_\_\_.

Data de nascimento: \_\_\_\_\_ Religião: \_\_\_\_\_

Raça/cor: \_\_\_\_\_

Está no Processo Transexualizador do SUS (ou em acompanhamento em hospital particular)? \_\_\_\_\_. Se sim, há quanto tempo? \_\_\_\_\_

1-O que levou você a tomar a decisão de fazer modificações corporais? E estar no Processo Transexualizador do SUS ( se o interlocutor respondeu que sim, na pergunta anterior)?

2-Como é esse processo para você? O que você faz? Como é o acompanhamento? O atendimento?

3-De que forma essa mudança é/foi importante na sua vida? Você gostaria de ter nascido 'biologicamente' homem?

4-O Código Internacional de Doenças, e o DSM, considera a transexualidade uma patologia, uma doença mental, ou 'disforia de gênero'. Como você vê isso?

5-Como você se identifica em relação à gênero? Para você o que quer dizer transexual/travesti?

6-Você escolheu ser transexual? (Se o interlocutor se identificou como transexual). Existe preconceito da sociedade em relação às transexuais? Se sim, você já sofreu algum tipo de preconceito? Como é/foi sua vivência na família, escola, trabalho, grupo religioso?

7-Em se tratando da masculinidade, o que é ser um homem para você? Quais as características que fazem você ser masculino? Como você, enquanto homem, lida com outros homens/mulheres/família/amigos/trabalho?

8-Como é para você a sexualidade masculina, pensando em sua vivência da sexualidade (conquista, relação sexual)?Você tem alguma orientação sexual? Como você se sente desejado? Como transexual/homem/homem (trans)? Existe alguma forma correta (ou errada) de viver a sexualidade?

9-Existe algum papel de homem/mulher na sociedade? O que diferencia você, enquanto homem, perante a sociedade? (poder exercido, hierarquia, trabalho, deveres, expectativas em relação a atitudes).

10- Pensando agora em direitos, você mudou seu nome para \_\_\_\_\_ no registro civil? Você vai querer mudar seu nome/sexo no registro civil? Qual a importância disso para você? E como você teve acesso a instituições como essa (CECH, CJ, CR, IBRAT)?

11-Você conhece outros homens (trans)/ftm/transhomens? Como é a sua relação com eles? Participa de algum grupo de homens (trans)? E em âmbito nacional, eventos LGBTs? Existe algum homem (trans) que é/foi referência para você?

12-Como você deseja ser visto na sociedade, enquanto homem/homem (trans)/ftm/(...)? E em relação à visibilidade dos homens trans, como você vê esse cenário atual?

13-Você gostaria de acrescentar mais alguma coisa sobre o que conversamos hoje?

**ANEXO C- Roteiro de Entrevista- Entrevista com profissionais C.J.**

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

Natural de: \_\_\_\_\_ Mora em: \_\_\_\_\_

Data de nascimento: \_\_\_\_\_

Raça: \_\_\_\_\_

- 1-Vocês têm alunos (transexuais) aqui na escola? Quantos?
- 2-Como são esses alunos? (Transexuais) femininos? Masculinos?
- 3-Vocês costumam tratar os alunos pelos nomes sociais ou nome de registro?
- 4- E em relação ao gênero, com o gênero que eles se identificam ou o que foram designados ao nascer?
- 5-Existe algum tipo de formação especial envolvendo a temática de gênero e sexualidade aqui na escola?
- 6-Os profissionais são orientados com informações em relação a essa temática?
- 7-O que é transexualidade para você?
- 8-Você tem alguma informação sobre os direitos dessa população?
- 9-Você considera que essa população pode sofrer preconceito na sociedade?
- 10-Você já presenciou alguma cena de violação de direitos em relação aos transexuais? Como preconceito, assédio, piadas, violência, bullying? Como você reage a essa situação, enquanto profissional?
- 11-E no seu dia a dia, como você reage a esse tipo de situação de preconceito? ( na mídia, revistas, entre conhecidos)
- 12-Você considera que esse espaço oferece segurança e acolhimento a alunos transexuais?
- 13-Você gostaria de acrescentar mais alguma coisa em relação à perguntas feitas?

**ANEXO D- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido  
(Para Maiores de 18 Anos ou Emancipados - Resolução 466/12)

Convidamos o(a) sr.(a) para participar como voluntário (a) da pesquisa “Gênero, Corpo, Saúde e Direitos: Experiências e Narrativas de Homens (Trans) e Homens (Boys) em Espaços Públicos”, que está sob a responsabilidade da pesquisadora Ana Carolina Silva Cordeiro, Rua Ambrósio Machado, 240, CEP: 50670-010, telefone da pesquisadora: (81) 99750- 8210 e e-mail para contato: ana\_carola.6@hotmail.com (inclusive pode realizar ligações a cobrar) e está sob a orientação de: Russell Parry Scott telefone: (81) 98712- 6775 e-mail: rparryscott@gmail.com.

Caso este Termo de Consentimento contenha informações que não lhe sejam compreensível, as dúvidas podem ser tiradas com a pessoa que está lhe entrevistando e apenas ao final, quando todos os esclarecimentos forem dados, caso concorde com a realização do estudo pedimos que rubriche as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias, uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável.

Caso não concorde, não haverá penalização, bem como será possível retirar o consentimento a qualquer momento, também sem qualquer penalidade.

**INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:**

Esta pesquisa tem como foco as pessoas que tiveram seus corpos assignados como femininos ao nascer e contestam isso se afirmando como homens. Pretende-se analisar os sentidos e significados construídos sobre saúde, corpo e gênero, a partir das narrativas de homens (trans) que estão presentes em espaços públicos e de profissionais envolvidos. Realizaremos entrevistas semi-estruturadas com cada pessoa entrevistada, seguindo um roteiro de questões a serem abordadas.

A presente pesquisa ao focalizar nas narrativas sobre experiências de vida dos(as) interlocutores pode sensibilizar demasiadamente os(as) participantes, correndo riscos de ter: choro, tensão e/ou desconforto, por ser difícil para algumas pessoas expressarem questões importantes para a subjetividade. Porém o(a) interlocutor(a) estará ciente de que pode interromper a entrevista a qualquer momento e/ou não responder determinadas questões. Assim como, já que os(as) alguns interlocutores são usuários do Centro Estadual de Combate a Homofobia, este ofereceu o espaço, que conta com uma equipe multiprofissional, inclusive com a presença de duas psicoterapeutas, qualquer incidente que sensibilize demasiadamente o(a) interlocutor(a), podemos contar com o apoio do(a) profissional de psicologia dessa instituição.

Os(as) interlocutores terão benefícios diretos e indiretos, como por exemplo: a entrevista terá uma proposta reflexiva, então o sujeito entrevistado poderá vir a refletir aspectos importantes sobre a sua subjetividade, escolhas e experiências de vida e o expressar-se, o contar-se pode contribuir para o processo de empoderamento dos sujeitos. Os(as) interlocutores também terão acesso aos resultados da pesquisa que abordará questões sobre saúde, corpo e gênero a respeito dos entrevistados, de seus pares, e isso poderá trazer mais informações sobre um grupo que até então tem pouca visibilidade, já que existem poucas pesquisas sobre esses sujeitos e também esses tem ainda pouca representação no movimentos sociais.

Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas

em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa, gravação das entrevistas, ficarão armazenados em computador pessoal, sob a responsabilidade da pesquisadora no endereço acima informado pelo período de mínimo 5 anos.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pela pesquisadora (ressarcimento de transporte e alimentação).

---

(assinatura da pesquisadora)

#### CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO(A)

Eu, \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em \_\_\_\_\_ participar \_\_\_\_\_ do \_\_\_\_\_ estudo

---

\_\_\_\_\_ (colocar o nome completo da pesquisa), como voluntário(a).

Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo(a) pesquisador(a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade (ou interrupção de meu acompanhamento/assistência/tratamento).

Local e data \_\_\_\_\_

Assinatura do participante: \_\_\_\_\_

Impressão  
digital